

O RURAL À *LA GAUCHE*
(CAMPEPINATO E LATIFÚNDIO)
NAS INTERPRETAÇÕES
DE ESQUERDA (1955/1996)



Márcia Maria Menendes Motta

**O RURAL À LA GAUCHE
(CAMPESINATO E LATIFÚNDIO)
NAS INTERPRETAÇÕES
DE ESQUERDA (1955/1996)**



Niterói, 2014

Copyright © 2014 by Márcia Maria Menendes Motta

Direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ - CEP 24220-900 -
Tel.: (21) 2629-5287 - Telefax: (21) 2629-5288. <http://www.editora.uff.br> -
E-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Maria Lúcia Gonçalves

Edição de texto e revisão: Ricardo Batista Borges

Capa: D29/ Leandro Dittz e Sílvia Dantas

Projeto e supervisão gráfica: Marcos Antonio de Jesus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M917 Motta, Márcia Maria Menendes

O Rural *à la gauche*: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Márcia Maria Menendes Motta.
– Niterói: Editora da UFF, 2014. – 278 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-228-1113-7

BISAC HIS054000 HISTORY / Social History

1. Trabalhadores rurais. 2. Brasil- História. I. Título. II

CDD 307

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Diretor da Editora da UFF: Mauro Romero Leal Passos

Editoração e Produção: Ricardo Borges

Distribuição: Luciene P. de Moraes

Assessora de Comunicação: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Eurídice Figueiredo

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Maria Lais Pereira da Silva

Renato de Souza Bravo

Rita Leal Paixão

Simoni Lahud Guedes

Tania de Vasconcellos

AGRADECIMENTOS

Este livro tem uma história inusitada. Ele foi pensado como uma tese para professora titular, mas as coisas mudaram rapidamente e ele foi ganhando “vida própria”. Em certo sentido, ele é o resultado de um acerto de contas com o passado, e meu crescente fascínio sobre os embates e debates que cercam a formação e consolidação de um campo científico. Revisitar os autores que são aqui estudados é compreender ou tentar entender as possibilidades de uma história rural no Brasil.

Ele foi escrito aos poucos e ao longo de sua confecção fui acumulando dívidas de agradecimento que registro agora, com toda a minha afeição.

Em primeiro lugar, devo agradecer a Ronaldo Vainfas, o primeiro a ler os rascunhos da primeira parte do “*Rural a la gauche*”.

Não posso deixar de lembrar das trocas de impressões que fiz com Gisele Venancio sobre a historiografia brasileira. Sua amabilidade ajudou-me a pensar nas discussões em torno das notas presentes nos textos aqui analisados. Lembro ainda da generosidade de Andreia Galucio e sua disposição em me auxiliar no entendimento sobre o papel das editoras nos anos da ditadura.

Não posso esquecer ainda de meu amigo Leandro Malavota e seu auxílio inestimável no levantamento dos dados sobre a trajetória de Alberto Passos Guimarães no IBGE.

Por falar em amigos, Théo Lobarinhas Pineiro também é cúmplice dessa história e dividiu comigo algumas singulares sugestões. Lembro-me também de minha amiga Marina Machado, sempre disposta a debater comigo os rumos da historiografia sobre o rural.

Sou grata ainda a Ely Napoleão de Lima, por me convidar a apresentar o primeiro *paper* deste estudo no programa de

pós graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no ano de 2013. Ali, no lugar em que Maria Yedda ajudou a criar, pude debater com colegas de décadas, alimentando-me das intrigantes interfaces do conhecimento. A Ely devo também a surpresa de ver na plateia Francisco Carlos Teixeira da Silva. Fiquei emocionada em ouvi-lo discutir minhas considerações sobre sua trajetória como pesquisador.

Sou também muito grata a FAPERJ e ao CNPq, por financiar essa pesquisa e outras que teimo em fazer. Não posso também esquecer da revisão cuidadosa e do entusiasmo de Ricardo Borges, ao discutir comigo a versão final deste trabalho.

Para terminar e, mais uma vez, compartilho aqui o meu amor pelos “meus”: Leandro Mendonça, Leandro Dittz, José Renato de Mendonça e Maria Eduarda de Mendonça. Sem eles, nada faz sentido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 9

PARTE I. O LATIFUNDIO NA PERSPECTIVA DE UM BRASIL FEUDAL

CAPÍTULO 1. EXPANSÃO COLONIAL, LATIFÚNDIO E FEUDALISMO NO
BRASIL: A INTERPRETAÇÃO DE SODRÉ, 25

CAPÍTULO 2. RESQUÍCIOS FEUDAIS, LATIFÚNDIO E CAMPESINATO: A
ORIGINALIDADE DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES, 57

PARTE II. A TEORIA FRAGILIZADA: FEUDALISMO, CAIO PRADO JUNIOR E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

CAPÍTULO 1. DAS LEITURAS DE CAIO PRADO SOBRE O HOMEM DO
CAMPO E O LATIFÚNDIO, 89

PARTE III. MARIA YEDDA LEITE LINHARES E CIRO CARDOSO – A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO CIENTIFICO

CAPÍTULO 1. DAS INCURSÕES DE LINHARES NA PESQUISA SOBRE O
RURAL, 145

CAPITULO 2. EM BUSCA DE UMA TEORIA: O MODO DE PRODUÇÃO
ESCRAVISTA-COLONIAL, 169

CAPITULO III. LINHARES E CARDOSO: AS RECEPÇÕES DE SUAS
OBRAS, 209

PARTE IV: OS ANOS 1980 E OS ESFORÇOS DE CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO

A REDEMOCRATIZAÇÃO E A QUESTÃO AGRÁRIA, 225

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS, 249

BIBLIOGRAFIA E FONTES, 251

ANEXO 1. DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS COM TEMAS LIGADOS À LINHA
EM HISTÓRIA AGRÁRIA, 269

ANEXO 2., 273



INTRODUÇÃO

Merleau-Ponty escreveu certa vez que todo mundo gosta que o filósofo seja um revoltado. A revolta agrada porque é sempre bom ouvir que as coisas como estão vão muito mal. Dito e ouvido isso, a má-consciência se acalma, o silêncio se faz e toda gente, satisfeita, volta para casa e para seus afazeres.¹

1. A OBRA: AUTONOMIA RELATIVA E LEITURAS DO PASSADO

Numa estação do metrô de Lisboa está escrita nos azulejos que decora o ambiente a seguinte frase: “Ser autor é trazer-nos inédito o que ainda pertence ao conhecimento geral”.

Nada tão simples e tão emblemático para explicar a construção de uma obra e sua autoria. Ela nos permite anunciar aqui que não existe um lugar separado do mundo, onde o conhecimento aparece como mágica. O saber que se materializa nas obras é assim o resultado – complexo, multifacetado e às vezes tortuoso ou incompleto -de algo que queremos fazer um registro, para sobretudo, explicar.

Em *O que é um autor?* Michel Foucault já havia discutido o papel do mesmo no mundo moderno e o processo histórico que uniu obra e autoria. Foucault foi também quem melhor sistematizou a relação entre o conhecimento expresso na obra e a ideia de propriedade.² Além disso, há muito se discute sobre como se gesta um discurso competente, aquele que reconhecemos como a verdade, que nos autoriza a falar em nome de outrem. Marilena Chauí (op. cit. p) destaca, por

¹ CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? [200-]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf?>. Acesso em: 09 jul. 2010.http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf Retirado em 09 de julho de 2010.

² FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, 1992.

exemplo, que há determinados cânones que se unem para firmar e confirmar certo estatuto ao discurso, conferindo-lhe autenticidade e expressão da verdade.³

Assim, já é por demais recorrente a discussão de que a produção de um saber está inserida numa teia de relações extremamente complexas que transforma determinado texto numa síntese de uma das interpretações possíveis sobre o real.

O conhecimento é sempre um produto histórico, muitos já disseram. Compreender quais eram as interpretações do passado que alimentavam as propostas e as pesquisas sobre o rural pelo pensamento de esquerda, entre os anos de 1955 até 1996, é a proposta deste livro. Rompendo com a teleologia que ao tentar tudo esclarecer, nada explica, proponho uma interessante chave de leitura. Com ela, pretendo reconstruir os argumentos dos autores, refazendo – no que me é possível – o percurso da construção da obra, a partir das notas e da análise dos autores que eles dialogam. Além disso, avalio as condições históricas que permitiram a produção daqueles textos, bem como a recepção das obras e seus impactos.

Os marcos temporais são uma escolha possível, entre tantas outras, mas também legítima. O ano de 1955 tem importância decisiva para o argumento deste trabalho, é o ano de institucionalização do ISEB, locus privilegiado para a produção de Nelson Werneck Sodré, um dos autores aqui analisado e intelectual emblemático da chamada vertente feudal. Este ano também marca uma decisiva inflexão na trajetória da então jovem historiadora Maria Yedda Leite Linhares, quando assume interinamente à cátedra em história moderna e contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, referendada em concurso dois anos depois. Num contexto mais amplo, marca indubitavelmente à ascensão de Juscelino Kubitschek.

Os anos noventa são nosso ponto de chegada: aqueles em que uma nova geração de historiadores ascende

³ Chauí, op. cit. p

como intelectuais brasileiros, no bojo da consolidação dos programas de pós-graduação em História do País. São também anos da afirmação do regime democrático, propiciado pela afirmação dos princípios consagrados pela Constituição. Aqueles anos marcam também a aposentadoria de Maria Yedda Leite Linhares e a opção de Ciro Cardoso em se dedicar à história antiga; tema privilegiado de seus estudos a partir daí. A escolha do ano de 1996 como corte final é uma opção ancorada no livro *Quem é quem na História*, publicado nesta data, pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), fundada em 1961, como Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Tal associação tornou-se nacional em 1971, em razão da expansão dos cursos universitários de história em todo país.

Para realizar este trabalho, reconstruo uma linha de raciocínio que acompanha todo o texto: quais eram as concepções que cada autor tinha acerca do universo rural brasileiro, em particular sobre campesinato e latifúndio. Para tanto, procuro também esquadrihar como eles olharam o passado para conferir um sentido para os seus presentes. E mais: em que medida esses olhares eram possíveis no contexto histórico da visão?

Mas antes de tudo, é preciso construir um porto de onde todos partiram: o marxismo. Assim, é preciso ao menos situar o leitor sobre a chegada do marxismo no Brasil e seus problemas...

2. DOS MÚLTIPLOS MARXISMOS

A chegada das ideias comunistas no Brasil tem sido objeto de várias pesquisas, iluminadas aqui e acolá por posições políticas nem sempre tão disfarçadas. De todo modo, é certo que a Revolução Russa de 1917 pareceu dar concretude às esperanças de transformação social e de um novo mundo expressos naquelas ideias. Para muitos, a história era um projeto de um mesmo futuro, pois o mundo passaria

necessariamente pelas etapas do desenvolvimento histórico, rumo ao comunismo.

Fundado em Niterói, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro tornou-se o lócus de discussão dos acontecimentos em curso na Rússia. Num primeiro momento, os debates sobre o que lá acontecia eram realizados a partir de informações pouco precisas, e no mais das vezes, confusas. Aos poucos, a chegada de inúmeras informações implicava também uma tomada de posição dos intelectuais. O que acontecia na Rússia era por demais importante para que se pudesse ignorar. Felizes ou não, otimistas ou não, os intelectuais eram convidados e talvez constrangidos a tomar uma posição sobre aquela emblemática revolução. De qualquer forma, para os otimistas e homens de esquerda daqueles tempos, aquela experiência histórica era bem vinda, ainda que o marxismo que sustentara teoricamente aquela revolução era lido muito superficialmente no Brasil, como se a história já tivesse comprovado a certeza e a inevitabilidade daquele acontecimento.⁴

Para além de sua fragilidade teórica, do raso domínio sobre a literatura marxista produzida em várias partes do mundo, os anos 1930 e 1940 agravariam o perfil intelectual do PCB. Os acontecimentos produzidos pela Revolução de 30, a crise interna do partido pareciam canalizar-se para um porto seguro, onde em lugar de uma crescente reflexão sobre o pensamento de Marx, foi se consolidando uma visão simplista do mundo social, acolhendo “com alívio a doutrina codificada e tranquilizadora do “marxismo leninismo” que lhes era enviada pela direção stalinista da Internacional Comunista”.⁵ Além disso, o stalismo se adequava e dava certa coerência aos intelectuais brasileiros, muitos de formação positivista e influentes no meio dos militantes do PCB

⁴ KONDER, Leandro. A derrota da dialética. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 131.

⁵ Ibidem, p. 168.

O certo é que a difusão das chamadas teses da III Internacional, fundada em 1919, tornou-se o argumento de autoridade de muitos intelectuais do partido. Era preciso não negar o apoio aos movimentos nacionais reformistas preconizados pela burguesia, já que nas regiões submetidas ao imperialismo, havia a necessidade de uma luta de libertação nacional, no processo de superação das relações de dominação pré-capitalistas a que eram submetidos os camponeses. Havia a necessidade de auxílio e apoio do proletariado comunista ao movimento revolucionário camponês das colônias e países atrasados.

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo – antes visto como em vias de extinção – se revigorava com a ascensão dos Estados Unidos da América. Menos otimistas, os congressos comunistas passaram a lidar com as novas diretrizes revolucionárias, nos quadros da hegemonia norte-americana no mercado internacional e do agravamento das relações internacionais, em razão da guerra fria. O foco do combate passava a ser o imperialismo, que para manter a dominação, aliava-se aos setores mais atrasados da sociedade: os senhores feudais e a burguesia comercial e usuária. Assim:

A agricultura da colônia é obrigada, em grande parte a trabalhar para a exportação, porém com isso a economia rural não se libera de modo algum das cadeias das formas pré-capitalistas da economia.

Agudiza-se a exploração do campesinato, porém não se renovam os métodos de produção.⁶

Sem refletir sobre a aplicabilidade ou não do conceito de campesinato para a realidade do país, muitos intelectuais do Partido Comunista no Brasil mantiveram a prática política de importar o modelo teórico assentado no etapismo da

⁶ Apud Congresso. 6. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2. ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984. p. 197 e 198. CONGRESSO DE QUE?

civilização e continuaram a defender que a sociedade brasileira apresentava uma característica semicolonial e semifeudal. Apoiados na vertente leninista do marxismo e nas teses da III Internacional, seus principais teóricos acreditavam que, dado o caráter atrasado de nossa realidade, o Brasil deveria passar por uma revolução democrático-burguesa que eliminaria os “restos feudais” herdados dos séculos anteriores e expulsaria os representantes do Imperialismo, aliados incondicionais dos latifundiários.

A importação daquele modelo implicava também ignorar – ou pelo menos subestimar – os debates sobre o campesinato na história da Rússia. Nos textos dos principais teóricos do partido, como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, mas também de seus críticos, estiveram ausentes as discussões sobre o destino do campesinato na Rússia de Lenin e principalmente a de Stalin. Sem fazer qualquer referência ao contraponto das teses de Lenin, ou seja, os estudos de Chayanov, os textos brasileiros transformavam em tábula rasa a intensa discussão daqueles anos sobre o destino do campesinato no mundo contemporâneo.

Ao não discutir sobre o conceito, os intelectuais brasileiros não estiveram preparados para analisar as interpretações sobre o campesinato e as múltiplas discussões sobre a questão da propriedade territorial propriamente dita, pois o que importava era apenas e tão somente referenciar a crença de que os camponeses poderiam se tornar importantes aliados do proletariado, cuja tarefa política era também a de libertá-los do seu apego à terra. Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de reflexão sobre as diferenças entre posse e propriedade e os camponeses eram assim vistos como exemplos do atraso, presos ao desejo – real ou imaginário, pouco importa – do acesso à propriedade da terra.

Os clássicos do marxismo dedicados aos estudos sobre o campesinato não estiveram presentes nos debates sobre o campesinato. O texto de Kautsky (1898), *A Questão Agrária*

(1980), considerava a especificidade do campesinato alemão e descrevera a influência do capitalismo sobre a agricultura e as suas transformações no final do século XIX, mas não era citado pelos intelectuais do período, a despeito de ter sido traduzido para várias línguas, já nos primeiros anos do século XX.⁷ Conhecido pelos circuitos políticos como o “renegado Kautsky”, em razão de sua oposição à tese leninista de inevitabilidade da revolução proletária, aquele intelectual sequer era apontado nos estudos brasileiros sobre o campesinato como um importante teórico do tema, na esfera do marxismo, tão apaixonadamente defendido.

Nem mesmo o livro de Lenin (1899), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1982), configurava-se na lista de autores, a não ser em breves passagens como argumento de autoridade.⁸ Escrito antes do processo revolucionário que o levou ao poder, o livro era a defesa da inevitabilidade da destruição do campesinato, determinada pelas relações de produção em direção ao capitalismo. Apoiando-se em vários dados estatísticos produzidos, a obra era um argumento indiscutível para a defesa do propagado desaparecimento do mundo camponês.

Se o fim do campesinato era algo dado e se as etapas de evolução do desenvolvimento do capitalismo eram inquestionáveis não haveria lugar – em nenhum dos escritos do período – para as reflexões do teórico russo Chayanov, intelectual ignorado pelos marxistas daqueles tempos. Considerado mais tarde como o maior expoente da última geração dos populistas russos estudiosos do universo rural, o texto de Chayanov partia de muitas das reflexões dos

⁷ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. O livro foi publicado em 1898 na Alemanha, traduzido e publicado em francês no ano seguinte.

⁸ LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

marxistas, mas incorporava elementos não marxistas para a análise do campesinato russo. Crítico à orientação planificada e da coletivização forçada da economia agrícola soviética, foi combatido por Stalin e assassinado. Para aquele autor, as unidades camponesas não poderiam ser analisadas pela lógica do cálculo capitalista. A lógica camponesa se caracterizaria por uma racionalidade própria, a partir da família, fundamentada no entendimento de que ela trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital.⁹ Desconhecido pela grande maioria, senão a totalidade dos estudiosos marxistas, brasileiros e europeus, o texto de Chayanov só foi traduzido para o inglês em 1966.

O total desconhecimento sobre a tese de Chayanov se somava também à ausência de uma reflexão mais acurada sobre os textos originais do próprio Marx. Tornou-se cada vez mais recorrente de que não era tão necessário ler o original daquele pensamento, já que “o essencial do marxismo estaria devidamente “traduzido” no Estado fundado por Lenin e agora dirigido por Stalin, bem como na política desenvolvida pelo movimento comunista mundial.”¹⁰ Em suma, a importação de um modelo se desdobrava na ausência de uma discussão sobre a eventual especificidade do campesinato brasileiro nos estudos dos marxistas brasileiros do período.

Assim, tendo como base os argumentos de Stalin, os intelectuais marxistas brasileiros poderiam construir seus argumentos, tendo como guia as ilações autorizadas do líder russo. Seguir os passos daqueles argumentos era fazer da história uma certeza revolucionária que se projetava no futuro, minimizando as rupturas políticas e econômicas da República do Brasil. No IV Congresso do PCB, afirmou-se

⁹ CHAYANOV, A. V. *The theory of peasant economy*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin Inc., 1966. Eu discuto com mais vagar a obra de Chayanov no último capítulo.

¹⁰ Konder, op. cit. p. 178.

A queda da monarquia e a Proclamação da República, se bem que tenham constituído elementos de progresso na evolução política do país, não modificaram no fundamental o caráter semifeudal e semi-escravista da sociedade brasileira. Os senhores de escravos, e, em seguida, os latifundiários e grandes capitalistas – grandes comerciantes e usurários – que governam o país, facilitaram a penetração do capital estrangeiro e, conseqüentemente, a transformação do Brasil em semicolônia, em país dependente das grandes potências capitalistas.¹¹

Por esta interpretação, o campo brasileiro era o lócus central da reflexão dos marxistas, local onde se encontravam os parasitas da sociedade – os latifundiários – coligados com o imperialismo para manter o país na condição semicolonial.

Talvez seja surpreendente aos olhos de hoje entender a “cegueira” daqueles anos na manutenção de uma visão do passado marcada pela monotonia e por uma certeza inquestionável, ao menos para os marxistas. É verdade que os acontecimentos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória das forças aliadas e em nome da democracia, pareceriam apontar por uma nova inflexão no partido, forçando ainda que tangencialmente uma análise um pouco mais acurada, em razão da redemocratização e o fim do Estado Novo. A ascensão de Dutra e a colocação do partido na ilegalidade, porém, reinauguraram a ideia da submissão do país ao imperialismo, retomando a ideia de que o país era portador “de uma estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial, que constitui obstáculo principal ao progresso nacional”.¹²

¹¹ INFORME de balanço do comitê central do PCB. In: *Congresso do partido comunista do Brasil- PCB. Luiz Carlos Prestes, 4., 1954. Marxistas*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm>. Acesso em: 01 abr. 2012.

¹² SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilíbrio e a

De qualquer forma, após o segundo governo Vargas e com o governo JK e sua política de industrialização, já não era mais possível insistir tão somente na visão do Brasil do atraso, negando a evidência empírica de que havia uma industrialização em curso. Entende-se assim a Declaração de Março de 1958, onde o PCB realiza sua autocrítica, assumindo o caráter dogmático e sectário do stalinismo.¹³

É por demais óbvio que a autocrítica vinha também num contexto maior de deslegitimação do stalinismo, principalmente após a divulgação dos crimes de Stalin, em 1953. Ao longo daqueles anos, marxistas envergonhados tinham que dar conta dos resultados das antigas defesas e certezas sobre a então vista como extraordinária experiência soviética rumo ao socialismo.

A alternativa revolucionária passava a ser substituída pela opção pacífica, ao menos pelos seus dirigentes. No interior do partido, no entanto, acirravam-se distintas concepções sobre o processo revolucionário que se agudizariam no complexo contexto de fins dos anos 1950 ao Golpe de 1964.

Mais foi precisamente naquele período que vieram à luz dois dos mais importantes livros sobre a formação do país, assentada na ideia do Brasil Feudal, marcado pelo latifúndio. *Formação Histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré e *Quatro Séculos de Latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães. No entanto, tais livros não eram tão somente as obras teóricas que sustentavam o argumento de um Brasil retrógrado. Também seria simplista afirmar que aqueles textos estavam apenas fora do lugar, escritos num período em que a industrialização brasileira e sua inserção no mercado

política: o Partido da classe operária(PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 116.

¹³ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/UFRJ, 2001.

internacional já eram notórias. A nosso ver, compreender a história de seus autores e suas principais reflexões nos ajuda a refletir sobre as leituras deste Brasil Feudal que consolidou a noção do atraso, de um país sem camponeses. Através de suas obras, é possível discutir os problemas resultantes da importação do aporte teórico, a construção de seus principais argumentos e as escolhas feitas de seus interlocutores. Mas também nos permite analisar quais eram os argumentos sobre o camponês e sobre o latifundiário presentes em ambas as obras, suas diferenças, seus elos com aquele presente e as leituras do passado que sustentavam ou pareciam sustentar a produção daqueles livros históricos.

O Golpe de 1964 produziu a derrota da vertente feudal. A partir dos anos 1960, grande parte da produção acadêmica irá incorporar – como verdade – as interpretações sobre o campo brasileiro, sistematizadas por Caio Prado Junior; autor que desde ao menos os anos 1940 insistia em negar que o Brasil era portador de resquícios feudais. Prado Junior adensava suas considerações sobre o sentido da colonização e os desdobramentos políticos naquele emblemático cenário. Entre suas obras, destaca-se *A Revolução Brasileira*, livro que sintetiza suas considerações, escrito logo após o golpe e a obra que destruiu os argumentos defendidos pelos adeptos da tese feudal.

No período sombrio da ditadura militar, poucas eram as chances de que o tema do campesinato e o problema do latifúndio pudesse ser firmado como parte do campo científico da História. Consolidou-se assim a noção de que o campo brasileiro é o lugar do atraso e naturalizou-se – queremos ou não – o latifúndio como uma condição do desenvolvimento econômico brasileiro. As interpretações de esquerda sequer podiam existir. E se havia uma pobreza teórica na base das explicações marxistas, os ventos eram mesmo contrários para que algo de novo pudesse vir à luz.

Nos anos de abertura, porém, uma nova geração de historiadores procurou entender o rural. Ao recuperarem o engajamento político num novo tempo, Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Flamarion Santana Cardoso construíram uma linha de pesquisa que ficou conhecida como história agrária ou história social da agricultura. Inspirados pelas produções francesas e pelo marxismo – que se queria novo – os autores passaram a produzir textos que permitiam a divulgação das considerações de Chayanov sobre o campesinato, dos argumentos de Ernest Labrousse sobre a história econômica e estavam inspirados pelo autor francês, o marxista Pierre Vilar. Lia-se agora Lenin, Kautsky e Chayanov. Procurava-se, mais uma vez, entender o passado para compreender as razões de nosso atraso. Nas interpretações sobre o Brasil daqueles anos, nascia ainda um novo aporte teórico: o modo de produção escravista colonial.

Naquela nova corrente de pensamento, mas também de engajamento, Linhares (juntamente com Francisco Carlos Teixeira da Silva) e Cardoso produziram ao menos dois livros emblemáticos das questões então colocadas para se explicar o campesinato, o latifúndio, em suma, o universo rural: *História da Agricultura Brasileira: debates & controvérsias* e *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*.

A História Agrária deitou raízes na academia, produzindo dezenas de trabalhos sobre o universo rural brasileiro, incorporando muitas das discussões internacionais sobre o tema. Mas ela fez mais do que isso. Na academia, o rural assentou um lugar, num período em que as discussões sobre o campesinato e a crítica ao latifúndio poderiam acontecer, alimentadas, tanto pelas condições políticas então em curso, como pela densidade teórica e metodológica de seus autores. Mas estes textos são também datados, como quaisquer outros. Assim, é interessante observar os limites daquela abordagem, num contexto de abertura política e de profissionalização do campo científico da História.

3. DA CONSTRUÇÃO DESTA OBRA

Para reconstruir os argumentos aqui expressos, a tese que apresento ao leitor está dividida em três partes. Na primeira, *Campesinato e latifúndio na perspectiva de um Brasil Feudal*, analiso as obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, suas principais considerações, influências, os diálogos que mantiveram com os outros autores e quais as respostas que explicavam a noção de um Brasil com resquícios feudais. Busco demonstrar ainda as similitudes, mas também as diferenças de abordagem entre ambos.

A segunda parte é dedicada a Caio Prado Junior. Em *A Teoria fragilizada: Feudalismo, Caio Prado Junior e a Revolução Brasileira* discuto as principais análises de Caio Prado sobre o tema, a parte de sua importante produção e os argumentos que sustentaram sua visão sobre a pobreza teórica da chamada vertente feudal. Por fim, analiso o impacto e a repercussão, tanto de seu principal livro, como a dos autores criticados por ele, como Nelson Werneck.

A terceira parte é centrada na análise da constituição da linha de história agrária. Em *Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Cardoso: a construção de um campo científico* enfoco a nova conjuntura que permitiu a criação desta linha, as inspirações dos autores e as repercussões da obra. Procuro demonstrar ainda as razões pelas quais foi possível construir a linha no processo histórico da abertura política do Brasil.

A conclusão é dedicada à discussão sobre as novas reflexões sobre o universo rural brasileiro do século XVIII, construindo novas marcas interpretativas a partir do marxismo britânico. Defendo uma nova chave de leitura para se entender o rural do setecentos, recuperando as considerações anteriormente feitas por Alberto Passos Guimarães. Num olhar positivo e complexo sobre as lutas de outrora, demonstro como é possível falar de uma economia moral que – assentada no paternalismo – produzia distintas

interpretações sobre o direito à terra e questionava o poder aparentemente incontestado do potentado rural do século XVIII. Na conclusão – como não poderia deixar de ser – defendo a legitimidade do engajamento político como parte da formação do historiador e olho para o passado dos que analisaram o universo rural, dos que questionaram o latifúndio, dos que advogaram em defesa de uma história social do campesinato como aspectos importantes – para não dizer fundamentais – de uma história do Brasil, também revisitada.

PARTE I

**O LATIFÚNDIO NA PERSPECTIVA
DE UM BRASIL FEUDAL**



CAPÍTULO 1

EXPANSÃO COLONIAL, LATIFÚNDIO E FEUDALISMO NO BRASIL: A INTERPRETAÇÃO DE SODRÉ

Nascido no Rio de Janeiro em 1911, com formação militar, o intelectual marxista Nelson Werneck Sodré é autor de dezenas de livros¹ e reconhecido por muitos como um ser humano exemplar, um democrata, e um ensaísta combativo.² Para outros, Sodré foi também um exemplo da chamada esquerda militar no Brasil, cujas origens remontam ao tenentismo.³ Identificado na historiografia como o defensor de que o Brasil apresentava resquícios feudais oriundos de seu passado colonial, sua obra é “emblemática de uma época e de uma posição política”.⁴ Leitor assíduo, conhecedor da literatura brasileira e da história do Brasil, tornou-se ao longo dos anos também identificado como

¹ Entre outros: *História da Literatura Brasileira* (1938); *Panorama do Segundo Império* (1939); *Oeste — Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoril* (1941); *Formação da Sociedade Brasileira* (1944); *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil* (1945); *A Ideologia do Colonialismo* (1961); *Formação Histórica do Brasil* (1962); *História Militar do Brasil* (1965); *As Razões da Independência* (1965); *História da Imprensa no Brasil* (1966); *Fundamentos da Economia Marxista* (1968); *Fundamentos do Materialismo Histórico* (1969); *Memórias de um Escritor* (1970).

² Cf. depoimentos sobre o autor em: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006.

³ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas questões e uma problemática. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 85 - 102.

⁴ GRESPAN, Jorge Luis da Silva. Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 197

um exemplo do intelectual equivocado. Esquecido durante décadas como o autor da mais importante obra sobre a noção do Brasil feudal, renascido nos últimos anos com a publicação de vários trabalhos sobre a sua trajetória e obra, seus livros são um convite à reflexão sobre a relação entre teoria e prática política, entre a história e engajamento.⁵

Alguns autores têm sinalizado que a opção de Sodré em interpretar o Brasil, a partir do conceito de modo de produção não representou uma análise simplificadora do passado, tampouco teve a intensão de negar a especificidade do caráter colonial do Brasil. Sua obra é construída por uma leitura atenta e de diálogos com autores não marxistas, buscando encontrar uma razão para o nosso atraso.

Também é um equívoco pensar ter sido ele o primeiro a defender numa obra a manutenção de resquícios feudais no Brasil daqueles anos. A bem da verdade, coube a Otávio Brandão a produção do primeiro texto marxista a discutir o tema. Publicado em 1926, *Agrarismo e Industrialismo* teve importância decisiva nas estratégias do Partido Comunista e ainda teve o mérito de propor uma explicação sobre as razões do nosso atraso.⁶ Neste sentido, Brandão foi o primeiro a destacar o caráter feudal do país, ao afirmar, por exemplo, que “o fazendeiro de café, no sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é, para Brandão, o colono das fazendas de café do sul e o trabalhador dos engenhos do norte. Para o autor, não havia como negar: a política era a dos fazendeiros!

Qualquer que tenha sido o peso das reflexões de Brandão para as análises de Sodré, é fato de que ele não o

⁵ Entre as obras dedicadas exclusivamente à análise sobre o autor; Cf. SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

⁶ BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924*. 2. Ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.

cita em nenhum dos capítulos de seu livro mais importante sobre o tema.⁷ É verdade também que seria difícil apontar a existência de um único Werneck Sodré. A magnitude de sua obra, seus estudos sobre a literatura e sobre a história da imprensa, não podem ser minimizados na defesa aqui de uma visão única e monolítica sobre sua trajetória intelectual. Mas se o respeito à obra deste autor é condição *sine qua non* para a reflexão sobre sua interpretação acerca do assunto central deste estudo, o campesinato e o latifúndio, é preciso escolher com vagar os livros onde o tema aparece no âmbito mais geral de sua visão sobre o Brasil colonial.

Há ainda que identificar as continuidades e descontinuidades de suas reflexões antes e após o seu ingresso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros de que falaremos mais adiante. Por ora, comecemos por um livro anterior à sua inserção no ISEB, esquadrinhando suas reflexões sobre o homem do campo, livre e pobre e se é possível encontrar aqui e ali alguma análise sobre o campesinato.

Iniciemos, portanto, por *Oeste: Ensaio sobre a Propriedade Pastoral*, escrito em 1941. João Pinto defende que este livro se insere numa primeira fase da produção de Sodré, vinculada a uma “visão de mundo política mais ajustada aos princípios gerais do projeto varguista”.⁸ Neste sentido, é sintomático perceber que a produção de uma obra sobre a ocupação do Oeste se dá no mesmo período em que Vargas consagra sua política de colonização das terras do Oeste e ocupação de fronteiras, defendida pelos intelectuais próximos ao regime, nas páginas da revista *Cultura Política*. Naquelas revistas, tanto Sodré quanto Cassiano Ricardo, produziram artigos que – malgrado distintas posições ideológicas – eram

⁷ Refiro-me à formação histórica do Brasil de que analisarei mais adiante.

⁸ PINTO, João Alberto da Costa. *Os impasses da intelligentsia diante da revolução capitalista no Brasil (1930-1964): historiografia e política* em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. 2005. [120?]f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 39.

argumentos legitimadores da ação estatal do governo Vargas, sobre terras consideradas “livres”.⁹ No entanto, é preciso ao menos reconhecer uma relativa autonomia na produção das obras, pois as tentativas de compreender o Brasil, a partir de estudos sobre os sertões não era uma especificidade de Sodré. Sergio Buarque de Holanda havia publicado um livro sobre o tema, *Monções*, em 1945.¹⁰

Naquela obra baseada numa intensa aproximação com a geografia, Sodré nos convida a acompanhar o percurso outrora realizado pelos bandeirantes e pastoreiros na abertura dos primeiros caminhos rumo ao interior do Brasil. Numa visão idílica dos primeiros anos da ocupação do Oeste, argumentou que “nada se opôs, nessa geografia de linhas longas e simples, à expansão, da força impetuosa dos habitantes na ânsia de abarcar, com o regime pastoril, os infinitos horizontes”. Àqueles homens couberam as tarefas de cortar os rios e buscar caminhos naturais. Estes homens – campeadores teriam

Hábitos simples e padrão de vida pobre. Suas esperanças fundam-se em pouco. Um cavalo, uma arma, uma cobertura, eis o que ele mais necessita. Andando sempre, de oeste para leste, de sul para norte, conduzindo os rebanhos não tem pouso certo nem morada definitiva. Dorme no campo ou nos galpões abertos que, de longe em longe, encontra. O poncho é resguardo contra o tempo, coberta para a noite, leito morno onde esquece as canseiras da soalheira tremenda dos caminhos do pantanal ou a tristeza da monotonia dos chapadões que não tem fim.¹¹

⁹ Para uma análise da política agrária de Vargas, Cf. LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste* : os anos 30. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1984.

¹⁰ Agradeço a Ronaldo Vainfas este alerta. Cf. HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹¹ Idem, p. 16.

Nos anos coloniais, a ausência do poder público ajudara a formar “em toda a sua plenitude as duas características do regime pastoral: os enormes latifundiários e a pobreza do elemento humano.”¹² Naqueles lugares do interior, os proprietários, beneficiados pela ausência do poder público e pela distância em relação às cidades, puderam montar uma repressão particular, formando clãs rurais que dominaram certas zonas do país.

Aquela experiência colonial brasileira confirmava o caráter gradativo das civilizações, colocando o pastoreio nas etapas iniciais. Por não serem sedentários, aqueles pastores não produziram a civilização. Assim sendo, “a contribuição que oferecem para o impulso ingênuo da organização social é quase nula”.¹³

Se era nula a contribuição dos pastores, o que dizer dos ervateiros, responsáveis, segundo o autor, pela necessidade de procurar um porto sobre o Paraguai e pelo deslocamento das populações para o leste do país? Sem fazer qualquer análise sobre a formação dos ervateiros e dando saltos para o período do segundo Império, Sodré argumenta que a produção de ervais estimulou a formação da grande propriedade, já que as condições demográficas da região favoreceram a consolidação da grande propriedade na zona ervateira. O Oeste não fugiria mais uma vez de seu “destino inelutável.”¹⁴

Mas a expansão rumo ao interior não pararia, pois os paulistas “adquiriram no seu esplêndido isolamento, a consciência do próprio valor e do próprio poder.”¹⁵ Os bandeirantes desbravaram os sertões, conquistaram novos territórios e ainda “operaram uma ação fortemente neutralizadora sobre a ação da Companhia de Jesus no Brasil.”¹⁶

¹² Idem, p. 21.

¹³ Ibidem, p. 24.

¹⁴ Ibidem, p.31.

¹⁵ Ibidem, p. 33.

¹⁶ Ibidem, p. 40.

Além disso, a descoberta do ouro atraiu levas inteiras de pessoas que abandonaram as lavouras, de distintos lugares e procedências. O movimento rumo ao interior era o movimento rumo ao eldorado. No entanto, era a expansão pastoril que faria o papel de desbravar o território após o fim do sonho do enriquecimento fácil, propiciado pelo ouro.

Pobre em sinais exteriores, paupérrima em elemento humano, mais estática do que dinâmica, na continuidade dessa infiltração e no constante desdobramento dos rebanhos e na atração que exerceria sobre os agrupamentos humanos que, em outras terras, rodeavam o regime pastoril, tal cultura deixaria, entretanto, na expansão e na geografia humana do Oeste, na fixação dos seus focos de condensação de populações e dos seus centros de distribuição, um papel de relevo verdadeiramente surpreendente e verdadeiramente único.¹⁷

Contraditório em suas reflexões sobre a atividade pastoral, identificando-a ora como exemplo de nulidade, ora como a origem da civilização do Oeste, Sodré tenta recuperar os trajetos inaugurais da ocupação do interior para discutir a questão da propriedade da terra, ou melhor, do direito à terra do “elemento pastoral”, ao longo do Império. Profundamente marcado pela visão de incompletude do homem do campo, insistentemente identificado como pastoreiro, o autor analisa os anos 50 do Oitocentos para reafirmar a impossibilidade daqueles indivíduos de assegurarem a posse de suas terras. Ao afirmar que o fim do sistema de sesmarias de 1822 esteve diretamente relacionado à organização burocrática do país (que ele não explica), Sodré indica que a generalização do sistema de apossamento esteve na origem da promulgação

¹⁷ Ibidem, p. 67.

da Lei de 1850 que visou proibir o acesso à terra, por outro meio que não a compra. No Oeste, porém, as terras não tinham nenhum valor, pois os latifundiários também viviam “num padrão de existência paupérrima, ligado indefectivelmente ao regime pastoril”.¹⁸ A seu ver, não havia sinais de trabalho humano, tampouco benfeitorias, pois a característica que se mantinha desde a primeira fase da expansão pastoril era a do nomadismo, o que “fundamenta a refratariedade da cultura pastoril do trabalho escravo”. Assim,

só homens livre podiam cingir-se ao modo de existência que o nomadismo impunha (...) Os agregados às fazendas viviam de um lado para outro dos horizontes, ora nos chapadões a leste da serra de Amambáí, ora na planície paralela ao Paraguai, ora na região serrana, ora rumo ao norte, conduzindo gado, reunindo gado, vendendo ou marcando gado, sem pouso certo, sem casa fixa, sem residências habitual. Gente de transição primária, obscura, apagada. Todas as crônicas antigas referem a existência, naturalmente mais vincada, desde que a pobreza era maior, desse nomadismo permanente, dessa constante transitoriedade, dessa improvisação eterna, em que cousa alguma se construía, sinal algum a deixava.¹⁹

Nômades e pobres, essa massa humana, continua o autor, “se desloca sem cessar, não se fixa, nada deixa de si. Abre caminhos, certamente, conquista terra, adquire o predomínio sobre glebas perdidas. Mas nada levanta sobre estas conquistas”.²⁰

O que mais impressiona no livro, no entanto, é a aparente contradição entre a intenção de produzir uma história sobre

¹⁸ Ibidem, p. 84.

¹⁹ Ibidem, p. 85.

²⁰ Ibidem, p.87.

a conquista do território, ao mesmo tempo em que nega um lugar nesta mesma história para aqueles que efetivamente ocuparam a terra, desbravando-a. O texto nos revela, portanto, o reconhecimento da trajetória dos desbravadores como personagens principais, mas também o desconhecimento da dinâmica de ocupação dos que ali se estabeleceram. O seu nomadismo e pobreza, não somente os impediram de se fixar na terra, mas também na própria história que ajudaram a construir. Além disso, enquanto um ensaio histórico, o texto não mantém nenhum diálogo com autores que produziam no período, tampouco faz alguma referência às fontes utilizadas e as razões de sua escolha. Também não restam dúvidas de que este livro não é ainda do autor marxista Nelson Werneck Sodré.

Mas se o ensaio é uma “experimentação prévia destinada a verificar se algo serve ou não para determinado fim”,²¹ é preciso analisar então como se consolidou – nos textos de Sodré – a sua visão sobre o homem livre e pobre, a partir da noção do atraso e da incompletude. Para tanto, é fundamental investigar as discussões que norteiam talvez o mais importante de seus livros: *Formação Histórica do Brasil*,²² escrito segundo o próprio autor entre os anos de 1956 a 1961 e tributário das discussões travadas no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros-ISEB

O ISEB, fundado em 14 de julho de 1955, tinha como objetivo lançar as bases de um pensamento brasileiro, na consolidação de uma ideologia capaz de permitir que a Nação tomasse consciência de seu desenvolvimento; sendo ainda um núcleo de assessoria da política econômica do Plano de Metas do governo JK.²³ Espaço de publicação de livros e realização de debates, o ISEB também se consagrou como o lugar que oferecia

²¹ Dicionário

²² Na verdade, o livro, *Formação histórica do Brasil*, é a reescrita de sua obra anterior, *A formação da sociedade brasileira*, de 1944. Cf. Grespan, op. cit, p.203.

²³ Acompanhamento de perto as ilações de Caio Toledo. Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1982.

curso para vários grupos sociais: funcionários, empresários, sindicalistas, parlamentares, e outros. Para Toledo, “o ISEB foi ainda a instituição cultural que melhor simbolizou ou concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de um país”.²⁴

Como coparticipe daquele projeto, Sodré também comungava a crença de que o subdesenvolvimento brasileiro, enquanto estrutura, se caracterizaria por ideologia decadente e retrógrada. A história da própria nação, herdeira de uma pretérita situação colonial, implicaria a permanência de nosso subdesenvolvimento, não se distinguindo qualitativamente da situação anterior à independência do país. A força de trabalho do Brasil sofreria assim de uma dupla alienação: “1) pelo fato do fenômeno da alienação ser próprio do capitalismo; 2) porque vive num país atrasado, dependente e explorado internacionalmente.”²⁵ Ao contrário de seus colegas, no entanto, Sodré preferia utilizar o conceito de transplantação ao se referir à manutenção de nosso atraso cultural e do papel retrógrado das elites.

[...] no quadro da estrutura colonial – que avança além do período colonial – a *imitação, a cópia, a aceitação dos postulados externos sem exame*, tudo aquilo que englobamos no conceito de transplantação, abrangendo desde instituições até ideias literárias, não era uma escola, era o único caminho.²⁶

Mas é preciso entender a diferença do pensamento de Sodré nos quadros das reflexões dos isebianos. Em primeiro

²⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. 50 anos de Fundação do ISEB. *Espaço acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/050/50ctoledo.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

²⁵ Idem, p. 73.

²⁶ Segundo Toledo, para Sodré, “a transplantação não passava de um aspecto particular daquilo que entendia por ideologia do colonialismo”. Apud. *Ibidem*, p. 83.

lugar, segundo Toledo, os isebianos quase não o citam, mas ele também não cita em suas obras nenhum de seus colegas do instituto.²⁷ Sua identificação com o marxismo faz com que compreenda a ideologia como falso pensamento, como forma de dominação, apoiando-se, portanto, na noção de que a ideologia está assentada na alienação dos indivíduos. Por esta razão, os pobres do campo não poderiam ser portadores de um destino autônomo, pois estariam submetidos à alienação do capitalismo. Logo, segundo Toledo, não seria possível para Sodré identificar-se filosoficamente com as perspectivas de outros isebianos, “as quais se propõem à construção *prévia* de uma ideologia”, entendida aqui em sua acepção aparentemente neutra, ligada tão somente a ideia de uma transformação e cara ao iluminismo.

No entanto, Sodré – assim como os outros isebianos – também comunga da defesa de um projeto nacional de superação do atraso, o que faz com que também acredite que o nacionalismo seria a solução (não ideológica!) para a superação dos problemas do país.²⁸ É possível que a aparente contradição entre a noção de ideologia com a alienação e a crença num projeto de cunho nacionalista esteja ligada ao fato de que Sodré, não somente era um intelectual de renome, mas também um general de carreira, coparticipe de um projeto de transformação/renovação da sociedade brasileira, com o apoio da instituição do exército.²⁹ Isso talvez nos ajude a explicar a razão pela qual Werneck Sodré se manteve na instituição até o seu fim, sendo um dos dois últimos integrantes da formação original a permanecer no Instituto, traduzindo uma “esquerdização” do ISEB, nos últimos meses do governo João Goulart.³⁰ O fato dos isebianos “privilegiarem a história

²⁷ Para chegar a esta conclusão, eu analisei todas as notas presentes no livro a *Formação Histórica do Brasil*, obra que como se sabe foi escrita no período em que Sodré participava ativamente das discussões do ISEB.

²⁸ *Ibidem*, p. 103.

²⁹ Agradeço a Théo Lobarinhas Piñeiro este importante alerta.

³⁰ Toledo, *op. cit.* . 190.

a ser feita” traduzir-se-ia na conjuntura do Golpe de 1964 numa clara ameaça, personificada na própria figura de Sodré, “o intelectual mais perseguido pela repressão da ditadura”.

Sua participação no ISEB é por demais marcante, já que foi o professor responsável pela cadeira Formação Histórica do Brasil, ministrando dezenas de aulas e seminários. Segundo Pinto, quase toda a produção dos professores era publicada com o apoio do ISEB e do Ministério da Educação e Cultura. Assim sendo, Sodré exerceu sua prática política enquanto docente, publicando vários trabalhos, resultado daquelas atividades em sala de aula.³¹

Em *Formação Histórica do Brasil*, Sodré busca encontrar os elementos explicativos de nosso subdesenvolvimento, mas ao contrário de seus colegas isebianos, incorporaria a visão stalinista da evolução da história.

[...] o fato isolado, o caso único, o episódio irrepetível, não são suscetíveis de tratamento científico, - não pertencem ao domínio da História. A base da vida em sociedade é a produção: para viver é preciso produzir; para produzir é preciso trabalhar. [...] O grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sobre a natureza, o seu grau de desenvolvimento. As épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem, mas como produzem, isto é, que instrumentos de produção empregam.

E continua:

O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma

³¹ Pinto, op. cit., p. 86.

daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo [...]”³²

À primeira vista e para além da visão etapista da história, Sodré parece mostra-se como um leitor atento ao que então se discutia sobre o feudalismo na Europa, inserindo em notas alguns autores estrangeiros, como o então famoso historiador Henri Pirenne. Sodré demonstra conhecer e dominar as discussões sobre a especificidade do feudalismo português, discordando da noção então em debate sobre a inexistência do feudalismo luso, tese defendida antes pelo historiador Herculano e naqueles anos, por Sérgio Bagú e Azevedo Amaral. Suas considerações estão – como não poderia deixar de ser – inspiradas nos textos de Marx, mas não se furta também de fazer referência ao geógrafo alemão Leo Waibel.

Para Sodré, a formação do Brasil estaria assentada em duas contradições; internamente aquela que opunha senhores e escravos; externamente a que se expressava na relação entre metrópole e colônia. A articulação dialética entre ambas as contradições formaram o país e explicam a manutenção de relações atrasadas, de tipo feudal. No intuito de compreender o fenômeno da colonização, Sodré apoia-se sobretudo em Sérgio Bagú, Celso Furtado, Roberto Simonsen e Caio Prado Junior. A partir das reflexões daqueles autores, discute a idéia de feudalismo no Brasil, repudiada por Simonsen e Celso Furtado e defende que durante o período colonial o Brasil estivera submetido ao modo escravista de produção. Para ele, desde o início da colonização, existiria “uma perfeita articulação entre a Coroa lusa, representação da classe dominante dos senhores feudais metropolitanos e os senhores de engenho, classe dominante da colônia escravista”.³³ Na visão tripartite daquela sociedade, a estrutura colonial açucareira baseava-se

³² Idem, p. 4.

³³ Idem, p. 87.

na desvalia inicial da terra, no regime de monopólio comercial e na situação colonial. A expansão pastoril que ocupou novas terras realiza a conquista do interior e estimula as trocas entre as economias de tipo pastoril e as áreas mineradoras. O sertão funciona assim – segundo Sodré – como “reforço e complemento das áreas agrícolas e mineradoras, e como válvula de escape da área agrícola já apropriada”.³⁴

Mas se ali seria o espaço de um campesinato possível, livre da dominação dos grandes proprietários, torna-se, ao contrário, o lócus de onde

a ausência do poder público, o ritmo vegetativo em que descambaram aquelas áreas, leva à configuração de uma fisionomia peculiar, em que aparecem as questões de terras, resolvidas pela violência, as questões de família, conduzindo a conflitos locais duradouros, e finalmente, a um banditismo endêmico, pontilhado de fanatismo em alguns casos.³⁵

Ali, no sertão, se forma e se conforma áreas de relações feudais, paralela à escravidão. Em outras regiões, após a corrida rumo ao ouro e o declínio da produção aurífera, começam a surgir condições históricas propícias à superação da situação colonial. O afrouxamento progressivo entre a classe dominante colonial e a metropolitana é beneficiado por uma circunstância externa tributária da expansão capitalista na Inglaterra e do fim do monopólio comercial. Mas, se era possível superar o atraso que retardava a circulação das mercadorias, não havia condições para destruir o trabalho escravo, que representava ainda uma das “peças fundamentais da estrutura brasileira de produção”.³⁶ A independência é, então, “uma empresa capitaneada pela classe dominante colonial, que a configura

³⁴ Ibidem, p. 124.

³⁵ Ibidem, p.125.

³⁶ Ibidem, p. 173.

segundo os seus interesses”, mantendo intacta estrutura de produção e aliando-se à burguesia europeia.³⁷

No entanto, a decadência da produção escravista e a própria abolição da escravatura em fins do século XIX, ao não alterarem a forma de apropriação da terra, teriam ampliado a dominação feudal no campo. Neste sentido, “o fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semiescravidão [foi] possível no Brasil, pela disponibilidade de terras”.³⁸

É preciso lembrar que a ideia da existência do feudalismo fora da Europa não foi invenção de Sodrê. Segundo, Grespan, naqueles anos do famoso debate sobre a transição ao capitalismo na Inglaterra, historiadores marxistas como Dobb e Sweezy “abertamente afirmavam que o feudalismo europeu era um caso específico de um fenômeno mais amplo, e a eles se reuniu o historiador Takahashi, falando do feudalismo no Japão”. Ainda segundo Grespan, “Werneck Sodrê estaria apenas aclimatando o conceito à nossa realidade”.³⁹ De todo modo, um olhar mais atento demonstra também que Sodrê ficou prisioneiro à tese de Pirenne e ignorou nas sucessivas edições o debate travado entre os defensores da tese das contradições internas que levaram ao acirramento da luta de classes e o fim do feudalismo – como defendia Dobb – daqueles que afirmaram, ao contrário, ter sido o desenvolvimento das relações de troca o principal fator de destruição do feudalismo, como queria Sweezy.⁴⁰

³⁷ Ibidem, p. 189.

³⁸ Ibidem, p. 247. Em outro livro, argumenta: A imigração de trabalhadores no final do século XIX não aceleraria a transformação das relações de trabalho, já que o latifúndio persistiu enquanto forma majoritária de apropriação da terra. SODRÊ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

³⁹ Grespan, op. cit, p. 205.

⁴⁰ DOBB, Maurice. et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

A tese do marxista inglês Maurice Dobb havia surgido em 1946 e foi fundamental para a revisão sobre o caráter fechado do mundo feudal, apostando – portanto – no caráter transformador do mundo rural. Assim sendo, se Sodré não teve acesso ao debate que se seguiu entre Dobb e Sweezy já nos anos 1950, não deixa de ser emblemático o fato de ele ter ignorado a tese daquele que redefiniria a compreensão sobre as contradições de classe do mundo rural, entre senhores e camponeses.⁴¹

É interessante notar que é o excesso e não a falta de terras que produz as relações feudais, pois para Sodré, “a disponibilidade de terras é um fato inequívoco – mas de terras apropriadas, não de terras por apropriar. Há espaços vazios, mas não há propriedade a conquistar: não há transferência de propriedade”.⁴²

Os espaços vazios, seriam, segundo o autor, objeto de disputa, não se tratando, porém, de uma fronteira móvel. Seriam apropriados por “uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores, no seu conjunto ausente do mercado”.⁴³ Nesta perspectiva, os ex-escravos teriam dois destinos: a área de servidão ou semiservidão, em geral a mesma que antes vigorava no regime de trabalho escravo, e a área urbana, onde aquela se constituiria numa sobra humana marginalizada pelas condições locais.⁴⁴

O livro de Dobb foi publicado em inglês em 1946. Cf. DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. London: Routledge&Kegan Paul, 1946.

⁴¹ O debate é retomado em 1976, com o estudo de Brenner que – em grande medida – avança na perspectiva inaugurada por Dobb. Para uma análise dos debates do período e as novas discussões sobre o tema, Cf. estudo original: WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. Neste sentido, tendo a concordar com Roio, de que a “abordagem da época feudal é aquela que aparecia quase como um ‘senso comum’ no momento em que Sodré tentava aplicar uma leitura marxista da forma social brasileira, amparando-se em autores como Henri Seè, Henri Pirenne, e Marc Bloch, além de Karl Marx”, Marcos Del Roio. “Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de periodização”. (CABRAL; CUNHA, 2006 op. cit, p. 181).

⁴² Sodré, *Formação*, p. 247. *Formação histórica...sociedade?*

⁴³ Idem, p. 248.

⁴⁴ Ibidem.

Sem ao menos explicar como se manteve a propriedade da terra de alguns poucos e a consolidação de relações de feudais no campo após o fim do trabalho escravo, Sodré nem se dá conta de que a invasão formigueira de pequenos lavradores poderia sinalizar um processo de campenização de homens livres pobres e libertos, em busca de terras ainda não apropriadas pelos terratenentes. Talvez possa parecer simples aos olhos de hoje os argumentos desse autor, mas é preciso considerar que – naquela época – era ainda difícil compreender as especificidades nacionais e a relação entre terras livres, campesinato e poder político. A ideia de uma via prussiana de desenvolvimento capitalista cara aos argumentos de Lenin não havia fincado raízes no Brasil. Em Lenin, o argumento da via prussiana servia para compreender os processos de transição para o capitalismo no campo, onde eram mantidas formas pré-capitalistas como o uso da coerção extraeconômica sobre os trabalhadores rurais.

Cuidadoso na análise sobre a expansão do setor cafeeiro e as modificações inauguradas com a crise do trabalho escravo, Sodré, no entanto, não se apoia em alguma fonte ou autor para sustentar a noção de que as relações feudais mantiveram-se no campo, a despeito das transformações inauguradas com a abolição da escravatura e a instalação da República. A teoria sustenta a visão política da necessidade da revolução para a destruição dos latifundiários aliados aos imperialistas.

Talvez seja difícil compreender as razões de suas opções teóricas e sua insistência em conceituar de relações servis aquelas existentes no campo brasileiro, “desde tempos imemoriais”, já que não há grandes rupturas naquela lógica de gestação e consolidação do feudalismo no campo. Resta-nos, ainda, perguntar quais textos inspiraram sua visão sobre o campo, já que – enquanto marxista – era de se esperar que Sodré ao menos apontasse para a existência dos conflitos de classe entre senhores e escravos e, principalmente, entre senhores e seus respectivos “servos”. É o que veremos a seguir.

AS LEITURAS DE SODRÉ E SEUS INTERLOCUTORES

Em seu livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, cuja primeira edição é de 1943, Sodré dedica um capítulo para recomendar a seus leitores os livros que deveriam ser lidos para estudar a sociedade colonial.⁴⁵ Na introdução destaca que “cada um dos elementos que concorreram no povoamento do Brasil, o indígena, o africano e o europeu, trouxe os seus antecedentes sociais”. De todo modo, é o senhor de engenho que “tipifica a classe privilegiada”, originária da concentração da propriedade territorial. Como fontes principais para aquele estudo, Sodré recomenda a leitura de Antonil, Ambrósio Fernandes Brandão, Antônio Ladislau Monteiro Baena, Sérgio Buarque de Holanda, Luis dos Santos Villena, o americano Charles Boxer, João Dornas Filho, Sérgio Bagú, Paulo Prado e Tito Lívio Ferreira. Numa mistura entre fontes de época e livros, nacionais e estrangeiros, Sodré parece, contudo, não desprezar as diversas contribuições de distintos autores para o conhecimento da sociedade colonial.

A inserção do nome de Villena é sintomática, pois este autor escrevera em fins do século XVIII e tinha uma especial predileção por tentar compreender a preguiça dos baianos. Sodré ressalta em seu livro a reedição da *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas de Villena*, e considera que a despeito do fato de que aquele autor não ter muita simpatia pelos baianos, sua obra seria uma das principais fontes para o conhecimento da vida colonial.

No entanto, apesar de reconhecer a importância daquela fonte, Sodré não o cita nenhuma vez no seu livro *A Formação Histórica do Brasil*. Suas conclusões sobre o povo são muito breves e sempre marcadas por adjetivos e juízos de valor.

Também é interessante observar que Sodré destaca o livro de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas*

⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1945.

do Brasil, de 1618 e o de Antonil, *Cultura e Opulência no Brasil*, de 1711, reconhecendo que ambos traziam informações preciosas sobre a sociedade colonial.⁴⁶

Mas é claro também que Sodré realiza uma escolha dentre os relatos de viajantes que conhecia e que não eram poucos. Naquele livro sobre o que se deve ler, ele apresenta rápida biografia de nada menos que sessenta viajantes que vieram ao Brasil. Como afirmara, “não há quem possa, na verdade, fazer estudo apurado no Brasil, particularmente do Brasil antigo, da fase colonial e mesmo da fase imperial, sem a consulta a tais relatos”.⁴⁷

Mas não deixa de ser interessante verificar também que aqueles livros do século XVIII são considerados os mais importantes a serem lidos para se compreender a sociedade colonial. No entanto, não têm a menor importância nas reflexões do autor de *Formação Histórica do Brasil*. É verdade que ao descrever o processo de expansão colonial, ele cita Antonil uma única vez para referendar a penetração pastoril, mas nada fala sobre os agentes sociais responsáveis por aquela expansão. Ali, nas áreas abandonadas da expansão extensiva da pecuária nordestina havia surgido relações feudais, paralelas à área escravista.

Também é curioso perceber como a opção teórica de Sodré o afasta das contribuições de autores não marxistas. Na segunda parte do *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, o autor dedica algumas páginas ao tema da sociedade, reconhecendo a importância dos estudos sobre a origem, dispersão e perseguição aos cristãos-novos, inaugurados por João Lúcio de Azevedo. Destaca ainda o decisivo livro de Victor

⁴⁶ Um interessante estudo sobre as contribuições destes autores para a compreensão da sociedade colonial pode ser conferido em: MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁴⁷ Sodré, op. cit, p.324.

Nunes Leal sobre o coronelismo, publicado pela primeira vez em 1949 e os dois livros de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, de 1936; obras que não aparecem na *Formação História do Brasil*. Com *O que se deve ler* reconhece como *Casa Grande* contribuiu para o que ele denomina de “relações exteriores da sociedade”, ou seja, a casa, o costume, os hábitos, as normas, “conquanto se ressinta de método histórico e abandone quase totalmente os aspectos econômicos”.⁴⁸ O mesmo pode ser dito de *Sobrados*, pois também ali “o trabalho apresenta as mesmas características do anterior, no que é positivo e no que é negativo ou omissivo”.⁴⁹

É verdade que ele não ignora as manifestações no campo de rebeldia, mas permanece no registro de sua própria época, reconhecendo aquelas manifestações como exemplo de fanatismo religioso e banditismo, tal como defendera Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*,⁵⁰ escrito em 1963, portanto após o aparecimento do livro *a Formação Histórica do Brasil*.

A lembrança nas edições posteriores à publicação de seu livro, *a Formação Histórica do Brasil*, de autores envolvidos na temática dos movimentos rurais não parece um simples detalhe. Aqueles novos estudos, tanto o de Rui Facó, de 1963, como o de Mauricio Vinha Queiroz,⁵¹ de 1968 pareciam confirmar o caráter incompleto do homem do campo. Assim,

O messianismo tem sido forma costumeira de manifestação, na sociedade brasileira. A forma de fanatismo religioso disfarçando, travestindo rebeliões camponesas tem sido estudada, na Europa, de velhos tempos, valendo-se dos exemplos ocorridos na Idade

⁴⁸ Ibidem, p. 227.

⁴⁹ Ibidem, p. 228.

⁵⁰ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

⁵¹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Problema agrário, camponeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Média. A repetição dessa forma, no Brasil, numa sociedade rural que apresenta nível e forma de desenvolvimento idêntico ao do medievalismo, pois, não surpreende. Frequentemente, a sociologia empírica vem estudando o fenômeno apenas pela sua exterioridade religiosa, desconhecendo-lhe o significado profundo. Maurício Vinhas de Queiroz, analisando o caso concreto do Contestado, coloca-o nos devidos termos.⁵²

Em suma, o que mais chama a atenção nos estudos de Nelson Werneck Sodré não é tão somente sua insistência em apontar aquela sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960 como portadora de resquícios feudais, herdados do passado colonial. Não era um fato isolado, nem no país, tampouco na América Latina. O mais revelador – ao menos a meu ver – é a maneira como ele caracteriza e qualifica os homens livres e pobres, sua leitura limitada sobre o processo de ocupação territorial daqueles homens e a incapacidade de identificar a luta de classes, entre terratenentes e pobres do campo. O fracasso de suas tentativas de ocupação, ou se quisermos, a impossibilidade de sua campenização é sempre atribuída a eles mesmos, pois a pobreza é entendida como uma característica desmoralizadora. A “invasão formigueira” oscila entre fanatismo e banditismo. Quando, por alguma razão, os pobres conseguem se rebelar, ela – a rebelião – também é marcada por seu caráter incompleto.

Em *As razões da Independência*, publicado em 1965, Sodré precisa explicar o que é a classe de homens livres e destituídos de propriedade para discutir o avanço liberal. No entanto, a despeito de considerar que eles seriam uma classe média ou mesmo a expressão de uma pequena burguesia, o autor acaba por afirmar de que eles representariam um

⁵² Sodré, op. cit, p. 229.

conjunto muito variado de pessoas e camadas, “ficando bastante fluidos os seus limites, quer aqueles que a separam da classe dominante, quer os que a separam da classe que fornece o trabalho físico, mas não é escravo.”⁵³

Mas se o objetivo do livro é explicar o longo processo de consolidação da Independência e a manutenção dos interesses dos latifundiários feudais junto ao Estado, é preciso demarcar o território das rebeliões regenciais. Mas uma vez, é o caráter inconcluso dos pobres que sustenta a análise. Ao apresentar a Cabanagem, lócus do “primeiro governo popular que a história registra,”⁵⁴ Sodré afirma que:

Suas debilidades contrastavam como o vigor das ações empreendidas. Porque, na realidade, não tinham organização alguma e nem obedeciam a um conjunto de idéias, um programa, a que subordinassem a ação governamental, quando no poder, de sorte que o poder os debilitava naturalmente. Não tinha, em suma, teoria e partido capaz de dirigi-los, embora tivessem reivindicações e bravos e decididos chefes, como combatentes.⁵⁵

Assim, há uma linha de continuidade em seu pensamento que não se reduz à insistência de nominar de feudalismo os resquícios feudais, mantenedores do papel da grande propriedade latifundiária no país. A continuidade também se explica por sua insistência em identificar no outro – o pobre – uma debilidade, uma fraqueza, uma ausência.

É claro que a opção e mesmo a insistência em utilizar o conceito de feudalismo para justificar a manutenção de relações pautadas pela coerção extraeconômica no universo rural tinha,

⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. As razões da Independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 211.

⁵⁴ Idem, p. 245.

⁵⁵ Ibidem, p. 246.

antes de tudo, a função de explicar o caráter das relações de dependência do trabalhador brasileiro. Era óbvio que os distintos desenvolvimentos econômicos dos Estados Unidos da América e do Brasil, ambos herdeiros de um passado escravista, faziam com que fosse necessário compreender o porque da ausência aqui de uma revolução burguesa, já que era fato que o capitalismo reproduzia, no Brasil, “o duplo entrave do latifúndio e da dominação imperialista”.⁵⁶ No entanto e apesar disso, Sodré não tem um olhar mais atento à dinâmica de sobrevivência e embate dos pobres do campo. Ele ancora-se também num senso comum que se reproduzia, inclusive, no período em que escrevera aqueles livros. Suas leituras sobre o homem pobre, portanto, não eram sequer iluminadas pela atuação no período das Ligas Camponesas e a intensa mobilização popular que “incendiava” o país”, em nome da Reforma Agrária. Tal como muitos dos seus contemporâneos, ele via os movimentos populares do período a partir da ótica do partido e não há indícios de que tenha encontrado ou destacado uma linha de continuidade entre os conflitos de outrora daquelas dos anos 1950 e 1960 do século XX.

Mas se havia um ambiente propício para as reflexões sobre a dinâmica rural, ele era explicado por uma roupagem teórica que – como já dissemos – havia sido introduzida no Brasil e se propunha explicar o passado pela teoria. Neste sentido, o uso das fontes e dos autores eram apenas argumentos de autoridade para uma ideia pré-concebida. A tradição ensaística, comum a tantos autores daqueles anos, era encoberta por uma teoria que se queria verdadeira.

Isso não significa afirmar que Sodré não lia, ou lia pouco. Seu livro sobre *O que se deve ler...* mostra-nos como ele era um autor preocupado com o saber histórico, curioso em relação à produção de outrem. Mas não é somente ali que ele manifestou

⁵⁶ Neste sentido, tendo a concordar com MORAES, João Quartim. Sodré, Caio Prado e a luta pela terra. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 181.

tal preocupação. Sua obra *A Formação Histórica do Brasil* está recheada de notas, de autores distintos. Quem são eles? Como influenciaram o conhecimento de Sodré? Algumas pistas nos são fornecidas pelas notas presentes em seus livros. Afinal de contas, como nos lembra Anthony Grafton as informações presentes nas notas são por demais importantes para serem deixadas de lado, ainda que só lembremos delas, quando procuramos encontrar algo ou identificar alguma ausência.⁵⁷

Em primeiro lugar, esquadrihar os autores que influenciaram o autor é tarefa das mais complicadas, pois estamos aqui partindo do princípio de que as citações são fortes indícios, cujo peso na construção dos argumentos não deve ser minimizado. Sabemos, no entanto, que há autores que estimulam a reflexão presente em uma obra, mas que por alguma razão, não são claramente citados, seja porque a influência é difusa, presente aqui e acolá nas “impressões de viagem”, seja porque o próprio autor não se vê conduzido por aquela anterior hipótese ou argumento. De todo modo, acho ser possível realizar uma análise das leituras de Sodré para a realização de sua obra mais importante. Afinal de contas, quaisquer que sejam as opiniões do próprio autor, “todo texto é produto de criação coletiva: a voz do seu produtor se manifesta ao lado de um coro de outras vozes que já trataram do mesmo tema e com as quais se põe em acordo ou desacordo”.⁵⁸

⁵⁷ Segundo o autor: “Como o banheiro, a nota de rodapé moderna é essencial à vida histórica civilizada; como o banheiro, ela parece ser um assunto entendiente para a conversação polida e chama a atenção, na maioria das vezes, quando funciona mal. Como o banheiro, a nota de rodapé permite lidar privadamente com tarefas feias; como o banheiro, as notas de rodapé descem suavemente pela tubulação – muitas vezes, recentemente, nem mesmo no pé de página, mas no fim do livro. Fora da vista, e até mesmo fora das reflexões, parecem ser exatamente o lugar a que um dispositivo tão banal deve pertencer”. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papyrus, 1998, p. 17.

⁵⁸ Fiorin e Savioli Apud. MAIA, Maria Christina de Motta. *Intertextualidade*. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/~pead/tema02/intertextualidade2.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

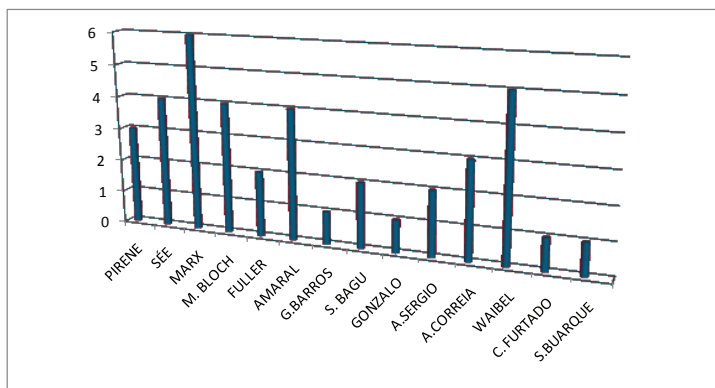
Ora, independente ou não de nossas incursões particulares no campo da história da escrita, não resta dúvida de que todo texto remete a outros, no esforço de defender suas hipóteses e argumentos. O que chamamos de intertextualidade é essencial para dar legibilidade ao texto, como ressalta Maria Christina de Motta Maia⁵⁹. Além disso, aqueles que citamos fornecem ao texto – além da legibilidade – algo de não somenos importância. Ao citar, escolhemos aqueles que nos legitima, na tentativa (às vezes bem sucedida, às vezes não) de nos colocar entre pares.

Senão vejamos. O que Nelson Werneck Sodré leu e citou para construir os argumentos presentes na introdução de *Formação Histórica do Brasil*? É possível que o nosso autor tenha lido muito mais do que citou em seu texto, já que ele mesmo fornecera uma guia do que deveria ser lido para conhecer o país. Mas como não nos é possível descobrir todo o seu percurso, as notas são – como já dissemos – uma pista das mais interessantes.⁶⁰

No gráfico a seguir podemos identificar as obras citadas por Nelson Werneck Sodré para a redação do texto introdutório de seu livro.

⁵⁹ idem.

⁶⁰ Agradeço imensamente a Gisele Venâncio por esta indicação e por me convidar a olhar com mais atenção as notas presentes nas obras. Um procedimento semelhante realizado por Venâncio foi publicado no capítulo da obra: VENANCIO, Gisele. Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco Jose de Oliveira Vianna. In: DUTRA, Eliana; MOLLIER, Jean Yves. (Org.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 87-108.

Gráfico 1. Autores inspiradores do texto introdutório da obra

Fonte: Nelson, 1979.

É mais do que óbvio que a introdução explicita sua filiação ao marxismo de Marx, confirmando, portanto, a hipótese anteriormente defendida por outros autores do uso modelar dos conceitos marxianos nos intelectuais marxistas daqueles anos. Logo, é também compreensível que Sodré apoie-se nos argumentos de Sérgio Bagú, considerado um dos mais importantes pensadores marxistas da América Latina e identificado como um dos pioneiros do que mais tarde será conhecida como a teoria da dependência. Seus livros *A economia da sociedade colonial* (1949) e *a Estrutura Social da Colônia* (1952) tiveram decisivo impacto na produção das ciências sociais latino-americanas, pois buscou analisar a relação entre a economia colonial e sua subordinação ao sistema capitalista mundial.⁶¹

Um olhar mais atento demonstra que a sua filiação teórica que – como já dissemos - está calcada na importação de um modelo, não excluiu o esforço do autor de dialogar com autores não marxistas, tanto nacionais, quanto estrangeiros. Além da referência a Pirenne já sinalizada, Sodré cita várias

⁶¹ BAGÚ, Sergio. *Economía de La sociedad colonial*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

vezes Azevedo Amaral, o geógrafo Leo Waibel e o historiador Marc Bloch.

Waibel é inclusive o segundo autor mais citado na introdução. Em 1958, ele havia publicado um estudo decisivo sobre a ocupação do espaço no Brasil, a consolidação das plantagens no Novo Mundo e a necessidade de mão de obra escrava para a produção voltada à exportação.

Considerado um dos mais importantes geógrafos do entre guerras, Waibel chegou ao Brasil vindo dos Estados Unidos. Alguns autores argumentam, inclusive, que a perspectiva de paisagem cultural deste autor não se coadunava com as discussões acadêmicas brasileiras da época, mais assentadas no processo de compreensão da subordinação da agricultura ao capitalismo. De todo modo, suas análises sobre a zona pioneira foram fundamentais para se explicar a especificidade da agricultura do sul do país.

Os estudiosos de Waibel são, como ele, geógrafos e é possível que a repercussão da sua obra na geografia tenha se dado mais tarde, já no período em que este campo de conhecimento incorporou alguns aspectos antes sinalizados por Waibel, expressos no conceito de paisagem cultural.⁶² Waibel foi um pesquisador engajado na proposta imperialista alemã, mas aos poucos se afastou daquele projeto, ao conhecer de perto as culturas africanas e sua história. Aquela linha de pensamento – o da paisagem cultural – era herdeira de uma tradução geográfica alemã do século XIX que privilegiava a participação dos homens na formação da paisagem cultural, defendendo, portanto, que os aspectos sociais, religiosos e políticos não poderiam ser excluídos de uma análise propriamente geográfica. Além disso, ele entendia a paisagem cultural no interior da chamada geografia agrária, “resultante do uso predominante do solo, ou seja, do tipo de cultivos,

⁶² SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. *Boletim Gaúcho* de Geografia, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 25-41, 2002.

técnicas utilizadas, estradas e instalações, determinado pela formação econômica”.⁶³

De qualquer forma, é difícil saber as razões pelas quais Sodré apoia-se em muitos dos argumentos de Waibel para fundamentar as suas ideias sobre a ocupação territorial. É fato que ele influenciou jovens geógrafos brasileiros, com as suas propostas de revisão de determinadas nomenclaturas para alguns tipos de vegetações e de sistemas agrários.⁶⁴ Talvez seja pertinente lembrar que o geógrafo alemão foi consultor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1941 e 1944, período em que Sodré escreve a obra sobre a ocupação do Oeste, mesmo período de consolidação da proposta varguista de expansão da fronteira; livro que ainda não está apoiado em nenhum autor, sendo apenas um ensaio da discussão que retornará em a *Formação Histórica do Brasil*. Em suma, talvez seja possível asseverar que tal aproximação tenha a ver com o esforço de Sodré de entender a ocupação territorial propriamente dita e os argumentos de Waibel eram de fato um diferencial importante naqueles anos.

As citações referentes à Azevedo Amaral, considerado um dos mais importantes teóricos do Estado Novo, também são dignas de menção. Não deixa de ser surpreendente que Sodré faça referência a um ideólogo do Estado Novo para defender seu ponto de vista. Um olhar mais cuidadoso revela que o autor apoia-se no livro de Amaral, *Ensaio Brasileiro*, escrito em 1930, para sustentar a reconstrução histórica do aparecimento do grande comércio, o desenvolvimento do sistema bancário e da imprensa, em sua relação com o atraso

⁶³ ETGES, Virginia E. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. p. 27-47. In: *GEOgraphia*. n. 4, ano 2, 2000.

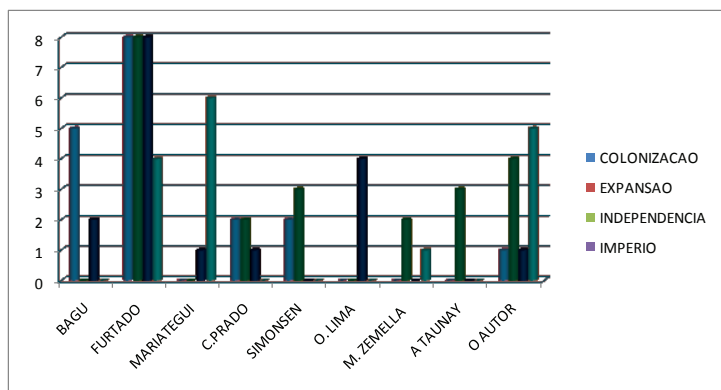
_____. *Geografia agrária: A contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Resumo).

⁶⁴ BROEK, Jan. Leo Heinrich Waibel: An Appreciation. *Geographical Review*. v. 42, n. 2, p. 287-292, apr. 1952. Disponível em: < [Hhttp://www.jstor.org/stable/211392](http://www.jstor.org/stable/211392)>. Acesso em: 17 out. 2010

português. Nesse sentido, em Portugal, os mercadores sequer se definiram como classe, nem tampouco assumiram o poder. De qualquer forma, é difícil lançar algumas informações mais acertadas sobre a relação de Sodré com a produção de Azevedo Amaral, mas talvez seja pertinente ao menos sinalizar que ambos viam no exército o lócus da salvação nacional e da superação do atraso.

Mas se a introdução sinaliza para a leitura de uma multiplicidade de autores, alguns inclusive não marxistas, o que podemos afirmar em relação aos capítulos que expressam o processo histórico de constituição e consolidação do feudalismo que ele quer tanto defender? Ou seja, com exceção obviamente de Marx, – seu suporte teórico – quais são os autores citados para os capítulos colonização, expansão, independência e império?

Gráfico 2. Principais autores citados por Nelson Werneck Sodré (por capítulo).



Fonte: Sodré, 1979.

AUTOR	OBRAS
SERGIO BAGU	<i>ECONOMIA DE LA SOCIEDAD COLONIAL</i>
CELSO FURTADO	<i>FORMAÇÃO ECONOMICA DO BRASIL</i>

JOSÉ CARLOS MARIATEGUI	<i>SIETE ENSAYOS DE INTERPRETACIÓN DE LA REALIDAD PERUANA</i>
CAIO PRADO	<i>FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORANEO HISTÓRIA ECONOMICA DO BRASIL</i>
ROBERTO SIMONSEN	<i>HISTÓRIA ECONOMICA DO BRASIL</i>
OLIVEIRA LIMA	<i>D. JOAO VI</i>
MAFALDA ZEMELLA.	<i>O ABASTECIMENTO DA CAPITANIA DAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII</i>
AFONSO TAUNAY	<i>SÃO PAULO NOS PRIMEIROS ANOS</i>

Fonte: Sodré, 1979.

Em primeiro lugar, é mais do que óbvia a presença de Sergio Bagú e Mariategui na construção argumentativa de Sodré. Já fizemos referência à Bagú, mas ele não foi o único marxista latino a ser lembrado pelo nosso autor. O sociólogo e socialista peruano Mariategui é o autor mais citado no capítulo “Império” do livro de Sodré. A obra *Sieteensayos de Interpretación de la Realidade Peruana* foi escrita em 1928.⁶⁵ Nela, o estudioso defendia que no Peru coexistiam três tipos de economias distintas. Sob o regime da economia feudal, nascida com a conquista, subsistiam na serra alguns resíduos ainda presentes da economia comunista indígena. Na região costeira, sobre um solo feudal, crescia uma economia burguesa que, pelo menos em seu desenvolvimento mental, dava a impressão de ser uma economia atrasada. Ainda para o autor, o sistema econômico vigente no Peru daqueles anos mantinha na agricultura uma organização semifeudal que, aos seus olhos, constituía-se no mais pesado lastro do desenvolvimento do país.⁶⁶

Ao reafirmar suas reflexões apoiando-as nas de Mariategui, Sodré talvez objetivasse ancorar-se naquele

⁶⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 5. ed. México: Editores Independentes, 1979.

⁶⁶ Idem, p. 29 e 30.

que era considerado o mais importante autor marxista latino-americano do século XX ou ao menos lembrar ao seu leitor de que a experiência feudal no Brasil não era uma excepcionalidade, mas sim uma realidade dos países coloniais.

Mas não há como negar a força dos argumentos de Celso Furtado na construção do texto de Nelson Werneck Sodré. Ele é o autor mais citado dos três dos quatro capítulos da análise. A presença marcante do economista Celso Furtado na obra de Sodré é por demais reveladora; autor já internacionalmente conhecido naqueles anos pelos seus trabalhos junto a CEPAL. Estruturalista econômico, defensor do intervencionismo keynesiano, é um dos mais importantes intérpretes da histórica econômica do país. Furtado foi ainda um personagem político engajado, sendo o responsável pela criação da Sudene, voltada para a busca de soluções aos problemas do Nordeste. Conhecido por suas posições de esquerda, não foi jamais uma marxista. Isso certamente não diminui sua trajetória. Foi sua formação multidisciplinar, aliada a sua atuação direta nos acontecimentos daqueles anos, que o transformaram ao mesmo tempo um “personagem e um observador privilegiado”.⁶⁷

Rompendo com as interpretações econômicas a-históricas, Furtado percebeu desde cedo as implicações do passado nas políticas econômicas do presente. Assim, na CEPAL e em companhia do argentino Raul Prebisch, formaram um grupo cujo objetivo era o de entender o subdesenvolvimento latino-americano. Prebisch havia desnudado a falácia do livre-comércio entre nações e aprofundado as discussões em torno da relação assimétrica entre o centro e a periferia. “Estava dado o primeiro passo em direção a uma teoria do subdesenvolvimento, ou seja, uma teoria gestada pelos teóricos dos países periféricos e buscando uma saída para

⁶⁷ MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*. v. 9, n. 4, p. 29, 1989.

superar o subdesenvolvimento”.⁶⁸ As reflexões de Prebisch foram decisivas para o amadurecimento das de Furtado e permitiu que ele entendesse o passado do Brasil à luz de uma história entre economias desiguais: a colônia e a metrópole. Sem nenhuma política intervencionista, o Brasil manter-se-ia como agroexportador. Neste sentido, para Furtado foi a política intervencionista de Vargas, na defesa dos interesses dos cafeicultores, que impulsionou a industrialização do país, rompendo o elo que prendia o país a uma política econômica voltada para a exportação de bens primários, notadamente o café.

Ao escrever o seu livro, Sodré apoiou-se e legitimou os argumentos de Celso Furtado, esforçando-se por adequar sua teoria marxista às reflexões deste autor. Ao fazer isso, ele procurou também legitimar suas próprias visões. Em outras palavras, todo o esforço de Sodré esteve voltado para confirmar uma teoria previamente concebida. Mas ao fazer isso, não se furtou em aproximar-se de autores não marxistas, de alimentar-se dos argumentos daqueles homens. Waibel e Celso Furtado, por exemplos, eram autores tão diferentes, com formações tão distintas.

Em suma, a trajetória da produção de Sodré, longe de representar uma visão engessada no marxismo, era o resultado de um esforço de compreender o Brasil e o lugar do rural nas interpretações sobre o atraso. Ancorado na perspectiva de um país com resquícios feudais, ele desejou dar concretude àquela reflexão, tão cara ao pensamento de esquerda daqueles anos.

Outro autor, no entanto, teria um olhar mais atento aos movimentos rurais do Brasil, baseando-se ainda na noção de feudalismo brasileiro. Sua trajetória e reflexões nos ajudam a não identificar “o pensamento feudal” como monolítico, sem distinções.

⁶⁸ Idem, p 32.



CAPÍTULO 2

Resquícios feudais, latifúndio e campesinato: a originalidade de Alberto Passos Guimarães

Seguindo a linha teórica de Sodré, outro autor, Alberto Passos Guimarães, viria a dar uma versão mais acabada do feudalismo brasileiro. Escrito em 1963 – quando as esperanças de uma Revolução pareciam estar perto de se concretizar – *Quatro séculos de latifúndio* – buscava mostrar as origens e os efeitos da extrema concentração fundiária do Brasil.¹ Na “ilusão” da proposta da Reforma Agrária do governo Goulart, o país tinha em suas mãos a prova histórica da necessidade de uma melhor distribuição de terra. Com certo grau de ingenuidade, acreditava-se na urgência da Reforma, entendida como condição imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais.

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico” da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos a emancipação econômica e ao progresso de nosso país.²

¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

² Idem. p. 38.

Quatro séculos de Latifúndio foi publicado pela primeira vez pela pequena Editora Fulgor, em dezembro de 1963. Esta editora foi considerada uma das progressistas no período anterior ao golpe, ao lado da Civilização Brasileira, Tempo Brasileiro, José Álvaro e Zahar Editores.³ Em 1964, o livro é reeditado pela Paz e Terra, que se consagrou como a editora voltada para a publicação de livros de autores marxistas.⁴

Talvez seja surpreendente hoje o quase total desconhecimento da obra de Passos Guimarães, autor que merecera a inclusão de uma apresentação de Antonio Houaiss na edição de 1968.⁵ Nela, Houaiss afirmara que aquele livro nascera um clássico, registrando sua densidade teórica: “os modelos dos modos de produção, clássicos na interpretação materialista da história, são assim usados neste ensaio com extremo rigor, mas com vitalização, a prática com a nova realidade oferece enriquecimentos teóricos à teoria global”.⁶

Esquecido e derrotado por sua crença numa revolução que superaria os restos feudais por ele identificados, o autodidata Alberto Passos Guimarães nasceu em Alagoas em 1908 e faleceu no Rio de Janeiro em 1993. Foi redator no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ali responsável pela coleção *Retratos do Brasil*, sendo também o autor do primeiro censo das favelas no Rio de Janeiro, em

³ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 539 e 540.

⁴ A editora foi fundada por Fernando Gasparian. Cf. As Editoras de Esquerda: Civilização Brasileira e Paz e Terra. Quitanda do Chaves, 06 jul. 2008. Disponível em: <<http://quitandadochaves.blogspot.com/2008/07/>>.

Agradeço a Andréa Galuccio a informação sobre o responsável pela Paz e Terra e pela pesquisa que generosamente fez para comprovar a hipótese de que não há teses sobre esta editora no país. Eu volto a questão da publicação dos livros no capítulo seguinte.

⁵ Eu utilizo a edição de 1968 para analisar a obra. Nada a diferencia da versão de 1963, com exceção da inclusão de um novo capítulo final, intitulado: Depois de 1964.

⁶ HOUAISS, Antônio. Idem. (apresentação).

1950.⁷ Em colaboração com Jorge Amado e Oscar Niemeyer, fundou a revista *Paratodos* e a convite de Antonio Houaiss foi o responsável pelo setor de geografia da Enciclopédia *Mirador*.⁸ Guimarães publicou ainda *A Crise Agrária*, em 1978, e *As Classes Perigosas: Banditismo Rural e Urbano*, em 1982.

Excluído da lista de autores cujas obras tornaram-se leitura obrigatória nos cursos de história, seu nome só recentemente foi lembrado, por conta dos estudos de Ieda Lebensztayn sobre a *Revista Natividade*, fundada pelos jovens Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti, em 11 de abril de 1931.⁹ Naquela revista escreveram importantes intelectuais do período, como Graciliano Ramos e José Lins do Rego, além dos editoriais assinados pelos fundadores, onde

⁷ Nesta instituição, publicou: GUIMARÃES, Alberto Passos. Divisão do Distrito Federal em quadros urbanos, suburbano e rural, para fins censitários. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. 26 f.

_____. As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. 47 f.

_____. Base geográfica do recenseamento geral de 1950. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento.

_____. A data do recenseamento geral de 1950. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. 22f.

_____. O quesito religião no censo demográfico de 1950. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952.

_____. Base legal do recenseamento geral de 1950. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. 43f.

_____. Cadastros preliminares no recenseamento geral de 1950. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1953. 18 [20] f.

Estas informações me foram dadas gentilmente pelo historiador do IBGE, Leandro Malavota.

⁸ Uma pequena biografia, de onde retirei estas rápidas informações, pode ser lida na Tese: LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. 2009, Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - USP, São Paulo, 2009.

⁹ Idem. Um resumo da tese pode ser lido no artigo: LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a revista Novidade: contra o lugar-comum. Estudos avançados*. [online]. 2009, v. 23, n. 67, p. 251-268. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n67/a29v2367.pdf> >. Acesso em: 12 ago. 2010.

manifestavam sua visão sobre o imperialismo, a violência no campo e o banditismo. Num dos editoriais assinado por Guimarães, o autor combate “a fama da terra de milagres que se criou para o Brasil por causa de sua grande extensão territorial”.¹⁰ Em outro “retoma o chavão de que no Brasil a terra é fértil para mostrar que apesar ou por causa disso, não se sustentavam ideais políticos e sociais, não havendo sentimento de nacionalidade no país”.¹¹

A presença destes modernistas nordestinos, engajados e ansiosos pela transformação social do Nordeste deixaria marcas indelévels no autor de *Quatro Séculos de Latifúndio*, pois é possível que a leitura de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, tenha tido algum papel em sua percepção sobre a violência no campo e a resistência dos pobres. A personagem José Amaro, agregado de um coronel, não seria o modelo da sina e desgraça de tantos outros?

Deixara os trabalhos e só fazia imaginar como iria se arranjar nesse mundo. A princípio pensou que fosse fácil abandonar aquela casa. Nunca sentira por aquele pedaço de terra o que agora estava sentindo. Viu que era duro abandonar aquela besteira que via todos os dias como coisas sem importância. O pé da pitombeira, as touceiras de bogaris, aqueles cardeiros de flores encarnadas, o chiqueiro dos porcos, a estrada coberta de cajazeiras, tudo teria que deixar, tudo estaria perdido para ele. Alípio lhe dera aquele conselho. *Manuel de Úrsula lhe falara em direito. Direito de pobre.*¹²

Em *Quatro Séculos de Latifúndio* Guimarães pretende contar também uma história, a que confirma a perenidade do

¹⁰ Idem [tese], p. 95

¹¹ Ibidem.

¹² REGO, José Lins. *Fogo Morto*. São Paulo: Editora Klick, 1997. p. 181.

problema agrário no Brasil e a força e poder dos fazendeiros. Numa visão romântica do Brasil antes de Cabral, inicia seu livro, apoiando-se nos escritos do viajante francês Jean de Léry, com a frase: “Era de `paz e sossego a vida brasileira antes de começar a nossa história”.¹³ Utiliza-se da classificação de Morgan para explicitar a fase evolutiva que estariam os índios brasileiros e se pergunta se eles teriam evoluído espontaneamente da antropofagia para a prática da escravidão, concluindo que isso era pouco provável, pois tudo levava a crer que ela foi introduzida com os portugueses. “Malgrado os apelos de Anchieta e de Nóbrega, as piedosas recomendações papalinas, e as tímidas determinações da Metrópole, a marcha inexorável da colonização prosseguia em seu avanço, deixando no rastro o sangue das populações nativas”.¹⁴

A noção de uma marcha inexorável é acompanhada pela defesa de que a institucionalização da propriedade privada na colônia consolidou o poder “dos senhores feudais da América Portuguesa”. Logo,

Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade que é o seu pecado original, jamais ele se redimiria.¹⁵

A certeza de uma linha reta entre passado e presente, capaz de legitimar o título de sua própria obra, é expressa também na nota final deste capítulo introdutório. Na segunda edição do livro, Guimarães registra o extermínio de índios Patachós na Bahia, através da inoculação da varíola ou da chuva de dinamite. Eram crimes praticados por funcionários

¹³ Guimarães, op. cit. p. 5.

¹⁴ Idem, p. 15.

¹⁵ Idem, p. 19.

do ex-serviço de Proteção aos Índios, relatados pela comissão de Inquérito do Ministério do Interior e publicado no Correio da Manhã, em 14 de março de 1968. De todo modo, há também algo que unia o passado e o presente: a violência contra os destituídos.

É interessante observar que o autor tem que construir um argumento que dê coerência, não somente a ideia de um passado que se mantém sem grandes rupturas, mas de consagrar a noção de que este mesmo passado deve ser nominado de feudalismo ou de resquícios feudais. Em outras palavras, Guimarães precisa alinhar o seu estudo, dando-lhe uma coerência teórica que se una ao seu desejo de transformação social. Para ele, o capital colonial tão necessário à colonização do país não foi capaz de transformar aquela sociedade numa economia mercantil, tendo de submeter-se e mesmo amoldar-se à “estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa”.¹⁶ Apoiando-se em Marx e em Sodrê, ele argumenta também que

O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo por que, numa determina formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo por que os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processo de distribuição ou circulação desses bens.¹⁷

¹⁶ Idem, p. 23.

¹⁷ Ibidem, p. 27. Em nota, complementa: “Nelson Werneck Sodrê que em trabalhos anteriores admitira a tese do ‘capitalismo colonial’ para classificar o regime econômico da América Portuguesa (*As Classes Sociais no Brasil*, p. 26 e 27) reformulou seu ponto de vista, aduzindo com admirável lucidez argumentos irrefutáveis para comprovar a existência das características feudais da economia e da sociedade do Brasil- Colônia, em seu magnífico livro *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2. ed. 1963. p. 27 e seguintes.

Em Portugal dos descobrimentos, a ordem feudal tinha sua base na propriedade territorial e quando o país deu início à ocupação do Novo Mundo transplantou a ordem feudal, assentada no monopólio da terra. No entanto, em razão da impossibilidade de contar com servos na colônia, o feudalismo colonial “teve de regredir ao escravismo, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, como o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra”.¹⁸

Da mesma forma que Sodré, Guimarães também se utiliza dos argumentos de Waibel e de Bagú, mas segue em direção contrária. Para ele, Waibel havia menosprezado o exame dos processos de produção para argumentar em favor do caráter capitalista das plantagens. Bagú, por sua vez, apesar de ter reconhecido elementos de configuração feudal na colonização dos países americanos, opta por inserir àquelas colônias nos quadros do capitalismo moderno. A seu ver, a insistência em nominar de capitalista o que para ele é feudal, tem como resultado:

A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar um crescimento, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária.¹⁹

Em outras palavras, Guimarães acredita que nominar de feudalismo a experiência colonial brasileira era a melhor forma de defender a reformulação da estrutura fundiária do país. A opção pelo conceito de capitalismo expressaria, em suma, uma estratégia política não-reformista, um desenvolvimento

¹⁸ Ibidem, p. 29.

¹⁹ Ibidem, p. 33.

gradual, como aquele realizado por Juscelino Kubistchek. Mais uma vez, os acontecimentos daquele presente pareciam confirmar um determinado olhar sobre o passado. Aquele governo desenvolvimentista – informa a nota – havia criado metas agrícolas para a expansão da produção e melhoria dos níveis de produtividade da agricultura. Foram feitas “maciças injeções de dinheiro na compra de tratores etc. Os resultados não se fizeram esperar: o fracasso da cultura do trigo e a crise do feijão”.²⁰

Em síntese, havia uma realidade inquestionável, era o monopólio feudal e colonial que havia assumido, no Brasil, a propriedade da terra. Este monopólio asseguraria, por sua vez, não somente um poder econômico, mas também extra econômico das classes latifundiárias. Assim, o que Antonil havia criticado no século XVIII, “quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência do servo”, apareceria novamente no século XIX, nas observações de Koster, “o grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres”. E, segundo Guimarães, estaria ainda presente através do fenômeno do coronelismo²¹.

Guimarães está atento aos estudos do período sobre a expansão territorial, apoiando-se, portanto, nos trabalhos de Felisbello Freire²² e Cirne Lima²³ para esquadrihar o sistema de sesmarias. Além disso, utiliza-se da obra de Vasconcellos, *Livro das Terras*, publicado pela primeira vez em 1856, para discutir como foram transplantadas as legislações portuguesas sobre o sistema e como se fortaleceu o monopólio da terra

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem, p. 35.

²² Nascido em 1858 e falecido em 1916, Felisbello Freire foi jornalista e historiador, autor de um extenso estudo sobre o território brasileiro: *História Territorial do Brasil*, em cinco volumes.

²³ Jurista e advogado brasileiro, Rui Cirne Lima nasceu em 1908 e faleceu em 1984. Cf. LIMA, Rui Cirne. *Pequena história territorial do Brasil (sesmarias e terras devolutas)*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954. (1. ed., 1935)

dos grandes senhores.²⁴ “A legislação de Sesmarias, traída em suas origens pelo monopólio feudal, revelava-se incapaz de servir às finalidades expressamente declinadas em seus textos: a disseminação das culturas e o povoamento da terra”.²⁵

A noção de que a legislação de sesmarias teria sido operada no sentido inverso de sua intensão inicial, a produção, já havia fincado raízes, não somente nos estudos dos juristas, mas também na literatura. Não à toa, Guimarães faz uma referência explícita, a partir de *Os Sertões*.

Ao escrever sobre Canudos, Euclides da Cunha destacara as abusivas concessões de sesmarias doadas a uma única família, a de Garcia d'Avila, da Casa da Torre. Lá, achavam-se povoados muito antigos “acompanhando o S. Francisco até os sertões de Rodelas e Cabrobó avançaram logo no século XVII as missões no lento caminhar que continuaria até o nosso tempo”. Mas, para Euclides da Cunha, eles “não tiveram um historiador”. E continua:

A extraordinária empresa apenas se retrata, hoje, em raros documentos, escassos demais para traçarem a sua continuidade. Os que existem, porém, são eloqüentes para o caso especial que consideramos. Dizem, de modo iniludível, que enquanto o negro se

²⁴ VASCONCELOS, J. M. *Livro das Terras ou Colleição da Lei, Regulamento e Ordens Expedidas a Respeito desta Materia até o Presente Seguido da Fôrma de um Processo de Medição e das Reflexões do Dr José Augusto Gomes de Menezes, e de outros, que Esclarecem e Explicão as mesmas Leis e Regulamentos*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1860. (primeira edição, 1856). Obra Indispensavel aos Parochos, JuizesMunicipaes, JuizesComissarios, InspectoresGeraes, Delegados, Subdelegados, e em geral todos os Proprietarios de Terras Segunda edição (Correcta e consideravelmente accrescentada com tudo quanto respeita á colonização civil e militar, e com escriptos novos, curiosos e interessantes) Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1860 (primeira edição, 1856).

²⁵ GUIMARÃES, op. cit. p. 57. Logo em seguida, ele afirma que o fim do sistema de sesmarias em 17 de julho de 1822, “foi o reconhecimento de uma situação insuportável” Idem, p. 59.

agitava na azáfama do litoral, o indígena se fixava em aldeamentos que se tornariam cidades. A solicitude calculada do jesuíta e a rara abnegação dos capuchinhos e franciscanos incorporavam as tribos à nossa vida nacional e quando no alvorecer do século 18 os paulistas irromperam em Pambu e na Jacobina, deram de vistas, surpresos, nas paróquias que, ali, já centralizavam cabildas. [...] ²⁶

Mas o povoamento daquelas áreas não seria apenas propiciada pela expansão dos Garcia d'Avila. Na segunda metade do século 17 também Domingos Sertão ocupara aquele território.

Ostentando, como os outros dominadores do solo, um feudalismo achamboado – que o levava a transmutar, em vassalos os foreiros humildes e em servos os tapuias mansos – o bandeirante atingindo aquelas paragens, e havendo conseguido o seu ideal de riqueza e poderio, aliava-se na mesma função integradora ao seu tenaz e humilde adversário, o padre. ²⁷

Para Euclides da Cunha foram as concessões de sesmarias que teriam sido as definidoras “da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho”. Este teria também como exemplo as terras dos herdeiros de Antonio Guedes de Brito, “dilatados latifúndios, sem raias, avassalando a terra”. ²⁸

O nome de Euclides da Cunha não é somente um detalhe muito importante, mas é essencial. A referência aos trechos de *Os Sertões* sobre os grandes potentados nordestinos e o sistema de ocupação, adquirem um sentido de verdade, dificilmente questionável, num contexto histórico cada vez mais voltado à discussão sobre o sertanejo, a pobreza do sertão.

²⁶ Idem

²⁷ Ibidem, p. 51.

²⁸ Ibidem.

Mas se a insistência em caracterizar a colônia como a expressão do feudalismo parece empobrecer a obra, seus argumentos, no entanto, estão pontuados por uma leitura atenta dos autores contemporâneos que já haviam discutido o processo de ocupação do Brasil, como os já mencionados Cirne Lima e Felisbello Freire. Além disso, Guimarães apoia-se nas fontes recolhidas por Vasconcelos para destrinchar as leis e as ilegalidades cometidas no processo de ocupação, como a prática de arrendamento em áreas de sesmarias, proibida pela Carta Régia de 20 de outubro de 1753.

Também é digna de registro a preocupação de perceber o Brasil, não como um todo monolítico, mas com histórias distintas de expansão territorial, diferenciando, portanto, as fazendas de gado dos engenhos de açúcar e estas das fazendas de café. Em relação à comparação entre o sul e o norte, o autor apoia-se mais uma vez em Felisbello Freire para afirmar que as concessões do norte abrangiam em geral maior extensão territorial do que no sul.

Com exceção feita da donataria do visconde de Asseca, em Campos, as sesmarias no sul não excediam de três léguas de extensão, quando no norte havemos de encontrar concessões de 20, 50 e mais léguas. Basta assinalar as concessões de Garcia d'Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas.²⁹

Assim sendo, o passado e o presente feudal tinham uma territorialidade: o nordeste brasileiro. Por conseguinte, ao contrário de Sodré, Guimarães identifica o engenho como o lócus privilegiado do atraso e vê as fazendas de gado como o lugar onde foi necessária a subdivisão de sua exploração,

²⁹ Ibidem, p. 51.

com o aparecimento do sistema de arrendamento. Ali, onde não era possível o trabalho escravo, em razão da ausência de uma vigilância contínua e direta, permitiria “o acesso à exploração e mais tarde o acesso à propriedade, de homens de menores posses”.³⁰

A pecuária representa uma brecha, por onde os pobres poderiam ter o acesso à uma pequena parcela de terra. O antagonismo econômico entre engenhos e fazendas de gado já teria sido apontado por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* e Roberto Simonsen, no livro *História Econômica*. Assim sendo, aquele formigueiro humano sem cultura que nos falara Sodré tem uma tradução mais positiva na obra de Guimarães, “pois são eles os precursores de uma nova forma de repartição da terra – a pequena propriedade”.³¹

A percepção acurada sobre a dinâmica de ocupação dos grandes latifúndios também se soma a um esforço de compreender a formação do latifúndio cafeeiro, o último a surgir das “entranhas das sesmarias”. O fazendeiro de café não diferiria do senhor de engenho, escrevera Taunay, mas como também sinalizava Saint-Hilaire, pois “nada se equipara à injustiça e à inépcia graças às quais foi até agora feita a distribuição das terras”.³² Guimarães relembra os argumentos do viajante para reafirmar a continuidade da ocupação ilegal de terras pelos fazendeiros. A fazenda cafeeira – baseada na grande exploração feudal – conservaria o domínio absoluto sobre as coisas e sobre os homens.

E graças a esse domínio foi que manteve intacto o poder extra-econômico que lhe asseguraria a substituição do antigo regime de trabalho escravo pelo novo regime de trabalho, este supostamente livre mais de fato tão preso ao passado escravista e tão

³⁰ Ibidem, p. 69.

³¹ Ibidem, p. 73.

³² Ibidem, p. 79.

eivado de medievalismo que se identificava, verdadeiramente, como a servidão da gleba.³³

Pontuando seu texto com rápidas biografias de grandes cafeicultores do Oitocentos, Guimarães mais uma vez aciona o texto de Taunay:

Praticava e a largo o esbulho territorial dos humildes pelos poderosos. Crimes e mais crimes se praticaram contra os primitivos posseiros, vivendo à ourela das sesmarias agora concedidas aos futuros grandes fazendeiros de café. Para quem apelar? Para Deus que estava muito alto e el-rei que além de se achar muito longe queria galardear validos e amigos?³⁴

Mas se havia os que acreditavam na possibilidade de transformação das fazendas de café em razão da crise do trabalho escravo, o latifúndio sobreviveria, mesmo após a introdução de trabalhadores livres, inaugurada pelo senador Vergueiro em 1857. A conservação do monopólio da terra impedira de fato a diluição dos grandes domínios e a consolidação de pequenas propriedades. O escravo, ele mesmo, já vinha mantendo relações de produção mais próximas do modelo feudal, pois lhe era permitido um pequeno trato de terra para o seu cultivo, de onde ele poderia extrair o seu sustento, vendendo – inclusive – o excedente de sua produção.³⁵ A parceria, ela também, não poderia ser identificada como “uma forma de transição entre a forma primitiva da renda e a renda capitalista”, como quisera Marx. No caso brasileiro, a parceria representaria, em suma, “uma regressão

³³ Ibidem, p. 82.

³⁴ Ibidem, p. 91.

³⁵ Interessante notar que esta afirmativa de Guimarães sobre as possibilidades do escravo de deter uma parcela de terra não foi ressaltada nos estudos posteriores sobre a chamada brecha camponesa.

às formas atrasadas de renda pré-capitalista, assemelhando-se por muitos traços à meação praticada desde os primeiros tempos até os nossos dias nos latifúndios brasileiros”.³⁶

A ideia de que havia uma classe camponesa em gestação estrutura o texto de Guimarães. O seu não nascimento e recorrentes abortos são consequência do fato de que “durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal, e seu semelhante, o sistema escravista de plantação lançaram mão dos mais variados meios ao seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas (...) se fixassem em caráter permanente”.³⁷ Desta feita, o autor apoia-se em Rocha Pombo,³⁸ no viajante Saint-Hilaire para comprovar a historicidade da “camada de semiproletários do campo (...) sem qualquer função importante na estrutura produtiva”.³⁹

Mas a despeito da desimportância da produção daqueles homens, Guimarães reconhece que existira uma luta entre classes que, conforme Rocha Pombo, seria um combate “entre as classes do trabalho e a aristocracia territorial [que se] prolonga por muito tempo”. Apoiando-se ainda em Pombo,

³⁶ Ibidem, p. 98. Mais uma vez, o elo com o presente é decisivo em sua análise: “Em nossos dias, em não pequeno número de latifúndios de nosso país, vigora ainda as mais variadas espécies de constrangimentos jurídicos exercidos pelo proprietário sobre seus trabalhadores, através de contratos verbais ou escritos: a obrigação de submeter-se o cultivo ao preço e à medição imposta pelo senhor da terra, a obrigação de dar dias gratuitos para conserto de cercas, limpa de pastos, conservação de estradas, etc”. Ibidem, p. 99.

³⁷ Ibidem, p. 105 e 106

³⁸ José Francisco da Rocha Pombo nasceu em 1857 e faleceu em 1933. Escreveu dezenas de livros sobre o Paraná, sua terra natal e sobre o Brasil. Circe Bittencourt, destaca que há uma coerência entre a obra de Pombo, no que se refere a sua adesão ao pacifismo, aliada ao conceito de civilização. Segundo o autor, Pombo acreditava na ideia de que civilização correspondia a “um estágio de convivência sem guerras entre os povos e não como crença no progresso tecnológico” O homem civilizado “ confia mais na razão do que na força, e resolve tudo pelo direito, não pelas armas”. BITTERN-COURT, Cirne. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 86. (nota 114).

³⁹ GUIMARÃES, op. cit. p. 106.

Guimarães, afirma: “Os pequenos sesmeiros resistiram o mais que puderam à preeminência dos grandes”.⁴⁰

Para comprovar essa contenda histórica, o autor de *Quatro Séculos*, aciona mais uma vez os argumentos de Pombo para demonstrar que os produtores de engenhocas tentaram manter-se autonomamente, sendo impedidos de continuar a produzir aguardente, em razão dos interesses da Coroa e dos terratenentes, expressos na Provisão de 18 de setembro de 1706. Assim, “endividados com os grandes senhores, tiveram os pequenos sesmeiros de vender-lhes o resto das terras que lhes haviam deixado; e por muito distosos ainda se davam os que podiam ficar vivendo nos mesmos como rendeiros” E ainda: “os que não mereciam essa confiança de tomar terras de renda (...) consolavam-se de ficar como *agregados*, sob a proteção do senhor”.⁴¹

A noção de um processo de “despojamento da incipiente camada camponesa” contraria, segundo Guimarães, o argumento difundido por Lamego sobre o caráter excepcional da pequena propriedade, tanto em Campos-RJ – objeto de pesquisa do geógrafo – como em todo o país.⁴² O confronto obstinado dos camponeses brasileiros é assim compreendido como uma luta de classes, pois “jamais ao longo da história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe de latifundiários e a classe camponesa”.⁴³ E essa presença revela uma inversão de nossa história, uma especificidade do país, pois enquanto em outras regiões os latifúndios nasceram da ruína da pequena

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem, p. 107.

⁴² Ibidem, p. 109. Guimarães cita um trecho do livro de Lamego: “De modo geral na História do Brasil, nas regiões açucareiras, o feudalismo latifundiário dos grandes senhores de terras diretamente precede o moderno capitalismo. Excepcionalmente em Campos tal sequência é antecedida de mais de um estágio inicial, partindo da pequena propriedade em que se funda ali, toda a indústria de açúcar. Cf. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.p. 107.

⁴³ Guimarães, op. cit. 110.

propriedade, no Brasil, a propriedade camponesa nasceria a partir da decomposição do latifúndio.

Guimarães também está atento às considerações de Marx sobre a apropriação da terra e as anteriores contribuições de Wakefield ao debate, presentes no texto de Marx. A colonização sistemática britânica proposta por Wakefield partia do pressuposto que era preciso estipular um preço suficientemente alto para as terras, como forma de impedir que os trabalhadores se instalassem por conta própria. Ademais, o resultado da venda de terras deveria ser utilizado para importar colonos que, sem condições de adquirir uma parcela de terra, tornarse-iam trabalhadores assalariados. Em outras palavras, os argumentos de Wakefield demonstravam que era preciso antes impedir que homens pobres tivessem acesso à terra, como camponeses independentes, para poder formar trabalhadores, destituídos de seus meios de produção. Aos olhos de Guimarães, tal impedimento já vigorava na colonização do Brasil, desde os primeiros tempos, pois era vedado o acesso à terra aos livres e trabalhadores pobres. Assim, desde o início, não propriamente o camponês, mas o posseiro ou intruso é que se esforça por consagra-se como camponês. São eles que enfrentam o poder dos latifundiários. Ao colocar em relevo o pequeno posseiro, o autor demonstraria sua resistência e obstinação

Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra (...) Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa (...) À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se.⁴⁴

⁴⁴ Ibidem, p. 113.

Mas Guimarães também reconhece que a posse formou também o latifúndio e está ciente de que o fim do sistema de sesmarias em 1822 agravou a ocupação irregular de terras pelos grande fazendeiros. Mas, a seu ver, foi o sistema terrivelmente opressivo dos primeiros séculos de nossa história que “esmagaram no nascedouro o despontar da classe dos pequenos cultivadores independentes”. Aquele esmagamento, não somente forçou que um enorme contingente de pobres se tornassem agregados e moradores dos engenhos, como “retardou ou impediu a diversificação dos cultivos”.⁴⁵

Na contracorrente de uma visão da época sobre os homens livres e pobres, Guimarães afirma que eles

Nem sempre fielmente retratados por muitos de nossos historiadores, que frequentemente os vêem, tal como os senhores rurais da época, como uma multidão de bandoleiros e desclassificados, esses ‘ociosos’ ou ‘vadios’, pelo menos em sua melhor parte, constituíram um importante instrumento de pressão e de combate contra o outrora inviolável direito latifundiário de propriedade. Vamos encontrá-los, pela segunda metade do século XVIII e por todo o século XIX, transformados em ‘intrusos’ ou ‘posseiros’ e novamente espoliados e oprimidos no curso de suas audazes lutas pela conquista de um pedaço de terra.

Profundamente atento às várias contradições presentes no processo de colonização, inaugurado com o Senador Vergueiro e adepto da tese de que a Lei de Terras teria sido a tradução tupiniquim da perspectiva de Wakefield, Guimarães analisa o fenômeno migratório, mas insiste em afirmar que seriam endógenos os elementos que construíram a pequena propriedade no Brasil. Assim sendo, nesse enfrentamento

⁴⁵ Ibidem, p. 114.

“o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a *posse*, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seculares monopolizadores”.⁴⁶

Guimarães assim opera uma inversão dos argumentos de Sodré e de tantos outros autores do período para legitimar a ocupação extralegal dos posseiros que abriram caminho à pequena propriedade. Não eram os imigrantes, os que formaram o campesinato brasileiro. Havia uma pretérita história, derrotada – é verdade – de homens sem recursos que distantes dos grandes latifúndios formaram unidades agrícolas, cultivadas por camponeses e suas famílias. Mas ele vai além. Apoiando-se em Caio Prado que – como veremos- defenderia a inexistência de um campesinato no Brasil – Guimarães vai argumentar que a decomposição das fazendas, pelo próprio ritmo do sistema de exploração extensiva, de agricultura depredadora, estudados por Caio Prado Junior, iria permitir a instalação de pequenas propriedades.⁴⁷

Não satisfeito, ele também aciona o texto do geógrafo francês e professor da Universidade de São Paulo, Pierre Monbeig, autor de “As estruturas agrárias da Faixa Pioneira Paulista”,⁴⁸ para defender a hipótese de que havia um

⁴⁶ Ibidem, p. 151.

⁴⁷ Idem, p. 152. Guimarães apoia-se no artigo de PRADO JUNIOR, Caio. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. *Revista Geografia*. São Paulo, ano 1, n. 1, 1935. O mesmo texto assinala Guimarães foi transcrito no *Boletim Geográfico*, C.N. |G, n. 29, ago. 1945, p. 692 e seguintes. (nota 28 da página 151). Eu retomo esta questão mais adiante.

⁴⁸ MONBEIG, Pierre. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. In: *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 1951. “As estruturas Agrárias da Faixa Pioneira Paulista, 1951. Segundo Aziz Ab’ Sáber, Pierre Monbeig, integrante da Missão Francesa que ajudou a formar a USP, permaneceu no Brasil, trabalhando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da recém-criada USP, por 11 anos, do fim da década de 1930 até a primeira década dos anos 1940 (1935-1946). Ainda segundo o autor: por anos, antes que houvesse um conjunto de revistas especializadas no Brasil e em São Paulo, os membros da missão francesa da USP publicaram artigos e estudos prévios no tradicional jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, razão pela qual a terceira página do referido periódico

deslocamento para novas terras, de cultivadores pobres, “recém imigrados ou saídos dos cafezais”. Em contraponto a isso, as empresas capitalistas de loteamento e grileiros roubariam terras públicas e estabeleceriam a violência contra os posseiros.

É possível que o olhar mais atento de Guimarães em relação aos homens do campo de outrora tenha a ver com sua atuação junto ao Partido Comunista em fins dos anos 1950 e início de 1960. Também é coerente inferir que a proliferação do chamado sindicalismo agrário, patrocinado pelo PCB, tenha forçado uma leitura mais densa sobre aqueles homens. No interior do partido avolumavam-se discussões sobre as várias interpretações sobre a reforma agrária que não só “espelhava a aplicação da linha política geral do partido ao campo”, como já exibia certas “teorização” que procuravam dar melhor conta das especificidades do mundo rural”.⁴⁹ Aqui não é o lugar para discutir a veracidade daquela conclusão, mas é fato – ainda segundo os autores – que Alberto Passos Guimarães teve uma decisiva participação na revisão do PC sobre o papel do camponês na revolução e os debates que se seguiam, principalmente após a consolidação do argumento em prol da revolução – na lei ou na marra – de Francisco Julião. De qualquer forma, se faltava refinamento teórico nos intelectuais

ficou famosa pela colaboração cultural freqüente de Roger Bastide, de Pierre Monbeig e de outros professores universitários. *O Estadão* tornou-se, em São Paulo, o órgão de divulgação de ciências humanas; paralelizando o feito do *Diário do Comércio* do Rio de Janeiro, que havia possibilitado a divulgação de estudos e artigos de grandes geólogos americanos que estiveram no Brasil no fim do século passado e início do século XX. A maior parte dos artigos de Monbeig sobre São Paulo e zonas pioneiras do Centro-Sul brasileiro, publicados em *O Estado de S. Paulo* foi posteriormente reproduzida em revistas e boletins geográficos especializados.” AB’ SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300024&lng=en&nrm=iso>. Access em: 17 ago. 2010.

⁴⁹ COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 19.

do partido adeptos da vertente feudal, sobravam evidências empíricas concretas sobre a mobilização camponesa.

Nos anos 1960, a mobilização camponesa era inquestionável. Reafirmar o caráter feudal da sociedade brasileira parecia ser a melhor forma de traduzir os seus desejos. Num de seus pronunciamentos aos lavradores, Goulart discursou:

Sabemos todos, pela corporação desses brasileiros do campo, que aqui no Nordeste representam 2/4 partes da população, a vida política e as correntes do progresso, não se poderão fazer, dentro da falha estrutura da nossa economia agrária. Essa estrutura, a estrutura agrária em que vivemos, trabalhadores paraibanos, tem uma projeção, na segunda metade do século XX, da sociedade colonial organizada em bases feudais. A essa primitiva estrutura agrária devemos, em grande parte, a crônica escassez de alimentos de que tanto sofre o Nordeste e que sufoca o desenvolvimento da sua economia urbana. A menos que criemos no Nordeste uma moderna agricultura ligada ao mercado interno regional, o desenvolvimento industrial se processará sempre com os estados intransponíveis.⁵⁰

O mais importante, no entanto, é perceber que *Quatro Séculos de Latifúndio* publicado apenas um ano antes do Golpe de 1964 consolidava, não somente a noção de que os resquícios feudais obstaculizavam o desenvolvimento econômico brasileiro, como também trazia a nu a historicidade da violência contra o homem do campo e sua peleja secular contra os terratenentes.

No capítulo anexado à edição de 1968, portanto após o

⁵⁰ REFORMA agraria: pronunciamento de Goulart. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 2, n. 23, abr. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/023/23hist_goulart.htm>. Acesso em: 21 set. 2010.

Golpe e a promulgação do Estatuto da Terra do governo Castelo Branco, Guimarães ainda revela sua certeza na necessidade da reforma agrária e percebe, talvez como poucos, o processo de desnacionalização da propriedade e o fracasso dos dispositivos de democratização do acesso à terra expressos no Estatuto. Numa análise extremamente vigorosa naqueles anos sombrios, o autor compara o Estatuto da Terra com a Lei de Terras de 1850. A ideia que preside ambas as leis – argumenta –

[...]é que o cultivador caboclo não tem capacidade de discernimento e, portanto, não pode pretender transformar-se num produtor independente – essa figura de cultivador direto que surgiu no mundo desde os fins da Idade Média, com o florescer do capitalismo. Está, por isso, implícito ou explícito, em ambas as leis, que tanto o antigo ‘colono’ como o moderno ‘parceleiro’ devem viver sob a tutela de um capataz ou de um ‘administrador’ até que prove sua capacidade de emancipar-se.⁵¹ [...]

Em outras palavras, a despeito do avanço representado pelo Estatuto, objeto de reflexão de vários autores, e da necessidade de se separar o inscrito em lei e sua instrumentalização nos anos posteriores, Guimarães, mais uma vez, tem uma visão positiva sobre o homem do campo que contrasta com seus contemporâneos, e como veremos, por muitos que mais tarde procurarão entendê-lo e conferir-lhe um sentido.

A preocupação em estudar este pobre do campo se manteria em dois de seus estudos posteriores. O primeiro – *A Crise Agrária* – teve como objetivo analisar as etapas do crescimento agrícola, a revolução agrícola e a inserção da industrialização no campo, constituiu-se num trabalho de

⁵¹ GUIMARÃES, op.cit. p. 241

síntese sobre o desenvolvimento agrícola da humanidade.⁵² O segundo – *As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural*⁵³ – parece representar a tentativa de o autor compreender a questão da violência no mundo contemporâneo e tem clara inspiração nos livros de Eric Hobsbawm.⁵⁴ Termo consagrado pelo mencionado historiador britânico, o banditismo refere-se a um conjunto diferenciado de pessoas que atuaram nas comunidades rurais e foram pelas mesmas reconhecidas como heróis e paladinas da justiça. Forma primitiva de protesto social organizado – segundo os argumentos do historiador egípcio –, o banditismo social é considerado um dos fenômenos mais universais da história.

Em seu livro, Guimarães opta a) por explicar o surgimento e atuação do banditismo na Inglaterra e na França; e, b) concentrar-se em deslindar as raízes da violência no Brasil. Retomando suas anteriores análises sobre o monopólio territorial dos grandes fazendeiros, Guimarães, não somente destaca a questão da violência sobre o escravo, apoiando-se nos argumentos de Gilberto Freyre, como também aciona os argumentos do mesmo autor para se referir à violência contra os moradores e agregados no século XIX. Freyre havia citado Antonio Pedro Figueiredo, redator-chefe da revista *O Progresso* e Guimarães o cita também.

É mister que os indivíduos pouco abastados – escreveu Figueiredo – possam obter terras, e cultivá-las com a certeza de gozar dos produtos, condições que hoje não existem, porque os senhores-de-engenho ou de fazendas, se recusam obstinadamente a vender qualquer porção

⁵² GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵³ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1981.

⁵⁴ Refiro-me em particular a obra de HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Publicado em 1969 e traduzido para o português pela primeira vez em 1975.

destas terras, fonte e garantia do seu poder feudal, e porque o desgraçado morador que se arrisca a plantar fica a mercê do proprietário, que o pode despedir de suas terras dentro de vinte e quatro horas.

E continua,

Nas terras dos grandes proprietários, eles não gozam de direito algum político, porque não têm opinião livre; para eles o grande proprietário é a polícia, os tribunais, a administração, num palavra, tudo; e afora o direito e a possibilidade de o deixarem, a sorte desses infelizes em nada difere da dos servos da meia idade.⁵⁵

Quando escreve este livro, Guimarães já não me parece ter a visibilidade que adquirira nos anos anteriores ao Golpe, mas é digno de registro que ele continue a sinalizar – nesta obra – a pouca presença dos historiadores nas discussões sobre o caráter violento dos terratenentes. Talvez e em razão disso, ele mais uma vez lembre os textos de Koster, no seu esforço de historicizar esta mesma violência.

Imaginava a vida estranha que levava e a semelhança com a época feudal na Europa aparecia-me, e não a deixava de comparar com o estado atual do interior brasileiro. O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos mas sua autoridade nas pessoas livres da classes pobres; o respeito que esses barões

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *O Nordeste*. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1937. p. 247 e seguintes. Apud. GUIMARÃES, op. cit. p. 93. Segundo Ricardo Benzaquem, Freyre sempre procurou discutir temas de sua época, em diálogo com seus contemporâneos. ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005. Para uma análise sobre a visão de Nordeste de Freyre, vide o artigo de Regina Horta. DUARTE, Regina Horta. Com açúcar, com afeto: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. *Revista Tempo*. n. 19, p. 125-147, jul. 2005. (Revista do Departamento de História da UFF).

exigiam dos moradores de suas terras, a assistência que recebem dos rendeiros em caso de insulto por parte de um vizinho igual, a dependência dos camponeses e seus desejos de ficar sob a proteção particular de um indivíduo rico, que seja capaz de livrá-lo de toda a opressão e de falar em sua defesa ao Governador, ou ao Juiz, todas essas circunstâncias se combinam para fazer a similitude mais flagrante.⁵⁶

É difícil saber que razões levavam Alberto Passos Guimarães a insistir na violência dos fazendeiros e na perenidade do fenômeno. É coerente inferir que ele continuava atento ao que acontecia no campo após o Golpe de 1964, do desmantelamento das Ligas Camponesas e do extermínio ou prisão dos lavradores envolvidos naquela experiência. De qualquer forma, *As Classes Perigosas* buscava encontrar as raízes da formação do banditismo no Brasil, a constituição de capangas e jagunços, formada por homens pobres, que passaram a proteger os interesses dos grandes fazendeiros. Ainda assim, Guimarães escapava de uma visão simplificadora sobre aqueles homens e procurava entender porque eles se tornaram atores principais da violência patrocinada pelos grandes fazendeiros. As ‘sementeiras de capangas’, como já afirmara Rui Facó. Isso porque “a violência se tornou um produto espontâneo do latifúndio, na passagem das classes pobres em desespero para o ‘inferno do pauperismo’”.⁵⁷

⁵⁶ Guimarães termina sua exposição com aquilo que considerou uma quase confidência de Koster: “Eu mesmo sentia o poder que me caía nas mãos. Renunira um número vultoso de trabalhadores livres e a propriedade era respeitada milhas derredor. Muitos desses companheiros haviam cometido mais de um crime sob a impressão de que minha proteção os guardaria, e se não tivesse eu expulsado alguns e, para outros, aleaçado com os rigores da lei muito mais que a iludir para aqueles que a conduta fosse irregular, não sei que más ações não teriam recebido (viagens ao Nordeste do Brasil, p. 295 e 296) Apud. GUIMARÃES, op. cit, p. 109 e 110.

⁵⁷ Ibidem, p. 153.

Mas ao contrário da recorrente percepção das leituras de seus pares sobre os homens livres e pobres, Guimarães insistira de que havia uma enorme população livre no século XIX impedida de ter acesso à terra. Apoia-se, inclusive, na estatística produzida no século XIX por Joaquim Floriano de Godói, para demonstrar, não somente o uso de trabalhadores livres nas regiões de Minas Gerais, Ceará, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, em 1875, como também o número superior de braços “desocupados” naquelas regiões. No seu conjunto, 1.434.170 homens empregados na lavoura; 650.540 escravos e 2.822,583 desocupados nas seis províncias de 13 a 45 anos.⁵⁸

É possível afirmar que esta percepção sobre o caráter estrutural do fenômeno da desocupação de homens livres pobres em sua relação com o monopólio da terra tenha a ver com o fato de Guimarães trabalhar como redator e estatístico no IBGE e tinha acesso às informações históricas sobre o crescimento populacional e a alocação das atividades da população. Mas, de todo modo, ele também não deixa de sinalizar que parte da ideologia colonial havia fincado raízes e nela estava inscrita que o caráter ocioso, de vadio e de intruso “eram um produto de uma decisão voluntária dos trabalhadores `livres` ou de que eles existiam por causa de sua `incapacidade ao trabalho`”⁵⁹ Atento à contribuição do historiador norte-americano Peter Einseberg, em *Modernização sem mudança*⁶⁰ e de outros autores, Guimarães insistiria ainda na necessidade de se pensar a violência brasileira, como um resultado de uma história pretérita de monopolização da terra por um poucos e pelos reiterados esforços de impedir a consolidação de unidades camponesas no Brasil.

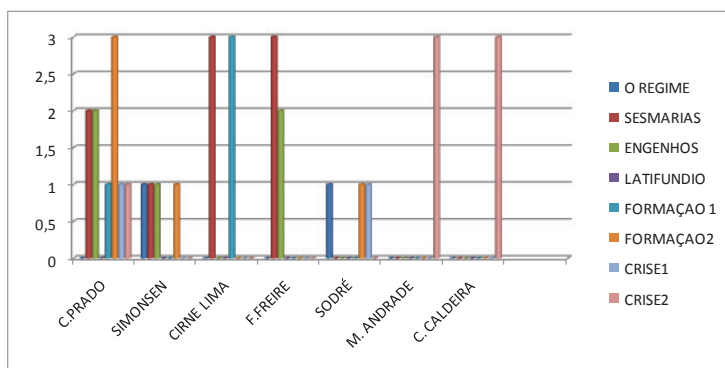
⁵⁸ Idem, p.138 e 139.

⁵⁹ Ibidem, p. 142.

⁶⁰ EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Mas se há – como defendemos – uma diferença marcante na obra de Guimarães em relação à visão sobre o homem do campo, é preciso também procurar esquadrihar os principais autores citados por este autor, seguindo as pistas das suas notas em *Quatro Séculos de Latifúndio*.⁶¹

Gráfico 3. Principais autores citados por Passos Guimarães por capítulo.



Fonte: Guimarães, 1968.

O capítulo “Regime Econômico Colonial: Feudalismo ou Capitalismo?” está ancorado principalmente em Sodré e em Simonsen, onde ele explicita a posição deste último, contrária à noção de feudalismo na experiência histórica brasileira. O capítulo “*Sesmarias*” é tributário das reflexões de Cirne Lima e F. Freire. O “Engenhos e Fazendas” tem a presença de dois autores, Caio Prado e Felisbello Freire. O capítulo quinto, “O Latifúndio cafeeiro” tem cinco citações, Alberto Lamego,

⁶¹ Para a elaboração da análise foram excluídos o primeiro capítulo intitulado “Propriedade e Pré-História está ancorado na História da Colonização Portuguesa, em Cirne Lima e Felisbello Freire e o último capítulo, “A estrutura agrária no século XX”. Este capítulo tem basicamente dados estatísticos e uma única citação, de Lenin, Cf. *El desarrollo del Capitalismo em Rusia*. Moscou: Editorial Progreso, [1899].

“O Homem e a Terra”; Afonso Taunay, “História do Café no Brasil”; Thomas Davatz, “Memórias de um colono no Brasil”, Louis Couty, “Études de Biologie Industrielle sur Le café” e uma citação de Marx, de *O Capital*.

O capítulo seguinte “Formação da Pequena Propriedade I” é basicamente ancorado nos argumentos de Cirne Lima, com três citações. O próximo capítulo, “Formação da Pequena Propriedade II” tem a presença marcante de Caio Prado Junior, autor do artigo: “Distribuição da Propriedade Fundiária Rural do Estado de São Paulo”.

Os capítulos dedicados à crise – “Crise do Sistema Latifundiário” e “As Crises de Superprodução e as transformações capitalistas” – tem a presença de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré no primeiro e os autores Manuel Correia de Andrade, autor de *A Terra e o Homem no Nordeste* e Clovis Caldeira, autor de *Fazendas de Cacao no Nordeste*.

Não há como negar, portanto, que são dois os autores decisivos para a construção dos argumentos de Alberto Passos Guimarães. O primeiro, Caio Prado Junior, citado em quase todos os capítulos, não somente pela citação do livro *A Formação do Brasil Contemporâneo*, mas também pelo artigo “Distribuição da Propriedade Fundiária no Estado de São Paulo”. Este texto é o argumento central para a defesa da Formação da Pequena Propriedade. Não à toa, Guimarães reproduz a hipótese central de Caio Prado, presente neste artigo:

A fazenda, como sistema de organização agrária é particularmente instável. O seu ciclo de vida é muito curto. E que comporta um vício fundamental, já que muitas vezes assinalado e reconhecido: a exploração extensiva que se caracteriza pelo uso desenfreado dos recursos do solo sem nenhuma compensação. Consiste em tirar da terra, no menor prazo possível, o máximo das suas reservas, para depois repetir o processo mais adiante, em terras ainda virgens e

inexploradas. (...) Desde o início da colonização assistimos em São Paulo, como aliás em todo o Brasil, a esta agricultura depredadora que já consumiu boa parte da riqueza natural do país. Atrás das lavouras que o esgotamento prematuro das terras impede incessantemente para diante, para novas regiões ainda inexploradas, vai se estendendo o deserto. É este o ponto que interessa ao nosso estudo, porque estas terras, desprezadas pela fazenda, se tornam acessíveis à pequena propriedade. É nelas, livre da concorrência invencível da grande lavoura, que a pequena propriedade encontra meios de se instalar.⁶²

A decisão de incluir este argumento de Caio Prado não me parece uma minuciosidade, principalmente se lembrarmos a posição deste autor em relação ao argumento da existência de resquícios feudais no Brasil, naqueles anos. Também é interessante perceber que a ênfase na formação da pequena propriedade tem um peso decisivo no argumento de Alberto Passos Guimarães acerca da constituição de uma classe camponesa no Brasil.

Mas se é preciso defender aquela hipótese, nada melhor do que trazer para o centro de suas reflexões os argumentos de Cirne Lima; autor central em dois capítulos: “A Sesmaria e a Formação da Pequena Propriedade: I.” “Intrusos e Possesiros”.

Rui Cirne Lima é até hoje considerado um dos mais importantes estudiosos das questões que envolveram o sistema de sesmarias no Brasil. Nascido em Porto Alegre, no ano de 1908 e falecido em 1984, foi jurista, advogado e professor, tendo lecionado ao longo de 42 anos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.⁶³ Seu livro, *Pequena História*

⁶² GUIMARÃES, op. cit. p. 135 e 136.

⁶³ SANSEVERINO, José. *Apresentação*. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/01-Rui_Cirne_Lima.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas foi reeditado quatro vezes. Sua primeira versão foi escrita para o concurso de cátedra de Direito Administrativo em 1933, como o título: *Origens e aspectos do Regime de Terras no Brasil*. Foi editada pela primeira vez com o título: *Terras Devolutas, Doutrina e Legislação*, em 1935; versão esta citada por Alberto Passos Guimarães.

Neste livro, Rui Cirne Lima esquadrinha com detalhes o processo de formação territorial do Brasil e é certamente o primeiro autor a explicitar o emaranhado legislativo sobre o sistema de sesmarias e sua transplantação para o Brasil. Além disso, também foi o primeiro a destrinchar os argumentos da Lei de Terras de 1850, revelando as dificuldades de se implementar uma norma legal para o processo de discriminação entre terras públicas e privadas.

A inclusão de seus argumentos na obra de Alberto Passos Guimarães é emblemática. Era um texto produzido nos anos 1930, por um advogado-acadêmico, conhecido por seus trabalhos como docente da UFRGS. Não era um militante de esquerda, como o era o também advogado Francisco Julião, figura central para a compreensão das Ligas Camponesas dos anos 1950/1960.

Sabe-se muito pouco sobre a trajetória de Cirne Lima. É recorrente, no entanto, a assertiva de que juntamente com Paulo Brossard, ele foi um importante personagem nas disputas políticas gaúchas no imediato pós-Golpe.⁶⁴ O seu nome fora lembrado na sucessão indireta para governador em 1966, mas os setores mais conservadores gaúchos inviabilizaram sua eleição. De qualquer forma, sua atuação na região era bastante conhecida, mas o seu livro acerca das sesmarias não era leitura obrigatória para os autores que produziram no período. O livro não aparece nas notas de Nelson Werneck Sodré e

⁶⁴ Segundo o Blog de Paulo Brossard, o livro: *Brossard 80 Anos na História Política do Brasil*, traz a história completa da candidatura Cirne Lima, no capítulo "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades".

tampouco em outros autores. De certa forma, foi Alberto Passos Guimarães que o trouxe para a história, enquanto campo de conhecimento.

A opção por apoiar-se na obra de Cirne Lima adquire assim um sentido muito importante: o de legitimar o seu argumento com a força das palavras de um homem do Direito; o autor que havia inaugurado as discussões sobre as sesmarias no Brasil. O que parece simples, na verdade expressa – a meu ver – uma momento importante de inflexão no campo da história. Aproximar-se do Direito num momento de intensas contendas no campo, com atuações marcantes de advogados – como o sempre lembrado Francisco Julião – transformaria as análises pretéritas das “leis agrárias” em fortes argumentos jurídicos para a defesa da histórica desigualdade no campo e da legitimidade da atuação dos pobres do campo.

As certezas de Alberto Passos Guimarães seriam, no entanto, questionadas apenas três meses após a publicação de seu livro. Em 1964, a teoria seria destruída por evidências ainda mais óbvias, expressas por aqueles que produziram ou ajudaram a produzir o Golpe de 1964. Não havia resquícios feudais no Brasil a serem demolidos por uma revolução tão desejada pelos homens de esquerda daqueles anos. Compreender os limites da abordagem feudal e os argumentos expressos na obra de outro marxista – Caio Prado Junior, o mais importante intelectual a se opor àquela abordagem – é o objetivo das páginas seguintes.

PARTE II
A TEORIA FRAGILIZADA:
FEUDALISMO, CAIO PRADO JUNIOR
E A *REVOLUÇÃO BRASILEIRA*



CAPÍTULO 1

Das leituras de Caio Prado sobre o homem do campo e o latifúndio

No interior do Partido Comunista Brasileiro havia uma voz que insistia em negar que o país apresentava características semifeudais. Num empenho quase solitário, Caio Prado sempre defendera a impossibilidade histórica do feudalismo no Brasil.¹ Para ele, era fundamental compreender que o país era, na verdade, capitalista desde suas origens. A seu ver, poderíamos apenas falar “num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval”.²

Autor de inúmeros trabalhos que se tornaram marcos na historiografia brasileira, Caio Prado nasceu em São Paulo, em 1907, e era filho de uma das famílias mais tradicionais do Estado. Teve uma vida marcada por uma intensa participação

¹ Há dezenas de trabalhos que enfocam precisamente este tema, ou seja, a relação entre a postura teórica do PCB e a de Caio Prado Junior. Entre tantos, destaque: GORENDER, Jacob. Do Pecado Original ao Desastre de 1964. In: D'INCAIO, Maria Angela (Org.). *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense; UNESP, 1989. p. 259-269. Registra-se ainda o conjunto de obras de Raimundo Santos que vem se dedicando a estudar o intelectual Caio Prado e o Partido Comunista. Cf. SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior: na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

² PADRO JUNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 16.(nota). Como ressalta Vera Ferlini, do ponto de vista historiográfico, a interlocução de Caio Prado Junior era também com a velha historiografia que ressaltava a similaridade da sociedade colonial com a sociedade portuguesa medieval. FERLINI, Vera Lucia Amaral. A fidelidade à história. In: D'INCAIO, Mariangela (Org.), op. cit. p. 228.

política e de um engajamento surpreendente, incluindo uma viagem à União Soviética e incursões no campo parlamentar. O seu engajamento manifestou-se também na criação da Editora Brasiliense, em 1942 ao lado de Monteiro Lobato e de Arthur Neves.

É possível afiançar – apoiando-nos nos argumentos desenvolvidos por Andréa Galuccio – de que o compromisso em construir a editora tenha sido um projeto político contra hegemônico, marcado pela intenção de dar certa organicidade a “uma determinada intelectualidade progressista brasileira”.³ Em outras palavras, havia uma proposta nacionalista dos intelectuais ligados ao PCB que viria à luz com a publicação de textos divulgados por aquela editora.

Em 1955, é fundada a *Revista Brasiliense*, lócus dos debates políticos e ideológicos daqueles anos.⁴ Segundo Limongi, a data do lançamento da revista coincide com os últimos dias da campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek e está inserida num processo maior de afirmação dos princípios nacionalistas. Ainda segundo o autor, a despeito de a revista afirmar que ela não tinha ligação de ordem política e partidária, a lista de colaboradores “revela uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB”.⁵

³ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. 2009. Tese (Doutorado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 23. Vou discutir o tema das editoras mais adiante.

⁴ Para uma análise sobre a revista, Cf. LIMONGI, Fernando. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura*: Caio Prado Junior e a Revista Brasiliense. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm>. Acesso em: 09 set. 2010.

⁵ Idem, p. 1.

CAIO PRADO JR. E A REVISTA BRASILIENSE

29

Quadro I — Principais colaboradores da R.B.

COLABORADORES	1953 (n.º 1 e 2)	1956 (de n.º 4 a 8)	1957 (de n.º 9 a 17)	1958 (de n.º 13 a 20)	1959 (de n.º 21 a 26)	1960 (de n.º 27 a 32)	1961 (de n.º 33 a 36)	1962 (de n.º 39 a 44)	1963 (de n.º 45 a 50)	1964 (n.º 51)	TOTAL
Eltas Chaves Neto	2	6	6	5	6	6	7	5	4	---	47
Caio Prado Jr.	1	5	2	2	4	4	4	6	1	1	31
Héitor Ferreira Lima*	2	5	5	3	3	4	4	2	---	---	28
Alvaro de Faria	1	2	4	1	4	1	4	6	3	---	26
Everardo Dias	2	6	3	2	3	3	---	---	1	---	22
Paulo Alves Pinto	1	2	5	2	---	---	2	1	2	---	15
Florestan Fernandes	---	1	---	1	2	2	1	4	---	---	12
F. Pompeo do Amaral	1	6	1	4	---	---	---	4	---	---	12
Samuel B. Passos	1	2	---	1	3	1	1	1	2	---	12
Oscávio Brandão	---	---	1	---	---	3	4	2	1	---	12
Paulo Dantas	---	1	4	1	1	1	---	---	---	---	11
Lancory Dorin	---	---	---	---	---	2	4	2	2	---	10
J. R. Vasconcelos	---	---	3	2	2	1	1	---	---	---	9
Henrique Alves	---	---	1	2	---	1	2	1	1	---	8
Pinto Ferreira	---	---	1	2	2	1	1	---	---	---	7
Cruz Costa	1	1	---	1	1	---	---	2	1	---	7
Catulo Branco	---	---	---	1	---	1	5	---	---	---	7
Jamil Altmanaur Madad	---	---	---	2	---	3	1	---	---	1	7
F. Henrique Cardoso	---	---	1	1	2	1	---	1	---	---	6
Oscávio Ianni	---	---	1	1	1	2	1	---	---	---	6
Cláudio Alcides Obiwietzer	---	---	1	3	1	---	---	---	---	---	5
Roberto Simões	---	---	---	---	---	---	2	1	2	---	5
Hermínio Linhares	---	---	---	---	2	1	---	---	2	---	5
Salomão Schatan	1	---	1	1	1	---	1	---	1	---	5
Oriando Sampaio Silva	---	---	---	---	---	---	1	1	2	---	4
Pedro Silva Dantas	---	---	1	---	1	---	---	2	---	---	4
João Chaatin	---	---	---	---	---	---	---	2	2	---	4
Edgard A. Graeff	---	1	3	---	---	---	1	---	---	---	4
Dorlan Jorge Freire	---	---	---	2	2	---	---	---	---	---	4
Sérgio Milliet	1	1	1	1	---	---	---	---	---	---	4
Gerson Knispel	---	---	---	---	---	---	---	4	---	---	4
Wilson Carneiro	---	---	---	---	---	---	---	1	3	---	4
M.ª de Lourdes Teixeira	---	2	---	1	---	---	---	---	---	---	3
Mário da Silva Brito	---	---	---	2	1	---	---	---	---	---	3
Michael Lowy	---	---	---	---	---	1	---	2	---	---	3
Sérgio Magalhães	---	---	---	---	3	---	---	---	---	---	3
Castiano Nunes	---	---	1	1	1	---	---	---	---	---	3
Edgard Cavallheiro	1	2	---	---	---	---	---	---	---	---	3
E. Carrera Guerra	1	1	---	1	---	---	---	---	---	---	3
Luís Pereira	---	---	---	---	---	1	---	1	1	---	3
Fernando Jorge	---	1	3	---	---	---	---	---	---	---	3
Isaac de Castro	1	---	---	---	---	---	1	1	---	---	3

* Nos números 9, 25, 26 e 35 os artigos computados a Héitor Ferreira Lima aparecem sob o pseudônimo de Alcindo da Cunha Xavier.

Fonte: Limongi (2010).

João Pinto defende que “as diretrizes programáticas da revista, apesar da flexibilidade política de seus colaboradores, eram sugeridas em grande parte pela obra de Caio Prado Junior”.⁶ No entanto, tenho dúvidas se havia de fato uma relação tão estreita quanto sugere João Pinto, mas talvez seja possível afirmar que a criação da revista tivesse também outro objetivo: construir um espaço de legitimação, onde o tema da

⁶ PINTO, João. *Os impasses da intelligentsia diante da revolução capitalista no Brasil (1930-1964) historiografia e política em Gilberto Freyre Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré*. 2005. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 106.

questão agrária estivesse presente, ainda que isso implicasse a exclusão de visões distintas – ligadas ao partido – sobre a noção do feudalismo no Brasil.

Ao analisar os artigos publicados na revista ao longo dos seus anos de existência, podemos asseverar que o tema da questão agrária aparece com destaque, considerando que foram elencados aqueles artigos que faziam referência direta à questão, excluindo-se os mais voltados para a análise da economia nacional; os que faziam uma referência à obra de Euclides da Cunha, bem como aqueles mais diretamente relacionados à questão do problema da saúde do brasileiro/pública e da fome.

Quadro 2. Total de artigos da *Revista Brasiliense* por enquadramento temático.

ANO	ECONOMIA NACIONAL	EDUCAÇÃO	HISTÓRIA	LITER E ARTES	POL. INTERN	POL. NACIONAL	QUESTÃO AGRÁRIA	SAÚDE/FOME	TOTAL POR ANO
1955	5	2	1	7	2	3	3	2	25
1956	9	0	1	26	11	22	6	10	85
1957	19	5	3	31	15	10	10	3	96
1958	17	7	2	29	4	22	9	4	94
1959	22	3	2	21	10	23	12	3	96
1960	16	3	0	24	10	30	10	3	96
1961	17	7	1	26	16	20	13	5	105
1962	15	8	2	24	11	14	18	10	102
1963	12	8	4	15	18	17	13	7	94
1964	0	0	0	8	0	3	4	1	16
TOTAL POR TEMA									

Fonte: *Revista Brasiliense* (1955-1964).

Como podemos ver, o tema da questão agrária teve significativa presença na revista, se considerarmos que nela foram publicados artigos sobre os temas mais candentes do

período. Muitos artigos eram voltados para a discussão sobre a literatura e as artes no país. Outros tinham como objetivo o de analisar a questão da saúde e da fome. Havia também artigos mais relacionados à política nacional e a internacional. Num leque de temas tão diversificados, não restam dúvidas de que a questão agrária propriamente dita estava por demais presente nos embates daqueles anos e isso se expressava nas tomadas de posição da revista sobre o tema. É claro que alguns artigos sobre a fome faziam alguma referência sobre o tema da estrutura fundiária. Havia também textos de literatura, incluindo vários sobre Euclides da Cunha, de *Os Sertões*.

Para discutirmos com mais vagar, é preciso avaliar ainda a distribuição dos temas sobre a questão agrária e os artigos específicos sobre a Reforma Agrária propriamente dita. No levantamento realizado, foi possível enquadrar o tema em subitens com discussões mais específicas. É lógico que muitos dos artigos que analisavam, por exemplo, o problema indígena, faziam referências diretas à distribuição e aos conflitos de terras nas áreas pertencentes aos índios. Também é possível afirmar que os artigos voltados para a produção agrícola estavam de alguma forma ligados à discussão sobre a distribuição de terras. Além disso, é digna de registro, a presença marcante de artigos sobre o Nordeste, nos quais eram visíveis as discussões sobre a interpretação euclidiana acerca da experiência histórica de Canudos. No entanto, para não correr o risco de superestimar nossa análise, apenas enquadraremos – como artigos voltados ao debate sobre a reforma agrária – os textos diretamente dedicados ao embate então em curso.

Como podemos ver pelo Quadro (a seguir), o tema Reforma Agrária e o debate sobre o latifúndio no país adquirem uma presença indiscutível, principalmente nos anos de 1962/1964, no período da governança de João Goulart. Nos anos de 1963 e 1964, cerca de 50% dos artigos são especificamente sobre a reforma agrária, num contexto que, como sabemos, de acirramento dos conflitos no campo.

Quadro 3. Temas dos artigos sobre a questão agrária por ano

ANO	TOTAL DE ARTIGOS	RAL	PRA	AMI	NOS	IMC	ELE	EDR	LER
1955	3	1	1	1					
1956	6			6					
1957	10	1	5	2		2			
1958	09	5	3		1				
1959	12	4	2	1	4	1			
1960	10	7	2	1					
1961	13	5	4		4				
1962	18	11	3		1		2	1	
1963	13	7	2		2	1			1
1964	4	2	1						1
TOTAL									

Fonte: *Revista Brasiliense* (1955-1964)

(RAL) Reforma e Latifúndio (PRA) Produção agrícola (AMI) Amazônia/ questão indígena (NOS) Nordeste/seca/sertão/Canudos (IMC) Imigração/colono (ELE) Eletrificação rural (EDR) Educação Rural (LER) Legislação Rural

Segundo o estudo realizado por Fernando Limongi, o núcleo central dos colaboradores da revista era composto por: Elias Chaves Neto, Caio Prado Junior, Álvaro de Faria, Ferreira Lima, Paulo Alves Pinto, Pompeu do Amaral, Samuel Pessoa, J. R. Vanconcelos, Caculo Branco. Se cruzarmos esta lista com a anterior, não há dúvidas de que o núcleo central dava o tom dos artigos voltados mais diretamente sobre a Reforma Agrária. Dos 43 artigos publicados sobre o assunto, quatro eram de Elias Chaves Neto, quatro eram de Caio Prado, um era de Álvaro de Faria, um era de Pompeo do Amaral, um de J. R. Vasconcelos. Ou seja, 11 artigos dos 43 eram do que chamaríamos hoje do “núcleo duro” da revista, com especial destaque para Caio Prado e seu primo Elias Chaves Neto.

Não nos cabe aqui esquadrihar a trajetória da revista e sua relação com o Partido Comunista e com os projetos nacionalistas então em curso, mas não deixa de ser interessante

apontar que no levantamento da lista de colaboradores da revista estão ausentes precisamente Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. A revista é dirigida por membros do PCB, mas obviamente não é um órgão oficial do partido. “Não só a publicação passa ao largo das principais disputas do PCB, como também os dirigentes do Partido no período, mesmo os derrotados, não figuram entre os colaboradores”.⁷ De qualquer forma, quaisquer que tenham sido as razões para a exclusão de ambos os autores, o certo é que a revista não deixa de ser o lócus por onde Caio Prado e seus colaboradores podiam questionar a posição oficial do partido, principalmente após o debate que se fez para a preparação do IV Congresso do PCB, não ocorrido por conta do fechamento do partido e seu registro na ilegalidade. A revista, portanto, era mais um espaço para a crítica à tese feudal defendida pela orientação oficial do partido. Não à toa, o texto emblemático de Gunder Frank, escrito em janeiro de 1964 contra o chamado “Mito do latifúndio”, é publicado precisamente nesta revista.

A publicação do artigo de Gunder Frank não era apenas uma minudência. Naquele período, este economista alemão tornava-se conhecido por sua crítica à difusão da explicação feudal na América Latina, como elemento explicativo do desenvolvimento do continente. Sua obra, *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*, tornou-se um dos livros mais influentes sobre a chamada teoria da dependência.⁸

É a partir dos livros de Caio Prado Junior que podemos compreender melhor as propostas deste autor, cuja trajetória tem sido objeto de inúmeros trabalhos. Raimundo Santos

⁷ Ibidem.

⁸ GUNDER FRANK, Andre. *Capitalismo y subdesarrollo em America Latina*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Signo, 1970. Segundo Mantega, Gunder Frank era muito influenciado pela esquerda norte-americana a qual pertencia. Entre os expoentes desta corrente de ideias, destacavam-se Paul Baran, Paul Zweezy e talvez o mais conhecido pelo público em geral, Leo Huberman. Cf. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 211.

concentrou-se em discutir seu papel na cultura política brasileira. Longe de desqualificá-lo “pelo seu limitado estoque de conceitos”, Santos buscou compreender o marxismo e a originalidade do autor, nos quadros políticos do Partido Comunista.⁹ Carlos Nelson Coutinho, por sua vez, procurou entender a relação de Caio Prado com o marxismo, ressaltando o seu distanciamento em relação aqueles princípios.¹⁰ De todo modo, numa visão mais geral e coerente com a época em que o autor escreveu, compartilho da visão que procura enfatizar o sentido de sua obra em conjunto e a marcante originalidade de seus principais argumentos.¹¹

No entanto, nossa proposta aqui é compreender os principais argumentos deste autor acerca do campesinato, e do latifúndio brasileiros; eixos centrais das discussões dos autores da “tese feudal”; sujeitos e objeto de uma história. Logo, para além de sua filiação ao marxismo ou – se desejarem – por sua filiação incompleta ao marxismo - importa-nos destacar como aquelas chaves de leitura – campesinato e latifúndio – aparecem na obra do autor e o que isso pode nos revelar acerca da derrota da perspectiva inaugurada por Sodré e sistematizada (a nosso ver, adensada) por Alberto Passos Guimarães.

Nas incursões sobre algumas de suas obras, não analisaremos a primeira, escrita em 1933, pois ela não figura como leitura daqueles autores, ou seja, nem Sodré nem Guimarães fazem referência àquele estudo. Estaremos aqui apresentando e também discutindo três livros de Prado Junior:

⁹ SANTOS, Raimundo, op. cit.

¹⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na Obra de Caio Prado. In: *Cultura e Sociedade*. Belo Horizonte: Oficina de Textos, 1990.

¹¹ NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr e a Historiografia Brasileira. In: *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. No mesmo sentido, há ainda ao menos dois artigos escritos para a coletânea *História e Ideal* que demarcam a originalidade da obra de Caio Prado Junior: FERLINI, Vera Lucia Amaral, op. cit ; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.), op. cit.

Formação do Brasil Contemporâneo, escrito em 1942; *História Econômica do Brasil*, de 1945 e *A Revolução Brasileira*, de 1966. Algumas considerações também serão feitas em relação a seu livro, *A Questão Agrária no Brasil*, publicado em 1979, em plena ditadura, reunindo cinco artigos anteriormente publicados pela Revista Brasiliense. Devemos estar atentos de que as duas primeiras obras são referenciais importantes nos livros de Sodré e Guimarães. Em outras palavras, aqueles dois livros fizeram parte do conjunto das obras por eles escolhidas para legitimar os seus argumentos. O contrário não poderia ter acontecido, ou melhor, Caio Prado não poderia tê-los citados nos seus primeiros livros, pois os livros de Sodré e de Passos Guimarães foram escritos após a edição de *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*. Por esta razão, eu trabalho aqui com as edições dos anos 70, exatamente para verificar se o autor teria incorporado ou discutido os argumentos defendidos pelos intérpretes de um “Brasil Feudal”.

Em 1942, Caio Prado buscou desvendar em *Formação do Brasil contemporâneo* o sentido da colonização brasileira. Em suas primeiras linhas, afirmava: “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo `sentido”.¹² Esta era compreendida como uma empresa comercial que visava explorar o território colonial para o enriquecimento europeu. Inserindo-se no plano internacional, marcadamente capitalista, a colônia brasileira seria também capitalista.¹³

Colonizado para servir aos interesses comerciais europeus, o Brasil seria marcado pelas grandes empresas monocultoras, trabalhadas por escravos. Ao ser onipresente, o cativo impediria, à sua revelia, as poucas ocupações dos homens livres.¹⁴

¹² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 19.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem, p. 279.

Preocupado em entender o país a partir de seus vínculos externos, Caio Prado seria, no entanto, contraditório em sua avaliação sobre as camadas intermediárias da sociedade escravista. Ainda que considerasse a existência da agricultura de subsistência, incluída nos domínios da grande lavoura, aquela dependia desta última “que lhe infunde vida e forças. Daí aliás o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária”.¹⁵ Ela estaria situada, não no entorno de centros urbanos, pois ali as terras já estão ocupadas pela grande lavoura, mas em áreas afastadas.

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado.¹⁶

O caráter degradado daquela população havia sido notado por Villhena, informa a nota e foram também testemunhas o viajante Saint-Hilaire e Matius, mas Caio Prado não explicita em quais passagens e em que contexto os viajantes registraram aquela impressão. Ele ainda destaca o papel secundário da agricultura de subsistência na colônia, o que teria provocado um estado crônico de carestia no Brasil, à exceção do Rio de Janeiro. No entanto, apresenta a distribuição da produção de gêneros por capitânias, apoiando-se nos informes dos viajantes e nas anteriores afirmações sobre o tema, registradas por Capistrano de Abreu.

¹⁵ Ibidem, p. 100.

¹⁶ Ibidem, p. 101.

Mas quem produz? Num capítulo dedicado à organização social da colônia, o autor procura definir o lugar e a hierarquia social dos que ali viveram. A desmoralização e a ênfase no caráter incompleto dos homens pobres do campo são mais uma vez destacadas.

Em primeiro lugar, Prado Junior ressalta que o que caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX é a escravidão. Sua influência se estende por todos os níveis, em todos os lugares, pois “nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja pelas suas repercussões remotas”.¹⁷

Mas se a escravidão é onipresente, ela também molda o caráter da sociedade brasileira. Os negros e índios, submetidos ao cativo, contribuem quase que totalmente apenas por sua força motriz E mais do que isso. O escravo africano, não somente tem a sua cultura abafada e aniquilada, como age como “um fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que lhe sobrepôs”.¹⁸

A noção de uma degeneração, comum a muitos autores do período, co-responsabiliza o escravo de seu destino. As classes escravizadas, mal preparadas, tornar-se-iam um “corpo estranho” na sociedade que ajudaram a construir por sua força e sua degeneração se espraiem por outras categorias dos pobres, ainda que livres. Há uma impossibilidade histórica para a existência digna daqueles homens. “Uma parte desta subcategoria colonial composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus-dará, embrutecidos e moralmente degradados”.¹⁹ Alguns, “vagam de léu a léu”, numa presença degradada; são os vadios. Sua presença incômoda foi tão flagrante que mereceu observações de Villena e dos viajantes

¹⁷ Ibidem, p. 269.

¹⁸ Ibidem, p. 272.

¹⁹ Ibidem, p. 282.

Saint-Hilaire e Matius. Há, ainda, entre estes desclassificados, os que hostilizam e depredam. Mas, organizados em bandos, eles adquirem uma função, pois o agrupamento destes indivíduos “nas milícias particulares dos grandes proprietários e chefes locais ainda constitui um penhor de segurança e tranqüilidade, porque canaliza sua natural turbulência e lhes dá um mínimo de organização e disciplina”.²⁰

É difícil comprovar a hipótese de que a origem social de Caio Prado Junior, filho de uma aristocrática família de cafeicultores de São Paulo, tenha contribuído para este olhar marcadamente preconceituoso em relação aos pobres. É preciso ainda esforçar-se para escapar de um juízo de valor que condena uma obra, sem inseri-la num contexto histórico de sua produção. Não deixa de ser interessante apontar o fato de aquele autor acionara quase os mesmos testemunhos de época citados por Passos Guimarães em 1963, para chegar a conclusões opostas. Mas Caio Prado havia escrito seu livro 20 anos antes do que Passos Guimarães, o que é um tempo bastante longo para nos permitir comparações apressadas. No entanto, nos anos 1950, após sucessivas reedições de suas obras, ele mantinha a mesma posição, pois não fizera nenhum acerto sobre sua visão acerca do passado do homem do campo. Naqueles anos haviam sido escritas várias obras mais “adensadas” sobre a trajetória dos homens do campo, bastando citar, por exemplo, o clássico da literatura brasileira, *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa, escrito em 1956. Além disso, se é fato de que ele “era apaixonado pelo Brasil e seu povo, e por isso rompeu com sua classe”, suas ilações sobre a pobreza parecerem nos levar a outra conclusão do que aquela defendida por José Carlos Reis.²¹ O olhar sobre o passado sobre aquele povo não era glorioso. A ideia de uma condenação moral, a impossibilidade de uma vida digna são

²⁰ Ibidem, p. 284.

²¹ REIS, José Carlos. Caio Prado Jr. Versus PCB: A Revolução Brasileira (1966). In: FERREIRA; REIS, op. cit, p. 176.

as marcas de suas reflexões sobre os homens livres e pobres.

Mas sejamos justos, a verdade é que a *Formação do Brasil Contemporâneo* fincou raízes, pois permitiu interpretar nosso passado colonial e conferir-lhe um sentido, sem as amarras construídas pelo aporte teórico do Partido Comunista. Por conseguinte, não é possível ignorar que ele construiu um método e de fato decifrou “as possibilidades de adequação da dialética materialista ao contexto das contradições brasileiras, elaborado na sua especificidade.”²² Por este viés, é possível seguir as trilhas propostas por Novais e afirmar que a própria construção do livro, sua divisão em capítulos, demonstra a força de seus argumentos, “a análise desdobra-se portanto, em dois movimentos, da aparência para a essência, e da essência para a realidade”, tornando-se aos olhos de Novais “um exemplo bem sucedido na prática da dialética”²³ Assim,

A leitura de *Formação do Brasil Contemporâneo* (...) abriria a possibilidade de acompanhar aquele primeiro movimento: o `sentido da colonização`, categoria analítica básica, é apreendido através da inserção do objeto (colonização européia na América) num todo maior, ou seja, nos mecanismos comerciais da expansão marítima européia. Assim, a localização do fenômeno na totalidade de que faz parte, situando em seus nexos, permitiria a apreensão das categorias a partir das quais a reconstrução inteligível se torna uma possibilidade.²⁴

Mas é também possível destacar que enquanto uma obra datada que inaugura uma original explicação sobre a história do Brasil, Caio Prado fora um homem de seu tempo.

²² DIAS, Maria Odila. Impasses do inorgânico, op. cit, p. 378.

²³ NOVAIS, Fernando. Formação do Brasil contemporâneo (Texto Introdutório). In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 2000. p. 1112.

²⁴ Idem, p. 1114.

A força de seus argumentos sublima os problemas derivados de sua análise sobre os cativos e os homens livres pobres e inibe também os debates sobre o campesinato brasileiro e uma discussão mais acurada sobre a formação do latifúndio no Brasil. O viés explicativo de Caio Prado desautoriza – isso é fato – uma análise mais cuidadosa acerca da consolidação – enquanto processo histórico, e não enquanto dado – da grande propriedade territorial no Brasil. Por conseguinte, “no esforço por apreender a categoria básica, sua análise se deteve no meio do caminho”,²⁵ afirma Novais. E isso, a meu ver, desestimulou uma reflexão mais detalhada sobre os sujeitos históricos que na colônia se beneficiaram e reproduziram a exploração colonial. Vale dizer: os senhores de terra, eram aqueles que davam concretude ao projeto colonizador. Assim, “a dimensão histórica do latifúndio” do que nos fala John Monteiro se perde e a recusa em discutir a existência de um campesinato no Brasil (algo que iria se confirmar com o Golpe de 1964, segundo Caio Prado) transforma os homens livres e pobres apenas e tão somente numa questão numérica, apostando na noção de que eles não teriam tido importância para a formação do Brasil.²⁶ Ao arpejo de sua posição marxista, Caio Prado não vislumbra a possibilidade de entender o passado a partir da noção de classes, num embate entre homens livres e pobres versus fazendeiros.

Se atentarmos para o uso da palavra classe, neste livro, verificaremos como ela não adquire nenhum status teórico, como fio condutor de sua análise. Ela é na maior parte das vezes apenas uma palavra, não um conceito explicativo. Àquela época, a importação teórica de cunho marxista parece ter transformado a palavra em autoexplicativa.

Em *História Econômica do Brasil*, publicado em 1945,

²⁵ Ibidem.

²⁶ Eu defendi esta hipótese no artigo “Caindo por Terra”, publicado pela primeira vez em 1996. Uma reflexão parecida é a de MONTEIRO, John. *A dimensão histórica do latifúndio*. In: D’Incao, op. cit, p. 153-162.

Caio Prado reforça suas ideias anteriores. Preocupado em entender a expansão colonial, ocupação de nossos territórios e constituição de novas atividades econômicas, ele dedica algumas páginas para descrever, em primeiro lugar, a mineração, atividade submetida a um regime especial. Por conseguinte, destaca o papel da derrama nas agitações coloniais e conclui que “a decisão firme de um povo é mais forte que qualquer poder governamental”,²⁷ mas não nos informa que povo era este capaz de se rebelar. A subsequente decadência da mineração parece apontar para a excepcionalidade daquela situação.

Caio Prado também se preocupa em discutir o papel da pecuária no progresso do povoamento do Nordeste, ocupação irregular e de pouca densidade demográfica. Ali, “a agricultura é praticada subsidiariamente e em pequena escala para subsistência das próprias fazendas”. Há algumas regiões de “populações cultivadoras”, mas são raras. De todo modo, o autor não faz nenhuma descrição sobre aqueles que produzem, e, neste caso, se eximindo de qualificá-los moralmente.²⁸

O mesmo pode ser dito em relação a sua discussão sobre a colonização do Vale amazônico, onde colonos encontraram na floresta, vários produtos comercializáveis, como o cravo, a canela, e o cacau. Ele destaca o papel do padre, a utilização da mão-de-obra indígena e o caráter esporádico da produção, efetivado em épocas da colheita. Ali, no entanto, “os caracteres gerais da colonização (...) se revelam aí em toda sua crueza e brutalidade”. Além disso, “a evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo, mesmo em nossos dias, ainda não se completou, seria lá muito retardada”.²⁹

Para Caio Prado, a agricultura renasce no segundo

²⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 59.

²⁸ *Ibidem*, p. 67.

²⁹ *Ibidem*, p. 74.

quartel do século XVIII, não somente com a produção do açúcar, mas também com a produção de algodão, produto originário das Américas, que servia para a vestimenta de escravos e para os pobres.³⁰ Mas este renascimento, alerta o autor, é mais quantitativo do que qualitativo, pois no que se refere ao aperfeiçoamento técnico, “o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo”.³¹ Mantiveram-se a prática das queimadas, o abandono de áreas antes cultivadas e a recorrente devastação das matas.

Mas aquelas técnicas de expansão extensiva, somada à situação colonial de monopólios pareciam ter um fim na “era do liberalismo”, quando o Brasil se liberta de seu *status* colonial e se transforma numa nação independente. O progresso econômico após 1808 é notável, mas ele não será capaz de consolidar as indústrias, nem tão pouco mudar o padrão de produção agroexportadora. A escravidão continua a ser “a mola mestre da vida do país”.³² Somente após 1850, com a extinção do tráfico negreiro se coloca em cheque o próprio sistema colonial, assentado na escravidão.

Após os anos 1950 é a produção de café que domina o cenário agrícola do país, transformando a região sudeste no polo dinâmico da economia nacional. Em matéria de organização social. Contudo, ela segue “os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala tipo `plantação` “fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde (...) por trabalhadores assalariados”.³³

A noção de que a escravidão foi extinta e de que os trabalhadores foram substituídos pelo imigrante implica considerar que ela não se deu sem conflitos, já que os

³⁰ Caio Prado destaca, ainda que rapidamente, a cultura do arroz, que chegou a ficar em segundo lugar na pauta de exportação da colônia. *Idem*, p. 84.

³¹ *Ibidem*, p. 57.

³² *Ibidem*, p. 143.

³³ *Ibidem*, p. 165 e 166.

proprietários estavam habituados a lidar com cativos e tendiam a tratá-los como escravos. Ademais, não havia – segundo Prado Junior – um cuidado na importação de trabalhadores, muitos deles despreparados para a atividade agrícola. Aos poucos, no entanto, principalmente após a instalação da imigração subvencionada em 1870, será possível identificar o incremento da política imigracionista.

Mas se a opção imigracionista permitiu a dissolução da escravatura, ela também teve o papel principal na constituição da pequena propriedade. Para Caio Prado, o passado colonial desestimulara, ou mesmo impedira a consolidação de pequenas unidades produtivas. A grande propriedade, “assente no trabalho escravo e semiescravo [...] formavam a massa camponesa no país”.³⁴ Sem explicar a razão pela qual ele identificaria na escravidão o surgimento de uma massa camponesa, o autor defenderia a impossibilidade de existência de pequenas propriedades na economia brasileira do passado.

No entanto, aos poucos o adensamento da população, as partilhas provocadas pelas heranças, as crises da grande exploração permitiram “a eclosão de uma nova economia de caráter camponês fundada na pequena propriedade”.³⁵ De todo modo, foi o emigrante, e não o nacional que permitiu aquela transformação. O imigrante tinha um impulso muito poderoso: “a ambição pela posse da terra”.³⁶

E destaca:

É importante assinalar esta circunstância, porque em contraste ela não ocorre, pelo menos de forma tão definida e intensa, na grande parte da massa de trabalhadores brasileiros que precedem a imigração européia. Já sem

³⁴ Ibidem, p. 249.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

falar nos escravos, para quem naturalmente, a propriedade está fora de cogitações, mas também dos libertos, ainda muito próximos do regime servil e de suas origens semibárbaras para imaginarem a possibilidade de superarem os obstáculos opostos a seu acesso à propriedade da terra.³⁷

O argumento de Caio Prado é, portanto, diametralmente oposto daquele que mais tarde defendera Alberto Passos Guimarães. Este último, como vimos, destacara a posse como uma arma contra o latifúndio e demonstrara que os anseios e desejos dos camponeses brasileiros (reiteradamente nominados positivamente como posseiros) eram obstaculizados pelo poder dos terratenentes. Guimarães insiste, inclusive, em afirmar que seriam endógenos os elementos que construíram a pequena propriedade no Brasil. Em outras palavras, a origem da pequena propriedade nascera como um desejo de homens livres e pobres, e não era resultado da chegada dos imigrantes ao país.

É possível considerar, contudo, que Guimarães havia publicado o seu livro em 1963, onze anos depois da publicação da obra de Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, e oito anos após a publicação de *História Econômica do Brasil*, de 1945. Além disso, este último talvez não conhecesse ainda os argumentos desenvolvidos por Cirne Lima, jurista brasileiro amplamente citado por Guimarães. De qualquer forma, Caio Prado cita em várias ocasiões Saint Hilaire, fonte muito usada por Guimarães para sustentar suas hipóteses. Além disso, conhece a obra de Rocha Pombo, constante em sua bibliografia, livro também amplamente empregado por Guimarães na defesa de uma economia de tipo camponesa no Brasil.

Mas se não nos é possível cobrar de Caio Prado o

³⁷ Ibidem, p. 249 e 250.

desconhecimento ou – diríamos – uma leitura mais atenta daquelas obras – é possível indagar se a discussão de lutas de classes está presente em seus dois livros, de 1942 e 1945. É recorrente a assertiva, de que o autor dominava mal alguns conceitos marxistas e a noção de modo de produção capitalista ‘desde as origens’ está assentada numa visão circucionista da teoria de Marx.³⁸ De qualquer forma, Caio Prado compartilha – ao menos em parte – da pobreza intelectual dos marxistas, destacada por Konder,³⁹ ainda que tenha avançado e muito sobre os elementos que explicariam a formação do Brasil e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. Sua leitura sobre o sentido da colonização tornar-se-ia a chave de leitura mais importante a partir dos anos 1940 e seria decisiva para a compreensão da dinâmica e da contradição de nosso passado colonial.

No entanto, suas assertivas sobre o campesinato do passado não estiveram ancoradas em nenhuma discussão sobre o conceito e a eventual especificidade do campesinato no Brasil. Ele parece desconhecer as implicações teóricas e sequer problematiza o conceito. Utiliza-o tão somente para ressaltar a sua inexistência no Brasil ou a sua intrínseca relação com a escravidão. O campesinato possível seria, de todo modo, um grupo social que morreria no nascedouro, asfixiado pelos condicionantes estruturais da experiência escrava no Brasil.

Em suma, há uma reprovação moral explícita sobre aqueles homens, pobres e livres, condenação esta que estará ausente nas ilações de Guimarães. A incompletude do homem do campo, degenerado, sem cultura, ganharia em Caio Prado Junior sua melhor tradução.

Quando escrevera os seus dois trabalhos, o Brasil vivia

³⁸ NELSON COUTINHO, Carlos. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. CIRO, Cardoso. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Théó (Org.) *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

³⁹ Cf. Konder, op.cit., capítulo 1.

a experiência varguista e a consolidação de um discurso em nome da defesa e da valorização do trabalhador nacional. Ancorada na proposta de consolidação da industrialização do país, o rural passava cada vez mais a ser visto como o lugar do atraso, de uma herança maldita que se desejava extirpar. O discurso da modernização, como aliás em qualquer discurso, sublimava as experiências dos homens livres e pobres de distintos cantões do país, também não destacava a permanência da ocupação irregular de terras, da reatualização do poder dos terratenentes no processo de expulsão de lavradores pobres.

Mas se o período varguista é, sem sombra de dúvida, o início de nossa consagração enquanto país industrial, naquele mesmo período, Vargas buscava atender e controlar os anseios daqueles pobres, produzindo aqui e ali legislações que pudessem minimamente atender à população rural, sem perder de vista o apoio dos industriais e da classe proprietária do país. De qualquer forma, é difícil saber se o discurso varguista relacionado aos pobres do campo – estimulava ou não um olhar mais atento sobre o passado rural, ainda que as leis sobre o controle de ocupação ilegal de terras davam o tom de que o tema não era tão ignorado assim.

Além disso, nunca é demais lembrar que alguns anos depois ao menos dois conflitos fundiários ganhavam as páginas dos jornais: o conflito de Porecatu, no Paraná⁴⁰ e o início dos embates em Trombas e Formoso, em Goiás. Este último conflito, iniciado em 1950 só foi resolvido em 1963, quando os posseiros conseguiram as escrituras de suas terras. O Golpe de 1964, no entanto, desarticulou a Associação dos Lavradores e perseguiu os principais líderes do movimento, entre eles José Porfirio, até hoje na lista de desaparecidos.⁴¹

⁴⁰ Para uma análise sobre o papel dos comunistas no conflito de Porecatu, Cf. PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Paraná: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

⁴¹ ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Formo e Trombas: Luta pela terra e re-*

No entanto, nas sucessivas edições de suas obras, Caio Prado Junior manteve sua posição acerca dos homens livres e pobres. Ao contrário de Guimarães, não identificou nenhuma relação entre o passado de disputas pelo acesso à terra dos pobres do campo e a emergência dos movimentos sócias dos anos 1950 e 1960 do século XX.

O Brasil “feudal” no cenário do Golpe de 1964

No início dos anos 1960, o contexto parecia sinalizar para a efetivação da proposta de distribuição de terras. A mobilização no campo, a atuação dos partidos políticos demonstravam – ou pareciam demonstrar – que a proposição se concretizaria. A despeito do fato de que o projeto de reforma agrária proposto por Jango e enviado ao Congresso não atendia os anseios da mobilização camponesa, havia a crença de que ela seria ao menos iniciada.

Em 28 de janeiro de 1964, o jornal *Correio da Manhã* apresentava ao seu leitor a defesa da reforma agrária, como aspiração de um país que se desejava democrático.

Uma reforma agrária autêntica, a ser realizada dentro da estrutura do regime em vigor e respeitando os alicerces das instituições liberais, deve visar, precipuamente, à democratização da propriedade da terra. Quanto maior o número de proprietários, tanto mais e melhor estará solidificada a democracia no País [...].

A reforma agrária está longe de significar desapropriação pura e simples de terras daqueles que já as possuem. Deve ser compreendida no sentido de se tornar a terra habitável e transformada em meio de produção intensiva, para o

sistência camponesa em Goiás 1950-1964. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2009, v. 2, p. 161-173. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil)

benefício e o bem-estar de toda uma população. Reforma Agrária que provoca inquietações e perturbações naqueles que já se encontram trabalhando, não permanece em coadunação com os objetivos democráticos. E estes, no caso, só obtêm concretização através de planos adequados e cuidadosamente executados, sob o controle isento e racional, que evite injustiças e a paralisação de qualquer atividade agrícola.

A reforma agrária autêntica, numa democracia, consiste, em última instância, em levar ou ampliar as possibilidades de capitalização no campo. É conferir ao lavrador melhores recursos de estabelecer seu poder aquisitivo e, assim, também de desfrutar dos benefícios da industrialização, ainda quase inteiramente restrito aos habitantes das grandes cidades. E, em contrapartida, a própria indústria vem a se beneficiar com equilíbrio reinstaurado, entre sua capacidade de produção e a maior necessidade de consumo.

Há quem diga ao ouvir o termo - reforma agrária - que se trata de comunismo. É um erro. A reforma agrária, ao contrário, tem a faculdade de estender o capitalismo ao campo. Constitui uma medida progressista nos países subdesenvolvidos, pois nos países desenvolvidos a reforma já foi efetuada.⁴²

A radicalização do movimento não era assim o resultado de uma avaliação equivocada, mas ela estava também apoiada na certeza de que a reforma agrária já não era um tema restrito às discussões dos partidos políticos e movimentos sociais. Ela estava presente na mídia, nos debates e embates do cidadão comum. É fato que João Goulart não desejava descumprir os dispositivos constitucionais que exigiam que

⁴² REFORMA. *Correio da Manhã*. 28 jan. 1964. p. 6. (caderno1).

– em caso de desapropriação – as indenizações deveriam ser previamente realizadas em dinheiro, mas ele falava para as multidões, em defesa da concretização da proposta e na alteração do dispositivo constitucional que impedia a reforma agrária nos marcos da lei.⁴³ No comício de 13 de março, no emblemático discurso na Central do Brasil, Goulart afirmou:

Estariamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.[...]

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e

⁴³ Segundo Jorge Ferreira, o conflito entre as esquerdas e os conservadores girava sobretudo em torno de como implementar a reforma agrária. Para as esquerdas, as alterações na estrutura agrária não poderiam acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição, sob o risco de se tornarem, como se dizia na época, uma “negociata rural”. O PSD, maioria no Congresso, concordava em ressarcir com títulos da dívida pública e, avançando para além do perfil conservador do partido, aceitava que o princípio das desapropriações por interesse social atingisse o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado. No entanto, para a “coalizão radical pró-reformas”, qualquer proposta que incluísse indenizações era inaceitável. Assim, desconhecendo o poder de veto da maioria parlamentar pessedista do Congresso, as esquerdas partiram para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores nas ruas, excluindo, nas palavras de Argelina Figueiredo, concessões ou compromissos políticos. Atacando o Congresso e cobrando medidas imediatas de Goulart, as esquerdas avançavam em seu processo crescente de radicalização. Cf. FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*.v.24,n.47,São Paulo,2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100008&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20set. 2010.

que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.⁴⁴

Mas se havia uma expectativa em relação à reforma agrária por setores de esquerda, ela era entendida por outrem como a consagração dos ideais comunistas na socialização da propriedade. Em resposta ao comício de Goulart, o jornal lacerdistas *Tribuna da Imprensa* afiançou:

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao acreditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País.⁴⁵

Em abril de 1964, um golpe militar apoiado pela burguesia pôs fim ao sonho de um país com uma melhor

⁴⁴ DISCURSO de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. *Instituto João Goulart*. Disponível em: < <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>. Acesso em: 20 set. 2010.

⁴⁵ Apud CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcos. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. v.24,n.47,São Paulo, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100011&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 set. 2010.

distribuição de renda e terra. Tirou de cena, pela força, os agentes sociais que haviam combatido pelas reformas de base. Os intelectuais do Partido Comunista Brasileiro viram cair por terra seus pressupostos teóricos, consubstanciados em sua prática política. A burguesia pretensamente nacional já havia há muito se aliado ao capital estrangeiro. Ao contrário do que pensavam os defensores da “tese feudal”, não havia grilhões para impedir o avanço do capitalismo. Na verdade, a inexistência da Reforma Agrária não provocara nenhum estrangulamento na capacidade de aferição de lucros por parte do grande capital.⁴⁶ A reforma agrária era um desejo, não uma necessidade econômica, muito menos para o capital.

Em 1964, a derrota da desejada revolução democrático burguesia produziria o argumento definitivo para a demonstração dos equívocos teóricos da perspectiva de um Brasil marcado por restos feudais, ainda presentes. A contenda dos homens do campo havia consagrado, inclusive, uma visão sobre o campesinato brasileiro. Na grande imprensa, contra ou a favor, os homens do campo eram vistos como protagonistas de uma história, na esperança de uma reforma agrária, entendida por alguns, como a condição indispensável para o avanço do capitalismo.

Mas para além da ruína da tese feudal, havia outra menos óbvia. O fim da perspectiva de um Brasil com resquícios feudais também sepultaria as ilações de Alberto Passos Guimarães sobre a força e a perícia dos camponeses de outrora. A assertiva de que eles haviam atacado “de frente o todo-poderoso sistema latifundiário”,⁴⁷ seria esquecida para em seu lugar consagrar-se a noção da passividade, da ausência de cultura do homem do campo.

Mas aquela derrota escondera também tantas outras.

⁴⁶ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁴⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 113.

Quando escrevera em 1963, Alberto Passos Guimarães acreditara na revolução e seu estudo seria a confirmação histórica da veracidade dos seus argumentos. É incontroverso que ele produziu um texto marcado por uma linha linear entre passado e presente, entre história e projeto de futuro. Mas também é verídico que os acontecimentos daqueles emblemáticos anos 1960 pareciam, não somente confirmar a necessidade ou o desejo de uma revolução, como o poder de uma nova força política, consubstanciado no próprio conceito de campesinato brasileiro. Naquele período, o termo camponês se generalizara, procurando dar unidade às lutas dos pobres do campo. Não se tornaria apenas um nome, tampouco sua inscrição em determinado espaço, em contraposição ao urbano, mas “pretendeu ser também a designação de um destino histórico”.⁴⁸

A atuação de uma das mais importantes formas organizativas de trabalhadores rurais no Brasil – as Ligas Camponesas – entre 1954 e fim de 1964 não era um mero detalhe. A da Galiléia, em Pernambuco, do início da década de 1950, mobilizou militantes, intelectuais e tornou-se um símbolo dos conflitos pela terra naquele período e a demonstração histórica da força do campesinato e a atuação do PCB.⁴⁹

⁴⁸ Para Martins, a interpretação de Caio Prado tendeu a minimizar ou ignorar a existência do campesinato no país. Para ele “ a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política”. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 25.

⁴⁹ Há dezenas de trabalhos sobre as Ligas Camponesas. Entre outros, destacam-se o livro de Julião, o líder parlamentar das Ligas camponesas. JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. Há ainda uma série de estudos que somam para compreender a atuação das Ligas em sua relação com o PCB. Entre outros: AUED, Bernardete. *W.A vitória dos vencidos (partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986. AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. MORAES, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972. Uma visão distinta que rompe com a ideia do protagonismo do PCB é a de: RANGEL, Maria do So-

As Ligas Camponesas, como foram denominadas e seriam nacionalmente conhecidas, surgiram no ano de 1954, em Pernambuco, em razão do conflito ocorrido naquele Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Galiléia era uma propriedade rural, cuja exploração se dava pelo sistema de arrendamento. Em 1954, o valor do aluguel das parcelas de terra era em muito superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários. As tentativas para rediscutir o valor das rendas e evitar a expulsão de camponeses em débito fracassaram. A busca de melhoria de suas condições de vida levou um pequeno grupo de foreiros a formar uma associação – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). Como sociedade civil de cunho beneficente, a associação objetivava criar principalmente um fundo funerário para o pagamento do enterro de seus associados e fundar uma escola.

O grupo fundador havia feito um convite ao proprietário do Galiléia, o fazendeiro Oscar Beltrão, ele próprio dono do engenho, para que se tornasse presidente de honra da liga. No entanto, o convite não foi suficiente para dissipar a desconfiança dos fazendeiros e o proprietário da Galiléia procurou interditar a associação, contando para tanto com o apoio de outros fazendeiros e donos de engenho próximos. A intimidação, com a presença de destacamentos militares, tornou-se a regra. Pressionados, os camponeses foram ao encontro de forças políticas da capital, com vistas a trazer ao público a repressão a que estavam sendo submetidos os foreiros de Galiléia. Nasceria dessas idas e vindas à capital e dos contatos com políticos e personalidades que se propuseram a apoiar os camponeses da Galiléia, o embrião das futuras Ligas Camponesas do Brasil.

corro. *Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2000.

A organização de trabalhadores rurais em ligas não se constituía, entretanto, uma novidade. As primeiras ligas camponesas surgiram na década de 1940. Constituídas pelo PCB, representavam naquele período um esforço dos comunistas em ampliar suas bases políticas, cujo objetivo primordial era fundamentar a aliança operário-camponesa diante do latifúndio e ao imperialismo, coerente com a teoria de revolução encampada pelo partido. Entre 1945 e 1947, no breve período em que o PCB atuou nos marcos da legalidade vigente, foram criadas várias ligas camponesas por todo o país. Constituídas a princípio com foco no assalariamento rural nas diversas regiões do país, os comunistas logo ampliariam suas ações visando a mobilizar posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais, diante da progressiva percepção da importância de organização das ligas em bases camponesas e das perspectivas dos camponeses em suas brigas por uma parcela de terra. Tal fato daria um novo perfil a um movimento que demonstrava o papel que deveriam vir a desempenhar os camponeses no projeto comunista, cuja estratégia residia na aliança que pressupunha a subordinação destes aos operários da cidade. Com o partido posto na ilegalidade a partir de 1947, o processo de constituição de Ligas, nos moldes concebidos pelos comunistas, conheceria significativo declínio, ainda que tenham surgido em alguns locais novas tentativas de organização e mobilização.

Não à toa que é muito comum a filiação direta feita pelos autores entre as Ligas Camponesas criadas pelo Partido Comunista na década anterior e as surgidas em Pernambuco na década de 1950. Elas são vistas, portanto, como um “ressurgimento” das ligas do PCB, seus traços de continuidade residiriam, não apenas na maneira como ficaram conhecidas, por meio da própria denominação Ligas Camponesas, como pela atuação de importantes militantes que acumulavam a experiência de ter atuado na constituição de ligas na década de 1940 e que estiveram presentes na constituição da Sociedade

Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco.⁵⁰

No entanto, em pesquisa mais recente, Socorro Rangel demonstrou que a denominação de Ligas Camponesas para as organizações surgidas a partir da SAPPP, foi dada por latifundiários locais, com o intuito de identificá-las às ligas camponesas comunistas da década anterior e que naquele momento já haviam desaparecido. Ainda, segundo a autora, “cristalizado na historiografia como o propositor das Ligas Camponesas, o PCB é sempre o ponto de partida, a origem, o lugar de gênese, mesmo para aqueles que explicaram as Ligas a partir da atuação de Julião”.⁵¹

Se é preciso entender as Ligas Camponesas para se compreender as acomodações e resistências dos pobres do campo, é necessário também refletir sobre o significado histórico que as Ligas adquiriram naquele período e as leituras possíveis capazes de construir uma história do passado que lhe conferiam um sentido. Por conseguinte, é coerente inferir que Alberto Passos Guimarães estivera – mais do que qualquer um – buscando unir passado e presente na sua defesa da revolução. Ele escrevera num ambiente de radicalização das posições sobre o campesinato, expressa inclusive na máxima de Julião: *Reforma Agrária na lei ou na marra*.

A inflexão de Guimarães é exatamente tentar dar conta da questão camponesa, fornecendo à mesma uma legitimidade histórica nunca antes defendida. A opção pelo caminho da reforma agrária radical proposta pelos setores “julianistas” das Ligas acirraram, tanto no campo teórico quanto na prática, as divergências em relação às estratégias do Partido Comunista. A ênfase do PCB em constituir associações rurais sob seu controle, na defesa primordialmente da sindicalização e de melhores condições de trabalho, contrariava os interesses

⁵⁰ Acompanhamento de perto as análises de RANGEL, Socorro. *Medo da morte, esperança de vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Campinas, Campinas (SP), 2000

⁵¹ Idem.

das Ligas, adeptas de uma reforma agrária radical. Em 1960, a decisão do V Congresso do PCB representou uma derrota para os militantes comunistas ligados às Ligas. Esses viam no campesinato a principal força revolucionária do movimento social do campo e condenavam a estratégia do Partido de defender uma reforma agrária que deveria ser limitada a terras dos estados e de grandes propriedades incultas. A testilha contra o imperialismo tornou-se então a principal bandeira do PCB, secundarizando o embate contra o latifundiário.

Como vimos, o livro de Alberto Passos Guimarães é publicado em fins de 1963. O ano de 1958 é sempre lembrado pelos especialistas como de alteração da orientação do partido e de acirramento das disputas internas. Ao batalhar por sua legalidade, o PCB agruparia distintas leituras acerca de seu papel político. A renúncia de Jânio Quadros e as dificuldades enfrentadas por João Goulart em assumir o poder, faziam com que o PCB somasse esforços para a defesa da legalidade constitucional em apoio ao Goulart. Nos anos seguintes até o golpe, o enfoque do partido concentrou-se nas reformas de base, a serem levadas adiante por João Goulart. Entre elas, emergiu aquela que mais assustara os setores dominantes do período: a reforma agrária. Em outras palavras, “a necessidade das reformas de base colocava como premissa do restabelecimento do país, embora, soasse por demasiado `assustadora` às classes proprietárias”.⁵²

No entanto, é sempre simplista afirmar que a reforma agrária era apenas um desejo da esquerda, de preferência, a radical. Naquele ambiente de crise, diversas e distintas leituras

⁵² MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 74. Ainda segundo a autora, há várias explicações para a crise econômica de 1962-1964. De todo modo, “a resposta dos detentores das várias frações do capital (industrial, financeiro, agrário, comercial), prejudicados em seu desempenho econômico e ameaçados pela ascensão das massas, foi o alinhamento à direita, conclamando-se a solução militarista como a única saída capaz de instalar um horizonte seguro para a recuperação da expansão”. *Idem*.

apostavam na necessidade de se realizar uma mudança no padrão de acumulação capitalista no Brasil. A grande propriedade era o lócus do atraso, a prova histórica de nossa incompletude. Intelectuais de vários registros, de várias cores, de distintos lugares defendiam a distribuição da terra. Alguns enfatizavam a importância de estímulo ao mercado interno, estrangulado pelo modelo agroexportador; outros preferiam destacar a dívida histórica para com os pobres; outros ainda uniam o problema da reforma agrária ao ideal do nacionalismo então em voga. Os representantes da CEPAL (cepalinos), por exemplo, destacavam que o caráter periférico de nossa economia era caracterizado pela produção agrícola agroexportadora com baixa integração entre setores, marcado por baixo nível de organização da força de trabalho e subordinadas pelos interesses dos centros econômicos. Para os cepalinos a saída residia não somente numa política de desenvolvimento industrial, mas também “uma reforma agrária, (que) melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade”.⁵³

Rompia-se ou deveria ser quebrado o elo que nos prendia ao passado: o latifúndio. *Cabra marcado para morrer*, de Nelson Coutinho, era produzido em 1960 e os personagens de Galiléia mostravam ali a sua força, destruída alguns poucos anos depois.

O argumento de Alberto Passos Guimarães em defesa de um Brasil com restos feudais era também um argumento possível, como tantos outros naqueles anos, marcados por mobilizações e esperanças. Ao buscar unir passado e presente, Guimarães produziu um livro, onde a história tornar-se-ia o argumento de autoridade indiscutível, inabalável para a defesa do desejo maior da reforma agrária no país. A realidade, porém, demoliu a teoria, e ao destruí-la também produziu o esquecimento sobre os enfrentamentos dos homens do campo.

⁵³ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Polis; Vozes, 1984. p. 39.

A Revolução Brasileira: o golpe na teoria

Caio Prado avançava teoricamente ao caracterizar o Brasil enquanto um país capitalista. Nos embates no interior do Partido Comunista, ele sempre foi a voz dissonante, negando-se a compreender o país a partir da perspectiva dos resquícios feudais. Neste sentido, para José Carlos Reis, o autor jamais se filiou ao modelo e a orientação da III Internacional. Ele teria proposto, “uma análise do Brasil e um projeto revolucionário mais próximo da IV Internacional, sem estar ortodoxamente vinculado a ela”.⁵⁴ Se isso é fato, para Reis, isso ficaria ainda mais claro quando da publicação de *A Revolução Brasileira*, escrito em 1966. Naquela obra, inscrita logo após o Golpe de 1964, Prado enfatizaria os erros teóricos dos defensores da tese feudal, apresentando os resultados funestos daquela abordagem. “É uma obra de síntese – teoria, história e política, que analisa, interpreta e propõe sobre o passado, o presente e o futuro do Brasil”.⁵⁵ Revisitá-la nos ajuda a pensar nos caminhos e descaminhos da perspectiva de um Brasil com resquícios feudais de Alberto Passos Guimarães.

Segundo Caio Prado,

A teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos: procurando-se posteriormente, e somente assim - o que é mais grave -, encaixar nesses conceitos a realidade concreta.⁵⁶

Ao rebater, no mencionado livro, os argumentos dos defensores da “tese feudal”, Caio Prado destacaria a impropriedade de se pensar a sociedade brasileira através dos moldes clássicos

⁵⁴ REIS, op. cit, p. 179.

⁵⁵ Idem, p. 180.

⁵⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 33.

européus. Acusando os seus opositores de realizar uma teorização às avessas, “que vai dos conceitos aos fatos, e não inversamente desses fatos aos conceitos”,⁵⁷ o autor afirma:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como `restos feudais. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver `restos´, haveria por força de preexistir a eles um sistema ´feudal´ de que esses seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado.⁵⁸

O livro é composto de sete capítulos, distribuídos em 332 páginas. Na construção de seus argumentos, a obra contém as seguintes notas:

Quadro 4. Distribuição das notas por capítulos do livro a revolução brasileira

A revolução brasileira

Autor	Fonte	Informação
Nenhum	Nenhum	Sobre o Marechal Lott
O próprio autor no artigo publicado na <i>Revista Brasiliense</i> (duas vezes)	Programa da Internacional Comunista de 1928	Sobre as capitânicas hereditárias para afirmar que não tem relação com o tema que discute

⁵⁷ Idem, p. 34.

⁵⁸ Ibidem, p. 51.

Sobre a ausência de reflexão sobre o <i>plantation system</i> em Marx		Sobre o sistema do <i>share-cropping</i> norte-americano
		Sobre a colonização estrangeira no Brasil, como exceção para explicar a economia camponesa
		Sobre o Programa do Partido, declaração e decisões (oito vezes)
		Sobre a China e o feudalismo
		Sobre os grupos nacionais e empresas agrárias

A realidade econômica brasileira

Autor	Fonte	Informação atual
O autor em seu livro: <i>História Econômica</i>	Nenhuma	Nenhuma

Aspectos sociais e políticos da revolução brasileira

Autor	Fonte	Informação atual
Sobre o artigo Questão Agrária no Brasil, editado pela <i>Revista Brasiliense</i>	Nenhuma	Sobre o Barracão e suas denominações
		Instrução de 1955 sobre a emissão de licença de importação sem cobertura cambial

Programa da Revolução Brasileira

Autor	Fonte	Informação atual
Sobre o artigo Questão Agrária no Brasil, editado pela <i>Revista Brasiliense</i>	Nenhuma	Sobre o congresso nacional de lavradores e a questão da demanda de terras
Artigo sobre crise econômica, junho de 1962		Sobre o discurso de Miguel Arraes
Souza Barros. Êxodo e fixação		Em defesa de medidas fiscais adequadas para o desmembramento da propriedade
		Informa entrevista com diretor da INDA, em 1965.
		Sobre a relação econômica dos EUA
		Sobre declaração recente de Mario Amato da Federação das Industrias de SP
		Sobre empreendimentos estrangeiros

O Problema político da revolução

Autor	Fonte	Informação atual
	Sindicalização rural de 1944	

Revolução e o antiimperialismo

Autor	Fonte	Informação atual
Nenhum	Nenhuma	Informe final da Primeira Reunião da Comissão Especial da CIFS sobre Manufaturas e Semimanufaturas
		Frase de Abraham Lincoln.

É digno de registro que o texto é, sem dúvida, uma síntese de seus argumentos anteriores, já que ele não cita, tampouco dialoga com nenhum outro autor do período. Se nos anos 1940 ele não poderia ter citado Alberto Passos Guimarães ou Nelson Werneck, em 1966 ambas as obras são razoavelmente conhecidas, haja vista subsequentes edições, após a primeira publicação.⁵⁹ A crítica de Caio Prado é dirigida a uma entidade, sem rosto, ignorando – inclusive – as diferenças de abordagem dos defensores da tese feudal. A ação de não nominar seus interlocutores é também um ato político de deslegitimação dos trabalhos por eles realizados.

Além disso, não há nenhuma indicação de fontes sobre o passado colonial que visaria sustentar o seu argumento, em contraponto aquele defendido pelos intelectuais do Partido Comunista. Tampouco há fontes sobre o passado recente dos anos 1960 que poderia confirmar a hipótese de que não haveria restos feudais no Brasil a ser superado. O que quero afirmar é que ele também parte de uma teoria, e não de evidências empíricas que pudessem sustentar os argumentos escritos neste livro dos anos 1960.⁶⁰

As notas presentes neste texto são particularmente aquelas mais ligadas às informações contemporâneas dos anos sessenta e no imediato pós golpe. Duas notas, no entanto, são particularmente importantes para delinear os seus argumentos. A primeira, no segundo capítulo, onde o autor afirmara:

Não é preciso insistir em que as capitânias hereditárias nas quais se dividiu o território brasileiro no início da colonização, e que tinham formalmente um

⁵⁹ Eu exploro este aspecto mais adiante.

⁶⁰ Segundo João Pinto, “o livro por conter uma pesada crítica às diretrizes do PCB, no que se refere à interpretação do passado colonial e aos caminhos da revolução brasileira, acabou por ser adotado como referência basilar a grupos da esquerda dissidente, envolvidos, inclusive, alguns deles, com a luta armada. Tudo aquilo que Caio Prado mais criticava”. No entanto, o autor não apresenta nada que comprove esta assertiva. (PINTO, op. cit. p. 94)

estatuto jurídico inspirado em modelos feudais, nada têm em comum o assunto que tratamos aqui.⁶¹

Ao se negar ao diálogo com aquela interpretação, o autor desconsideraria também uma série de trabalhos produzidos no período que vinham exatamente nesta direção: apontar a constituição das capitâneas hereditárias como um sistema assentado no feudalismo. E isso não era apenas um argumento presente na tese feudal do PCB, mas era possível encontrá-lo em clássicos não marxistas, como Varnhagen, no século XIX, e Capistrano de Abreu, em inícios do século XX.⁶²

Caio Prado se propõe assim a tarefa de desnudar aqueles equívocos teóricos dos autores marxistas e seus desdobramentos na prática política de seus defensores. Contrapondo-se a um modelo europeu capaz de ser o aporte teórico para o conhecimento de nossa realidade e de seu passado, Prado Junior se esforçaria em demonstrar os resultados indesejados daquela opção.

Para Caio Prado, ao contrário do que acreditava Alberto Passos Guimarães, no país dos anos 1960 não existiriam setores camponeses submetidos aos ditames do grande latifundiário, se havia algum sistema invariavelmente identificado como de natureza feudal, esse seria a parceria. Sem afirmar a quem se atribui a relação entre parceria e feudalismo, o autor apostaria na tese de que o sistema seria tão somente uma forma capitalista de relação de trabalho⁶³. Além disso, ele via no sistema de parceria um tipo superior de relações de trabalho e produção, “quando comparados às puras e típicas relações capitalistas que são o salariado”.⁶⁴

⁶¹ Prado Junior, op. cit. p. 51.

⁶² Vazio????

⁶³ Ibidem, p. 53 Apenas em 1979 José de Souza Martins vai contrapor-se a esta interpretação, demonstrando que a parceria constitui-se numa relação não capitalista de produção. Eu exploro esta questão mais adiante. MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

⁶⁴ Ibidem, p. 55.

Caio Prado – mais uma vez sem nominar – afirmara que os teóricos dos feudalismo defendiam que o sistema de barracão e o de cambão seriam provas dos remanescentes feudais, sem explorar com mais acuidade as diferenças de inserção e as diversidades regionais nestes sistemas de exploração. Para ele, tais sistemas se constituíram em remanescentes da forma de trabalho vigente até os fins do século XIX: a escravidão.

Se eram equivocadas as nomações de feudais às relações de trabalho entendidas como capitalistas ou como restos escravistas, seria impossível falar de uma econômica camponesa no país. Apoiando-se no modelo clássico de seu desenvolvimento, Caio Prado defenderia a tese de que seria incongruente a sua constituição no Brasil, pois a grande propriedade teria origem histórica diferente da do modelo europeu. Assim sendo, no caso brasileiro, a formação de uma categoria camponesa seria impossível, ou ao menos residual. O trabalhador da grande exploração rural, escravo ou livre, dirigiria a sua peleja no “sentido inverso ao do camponês”, e “essencialmente no de melhorar quantitativa e qualitativamente sua remuneração e os recebimentos que percebe a título de empregado”.⁶⁵

Em outras palavras, a massa trabalhadora do campo brasileiro era composta por empregados rurais, e não camponeses presos extraeconomicamente à terra. Neste sentido, esta massa de homens do campo não estaria reivindicando a posse da terra, e sim a melhoria de suas remunerações. Ao rebater a “tese feudal”, Caio Prado minimizaria as rivalidades de outrora pela posse da terra, ao mesmo tempo que insistia em afirmar a improprriedade de uma reforma agrária nos moldes dos seus defensores.

Não é pela ocupação e utilização individual e parcelaria dessa terra, onde hoje trabalham coletivamente

⁶⁵ Ibidem, p. 65.

e entrosados no sistema da grande exploração, que aqueles trabalhadores procuram solucionar seus problemas de vida e superar as miseráveis condições de existência que são as suas.⁶⁶

Mas se a questão era exatamente a impossibilidade histórica do campesinato no Brasil, Caio Prado teria de necessariamente fazer alguma referência às Ligas Camponesas, desmantelada em razão do Golpe. Para ele, a luta pela terra e sua utilização por lavradores “manifestando-se de maneira apreciável e não apenas de vagas aspirações desacompanhadas de qualquer ação e pressão efetivas”⁶⁷ só seriam encontradas em três áreas, todas secundárias. A primeira seria a das Ligas, em algumas regiões do Nordeste. Entendida como área insignificante, tanto econômica quanto demograficamente, ela seria o palco das disputas dos foreiros “que já tradicionalmente ocupam as terras da região, contra os proprietários dessas terras que procuram desalojá-los”. Isso seria resultado, segundo o autor, das profundas contradições econômicas e sociais cujas origens estão no problema agrário brasileiro, aqueles pleitos nada teriam a ver com uma hipotética origem feudal, tampouco estariam ligadas a um “suposto processo revolucionário antifeudal”.⁶⁸

Uma segunda área seria aquela dominada pelos posseiros, “com certa expressão relativa, de reivindicação camponesa por terra”. Ela estaria situada no oeste paranaense e centro-norte de Goiás, onde as hostilidades opuseram os posseiros dos grileiros, “detentores em regra de títulos forjados”.⁶⁹

Sem nominar aqueles combates, tampouco suas lideranças nacionalmente conhecidas no período, Caio Prado certamente fazia referência à experiência de Trombas

⁶⁶ Ibidem, p. 68.

⁶⁷ Ibidem, p. 68 e 69.

⁶⁸ Ibidem, p. 70 e 71.

⁶⁹ Ibidem, p. 71.

e Formoso de Goiás e a Revolta dos Possesiros e a Revolta de Porecatu, ambas no Paraná; áreas onde a atuação do Partido Comunista construiu uma memória de intervenção no rural e de ação concreta em defesa dos posseiros ali residentes.⁷⁰

Uma terceira área seria aquela mais distribuída geograficamente, onde se assistiria a um processo de expulsão de “uma pobre agricultura de subsistência”, em razão da expansão da pecuária nos sertões do Nordeste, na Bahia e em Minas Gerais. Mas também ali não haveria indícios de “restos feudais ou semif feudais”.⁷¹ No conjunto, porém, “a reivindicação pela terra se liga entre nós, quando ocorre, a circunstâncias muito particulares e específicas de lugar e momento”.⁷²

Ao refutar a tese feudal e insistir na sua incongruência, Caio Prado operaria com uma lógica invertida em relação ao que então ocorria no campo brasileiro, dos anos 1940 até o Golpe. Se a teoria não se sustentava, a evidência empírica dos movimentos rurais também não teria vez. Minimizando os conflitos rurais que então “incendiaram” o país, ele também distorcia à história em nome de uma outra teoria. O não reconhecimento daqueles combates implicariam a consagração de sua desimportância na constituição de uma história das lutas pela terra no Brasil.

Entre os anos de 1940 e 1960, a população brasileira ainda era majoritariamente rural, como podemos ver pelas séries históricas produzida pelo IBGE, ainda que um dos efeitos da industrialização tenha sido o agravamento do êxodo rural para as áreas urbanas; processo este coerente com o padrão de desenvolvimento econômico do país.⁷³

⁷⁰ Nos últimos anos, a análise que atrela o surgimento dos movimentos à entrada do PC no campo tem sido relativizada, com um olhar mais atento para a autonomia dos posseiros e suas estratégias de luta.

⁷¹ *Ibidem*, p. 73.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial; Vozes.

Quadro 5. População residente, por situação do domicílio e por sexo no Brasil - 1940-1996

Anos	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356

Fonte: IBGE Apud Oliveira (2003)

Insistir na desimportância daqueles confrontos seria desconhecer, por exemplo, que o conflito de Trombas e Formoso havia mobilizado milhares de pessoas e durado 10 anos. Os jornais recorrentemente faziam referências àquelas sublevações. No entanto, os argumentos de Caio Prado pareciam ser suficientes para demonstrar o absurdo da vinculação entre revolta camponesa e resquícios feudais. Logo, se não havia feudalismo, não era possível haver campesinato. Assim sendo, não era preciso refletir sobre os significados e sentidos daquelas contendas, bastava asseverar sua incompletude e seu caráter secundário. A teoria corretamente construída a partir da consolidação do capitalismo no país também tinha lá o seu quê de modelo. Se não havíamos passado por uma revolução democrático-burguesa, posto que desnecessária, não havia sentido em falar em universo camponês ou experiência camponesa no Brasil.

Apoiando-se tão somente nos documentos do próprio Partido, ele afirmaria:

Os fatos se incumbiriam de comprovar aquela importância e fecundidade das reivindicações trabalhistas no campo brasileiro com as ocorrências verificadas, particularmente no Nordeste, em 1963, e até o golpe de abril no ano seguinte, quando na base da

luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural se desencadeou uma das maiores batalhas, senão a maior delas, jamais verificada no campo brasileiro.⁷⁴

Ao insistir que a contestação mais importante era aquela direcionada para a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, Caio Prado – como parlamentar – não fezera nenhum referência em seu livro de que nos anos de 1946 a 1958 foram apresentados nada menos do que 213 projetos relativos à reforma agrária no Congresso Nacional; número que passou para 220 até o início de 1960.⁷⁵

Além disso, ele mesmo havia defendido em 1955 a urgência da reforma agrária no Brasil,

[...] enquanto a grande exploração agrária e a concentração da propriedade da terra constituírem, como de fato constituem, os fundamentos em que se assenta a economia agrária brasileira, não haverá amparo possível e praticável à propriedade pequena e ao modesto produtor.⁷⁶

Segundo Vera Losada, a *Revista Brasileira de História* havia estabelecido uma orientação em relação à questão agrária. “Entre as contribuições do artigo figurava, em primeiro lugar, a distinção das categorias sociais que compunham a população rural, desmontando os subterfúgios ideológicos que igualavam os grandes proprietários e a massa miserável do campo.”⁷⁷

⁷⁴ Ibidem, p. 77.

⁷⁵ RANGEL, Socorro. *Medo da morte, esperança de vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. 2000. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Campinas, Campinas (SP), 2000. p. 48.

⁷⁶ PRADO JUNIOR, Caio. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 15-85

⁷⁷ MORAES, Vania Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. v. 18, n.35, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015>. Acesso em: 24 set. 2010.

No entanto, quando escreve a *Revolução Brasileira*, é contra os seus próprios argumentos anteriores, que Caio Prado discorda ou minimiza a importância e não realiza nenhuma análise crítica de suas anteriores ilações. Se, como aponta Losada, o ideário nacionalista dos anos 1950 implicava o apoio à reforma agrária, aquele autor era um de seus principais defensores.⁷⁸ Entende-se assim porque – como vimos – Alberto Passos Guimarães – apoia-se nos argumentos de Caio Prado para legitimar sua própria ilação.

É difícil entender a razão (ou razões) pelas quais Caio Prado insistia em diminuir a importância da reforma agrária no momento em que ele escreve aquele livro. Também não é fácil deslindar quais eram suas reais intenções ao atacar os defensores da “tese feudal”, precisamente os intelectuais do partido comunista, já derrotados. É certo que o autor alertava de que ele não estaria subestimando a aspiração e reivindicação de terra, nem os conflitos decorrentes. O que ele pretendia era, segundo suas próprias palavras, “tirá-la da generalidade e vagueza com que se inscreve nos programas da esquerda brasileira”.⁷⁹ Mas sua opção teórica também implicava em manter – ainda que por outro prisma – uma generalidade e vagueza sobre o universo camponês.

Em seu programa da revolução brasileira, era importante reconhecer, portanto, uma questão de terras. Mas, ela não era a “expressão de uma contradição fundamental, e muito menos da mesma ou semelhante natureza daquela que se observa na transição do feudalismo para o capitalismo”.⁸⁰ Assim, Caio Prado aproximaria – para sublimar – a evidência histórica dos embates pela terra, como algo pontual, cuja compreensão era buscada pela perspectiva dos restos feudais. Em outras palavras, se o Brasil não poderia ser explicado pelas matrizes de interpretações marcadas pela ideia do feudalismo, isso era

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ibidem, p. 229.

⁸⁰ Ibidem, p. 232.

a prova teórica indiscutível de que a questão de terras não teria peso, seja na história, seja em seu projeto de revolução.

Para comprovar esta hipótese, ele retoma a questão das Ligas Camponesas para afirmar – sem nenhuma evidência empírica – que

não foram as agitações dos foreiros e ocupantes de terras, e sim a ampla mobilização dos trabalhadores canavieiros que seguiu e acompanhou aquelas agitações, e na qual não se propôs a questão da terra, e sim a luta por melhores condições de trabalho e emprego nos engenhos e usinas.⁸¹

À ausência de uma prova concreta sobre o hipotético desejo dos lavradores pelas melhorias nas condições de emprego, se somaria ainda a certeza de que “a luta pela terra não tem no Brasil, na sua origem e base, um forte e generalizado movimento de massas rurais”.⁸² No país, a grande massa de trabalhadores rurais se constituiria de empregados, não de camponeses.

Não deixa de ser instigante o fato de que em 1960, quando escrevera na *Revista Brasiliense* um artigo sobre o projeto de reforma agrária encaminhado pelo governo de São Paulo, Caio Prado não minimizaria os movimentos das massas rurais, para usar sua própria terminologia e citaria vários exemplos de manifestações rurais, desde as mais conhecidas como a de Porecatu, no Paraná e aquelas ocorridas no território de São Paulo. Além disso, demonstraria com rara lucidez os problemas da proposta e a impossibilidade de a mesma se tornar o marco legal capaz de realizar a reforma agrária no Estado. “A se cumprir o declarado pelo Secretário da Agricultura, o projeto não terá outro sentido que o de reduzir ainda mais o já diminuto e ridículo imposto territorial

⁸¹ Ibidem. p. 233.

⁸² Ibidem. p. 235.

vigente”⁸³ Naquele artigo, ele em nenhum momento informaria ao leitor de que a reforma agrária era algo desnecessário e reconhecera sobremaneira sua importância para o período.

É importante ainda destacar que o argumento de que os trabalhadores rurais brasileiros seriam empregados, e não camponeses, tinha a ver também com a crescente conscientização camponesa dos pobres do campo. Assim, o que ocorrera no Nordeste nos anos que antecederam ao Golpe, seja, as Ligas, revelava que “os trabalhadores do campo ganharam *pele menos consciência de sua força* e que se mostram dispostos a lutar, e lutar organizadamente pela melhoria de suas condições de vida”⁸⁴ E mais “se potencialmente a sua força reivindicatória é considerável (...) faltam contudo aos trabalhadores rurais a necessária iniciativa, o conhecimento de como por onde desencadear a luta, a decisão e capacidade de nela se orientarem adequadamente”.⁸⁵ Assim, o protagonista da história há de ser o trabalhador urbano, “cujo nível cultural e político, apurado pela vida da cidade, tão mais intensa e culturalmente mais elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora rural”,⁸⁶ cuja chave seria a organização sindical e política.

Não deixa de ser interessante destacar, mais uma vez, a importância que Caio Prado dá à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em março de 1963. Como sabemos, aquele Estatuto foi o resultado de intensas batalhas em defesa da inserção do trabalhador rural na proteção legal inaugurada pelo governo Vargas ao trabalhador nacional. O Estatuto – ao estender os direitos aos homens do campo – representou uma vitória de reconhecimento de direitos, mas também aprisionou as reivindicações camponesas dentro de

⁸³ PRADO JUNIOR, Caio. A Reforma Agrária e o Movimento Nacional. In: PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

⁸⁴ PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira, op. cit. p. 277. (Grifo meu).

⁸⁵ Ibidem. p. 278.

⁸⁶ Ibidem.

um marco legal. A legislação não foi sequer implementada naquele momento e havia resistências claras à extensão e alcance de seus dispositivos.

O Estatuto do Trabalhador Rural, de março de 1963, havia merecido um artigo do próprio Caio Prado, publicado na *Revista Brasiliense* em maio e junho do mesmo ano. Em outras palavras, o autor estava particularmente atento àquelas normas, pois em pouco tempo analisou, escreveu e publicou um artigo sobre o tema.⁸⁷ Naquele artigo, ele espanta-se pelo desinteresse suscitado pelo Estatuto e apostava no “alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até hoje”.⁸⁸ Aquele estatuto poderia ser entendido também como um complemento à lei que aboliu a escravidão em 1888.

Ciente de sua importância, ele lamentava o pouco interesse que a esquerda deu aquele marco legal e a acusava de não ter percebido o alcance maior que aquela lei poderia ter conseguido para efetivamente “promover e realizar, em larga escala, a transformação de nossa economia agrária”.⁸⁹

Numa análise cuidadosa, ele talvez tenha sido o pioneiro em refletir sobre os limites daquela lei, que transportava mecanicamente para o campo a legislação trabalhista que havia sido pensada para o trabalhador urbano. Neste sentido, ao reconhecer a particularidade e a complexidade das relações de trabalho rurais, Caio Prado chamava atenção ainda para a própria definição de trabalhador rural que exclui certas categorias que “pela natureza real de suas relações de trabalho, são autenticamente empregados, embora formalmente apresentem caráter diferente”.⁹⁰ Ele fazia referência à meação, muitas vezes confundida – afirmava – como remanescente do

⁸⁷ PRADO JUNIOR, Caio. O Estatuto do Trabalhador Rural. Publicado originalmente na *Revista Brasiliense*, n. 47, maio/jun. 1963. Apud. PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 142-162.

⁸⁸ Idem. p. 142.

⁸⁹ Ibidem p. 143.

⁹⁰ Ibidem. p. 145.

feudalismo. O autor ainda buscava demonstrar a diferença entre a parceria e a meação e as possibilidades concretas do proprietário burlar a lei que visava proteger o trabalhador rural.

Mas a questão central do artigo parece ser a tentativa de entender o porquê do desinteresse por aquela lei, já que – a seu ver – ela poderia ter sido o resultado de uma discussão mais ampla, para que fosse capaz de abarcar as situações particulares do campo brasileiro. Para o autor, aquele desinteresse era devido à atenção prioritária à Reforma Agrária, ou seja, a esquerda somava esforços para o problema da subdivisão da propriedade fundiária. Ao discordar, afirmara:

Ora não somente a subdivisão da propriedade fundiária está longe de constituir em todos os casos, e mesmo nos principais, o caminho acertado e mais fácil e seguro para a reforma agrária, como essa própria subdivisão, quando se recomenda, será enormemente facilitada, e frequentemente até possibilitada pela efetiva aplicação preliminar de uma legislação reguladora das relações de trabalho e emprego rural, e protetora do trabalhador.⁹¹

Para Caio Prado, boa parte da agropecuária e de muitos produtos agrícolas, como café, cana de açúcar, se achavam organizados a partir da grande exploração. A defesa da subdivisão da propriedade, a seu ver, representava a desorganização da produção. Isso não era possível, até porque – ainda segundo o autor – para que isso ocorresse era necessário que houvesse um amplo movimento social, a seu ver inexistente. Não seria possível, sequer desejável, a solução cooperativista para a exploração de grandes propriedades, pois o despreparo do trabalhador rural seria a regra, não a exceção.

⁹¹ Ibidem. p. 149.

Há assim uma visão de que o Estatuto do Trabalhador Rural seria uma etapa necessária, pois abriria “amplas perspectivas para transformações imediatas de grande alcance, e dentro ainda da fase atual de relações capitalistas de produção”.⁹² Logo, quando escreve a *Revolução Brasileira*, três anos depois, Caio Prado retoma as mesmas ilações, naquele contexto com a prova cabal de que a reforma agrária não seria necessária para o desenvolvimento econômico do país. Se não há reforma agrária a ser feita, não há agentes sociais potencialmente beneficiários da subdivisão da propriedade.

Em suma, na perspectiva revolucionária de Caio Prado a teoria marxista da revolução brasileira deveria centrar-se na luta anti-imperialista, sem esquecer a vinculação estreita entre os interesses das grandes potências e a burguesia nacional. Em primeiro lugar, e corretamente, pois longe de constituir um obstáculo à expansão capitalista, a grande propriedade se inseria neste mesmo sistema econômico, usufruindo das benesses da dependência externa. Em segundo lugar, e aqui está o calcanhar de Aquiles de Caio Prado, a Reforma Agrária não era tão necessária como fizera crer os defensores da tese feudal. Não era necessária para o capital, mas também não era um desejo dos homens do campo. Falar em reforma agrária, portanto, era falar no vazio, num equívoco originário de uma miopia teórica de seus defensores.

2. Sodré, Passos Guimarães e Caio Prado: das recepções das obras

É comum a assertiva de que a interpretação sobre o caráter feudal do passado brasileiro foi derrotada pelas evidências empíricas propiciadas pelo Golpe de 1964 e academicamente pela publicação e divulgação do livro de Caio Prado Junior. É fato que tanto o livro de Sodré, quanto

⁹² Ibidem, p. 154.

o de Alberto Passos Guimarães jamais se tornaram referência obrigatória no campo da história. O caráter ensaístico de ambas as obras também deve ter contribuído para certo esquecimento acerca daquelas contribuições.

No entanto, um olhar mais atento sobre as subsequentes edições revela maior divulgação e circulação daqueles livros ao longo do tempo, principalmente ao período da ditadura militar do pós-1964. Isso talvez nos ajude a explicar a permanência – no campo da memória e do lugar comum – da noção de um passado feudal no Brasil.

Em primeiro lugar, vejamos as edições do livro *Formação Histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.

Quadro 6. *Formação histórica do Brasil*

Edição	Ano	Editora
1 ^a	1962	BRASILIENSE
2 ^a	1963	BRASILIENSE
3 ^a	1964	BRASILIENSE
4 ^a	1967	BRASILIENSE
5 ^a	1968/1970	BRASILIENSE
7 ^a	1971	BRASILIENSE
8 ^a	1973	BRASILIENSE
9 ^a	1976	CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
10 ^a	1979	CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
11 ^a	1982	DIFEL
	1987	BERTRAND BRASIL
13 ^a	1990	BERTRAND BRASIL
14 ^a	2002	GRAPHIA
	2004	GRAPHIA

Fonte: Estante Virtual

Como pode ser visualizado pelo Quadro 6, o livro foi publicado ao longo de toda a ditadura militar, em reedições anuais. A obra é editada precisamente pela Editora Brasiliense,

criada por Caio Prado Junior, entre 1962 e 1973. Não é possível saber as razões pelas quais a obra se mantém na lista de publicações desta editora, mas isso certamente é um sintoma, ainda que não tenhamos condições de saber de quê.

Nos “anos de chumbo”, o livro é editado pela Civilização Brasileira. Em pesquisa sobre as editoras, Andréa Galuccio demonstra que a Civilização Brasileira ocupava o sexto lugar no número de livros publicados no país, ao longo do regime militar.⁹³ A autora não teve condições de contabilizar os da Brasiliense, mas é também sintomático perceber que o livro de Sodré continuou a ser vinculado por importantes editoras nos quadros do mercado editorial brasileiro. Já nos anos da abertura política, o livro foi publicado por três editoras de menor porte, mas tarde duas delas incorporadas ao grupo Record, (a Difel e a Bertrand), juntamente com a Civilização Brasileira.⁹⁴

O livro de Alberto Passos Guimarães tem também uma história editorial que merece ser aqui ressaltada.

Quadro 7. *Quatro séculos de latifúndio*

Edição	Ano	Editora
1 ^a	1963/1964	Fulgor
2 ^a	1968	Paz e Terra
3 ^a	n/d	Paz e Terra
4 ^a	1977	Paz e Terra
5 ^a	1981	Paz e Terra
6 ^a	1989	Paz e Terra

Fonte: Estante Virtual

Como já sinalizamos, o livro é publicado primeiramente por uma pequena editora de esquerda, mas é ao longo dos anos de chumbo que o livro passa a ser parte do catálogo da Editora Paz e Terra. Como também já apontamos, não há estudos sobre esta editora, sabe-se ainda pouco sobre a sua

⁹³ Galuccio. op. cit. p. 52.

⁹⁴ Galuccio. op. cit. p. 62.

trajetória. Mas alguns dados talvez nos ajudem a pensar em algumas pistas sobre a permanência do livro de Alberto Passos Guimarães no rol de publicações da editora.

Em primeiro lugar, a Paz e Terra é certamente a editora responsável pela publicação da esquerda, notadamente da nova esquerda britânica no Brasil. Os primeiros livros traduzidos em português de Eric Hobsbawm foram publicados por várias editoras. A Forense Universitária publica *Bandidos*, em 1975 e *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*, em 1980; a Global traz à luz *Origens da Revolução Industrial*, em 1979 e a Zahar publica *Rebeldes Primitivos*, em 1978. Mas nos anos 1980 é a editora Paz e Terra que se torna responsável pela divulgação de um conjunto de obras de esquerda. São publicados no período: a *Era do Capital*, em 1979; a coleção *História do Marxismo*, iniciada em 1979, A Era das Revoluções, de 1981, os *Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*, também em 1981, *Revolucionários: Ensaio Contemporâneo*, de 1982, *Mundos do Trabalho*, 1987, *A Era dos Impérios*, de 1988, *História Social do Jazz*, de 1990, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, também de 1990. e *Estratégias para uma Esquerda Racional*, 1991.⁹⁵ Apenas um livro de Hobsbawm em parceria com George Rudé, não é publicado pela Paz e Terra nos anos 1980, precisamente *Capitão Swing*, único trabalho daquele autor voltado exclusivamente para as questões que envolviam o universo rural no processo de fechamento dos campos, conhecido pelo nome de *enclosure*.

Vale mencionar também que os livros de Thompson tornaram-se conhecidos no Brasil também através daquela editora. Com exceção de *Miséria da Teoria*, publicado pela editora Zahar, em 1981, a obra em três volumes *A formação da classe operária inglesa* veio à luz, traduzida para o português, em 1987 pela Paz e Terra, como também *Senhores e Caçadores*, no mesmo ano.

⁹⁵ Somente em meados dos anos 1990 os livros de Hobsbawm passam a ser publicados pela Companhia das Letras.

Assim sendo, apesar de ser impossível investigar o impacto do livro de Alberto Passos Guimarães em sua relação com a trajetória da editora, havia certamente razões editoriais que justificavam manter a publicação desta obra, ao longo e após a ditadura. É possível apostar na hipótese de que as constantes edições de *Quatro Séculos de Latifúndio* tenham sido ao menos em parte, uma decisão política do fundador da Editora, Fernando Gasparian, já que ele era conhecido como um empresário editorial atuante, tendo também publicado a obra de Celso Furtado. Ele havia comprado a editora em 1973, que havia sido fundada por Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira. Tornou-se conhecido nacionalmente a partir da fundação do jornal *Opinião*, um dos principais focos de resistência da ditadura e foi deputado constituinte, atuando ao lado de Ulisses Guimarães.⁹⁶

Resta-nos, contudo, analisar a recepção da obra *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior, aquela – que como já dissemos – destrói a teoria do Brasil com resquícios feudais.

Quadro 8. *A Revolução Brasileira*

Edição	Ano	Editora
1 ^a	1966	BRASILIENSE
2 ^a	1966	BRASILIENSE
3 ^a	1968	BRASILIENSE

⁹⁶ No jornal *O Globo* on line há ainda a informação de que a Editora Paz e Terra se transformou em referência para a intelectualidade e o meio acadêmico brasileiro nos anos 1970, tendo em seu conselho de acionistas nomes como Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Berta Ribeiro, Celso Furtado, Dias Gomes, Érico Verissimo, Fernando Henrique Cardoso, José Aparecido de Oliveira e Wilson Fadul. A casa também editou grandes autores nacionais e internacionais nas áreas de filosofia, sociologia e ciência política, transformando-se em referência para o meio acadêmico e universitário. Um editor que resistiu à ditadura. Comopoucos. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=401CID003>>. Acesso em: 18 out. 2010.

4 ^a	1972	BRASILIENSE
5 ^a	1977	BRASILIENSE
6 ^a	1978	BRASILIENSE
?	1987	BRASILIENSE
7 ^a	2000	BRASILIENSE
8 ^a	2001	BRASILIENSE
	2002	EXPRESSAO POPULAR

Fonte: sites de vendas de livros no sebo Estante Virtual

O livro de Caio Prado mantém constante publicação numa mesma editora, precisamente a que ele havia fundado. Em 2002, é editado um resumo do livro com o título: *Clássicos da Revolução Brasileira*, inserindo parte da obra *A Revolução Brasileira* de Caio Prado e parte de um dos textos de Florestan Fernandes.

Em 2005, a mesma editora publica uma coleção de seis volumes, organizada por João Pedro Stedile, um dos títulos é *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional. 1500-1960*. Neste livro, são inseridos os resumos das obras dos três autores; Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior. O movimento social retomava agora os elementos fundadores das distintas visões sobre o latifúndio, sobre o campesinato e sobre a Reforma Agrária, sem destrinchar as incongruências e oposições dos respectivos autores.



PARTE III
MARIA YEDDA LEITE LINHARES
E CIRO CARDOSO
A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE
UM CAMPO CIENTÍFICO



CAPÍTULO 1

Das incursões de Linhares na pesquisa sobre o rural

Primeira catedrática em História da Universidade do Brasil, Maria Yedda Leite Linhares nasceu em Fortaleza em 1921. Ainda jovem, foi estudar nos Estados Unidos, entre 1940 e 1942, como bolsista do *Instituto of International Education*. Ao retornar ao Brasil, engajou-se na política estudantil da recém-criada UNE e ingressou como professora assistente na Faculdade de Filosofia, convidada por Delgado de Carvalho. Segundo a própria Linhares, ele teria tido grande influência em sua carreira, estimulando-a a compreender a história europeia, particularmente a francesa.

Entre 1954 e 1957 tornou-se livre-docente e professora catedrática de História Moderna e Contemporânea e, ainda neste período, dirigiu a Rádio MEC. Com o Golpe de 1964 e em razão do AI-5, foi afastada e compulsoriamente aposentada da Universidade, em 1969. Logo depois, foi para França, onde se tornou professora de História Moderna e Contemporânea na Universidade de Toulouse, onde conviveu com Fernand Braudel, F. Mauro, J. Godechot e B. Benassar.¹

Após alguns anos fora do país, Linhares retornou em 1974 e dois anos depois foi convidada a participar, por um grupo de economistas e cientistas sociais, no Seminário sobre Desenvolvimento Agrícola, que seria realizado em dezembro daquele ano na Fundação Getúlio Vargas e com financiamento da Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura.

¹ LINHARES, Maria Yedda Leite. 40 anos da ANPUH: Balanço de uma professora. In: *ESCRITOS sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.p. 28.

Segundo suas próprias palavras, ela

deveria apresentar uma Comunicação, minuciosa e bem fundamentada sobre o uso da História Quantitativa na História da Agricultura Brasileira. Aceitei o desafio e fiz a comunicação, depois de estudar muito bem a questão, para mim, na época, totalmente nova. Dois meses depois, convidada para montar um programa de pesquisa sobre a Agricultura brasileira, passei a trabalhar no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, como pesquisadora, professora do Mestrado que se inaugurava, e diretora do Programa, com imenso entusiasmo e creio mesmo que muita eficiência. Profissionalmente, foi a experiência mais rica e mais proveitosa de minha vida. Senti-me, pela primeira vez, realizada profissionalmente e útil socialmente.²

A experiência de formação de um novo projeto de pós-graduação estava ancorada num conhecimento sobre a agricultura brasileira, assentado, por sua vez, na relação com o desenvolvimento brasileiro. Naqueles anos, os estudos sobre o rural estavam restritos à Economia Rural e Sociologia Rural das Ciências Agrárias, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. A criação, em 1976 (em plena ditadura), de um Centro de pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola no Rio de Janeiro, buscava trazer para o debate outras reflexões sobre o rural, dispersas ou pouco visíveis na produção acadêmica brasileira, como a sociologia de José de Souza Martins ou a produção do Museu Nacional.³ De todo modo, o curso de mestrado estava

² SAUL, Vicente; MURILLO, Thatiana. *Maria Yedda Linhares: sua trajetória, suas histórias e opiniões*. *Revista Humanas*. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0022.htm>>. Acesso em: 24jan. 2011. (entrevista).

³ Apoio-me aqui nas reflexões de: MOREIRA, Roberto. Do desenvolvimento agrícola ao mundo rural: 30 anos do CPDA. *Terra, Poder e Território*. São

submetido aos interesses do Ministério do Desenvolvimento Agrícola, pois a intenção era “entender a evolução recente do desenvolvimento agrícola nacional e fortalecer o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola”.⁴ Ainda assim, o seu caráter interdisciplinar, conformou – ainda nas palavras de Roberto Moreira – uma experiência singular: “Única e ao mesmo tempo especializada de interdisciplinaridade nas ciências sociais e na representação científica do e no mundo rural”.⁵

Entre 1976 e 1981, o curso estava ainda alocado na Fundação Getúlio Vargas. Ali, vários intelectuais participaram de projetos sobre o rural, bastando citar Alfredo Vagner, Ciro Cardoso, Miriam Limoeiro Cardoso, Maria Bárbara Levy, Eulália Lobo, Fernando Novais, Francisco Falcon e João Pacheco.⁶ O programa de pesquisa “Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira” (Persagri) estruturou uma rede de pesquisadores em várias partes do país, num esforço de realização de estudos sobre o passado da agricultura.

É ainda pouco conhecida a trajetória deste programa num contexto da ditadura e da formação do próprio curso, mas como resultados científicos mais visíveis do programa estão os livros de Maria Yedda Linhares *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*, *História Política do Abastecimentos (1918-1974)*,⁷ publicados em 1979. Não

Paulo: Expressão Popular, 2007e. p. 103. É interessante destacar, porém, que o Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRJ havia sido criado em 1968 que privilegiava, segundo Lygia Sigaud, os estudos sobre o rural. De todo modo, a criação de um mestrado em Desenvolvimento Agrícola no FGV não pareceu contar, ao menos diretamente, com a influência dos autores ligados ao Museu Nacional. Cf. SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELE, Sergio (Org.). *Temas e Problemas de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992. p. 32.

⁴ Idem, p. 104.

⁵ Ibidem, p. 107.

⁶ Ibidem, p. 109. (Nota 84).

⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*, *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.

menos importante é a publicação, no mesmo ano, de um livro organizado pela economista Ana Célia Castro e colegas: *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*.⁸ Com apresentação do então Secretário Nacional de Planejamento Agrícola, Raul Octávio Amaral do Valle, a obra visava compreender o papel da agricultura, no contexto mais geral do desenvolvimento econômico. Na primeira parte deste livro, redigidas por Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, encontram-se as críticas aos esquemas explicativos sobre a inserção da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro; texto que seria adensado em 1981, com a publicação da *História da agricultura: combates e controvérsias*.

Para além do objetivo maior do projeto, chama atenção a diversidade de intelectuais envolvidos na proposta, além de Linhares e da Silva. Na parte propriamente histórica do projeto, destacam-se os nomes de Ciro Cardoso (de quem falaremos mais adiante), Nara Saletto da Costa e Margarida Moura.

Saletto da Costa tornou-se mestre em 1985, orientada por Maria Yedda Leite Linhares com a dissertação: *Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo*, pela UFRJ. Em 1995, obtém o seu doutorado, também com a orientação de Linhares, agora pela UFF, com a tese: *trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Entre 1978 a 1995, foi professora do departamento de História da UFRJ.

A presença do nome de Margarida Moura é impactante. Em 1973, ela havia defendido a dissertação de mestrado, *Os herdeiros da Terra*, sob a orientação de Moacir Palmeira, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ. Em 1985, defenderia *Os deserdados da Terra*, agora no doutorado em Antropologia Social da USP, sob a orientação de José de Souza Martins. Ambos os trabalhos teriam influência

⁸ CASTRO, Ana C. et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília:BINAGRI, 1979.

decisiva nos estudos antropológicos sobre o rural no país, em especial nas análises inspiradas por Chayanov.⁹ Talvez seja possível afirmar ter sido Margarida Moura a primeira (ou uma das primeiras intelectuais do país) a apoiar-se em Chayanov para deslindar aspectos ainda pouco conhecidos sobre as estratégias de sobrevivência e reprodução familiar dos camponeses brasileiros.

Em 1981, a Fundação Getúlio Vargas não deu continuidade ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola e o curso foi – após uma série de negociações – transferido para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Eu não tenho como saber porque Linhares não seguiu o programa que ajudou a criar. O certo é que como resultado daquela experiência, publicaria o que seria considerado um marco nos estudos sobre a história agrária no Brasil: *História da agricultura: combates e controvérsias*, em coautoria com Francisco Carlos Teixeira da Silva. A obra era fruto das discussões do mencionado programa de pesquisa sobre a história da agricultura brasileira. A publicação do livro, também em 1981, coincidiria com o início do processo de abertura política lenta, geral e irrestrita, protagonizada pelo último presidente militar, João Figueiredo. A obra era assim o resultado de uma trajetória marcada pelo engajamento político possível no âmbito do próprio governo e por um otimismo manifesto em relação às questões que envolviam o problema agrário brasileiro.

Editado pela Brasiliense, o livro era também um exemplo do propósito modernizante da postura editorial da empresa, “um trabalho que mesclava ação cultural e participação

⁹ Em 1986, Margarida Moura publicou, pela Editora Ática, na série Princípios, o pequeno livro *Camponeses*, com o qual em linguagem acessível ao grande público, apresentaria as principais correntes explicativas sobre o conceito de camponês, suas relações com religião e justiça, bem como uma rápida análise de sua participação na história, revoltas camponesas na França, Inglaterra, Rússia e Brasil. O livro divulgaria ainda a interpretação chayanovista sobre campesinato. MOURA, Margarida. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

política”.¹⁰ Em linguagem simples, com 170 páginas, não pretendia ser uma obra teórica sobre desenvolvimento econômico no Brasil. Ele partia das principais discussões da época para defender a necessidade de se estudar a história do universo rural, principalmente a produção de alimentos para o mercado interno.

Na primeira parte daquela obra, os autores retomavam as discussões que visavam explicar a agricultura brasileira no contexto do desenvolvimento histórico, esquadrihando os momentos de crise econômica e soluções para a agricultura. Na primeira parte, procuraram explicar as interpretações sobre a agricultura brasileira, distinguindo três momentos “em que se pronunciou uma crise de transição do sistema econômico, refletindo-se no nível das idéias e exigindo, de certa forma, uma tomada de posição por parte dos indivíduos”.¹¹

O primeiro momento teria sido a virada do século XVIII para o XIX. O segundo compreenderia o período de meados do século XIX, com o desenvolvimento dos Estados Unidos, correspondendo – no Brasil – à carestia alimentar e a crise de abastecimento. O último momento seria aquele que se instaura após a Segunda Guerra Mundial, reabrindo no país o debate em torno das estruturas sociais e econômicas, “partindo-se do que se convencionou intitular, então, de *consciência do subdesenvolvimento*”.¹²

Para tanto, eles partiram do pressuposto de que “qualquer discussão sobre idéias e seu conteúdo social remete, de início à dicotomia: conservador e liberal”.¹³ Ou seja, para se contrapor a um dualismo que interpretara o Brasil, os autores também marcariam suas reflexões, ao

¹⁰ ROLLEMBERG, Marcello Chami. Um circo de letras: a Editora Brasiliense no contexto sócio-cultural dos anos 80. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 31., 2008, Natal. Anais... Natal, RN:Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008.

¹¹ Idem, p. 16.

¹² Ibidem, p. 17.

¹³ Ibidem, p. 18.

afirmarem, por exemplo, que “o pensamento conservador no Brasil, além de um acentuado pragmatismo, foi quase sempre caracterizado por uma indiscutível debilidade doutrinária e evidente pobreza de expoentes intelectuais”.¹⁴ Apesar de reconhecerem marcantes exceções como José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho e o historiador Francisco Varnhagem, eles insistiriam na afirmação de que “a aludida debilidade doutrinária evidenciar-se-ia no número de teses geralmente aceitas e defendidas como de conservação”.¹⁵ Sem realizar uma apreciação detalhada daquela informação, o pensamento conversador era apresentado rapidamente. Suas principais teses são resumidas por frases de efeito: seriam os porta-vozes da defesa e exaltação do Estado, haveria uma continuidade histórica no Brasil, sem rupturas. A ordem é vista “como condição prévia e indispensável ao desenvolvimento”.¹⁶ E por último, destaca-se a ausência das classes sociais na política ou na história, pois o lugar das classes ou dos grupos sociais “é ocupado pela Nação, seus interesses e objetivos, sempre bem identificados e perseguidos pelo Estado”.¹⁷

O pensamento liberal, por sua vez, é avaliado por um viés positivo. Resultado das influências dos filósofos franceses, a perspectiva liberal se firmava por uma “grande tradição de independência”. Ao defenderem a livre iniciativa dos indivíduos no plano econômico, os liberais impediram a atuação reguladora do Estado, “seja denunciando a ação de grupos privados identificados como os ‘criminosos monopólios’, como o faz Sebastião Ferreira Soares em *Notas Estatísticas*”.¹⁸

A escolha do nome de Sebastião Soares como exemplo do pensamento liberal tinha um sentido. Ele foi

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem, p. 19.

¹⁷ Ibidem, p. 20.

¹⁸ Ibidem, p. 21.

de fato um pensador importante no século XIX e autor de *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império Brasil*, publicado em 1860 e reeditado pelo IPEA em 1977. Neste livro, Soares defendera que a alta de preços dos alimentos na segunda metade do século XIX estava relacionada ao enriquecimento e expansão de outras camadas da população, devido ao incremento da agricultura de exportação e das atividades urbanas. Logo, a carestia não era o resultado da falta de braços, em razão da abolição do tráfico. Além disso, ele denunciava a existência de desemprego e era adepto da defesa de que o Estado deveria fomentar as atividades econômicas. Soares também contrariava a visão hegemônica do Oitocentos, pois apesar de não ser contrário à política de colonização, chamava a atenção para as possibilidades de utilização do trabalhador nacional.¹⁹ A reedição da obra pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada não deixa de ser interessante, num contexto de repressão, mas a obra seria também – e talvez, sobretudo – um exemplo para a defesa da atuação de um estado forte e intervencionista, capaz de conduzir o país ao desenvolvimento. Coube ao geógrafo brasileiro, Pedro Pinchas Geiger, escrever o prefácio e afirmar a atualidade das reflexões daquele autor.

Na exposição sobre os principais argumentos do pensamento liberal brasileiro como um todo, Linhares & Da Silva resumiriam ainda as teses defendidas por três autores, de períodos distintos: Tavares Bastos, do terceiro quartel do século XIX, Joaquim Murtinho, dos anos 1920 da República e Roberto Campos, dos anos 1960. Em comum, a ideia de que “a agricultura deve ter um papel bem definido em suas relações com o imperialismo”.²⁰

¹⁹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no império brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

²⁰ Linhares, op. cit. p. 22.

O mais importante, contudo, é o esforço dos autores em registrarem os debates das estruturas socioeconômicas do país nas décadas de 1950 a 1970 para demonstrar a força interpretativa do argumento do dualismo brasileiro: um rural atrasado, marcado pelo imobilismo e pela força dos latifundiários *versus* um urbano industrial, inovador. Para eles, o esquema dualista teria sido introduzido no Brasil pelos franceses Jacques Lambert e Roger Bastide. O sociólogo e demógrafo francês Jacques Lambert havia se tornado conhecido pelo livro: *Os dois Brasis*, em 1957, onde definiria os argumentos que sustentavam a noção da dualidade do desenvolvimento brasileiro. O também sociólogo e francês Roger Bastide consagrou-se como um intelectual centrado nos estudos sobre a religião, em particular sobre a religião africana no Brasil. Seu livro mais conhecido, *Brasil: terra de contraste*, havia sido publicado em francês, também em 1957 e traduzido para o português no mesmo ano. A visibilidade dos estudos de Bastide também esteve relacionada a sua participação na formação da USP, no projeto consagrado com o título: *a missão francesa*.²¹

Segundo Linhares e Da Silva, aquelas interpretações consolidariam a ideia de uma oposição entre o velho, identificado pelo interior (pelo sertão, pela manutenção do latifúndio, pelo coronelismo) em contraposição a um novo, representado pelo litoral e sua indústria.

Assim sendo,

no âmago da tese dualista está a colonização que gerou o latifúndio de *caráter feudal*, rigidamente hierarquizado, do ponto de vista social, pelas relações de

²¹ A MISSÃO francesa na Universidade de São Paulo. *BN Digital*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/francebr/intercambios.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2014. Para um depoimento sobre a missão francesa, Cf. entrevista de Fernando Novas. Depoimento. NOVAIS, Fernando: Braudel e a “missão francesa”. In: *Estudos Avançados*. v. 8, n. 22, São Paulo, set./dez. 1994. p.

trabalho que o caracterizam, constituindo unidades auto-suficientes isoladas entre si.²²

Ao refletirem acerca da fragilidade teórica daquele argumento dualista, os autores realizaram também uma apreciação a respeito das novas abordagens produzidas sobre o desenvolvimento econômico do país, o lugar do rural e as posições políticas que nortearam as interpretações em curso. Para tanto, sintetizaram os argumentos das teses marxistas, como a de Nelson Werneck Sodré, e explicitaram as críticas à tese feudal, a partir dos argumentos anteriormente defendidos por Caio Prado Junior. Sem levar em conta as diferenças de interpretação da chamada corrente feudal, os autores apenas fizeram uma breve menção ao nome de Alberto Passos Guimarães, na informação de que sua tese seria a corrente do oficialismo da esquerda nacionalista, cujo livro foi várias vezes reeditado e revisado.

Ainda segundo os autores, coube a André Gunder Frank sepultar a teoria do feudalismo, apoiado no grupo marxista americano, Sweezy, Baran e Huberman. Como já sabemos, intelectual e economista alemão, Gunder Frank foi um dos formuladores da teoria da dependência. De qualquer forma, não há nenhuma referência desta informação na obra em tela, apenas a menção ao artigo publicado na *Revista Brasiliense*: “A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo”.²³

O artigo de Gunder Frank se inseria (como vimos no capítulo anterior) na política da *Revista Brasiliense* de Caio Prado Junior e demonstrava, a partir de argumentos exclusivamente teóricos, a impropriedade de se chamar de feudal, as pretéritas organizações da produção agrícola e a situação dos trabalhadores rurais.

²² Idem, p. 43.

²³ FRANK, André Gunder. A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo. São Paulo, *Revista Brasiliense*, n. 51, jan./fev. 1964.

Para os autores, o importante a destacar é que foi a partir daquele texto que iniciar-se-ia uma mudança na maneira como a agricultura era enfocada, abandonando-se progressivamente a visão dual que opunha capitalismo e feudalismo. Além disso, e

lateralmente, sociólogo, como Moacir Palmeira, e historiadores, como Ciro F. S. Cardoso, em teses de doutorado realizadas em Paris, no início dos anos 70, preferiram propor a existência de sistemas específicos, nem feudais nem capitalistas (...), levando, dessa forma, a uma substancial mudança qualitativa no debate sobre as estruturas econômicas do Brasil e de outros países com passado colonial.²⁴

E afirmavam: “Por esta via – a universitária – iniciava-se a discussão, em nível teórico e com trabalhos de pesquisa, sobre a transição, no Brasil, entre sistemas e modos de produção não apenas diversos, mas historicamente específicos”.²⁵

A breve referência à tese de doutorado de Moacir Palmeira não permite ao leitor perceber sua importância no processo de consolidação da sociologia e antropologia rural do Brasil. Nascido no Estado de Alagoas, em 1942, é considerado até hoje um dos fundadores dos estudos sobre o rural no país. Em entrevista concedida ao CPDOC, em 9 de julho de 2009, Palmeira lembra que em Alagoas, seu pai fora deputado e havia participado da Revolução de 1930. Em seu estado de origem, o pai teve como companheiros: Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Alberto Passos Guimarães.²⁶

²⁴ Linhares, op. cit, p. 59.

²⁵ Idem.

²⁶ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Depoimento. 2009. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ/ ISCTR/IUL, 2010, 38 p. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/moacirpalmeira>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

É difícil saber quais foram as influências na opção de Palmeira em estudar o rural, mas é digno de registro que ele tenha mencionado o nome de Alberto Passos Guimarães, ao lado de grandes nomes da literatura nacional. De todo modo, o fato é que sua tese de doutorado – jamais traduzida – foi o resultado de sua saída do Brasil, em 1966, após receber uma bolsa do governo francês. Em seu memorial, também sob a guarda do CPDOC, ele expressa a influência que teve das leituras de Louis Althusser, Michel Foucault e talvez principalmente Pierre Bourdieu. Em suas palavras:

Informado por aquela literatura, lancei-me à análise de um debate que consumia muito da energia dos intelectuais brasileiros na época e do entusiasmo político das organizações de esquerda: aquele em torno da existência ou não do feudalismo no Brasil. Creio que consegui contornar a armadilha que esse tipo de debate reserva aos que entram na discussão substantiva de seus conteúdos, dissolvendo os autores nas proposições que faziam seus textos e identificando o arsenal ideológico comum, que tornava possível a existência de tal debate e a migração desses autores entre posições aparentemente incompatíveis.²⁷

A tese *Latifundium et Capitalismo au Brésil: Lecture Critique d'un Debat*, foi defendida em 1971, na Université René Descartes e orientada por François Bourricaud, um sociólogo especialista em América Latina. De fato, ao assumir o debate como objeto de investigação, Palmeira afirmou:

D'abord, là où l'on pensait trouver un débat scientifique, on trouve un débat idéologique. (...) En fait, les

²⁷ MEMORIAL do Candidato. Moacir Gracindo Soares Palmeira, 1994, 23 p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/moacir_palmeira/MemorialMoacirPalmeira.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011.

résultats présentés par les auteurs sont indépendante de leur recherche. Le manque d'informations (on n'aurait jamais des informations complètes dans le sens voulu par ces auteurs est plutôt une justification de la pérennité du débat (on aura toujours des données nouvelles) ²⁸

Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva não deixavam também de sinalizar a crescente importância de sociólogos e economistas no novo debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sem mencionar as distintas interpretações destes autores, eles registravam os nomes de José de Souza Martins, Maria Rita Loureiro, Octávio Guilherme Velho, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição d'Incao e Melo. Para aqueles autores,

ao introduzirem noções diversas, como articulação de diferentes modos de produção, diferentes relações de produção nas formações econômicas sociais, e subjunção formal do trabalho ao capital, então, na realidade, buscando instrumentos teóricos mais sofisticados de análise, opondo-se, pois, radicalmente, aos esquemas desenvolvimentistas imperantes na década anterior.²⁹

Penso ser preciso escrever algumas linhas para dar a conhecer ao leitor quais eram as principais preocupações daqueles autores citados no livro de 1981. Mas, antes de tudo, vale a pena sinalizar que no início dos anos 1980 Linhares e Da Silva já conseguiam identificar os intelectuais que estavam de fato propondo inovadoras análises sobre o rural. É possível,

²⁸ Não deixa de ser impressionante, ao menos aos nossos olhos, a acurada percepção de Palmeira. Ele percebe PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalismo au Brésil: lecture critique d'un débat*. Thèse (Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Paris)- Paris, 1971. Eu retorno aos argumentos de Palmeira no próximo capítulo.

²⁹ Linhares, op. cit., p. 67.

inclusive, afirmar que a publicação de *História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias* tenha sido pensada para ser uma contribuição de historiadores ao tema agrário, intensamente debatido a partir de meados dos anos 1970.

Naqueles anos, ainda em plena ditadura, muitos autores buscavam entender o rural e as raízes socioeconômicas da pobreza no campo e da concentração fundiária no país. A criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, cuja missão era a de identificar as mazelas rurais sofridas pelos camponeses e lhe fornecer apoio, inclusive jurídico nas demandas contra os latifundiários, contava com o engajamento de muitos intelectuais em ascensão, como José de Souza Martins.

Considerado hoje o maior sociólogo rural do Brasil, Martins foi professor da USP ao longo de décadas. Autor de extensa obra, que marcou indelevelmente as interpretações sobre o rural. Seu primeiro livro, *Imigração e Crise do Brasil Agrário*, publicado ainda em 1973, foi sua inaugural tentativa de compreender os problemas resultantes da imigração italiana para São Paulo,³⁰ rompendo o mito da ascensão social exemplificado pelo nome de Conde de Matarazzo, objeto – inclusive de outro de seus livros.³¹ No ano de 1981, ele escreveu *Os camponeses e a política no Brasil*, primeiro texto de síntese sobre a história da luta camponesa no país.³² No início dos anos 1980, já havia publicado a obra que mais influência exerceu no campo da História, *O Cativo da Terra*, onde defendera a hipótese de que o capitalismo em sua expansão engendra relações não capitalistas de produção. A partir deste livro, se sepultariam as interpretações que tenderam a identificar como servis ou capitalistas as experiências do colonato em São Paulo.³³

³⁰ MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

³¹ MARTINS, José de Souza. *Empresário e empresa na biografia do Conde de Matarazzo*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais - UFRJ, 1967.

³² MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³³ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Maria Rita Loureiro, autora de *Parceria e Capitalismo*, escrito em 1977, também é socióloga de formação e professora da USP. Foi, sem dúvida, uma das primeiras autoras a defender que o sistema de parceria era uma relação não capitalista de produção. O sistema, segundo a autora, deveria ser focado tendo como preocupação o entendimento mais denso sobre a expansão do capitalismo.³⁴

O sociólogo e antropólogo Otávio Guilherme Velho, por sua vez, consagrou-se com a publicação do livro *Capitalismo autoritário e campesinato*, resultado de sua tese de doutorado, defendida em 1973, na Universidade de Manchester, Inglaterra. Nesta obra, analisou pioneiramente a expansão da fronteira agrícola ao longo do governo Vargas, apoiando-se numa perspectiva comparativa com a análise da fronteira de Turner, para os Estados Unidos.³⁵ Seu livro tornou-se leitura obrigatória, não somente na Antropologia, como também nos estudos históricos sobre o período varguista, ainda que o tema sobre o rural tenha sido raramente frequentado pelos historiadores do Brasil Republicano.

A socióloga Maria da Conceição d'Incao e Melo foi também uma das primeiras autoras a discutir o trabalhador de cana-de-açúcar na região de São Paulo, conhecido pela alcunha de boia-fria. *Bóia-Fria: acumulação e miséria* foi também escrito em plena ditadura e analisou a relação entre desenvolvimento do capitalismo nas plantações de cana e o processo de extração do produto, com o emprego de uma população pobre, destituída de elementares direitos trabalhistas.³⁶

Não menos impactante para a discussão sobre a relação entre cidade e campo é, sem dúvida, o texto do economista Francisco de Oliveira. Publicado pela primeira vez nos Estudos CEBRAP, em 1972. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*

³⁴ LOUREIRO, Maria Rita. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

³⁵ VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

³⁶ MELO, Maria da Conceição D'Incao. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

foi mais tarde editado em livro pela editora Vozes, em 1981, e tornou-se um aporte teórico decisivo para se compreender, não a dualidade entre o espaço urbano e o rural, mas seu caráter complementar. Crítico à interpretação dualista pelo modelo da CEPAL, de Celso Furtado, o autor revela que o atraso da zona rural, longe de representar um empecilho ao capitalismo como defendera à tese feudal e a cepalina, era condição necessária para a manutenção e expansão do modo de produção capitalista no Brasil. Ao se referir ao papel da agricultura no processo de industrialização, iniciado a partir da Revolução de 1930, Oliveira destaca que a agricultura deveria atender às necessidades da população urbana, “de forma a não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação de acumulação urbano-industrial”.³⁷ Ademais, ao contrário do que defendera os cepalinos e a vertente feudal, a indústria brasileira “nunca precisou do mercado rural como consumidor, ou melhor dizendo, nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se”.³⁸

Inspirados e otimistas, Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva finalizavam o capítulo, asseverando que os estudiosos estariam livres das concepções dualistas e voltariam a discutir a questão agrária no Brasil,

não mais como um entrave ao desenvolvimento econômico capitalista, mas como uma decorrência desse mesmo desenvolvimento, que exigirá a sua redefinição no tempo e no espaço, imposta por uma racionalidade imperiosa.³⁹

³⁷ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia Brasileira: crítica à razão dualista*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 20. O texto foi republicado em 2003, juntamente com outro do mesmo autor, Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

³⁸ Idem, p. 24.

³⁹ Linhares, op. cit. p. 72.

Em nome da certeza de um novo tempo de estudos sobre o rural, na segunda parte da obra, os autores assumiam o desafio de realizar levantamento e análise das fontes a serem utilizadas para uma história da agricultura brasileira. Inseridos num período historiográfico cuja marca era a utilização do método quantitativo, eles desejavam contribuir para a consolidação de metodologias e modelos, capazes de estimular os estudos sobre o tema no Brasil, alertando, porém, que “a transposição mecânica e automática de preocupações estranhas à nossa realidade pode dar resultados, senão grosseiros, pelo menos ingênuos e inexpressivos”.⁴⁰ Nesse sentido, para além do conhecimento de um método, era preciso também estar atento à produção historiográfica nacional, ressaltando – para os autores – as contribuições de Ciro Cardoso e Jacob Gorender para o estudo das estruturas socioeconômicas do país. Em outras palavras, teoricamente os estudos em história agrária deveriam ser alimentados pelas contribuições daqueles autores na produção de um novo aporte: o modo de produção escravista-colonial sobre o qual falarei mais adiante.

Naqueles anos, as questões envolvidas nas pesquisas estavam, na maioria das vezes, direcionadas a uma história econômica do mundo rural, onde os problemas da quantificação e construção de tipologias e modelos assumiam um papel preponderante nas diversas abordagens.

Além disso, os clássicos do marxismo dedicados aos estudos sobre o campesinato passaram a estar recorrentemente presentes na bibliografia das obras então produzidas. O texto de Kautsky, *A Questão Agrária*, escrito em 1898, considerava a especificidade do campesinato alemão e descrevera a influência do capitalismo sobre a agricultura e as suas transformações no final do século XIX.⁴¹ Com sua oposição à tese leninista de inevitabilidade da revolução proletária, aquele intelectual era

⁴⁰ Idem, p. 86.

⁴¹ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

apontado – nos estudos brasileiros sobre o campesinato – como um importante teórico do tema, capaz de iluminar nossas reflexões sobre o campesinato brasileiro. Também o livro de Lênin, “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”, esteve presente como leitura obrigatória,⁴² uma vez que era a defesa da inevitabilidade da destruição do campesinato, determinada pelas relações de produção em direção ao capitalismo. Apoiando-se em vários dados estatísticos produzidos naqueles anos, a obra era um argumento de autoridade indiscutível para o propagado desaparecimento do mundo camponês.

Se o fim do campesinato passava a ser questionado ou redefinido em termos de sua existência histórica, tornava-se obrigatória a leitura do teórico russo Chayanov. Como já afirmei, considerado o maior expoente da última geração dos populistas russos estudiosos do universo rural, o texto de Chayanov partia de muitas das reflexões dos marxistas, mas incorporava elementos não marxistas para a análise do campesinato russo.⁴³ Seu texto, como também já afirmei, só foi traduzido para o inglês em 1966 e chegou ao Brasil pelas reflexões da sociologia rural e antropologia rural do país.

Porém, em certa medida, havia uma opção teórica mais acordada com uma história social em sua “versão francesa”, assentada nas influências dos estudos marxistas sobre o campesinato. Maria Yedda Linhares e Teixeira da Silva acreditavam na possibilidade de uma história agrária no país. A partir de estudos de fontes seriais, ela permitiria “em plena era do computador, um tratamento ‘artesanal’ da informação, o que a torna mais viável num país onde são extremamente escassos os recursos destinados à pesquisa histórica”.⁴⁴ Yedda Linhares e Teixeira da Silva realizaram uma importante e

⁴² LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

⁴³ CHAYANOV, A. V. *The theory of peasant economy*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin Inc., 1966.

⁴⁴ Linhares, op. cit. p. 89.

decisiva tipologia das fontes para a história da agricultura brasileira. Apontaram, todavia, para as precárias condições de armazenamento e conservação das fontes documentais no Brasil.

Para resolver e viabilizar a utilização das fontes propostas por Yedda Linhares e Teixeira da Silva, os historiadores tornaram-se “ratos de arquivos”, no processo de localização, recuperação e organização de seus documentos de pesquisa. A tipologia das fontes apresentadas naquela obra tornar-se-ia o ponto de partida de inúmeros levantamentos e análises sobre o rural.⁴⁵ Num cuidadoso relatório de fontes, os autores apresentaram ao leitor as características e possibilidades de pesquisa dos documentos diretamente relacionados à estrutura fundiária, as fontes para o estudo das estruturas sociais, as de natureza cartorial, econômica e político-institucional, e as de tipo tradicional, geralmente oficiais, como atas, correspondências e legislações.

Yedda Linhares e Teixeira da Silva agruparam em um primeiro grupode fontes aquelas referentes à estrutura fundiária: cadastros realizados em âmbito nacional ou provincial. Para o século XIX, em razão da raridade deste tipo de documento, o destaque é dado ao Registro Paroquial de Terras de 1856-1857. Quando da publicação da obra, as questões então colocadas diziam respeito ao resultado da expansão territorial, o que significava a construção de um modelo de apropriação territorial, diferenciado – pela extensão das propriedades – as grandes e médias e pequenas unidades de produção. Naquele período, isso era importante para relativizar a noção de um país construído a partir e tão somente do latifúndio. Neste sentido, os historiadores buscavam cruzar as informações presentes nos registros paroquiais de terra com os dados oriundos de inventários,

⁴⁵ MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia e de pesquisa. In: *Revista Diálogo*, Maringá, 2008. p. 15-30.

para construir séries em que se configurassem a extensão e forma de produção das unidades. Ao se referir à utilização do cadastro de 1856/1857, afirmavam:

Apesar de inúmeras imprecisões, é possível, a partir das declarações paroquiais, fazer um esboço de cadastro de terras do meado do século, destacando a forma de apropriação do solo, a relação jurídica, o valor, nome dos proprietários e nível de alfabetização, limites e dimensões. O ponto central reside na identificação da forma de apropriação da terra (sítio, fazenda de gado, porção, etc) e na relação jurídica (terras próprias, terras comuns, antiga sesmaria, herança, posse direta.⁴⁶

Num segundo conjunto, Yedda Linhares e Teixeira da Silva destacaram as fontes para o estudo das estruturas sociais. As primeiras delas, as fontes demográficas, divididas em dados diretos e indiretos. Estes últimos poderiam ser obtidos, a partir do levantamento e análise dos registros de batismo, casamento e óbitos. Somam-se às fontes eclesiásticas, no século XIX, as fontes eleitorais, que são fundamentalmente circunscritas às Listas de Qualificação de Votante e que ainda hoje são pouco exploradas pelos historiadores. Tais documentos nos permitem saber a idade, profissão, estado civil, alfabetização, filiação e renda do eleitor, visto que o sistema eleitoral no período era censitário.

Ainda como fontes para o estudo das estruturas sociais, tem-se as de origem cartorial. Quando escreveram o livro, os autores afirmaram que este seriam “o tipo de fonte mais rico, e certamente, o menos explorado de forma sistemática, pelo pesquisador”.⁴⁷ Tais cartórios são constituídos pelos de Ofícios de Nota (escritura de compra e venda, de hipoteca, de

⁴⁶ Linhares, p. 94.

⁴⁷ Linhares, p. 96.

doação, de legitimação, confissão de dívidas, de alforria de escravos, testamentos, procurações), Registros de Imóveis (mais abundantes a partir da segunda metade do século XIX), Varas Processantes (órgão e sucessões, cíveis e criminais), fundamentais por abrangerem inventários e ações litigiosas diversa.⁴⁸ Estas últimas seriam importantes para o estudos das mentalidades, composição de fortunas e reconstituição da vida cotidiana do universo rural.

Os dois últimos conjuntos de fontes seriam as de natureza econômica e política institucional (além das fiscais, jornais, livros de cunho religioso, as fontes dos arquivos militares e os inquéritos agrícolas) e os documentos de tipo tradicional, relatórios, atas, correspondência das câmaras municipais, entre outros.

Na parte final do livro, Linhares e Teixeira da Silva assumiriam a tarefa de confirmar a importância do mercado interno ao longo do Oitocentos. Indo contracorrente de uma historiografia que explicava o país, a partir de seus condicionantes externos, aqueles historiadores defendiam o rompimento com o elo que prendia o Brasil às explicações tão somente externas, incapazes, segundo eles, de explicar sozinhas as razões de nosso atraso e dos problemas ainda presentes no campo brasileiro. Para tanto, era por demais importante recuperar a “problemática da produção de alimentos e das crises numa economia colonial”. Ao realizar aquele estudo inaugural, eles também faziam um convite às novas pesquisas sobre a política e a produção de alimentos na Colônia, acerca das dificuldades relativas à produção e comercialização de alimentos e ainda sobre a produção camponesa, em destaque para a economia de subsistências dos cativos nos quadros da escravidão, conhecida com o nome de brecha camponesa. Os autores alinhavaram ainda um estudo sobre as técnicas agrícolas e crises econômicas.

⁴⁸ Para uma análise destas fontes e as novas possibilidades de pesquisa, Cf. o artigo de Motta; Guimarães op. cit. p.

O convite a diversos e distintos temas ligados ao universo rural se consubstanciaria com a criação da linha de pesquisa em História Social da Agricultura ou História Agrária, desenvolvida a partir dos anos 1980, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.⁴⁹

Apoiamo-nos, então, nas diretrizes metodológicas preconizadas por Ernest Labrousse, desde o Congresso de Roma, de 1955, quanto à exploração sistemática de um corpo de fontes localizáveis no nível local (municipal), de natureza demográfica, cartorária, (inventários, contas de tutelas, escrituras diversas), os registros de terra, bem como as fontes fiscais quando localizadas ou existentes.⁵⁰

Ainda segundo a autora, todos eram movidos pelo presente desolador, “a retratar um quadro de miséria e de terríveis desigualdades”. Inspiravam-se nos historiadores franceses Marc Bloch e Pierre Vilar “ao volver o olhar para o passado bem distante em busca dos pontos de partida”.⁵¹

A referência aos estudos de Labrousse é sempre lembrada nos escritos de Linhares, ao recontar o surgimento daquela linha. Em 1999, num artigo publicado na *Revista do CPDA*, ela reafirma:

Inspirada em Ernest Labrousse, a proposta era sistematizar a utilização de documentos cartoriais/judiciais, eleitorais, demográficos e fiscais, para o estudo de problemas da história da agricultura, particularmente os relacionados a sistemas de trabalho, uso da

⁴⁹ Eu discuto com mais vagar a formação da linha adiante.

⁵⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite. A Pesquisa Histórica no Rio de Janeiro: a história agrária como programa de trabalho: 1977-1994. Um Balanço. In: *Revista Brasileira de História. Historiografia. Propostas e Práticas*. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n. 30, p.78, 1995.

⁵¹ Idem, 83.

terra, produção de alimentos, estrutura ocupacional, as aventuras e desventuras do cotidiano, as mentalidades, os conflitos do século XIX de natureza paroquial e municipal. Tratava-se de esmiuçar papéis em igrejas, cemitérios, cartórios de todas as cidades do país em busca de dados abundantes sobre o trabalho; maneiras de enriquecer e empobrecer, de mandar, obedecer e revoltar-se. Esperava-se conhecer melhor o país do latifúndio e do atraso, saber como se chegava à terra, quem a trabalhava, como a trabalhava. Embora estivéssemos interessados em questões diversas das do *Ancien Régime* de Labrousse, Goubert e Meuvret, o esforço era uma aproximação com a já bem testada metodologia francesa. Também passávamos em revista as correntes da história quantitativa e serial, francesa e norte-americana, e enfrentávamos a tarefa de pesquisar com números concretos, sem o charme das grandes sínteses conclusivas *aupréalable*.⁵²

Nascido na França, em 1885, Ernest Labrousse foi um dos mais importantes autores da chamada História quantitativa francesa, no esforço de unir a história econômica à história social de cunho demográfico. Segundo seus biógrafos, ele teve papel decisivo na consolidação da historiografia francesa e a vida marcada pelo engajamento. Após a guerra, com a morte de Marc Bloch, o substitui em Sorbonne, no mesmo período em que publicou sua obra mais conhecida: *Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*.⁵³ Neste livro, Labrousse demonstra que as

⁵² LINHARES, Maria Yedda Leite. Pesquisas em História da Agricultura Brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1999, p. 104-112. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/yedda12.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

⁵³ LABROUSSE, Ernest. *Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. 2. éd. France: Presses Universitaires de France - PUF, 1990.

histórias das crises econômicas não podem ser separadas de uma história social que explique as contradições da Revolução Francesa.

Considerado por muitos como um dos principais expoentes da chamada escola jacobina sobre a Revolução Francesa, Labrousse se soma aqueles historiadores que consideraram o processo revolucionário como algo relevante para a história mundial, seu papel central na transformações do mundo contemporâneo e na construção de uma memória positiva sobre a ação do povo nos processos revolucionários.⁵⁴

Mas se Labrousse era a fonte de inspiração, não há dúvidas de que o aporte teórico defendido pelos autores era aquele desenvolvido por Ciro Flamarion Santana Cardoso: o modo de produção escravista-colonial. Linhares e Teixeira da Silva defendiam uma aliança entre os procedimentos metodológicos propostos pelo livro e o aporte teórico de Ciro Cardoso e também de Jacob Gorender.

As possibilidades que se abriram com essa nova perspectiva teórica enriqueceram o debate de idéias e deram novos rumos à pesquisa histórica no Brasil, no campo da história econômica, *lato sensu*, e da história da agricultura, *strictu sensu*.⁵⁵

Mas quais eram as propostas de ambos os autores? Em que medida a análise do passado rural poderia se beneficiar com a utilização deste novo aporte teórico? É o que veremos a seguir.

⁵⁴ Para uma análise sobre as distintas interpretações sobre a Revolução, Cf. HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. VOVELLE, Michel. *Combates pela revolução francesa*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Para uma interpretação contrária a dos marxistas, Cf. FURET, François. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa: A regra do Jogo Edições, 1978.

⁵⁵ Linhares, op. cit. p. 87.

CAPÍTULO 2

EM BUSCA DE UMA TEORIA: O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA-COLONIAL

No início da década de 1970, dois autores – Ciro Cardoso e Jacob Gorender – procuraram romper com os esquemas explicativos sedimentados na análise que inseria a colônia “brasileira” nos quadros do capitalismo comercial. A ideia de que o Brasil deveria ser explicado a partir de uma discussão acerca da expansão e consolidação do capitalismo não tinha apenas uma única leitura. Para aqueles autores, era possível outra interpretação sobre a formação daquele modo de produção, relacionando-a a noção de modos de produção secundários nas Américas.

Jacob Gorender – insatisfeito com as explicações teóricas acerca do Brasil colonial – buscava estudar a natureza do modo de produção aqui existente. Em 1978, publicou sua obra de maior fôlego, *O Escravismo Colonial*, cujo objetivo era o de “estudar o escravismo colonial no Brasil ao nível do conhecimento categorial-sistemático da história”!¹

Nascido em Salvador, em 1923, advogado de formação, Jacob Gorender foi considerado por muitos como o mais importante historiador marxista brasileiro de todos os tempos. Segundo Mario Maestri, após a publicação daquele livro, Gorender foi trabalhar na Editora Abril Cultural, onde coordenou a coleção *Os economistas*. Em 1994, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*, pela Universidade Federal da Bahia, quando da reitoria de Luiz Felipe Perret Serpa, em obediência à resolução do Conselho Universitário de 27 de outubro de

¹ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

1992. Dois anos depois, foi reconhecido pelo Departamento de História da USP, recebendo o título de *Notório Saber*.²

Seus trabalhos sempre foram marcados pela defesa da revolução. Para ele, a história é acima de tudo uma práxis revolucionária, impondo o aprimoramento teórico para a transformação da sociedade. Em entrevista concedida à Revista Arrabalde em 1988, asseverou: “vejo a história como ciência da revolução e também componente fundamental na construção do universo ideológico”.³

Para o autor, o escravismo colonial era um modo de produção historicamente novo e se desenvolveu “dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço”.⁴ Para tanto, procurou destrinchar as chamadas leis específicas do Modo de Produção Escravista-Colonial, em seu esforço de compreender a dinâmica que explicaria a relação entre o cativo e seu senhor, bem como as leis econômicas que revelariam a especificidade do trabalhador escravo, ao mesmo tempo mercadoria e pessoa.

Mas – para o que mais de perto nos interessa - Gorender buscou analisar o que denominou de Categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial: os homens livres assalariados na plantagem, os agregados e os pequenos cultivadores não-escravistas.

Os primeiros estiveram inseridos no modo de produção escravista colonial como relação de produção subsidiária, ou seja, quando a plantagem necessitou de trabalhadores livres qualificados.⁵ Os agregados se inseriram numa relação de favor e instalados na periferia dos latifúndios, sustentando-

² MAESTRI, Mario. O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 36, maio 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/036/36maestri.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

³ ENTREVISTA com Jacob Gorender. *Revista Arrabalde*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 151, 1988.

⁴ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 40.

⁵ Idem, cap. 14.

se de “paupérrima economia natural”.⁶ Por fim, os pequenos cultivadores não-escravistas independentes ocupavam ínfimos pedaços de terra, em áreas não apropriadas pela plantagem. Sua economia caracterizar-se-ia pela satisfação das necessidades elementares (uma economia natural), cuja comercialização dependia da proximidade de centros urbanos ou de vias de transporte.⁷

Em suma, tanto a economia do agregado, como a do posseiro, não seriam exemplos de um modo de produção específico, mas um componente secundário da formação social denominada pelo escravismo colonial.⁸ Recuperando as anteriores considerações de viajantes, Gorender apoiou-se de fato e acriticamente nos argumentos desenvolvidos por Maria Silvia de Carvalho Franco que havia defendido, em 1964, a tese *Homens Livres na ordem escravocrata*. Franco, a despeito de sua opção pelo aporte teórico weberiano, baseou-se em Caio Prado para defender a hipótese do capitalismo comercial. Na Introdução afirmava: “O conceito inclusivo tomado por referência neste trabalho é o de capitalismo, por imprecisa que esteja, ainda, sua figura no sistema colonial”.⁹

Com base na construção de tipos ideais, Franco procurou reconstituir historicamente as relações comunitárias dos homens livres e pobres na região de Guaratinguetá, durante o século XIX. Utilizando-se de uma fonte praticamente inédita – os processos crimes – a autora buscou compreender “o papel da violência enquanto uma forma rotinizada de ajustamento nas relações de vizinhança”.¹⁰

Para a autora, o sistema mercantil se expandiu através da incorporação externa de mão de obra. Contraditoriamente, a grande propriedade mercantil, trabalhada por escravos,

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983, p. 14 e 15.

¹⁰ Idem, p. 28.

possibilitou a existência de homens livres-pobres, deixando-os, no entanto, “sem razão de ser”.¹¹

Ao focar o sitiante, Maria Silva de Carvalho Franco destacaria os fundamentos da dominação pessoal, entre eles, a relação de compadrio. Em vista disso, a relação entre fazendeiros e sitiante seria marcada pela acomodação de interesses, não havendo conflitos significativos entre grandes e pequenos proprietários. Para ela, era “preciso combinar-se um conjunto muito especial de fatores para que as tensões emirjam e venha a romper-se o equilíbrio mantido por um sistema de controle tão forte (...)”.¹²

Entendido como solitário e indefeso, o sitiante, quando ameaçado de perder sua posse, tenderia a se afastar – quase sempre pacificamente – para áreas não atingidas pela agricultura comercial. Tal como nos pressupostos consubstanciados na defesa da coisificação do escravo, tão ao gosto da produção acadêmica da época, restaria para o homem livre-pobre a acomodação ou “a revolta de cada indivíduo, solitário em seu desafio à ordem estabelecida”.¹³

É importante sinalizar que a incorporação, por Gorender, da tese da socióloga Maria Silva, se adequava perfeitamente a sua hipótese acerca dos chamados homens livres e pobres. Considerá-los sem importância tinha todo o sentido para o argumento de que o modo de produção escravista colonial era o modo de produção dominante no Brasil até a abolição da escravidão, em 1888. A ideia do escravo-coisa, sistematizada no livro de Fernando Henrique Cardoso¹⁴ se somava ao pobre “sem razão de ser” de Franco. Entende-se assim porque Gorender decidira escrever um capítulo de apenas 10 páginas

¹¹ Ibidem, p. 14.

¹² Ibidem, p. 89.

¹³ Ibidem, p. 106.

¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Para uma crítica sobre esta perspectiva, Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

num livro de nada menos do que 592 páginas, utilizando-se fundamentalmente de algumas notas de viajantes e dos argumentos de Franco.

Se realmente é possível distinguir um estilo de vida específico, uma integridade de cultura e de organização social nas comunidades caipiras, não é menos verdade que essas comunidades estiveram concretamente inseridas em um sistema social mais amplo (...) Sendo estes que realmente fundaram o sentido dominante das atividades de produção e da vida social, os grupos caipiras ficaram relegados a uma intransponível *marginalidade*.¹⁵

É verdade que os homens livres e pobres não eram de fato o tema central do livro de Jacob Gorender, mas de todo modo, ao incluir a temática em sua obra, ele se somou a uma determinada historiografia que havia naturalizado as anteriores reflexões de Maria Silva de Carvalho Franco, reconhecendo, na violência, o mote, e na marginalidade, o norte, da vida de lavradores pobres.

Algumas vozes, no entanto, já eram dissonantes à perspectiva hegemônica acerca do homem livre e pobre. Ainda na década de 1960, Viotti da Costa publicou *Da senzala à colônia*, obra cuja importância é inquestionável. Ao analisar a “marcha

¹⁵ Citado por Gorender, p. 300 Apud Franco, op. cit, p. 31 e 32. (grifo meu) Não deixa de ser interessante observar que Franco desconhece a tese de Antonio Candido, publicada em 1964. Também Gorender não cita, nem o inclui na bibliografia, CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. Em 2002, Luis Antonio Santos procurou explicar as razões pelas quais o livro de Antonio Candido foi negligenciado pelos sociólogos. SANTOS, Luis Antonio. A radicalidade de Os parceiros de Rio Bonito In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17, n. 49, 2002. Eu não tenho aqui como avaliar se os argumentos de Santos são pertinentes ou não, mas o fato é que as reflexões de Antonio Candido estavam na contracorrente das análises marxistas dos anos 60 e 70, mas também da perspectiva weberiana de Carvalho Franco.

avassaladora do latifúndio”, a autora destacou o processo de desapropriação dos pequenos proprietários. Alguns seriam incapazes de resistir ao mecanismo jurídico de apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, tornando-se agregados à propriedade. Entretanto, nem todos se submeteram passivamente à sua transformação em agregados, pois “o processo de desapropriação, a que foram submetidas as populações mais pobres, não se deu sem conflitos e resistências”.¹⁶

Em outro capítulo, “Regime territorial no Brasil Escravista”, Gorender discorre sobre as formas jurídicas assumidas ao longo do tempo pela apropriação da terra, destacando que a grande propriedade fundiária representaria um elemento estrutural do escravismo. Em primeiro lugar, ele toma uma posição em relação ao já velho debate acerca da característica das capitânicas hereditárias, que opôs a interpretação de que elas teriam aspectos feudais, dos que insistiriam que elas seriam originalmente capitalistas. Para Gorender, a despeito de elas se enquadrarem no Direito feudal, as mesmas adquiriram outro perfil na América Portuguesa, submetidas à monarquia absoluta e aos interesses da Coroa.

O mesmo pode ser dito em relação ao processo jurídico de concessão de sesmarias. Ao ser aqui transplantado, ele se “diferenciou profundamente do vigente em Portugal, pois se despojou de características feudais peculiares a este último”.¹⁷

Em relação ao dízimo eclesiástico, o autor também destacou que sua natureza de renda feudal se desfaz na colônia, tornando-se tão somente uma imposição fiscal. O mesmo poderia ser afirmado em relação ao chamado foro enfiteutico. De qualquer forma, se – para o autor – a terra é um elemento estrutural do escravismo, ele precisou discutir com mais vagar o grupo social que recebeu as sesmarias, os chamados sesmeiros.

¹⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

¹⁷ Gorender, op. cit. p. 369

Contrariando corretamente as anteriores ilações de Guimarães acerca do caráter aristocrático da concessão, o autor marxista explicita que a Coroa portuguesa tinha como objetivo principal colonizar as terras nas Américas. Ele também está correto ao afirmar que foram marcantes as contradições entre a legislação de sesmarias e sua aplicabilidade na colônia. Além disso, a posse tornar-se-ia a forma mais comum de acesso à terra e a violência entre sesmeiros e posseiros tornar-se-ia parte constituinte do processo de ocupação. Apoiando-se em Felisbello Freire e no viajante Tollenare, afirma:

Nos começos do século XIX(...) uma sesmarias foi concedida no termo da Vila de Jaguaripe, Bahia, em cuja área já habitavam uns 100 posseiros, cultivadores de terras. O sesmeiro abusivamente obrigou alguns dos posseiros a comprar o trato ocupado, enquanto de outros passou a cobrar foro. O restante foi simplesmente expulso. Tollenare testemunhou a expulsão de toda uma população de cerca de 1.200 pessoas, cujas famílias há muito tempo estavam no gozo das terras. O processo de apropriação das terras do Vale do Paraíba pelos fazendeiros de café se fez com o emprego da violência contra os posseiros ali estabelecidos, expulsos através dos esbulhos judiciais, da força bruta e até do assassinato.¹⁸

No entanto, Gorender não reconhece aqueles posseiros como camponeses e sequer discute os mecanismos pelos quais eles tentaram manter-se nas posses de suas terras. Para ele, no Brasil colonial não havia condições de consolidar-se um regime territorial que consagrasse a distinção entre domínio direto (proprietário) e domínio útil (camponeses). Em suma, entre propriedade e pequenas posses.

¹⁸ Idem, p. 384 e 385.

Em vista disso, destaca o papel da Lei de 1850 enquanto instrumento jurídico que vedou o acesso à terra aos pobres e preservou a estrutura fundiária de então. Ao procurar discutir o significado econômico da propriedade da terra, o autor rebate a tese de Passos Guimarães, afirmando:

Concordo que a terra fosse o principal e mais importante meio de produção, uma vez que, em oposição à perspectiva coisificante do escravista, não considero o escravo um meio de produção. (...)O mais significativo consiste, todavia, no fato de que, entre as relações de propriedade vigentes no Brasil-colônia e no Brasil-império, aquela que tinha a função econômica principal e decisiva era, não a propriedade da terra como sucederia no feudalismo, mas a propriedade de escravos.¹⁹

Em outras palavras, se o mais importante era ter escravos, seria inconcebível reconhecer características feudais em lugares onde a terra nada valia. E pergunta: “será que nos deparamos no Brasil colonial, com mais um feudalismo *sui generis* para o qual a terra nada valia?” E termina: “o apego a esquemas não é coisa boa. Pior ainda quando sequer se tem o cuidado de evitar elementares contradições lógico-formais!”²⁰

Em suma, preocupado em desenvolver as leis fundamentais do referido modo de produção, Gorender se utilizaria da teoria marxista da renda para focalizar o aparecimento da mesma no escravismo nas Américas. O autor dispensaria análises mais detalhadas acerca das chamadas camadas intermediárias do sistema escravista e sobre a dinâmica da ocupação territorial. O fundamental era estudar a economia escravista em seus aspectos globais, sendo secundário – para a compreensão da realidade do

¹⁹ Gorender, op. cit. p. 387.

²⁰ Idem, p. 390.

passado brasileiro – estudos que privilegiassem economias não agroexportadoras, como as realizadas pelos cativos ou as referentes aos homens livres e pobres. Além disso, contrariando uma tradição historiográfica de cunho marxista que vinha efetivamente discutindo a questão da propriedade em sua relação com a consolidação do capitalismo, Gorender limita-se a fazer o que condenara: apega-se ao esquema por ele produzido.

Mas a interpretação de Gorender não era a única nos anos em que foi gestada a ideia de um modo de produção escravista-colonial. Nesta perspectiva, havia também interpretações divergentes acerca do universo rural. Enquanto Ciro Cardoso procurava refletir sobre o tema, inaugurando e orientando vários trabalhos sobre o homem livre e pobre, Jacob Gorender insistira em minimizar a importância das camadas intermediárias para a compreensão da sociedade escravista. É verdade que quando escrevera o livro *A escravidão reabilitada* ele minimizaria suas críticas em relação à economia de subsistência, mas ainda a consideraria como uma questão pontual nos quadros do modo de produção escravista-colonial.²¹

CIRO CARDOSO E O CAMPO CIENTÍFICO

Ciro Cardoso torna-se-ia-a – segundo Maria Yedda Leite Linhares – o responsável pelo revigoramento teórico capaz de romper com a visão dualista sobre o desenvolvimento econômico e com a noção amplamente consagrada acerca do sentido da colonização inaugurado por Caio Prado e adensada nas reflexões de Fernando Novais.

Nascido em Goiás, em 1942, fez doutorado na França e retornou ao Brasil em fins dos anos 1970, para agregar-se ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade

²¹ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. Eu volto a esta questão, quando da análise do conceito de brecha camponesa defendido por Ciro Cardoso.

Federal Fluminense, onde consolidou seu prestígio como um dos formuladores do conceito de modo de produção escravista-colonial.

O debate teórico centrava-se nas questões que envolviam a colonização brasileira, opondo interpretações conflitantes sobre o peso dos condicionantes externos na formação social do Brasil. Voltemos ao ponto para entendermos a proposta de Cardoso. Para alguns, o “*sentido da colonização*” inaugurado por Caio Prado Junior explicava a nossa vinculação ao mercado capitalista. Em 1942, ele buscava desvendar em *Formação do Brasil contemporâneo* o caráter da colonização brasileira. Em suas primeiras linhas, afirmava: “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo `sentido”.²² Esta era compreendida como uma empresa comercial que visava explorar o território colonial para o enriquecimento europeu. Inserindo-se no plano internacional, marcadamente capitalista, a colônia brasileira seria também capitalista.²³ Colonizado para servir aos interesses comerciais europeus, o Brasil teria se constituído pelas grandes empresas monocultoras trabalhadas por escravos. Ao ser onipresente, o cativo impediria, à sua revelia, as poucas ocupações dos homens livres.²⁴

A interpretação de Caio Prado seria adensada, como dissemos, pela obra de Fernando Novais, onde o autor discutiria com mais vagar o antigo sistema colonial, procurando compreendê-lo em sua totalidade, ou seja, a relação entre a metrópole (Portugal) e sua principal colônia (Brasil). Ainda para o autor, a escravidão só poderia ser compreendida a partir do tráfico negreiro em sua relação com a acumulação primitiva de capital e a emergência do capitalismo.²⁵

²² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 19.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem, p. 279.

²⁵ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

No entanto, para Ciro Cardoso o estudo das realidades coloniais não poderia prescindir da análise das suas contradições internas, relacionando-as aos “impulsos externos e às formas nas quais se interiorizaram em função das primeiras”.²⁶ Sua preocupação centrava-se assim nas questões internas que explicariam as especificidades do país, em comparação às várias e distintas colônias da América Latina. Consolidava-se a teoria do modo de produção escravista-colonial, na perspectiva do historiador goiano.

Já em 1975, num livro organizado por Théo Santiago, Cardoso afirmara não haver na obra de Marx nenhuma teoria de modo de produção, mas advogava também que o conceito só deveria ser aplicado, levando-se em conta, não somente a presença (ou não) de determinada forma de exploração, mas também “o conjunto das relações de produção, que por sua vez correspondem a um tipo e a um nível determinado das forças produtivas”.²⁷

Cardoso destacara ainda que os historiadores marxistas estudaram as sociedades coloniais americanas, a partir da interpretação mais estreita do conceito de modo de produção, apoiado em Stalin. Segundo ele, Alberto Passos Guimarães, afirmara que o Brasil era feudal, pois sua metrópole o era, mas ao mesmo tempo percebia “que a economia colonial era talvez *sui generis* na história, já que reunia elementos de dois regimes econômicos: o regime feudal da propriedade e o regime escravista do trabalho”.²⁸

Cardoso propunha assim o emprego do conceito de modos de produção coloniais (escravista-colonial para o

²⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Sobre os Modos de Produção Coloniais da América. In: SANTIAGO, Théo (org.). América Colonial. *Ensaio*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 69. Este e outro capítulo também de sua autoria haviam sido publicados em espanhol em 1973, num livro organizado por GARAVAGLIA, Juan (org.). *Modos de producción em América Latina*. Córdoba: [s.n.], 1973.

²⁷ Idem, p. 62.

²⁸ Idem, p. 68.

caso brasileiro, nas Antilhas, no Sul dos Estados Unidos e nas Guianas) e alertava que sua dinâmica era “particularmente complexa e tem que ser estudada levando-se em conta, não apenas as contradições internas, mas também os impulsos externos e as formas nas quais se `interiorizam` em função das primeiras”.²⁹

Após registrar os critérios de investigação que poderiam – segundo o autor – fundamentar uma tipologia dos modos de produção coloniais da América, afirmava:

A teoria dos modos de produção coloniais da América não pode perder de vista um fato central: o caráter subordinado das contradições internas das sociedades coloniais e o caráter geralmente determinante dos impulsos externos que concerne às importantes mudanças de estrutura ocorridas nessas sociedades.³⁰

Ciro Cardoso, ausente do país – que então vivia um dos períodos mais dramáticos de sua história –, apoiava-se nos trabalhos de Marx para criar o conceito de modo de produção escravista colonial. Ao contrário de Gorender, para Cardoso, a história era uma ciência em construção, necessitando do aprimoramento dos modelos teóricos explicativos da realidade nacional.³¹

Não à toa, naquele mesmo livro organizado por Santiago, ele publicaria outro texto: “O Modo de Produção Escravista-Colonial na América”, explicitando seus argumentos e sua filiação ao marxismo.³² Mas quais os interlocutores preferidos por Cardoso na defesa de seu argumento teórico?

²⁹ Ibidem. p. 69.

³⁰ Ibidem, p. 80 e 81.

³¹ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Será a história uma ciência? In: *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³² CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O Modo de Produção Escravista-Colonial na América. In: SANTIAGO, Théo. *América Colonial. Ensaio*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

Naquele texto, ele pretendia examinar os autores que, em sua opinião, haviam avançado no estudo teórico das sociedades escravistas: os marxistas, Max Weber, Chayanov, Eric Willians e a *New EconomicHistory*.³³

Em primeiro lugar, alguns argumentos do próprio Marx eram fundamentais para a proposta: o escravo era ao mesmo tempo mercadoria e capital. Em outras palavras: o escravo era um instrumento de produção. Além disso, o preço que se paga pelo escravo, quando da sua compra, é a mais-valia ou lucro antecipado ou capitalizado que se pensa retirar dele. Na produção escravista dois aspectos são ainda fundamentais: o baixo nível técnico e o papel fundamental que a vigilância tem no controle dos cativos.

Fundamentais para a construção do texto foram, sem dúvida, os argumentos desenvolvidos pelo economista Chayanov, cujo artigo fora escrito em 1924. Para Cardoso, o mérito deste autor russo foi sinalizar que é um equívoco generalizar categorias que são integrantes do capitalismo para outras realidades econômicas. Ao esquadrinhar a economia camponesa, ele havia – como já afirmamos – incorporado pressupostos não marxistas para analisar a lógica de reprodução do campesinato.

Mas Chayanov havia também feito algumas considerações sobre a economia escravista. Em síntese:

Na unidade econômica escravista, o empresário se atém aproximadamente a uma fórmula ligeiramente modificada do cálculo de rentabilidade capitalista,

³³ Idem. Principais autores e suas respectivas obras citadas por Ciro Cardoso no texto em tela: MARX, Karl. *Le Capital*. Paris: Editions Sociales, 1984-1960. CHAYANOV, A. V. On de Theory of Non-capitalist Economic System. In: THORNER, D., B. Kerblay; SMITH, R. E. F. *The Theory of Peasant Economy*. *The American Economic Association*. Homewwod, 1966. p. 1-28.

WILLIANS, Eric. *Capitalism meets slavery*. Paris: Présence Africane, 1986

GENOVESE, E. D. *Économie politique de l'esclavage*. Paris: Pasper, 1968.

KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal*. Paris: La Haye, 1970.

no que se refere ao conceito de rentabilidade de sua empresa. Na sua conta de gastos, em lugar dos salários assinala o custo – técnica e fisiologicamente determinado – de manutenção do escravo. Divide seu produto líquido em três partes: lucro sobre o capital, renda e renda escravista.³⁴

Dos argumentos desenvolvidos por Eric Willians, Cardoso considerava importante ressaltar o caráter pioneiro de sua obra, publicada em 1943, ao desmistificar a crença de que a escravidão teria surgido do racismo ou da incapacidade do homem branco de trabalhar em terras tropicais. Havia ainda duas contribuições fundamentais daquele livro. A primeira tinha a ver com o método, pela preocupação de Willians em não perder o nexos existente entre “as economias e sociedades coloniais e metropolitanas”.³⁵ A segunda, ainda que tenha sido menos desenvolvida pelo autor, afirmava que o escravo constituía-se na “força social mais dinâmica e poderosa das colônias”³⁶

Em relação à chamada *New EconomicHistory*, Cardoso ressaltaria o importante papel do revisionismo norte-americano na destruição de alguns mitos que assentaram raízes no país e a contribuição de Genoveve para os estudos sobre o caráter não capitalista da formação socioeconômica do Sul dos Estados Unidos.

Mas se eram estes os autores privilegiados por Ciro Cardoso na defesa de uma teoria, quais eram seus principais nortes? Na parte final deste texto, Cardoso resume suas principais conclusões acerca do caráter periférico e subordinado da colônia e a escravidão, que deveria ser compreendida, não somente pelo viés econômico, mas também como o fundamento das estruturas sociais. Apoiando-se no

³⁴ Ibidem, p. 92 e 93.

³⁵ Ibidem, p. 100.

³⁶ Ibidem.

caso empírico da Guiana Francesa,³⁷ ele insistiria no caráter dependente da colônia. No entanto, ele iniciava uma discussão central para a análise da escravidão e para as discussões sobre o que viria a ser tornar parte importante dos estudos em história agrária: a economia própria dos cativos.

Cardoso anunciava a importância do que mais tarde seria conhecido pelo nome brecha camponesa. Os argumentos em torno desta questão, no entanto, estavam marcados pela noção de incompletude. O fato de o regime escravista permitir certa margem de economia própria dos cativos não modificava, no essencial, sua condição econômica. Era preciso destacar que

a atribuição de uma parcela não era uma regra geral (excluía os escravos domésticos, às vezes era reservada somente aos escravos casados, etc), e dependia, além disso, da livre vontade dos senhores, que a retiraram quando queriam. Eles procuravam evitar que os escravos considerassem tais parcelas como *sua propriedade*; não é possível portanto falar do direito de uso no sentido exato do termo.³⁸

Ele assumia assim acriticamente a afirmação anteriormente formulada por Tadeusz Lepkowski que ele cita em nota, sem atentar para o fato de que o conceito de propriedade é também datado historicamente e não é possível compreender o uso da terra dos escravos, a partir de discussões próprias do sistema capitalista. Contrariando, portanto, os argumentos que antes ressaltara, os de Chayanov, Cardoso *via, mas não via* a possibilidade de um universo rural mais complexo, onde os escravos – ainda que submetidos às

³⁷ Baseava-se em fontes primárias que ele estava utilizando para escrever sua tese de doutorado – somente publicada em português, em 1984. Mas neste trabalho, ele não discute o conceito de modo de produção escravista-colonial. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

³⁸ *Ibidem*, p. 114.

condições de mercadoria – poderiam ter acesso à terra como camponeses e que tal acesso poderia configurar-se como um costume diverso daquele que conhecemos na perspectiva da propriedade privada capitalista.

O debate sobre as possibilidades analíticas acerca da questão da economia autônoma dos cativos Apareceria novamente em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, escrito em 1979. Em sua Apresentação, Cardoso enfatizaria que com exceção do primeiro capítulo, os outros tinham em comum a preocupação com a análise comparativa.

O livro tornou-se o porto seguro das discussões conceituais que se iniciavam com a consolidação da linha de pesquisa História Agrária que surgiria logo depois na Universidade Federal Fluminense. Organizado em cinco capítulos, era composto de textos produzidos em outras ocasiões. O primeiro, “História da Agricultura e História Regional” foi escrito para o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas e apresentava as perspectivas metodológicas para o estudo em história da agricultura e história regional, familiarizando o leitor com os conceitos de Marx, mas também com os de Witold Kula e Pierre Villar. Na esteira das discussões sobre o surgimento do capitalismo, o historiador polonês Kula foi um dos primeiros a ressaltar aspectos culturais que explicam os posicionamentos dos latifundiários, que não poderiam ser reduzidos a critérios exclusivamente econômicos.³⁹ Apresentava conceitos como o de economia camponesa – mais uma vez a partir de Chayanov – e a teoria da renda, de Marx. Destacava ainda as contribuições de autores ligados à escola dos Annales, na aproximação entre história e geografia. O texto também continha exemplos de modelos de análise dos sistemas econômicos.⁴⁰

³⁹ Em particular: KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1962.

⁴⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

Ainda naquele capítulo, Cardoso demonstrou que era preciso reconhecer três enfoques sobre uma história da agricultura. O primeiro, *strictu sensu*, seria um dos aspectos da história das ciências e das técnicas da agricultura, “ocupando-se de métodos, instrumental e organização da agricultura”, com ênfase nas forças produtivas via relação entre meio ambiente/superfície cultivada e tecnologia agrícola; O segundo seria a história agrária propriamente dita, “cujo objeto central estaria constituído pelas formas de apropriação e uso do solo e pelo *status* jurídico e social dos trabalhadores rurais” enfatizando, portanto, as relações de produção. Um último enfoque seria uma história econômica do mundo rural, enquanto uma síntese dos dois primeiros enfoques, “tendo como ponto de referência a teoria econômica do sistema em questão”.⁴¹

O segundo capítulo, “Fundamentos históricos do problema negro no continente americano” havia sido escrito ainda em 1971, para ser apresentado ao III Seminário Latino-Americano do Centro Europa-Terceiro Mundo, em Genebra, Suíça. O terceiro capítulo, “Propriedade da terra e técnicas de produção nas colônias escravistas da América Latina e das Antilhas no século XVIII” fora publicado em francês, em 1976, na revista *CahiersdesAmériques Latines*. O quarto capítulo, “A brecha camponesa no sistema escravista”, teve uma primeira versão apresentada no II Encontro de Historiadores Latino-Americanos e das Antilhas, em 1977, Caracas, Venezuela. O último capítulo, “América Latina e as Antilhas (século XIX): a problemática da transição ao capitalismo dependente” teve também uma primeira versão, apresentada no Congresso Internacional de Americanistas, em 1976.

Ao retomar o tema da brecha camponesa, naquele quarto capítulo, Cardoso é mais cuidadoso na exposição das ilações de TadeuszLepkowski. Este autor advogava a existência de duas modalidades de brecha: aquela ligada à economia independente

⁴¹ Idem, p. 15 e 16.

dos cativos fugidos que se organizavam em quilombos e os pequenos lotes de terra, concedidos em usufruto ao escravo das fazendas, com exceção dos domésticos.⁴²

Cardoso reconhecia ainda, apoiando-se nos estudos de Sidney Mintz,⁴³ a possibilidade da existência de um campesinato não proprietário (muitos instalados em terras devolutas), de um campesinato sem terras (como os lavradores arrendatários das fazendas de açúcar e os camponeses proprietários). De qualquer forma, ele afirmava que não iria discutir estas outras possibilidades de existência camponesa, e sim o protocampesinato escravo, termo originalmente criado por Mintz. Ao contrário de Mintz, no entanto, Cardoso não seguia a linha defendida por aquele autor que colocara em dúvida a própria existência de um modo de produção escravista.

No entanto, a nosso ver, a opção de utilizar um prefixo – proto – para se referir às possibilidades de uso da terra pelos cativos, antes de iluminar a questão, acabava por obscurecê-la, pois o prefixo é um morfema que tem como objetivo alterar o significado da palavra. Logo, a palavra protocampesinato objetiva afirmar uma pré-história camponesa. O que isso significaria? Haveria – no passado colonial – pessoas que poderiam ser ao mesmo tempo escravos e camponeses? Aqueles que fugiam do cativeiro tornar-se-iam camponeses por inteiro? Como lidar com a fluidez das definições?

O fio condutor da análise era: conceitualmente é possível ser escravo e camponês? Para responder afirmativamente a questão, Cardoso apoiava-se desta feita no estudo de Archetti, Fossum e Reinton que em suas análises sobre economia camponesa haviam desenvolvido o conceito de autonomia

⁴² LEPKOWSKI, Tadeusz. *Haiti*. Tomo I. Havana: Casa de las Américas, 1968.

⁴³ MINTZ, Sidney. The Origins of Reconstituted Peasantries. In: *Caribbean Transformation*. Chicago: Aldine, 1974, p. 146-156. Sidney Mintz é considerado um dos mais influentes antropólogos norte-americanos para os estudos sobre o campesinato. Em 2003, publicou o seu livro em português.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

estrutural: a) segurança no acesso à parcela; b) grau de relação direta com o mercado; e, c) grau de gestão sobre a parcela quanto à distribuição dos recursos disponíveis.⁴⁴ Em conclusão, Cardoso considerava que os escravos-camponeses tinham alta autonomia estrutural, levando-se em conta as dimensões definidas por aqueles autores que haviam estudado as experiências camponesas na América Latina no século XX e nenhuma referência fizeram ao passado escravista no continente. Logo, o uso do conceito de autonomia estrutural era empregado para outro contexto histórico.

É importante destacar ainda que *Agricultura, Escravidão e Capitalismo* fora publicado em 1979, pela Editora Vozes, num contexto de profunda repressão política. É difícil saber as razões pelas quais o autor decidira publicar por aquela editora, conhecida até os dias de hoje como a casa editorial mais antiga e ainda em funcionamento. De qualquer forma, não deixa de ser interessante sinalizar que a editora franciscana havia se destacado precisamente nos anos 1980 pela publicação de dezenas ou talvez centenas de livros sobre a questão agrária no Brasil.

Mas o debate sobre o modo de produção e a economia camponesa não parara ali. No ano seguinte, 1980, José Roberto do Amaral Lapa decidira publicar em livro um conjunto de textos sobre a questão do modo de produção no país, editado também pela Vozes.⁴⁵

Lapa escolhera partes de dois livros, como epígrafes de sua publicação. O primeiro, de José de Souza Martins, um

⁴⁴ ARCHETTI, Eduardo et al. Agrarian Structure and Peasant Autonomy. *Journal of Peace Research*, v. 7, n. 3, p. 185-195, 1970.

Eduardo Archetti (1944-2005) was a sociologist from Buenos Aires and Sorbonne. He became professor of Social Anthropology at the University of Oslo. Reinton was Research Director at PRIO in 1972. Egil Fossum had a student stipend in 1965, and later a researcher position at PRIO. THE Peace Research Institute Oslo. Disponível em: <<http://www.prio.no/People/Person/?oid=69172>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

⁴⁵ LARA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

trecho de um artigo que publicara na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*: “Ciência e Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roça”. O segundo, do sociólogo norte-americano Barrington Moore, num fragmento de um dos seus livros menos conhecidos no Brasil, “Reflexões sobre a Causa da Miséria Humana”.⁴⁶

O fragmento do artigo de Martins serve-nos para sintetizar o objetivo daquela obra, ao menos para seu organizador.

Abandona-se a pesquisa empírica em favor do ensaio porque supomos que inventar a realidade é fazer boa teoria... Quando me refiro à pesquisa empírica, não estou falando do empirismo vulgar de pessoas que não distinguem entre coletar dados e organizar a lista telefônica. Estou falando da pesquisa científica, isto é, da investigação teoricamente fundamentada em que o pesquisador tem o domínio tanto do método da investigação quanto do método da explicação.⁴⁷

O livro era constituído de oito capítulos, escritos pelo próprio Lapa, Jacob Gorender, Antonio Barros de Castro, Ciro Cardoso, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Peter Eisenberg⁴⁸ e Theo Santiago. Detemo-nos em três dos autores que nos interessam de perto: Sodré, Gorender e Cardoso.

Passados tantos anos, desde a sistematização de seus

⁴⁶ MOORE JR, Barrington. *Reflexões sobre as causas da miséria humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Publicado pela primeira vez em inglês em 1970.

Para muitos, B. Moore é considerado um precursor da sociologia histórica comparada com o livro: MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. A primeira edição deste livro em inglês deu-se no ano de 1967.

⁴⁷ Apud. MARTINS, José de Souza. *Ciência e Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roça*. *Encontros com a civilização Brasileira*, n.12, Rio de Janeiro, p. 246-247, 1979.

⁴⁸ Eu vou discutir a contribuição de Peter Eisenberg mais adiante.

argumentos, presentes no livro *A formação histórica do Brasil*, Sodré reafirmava sua tese de que teria ocorrido uma passagem de relações de produção escravistas para feudais, coincidente com o declínio econômico de algumas áreas. Na certeza de seu aporte teórico e de sua viabilidade, asseverava: “é só malevolência e ignorância poderiam acusar as teses levantadas naquele livro de esquemáticas”.⁴⁹

O texto de Jacob Gorender, por sua vez, retoma as discussões iniciais sobre a própria ideia de conceitos, refazendo o caminho trilhado pelo filósofo francês Althusser. Ademais, o autor retifica também a própria ideia de formação social, afirmando que o esquema de base e superestrutura era perfeitamente claro e que

a teoria geral da formação social (capitalista ou outra) poderia partir da concepção abstratamente homogênea de um único modo de produção articulado com sua superestrutura correspondente e daí passar à concepção mais complexa (e mais conforme à realidade empírica) de uma combinação de modos de produção articulada com uma superestrutura correspondente. Neste último caso, um dos modos de produção exercerá o papel *dominante* na formação social.⁵⁰

Apesar de não dialogar com nenhuma fonte, ressaltava que por ser tratar de modos de produção já extintos, era indispensável fundamentar-se em fontes documentais, pois o recurso “o mais exaustivo e fiel possível às fontes documentais representa o critério epistemológico da prática para a historiografia”.⁵¹

⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, op. cit, p. 142.

⁵⁰ GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: Idem, p. 51.

⁵¹ Idem, p. 54.

Em “As concepções acerca do ‘*Sistema Econômico Mundial*’ e do ‘*Antigo Sistema Colonial*’: a preocupação obsessiva com a ‘*extração do excedente*’” Ciro Cardoso explicitaria, desta feita, suas discordâncias em relação à tese do historiador marxista Fernando Novais.

Inicialmente, ele direciona suas críticas para o historiador Angel Palerm que havia questionado o emprego do conceito de modo de produção para o México. Palerm, assim como Novais, considerava o sistema colonial uma criação e ainda uma das principais forças propulsoras do capitalismo.⁵²

Ao contrário de Palerm, porém, Novais preocupou-se em definir o sistema colonial, “como o sistema colonial do mercantilismo, o conjunto das relações entre metrópoles e colônias na época do capitalismo comercial”.⁵³ O fim último do sistema colonial seria o de dinamizar a vida econômica das metrópoles, servindo, portanto, para a chamada acumulação primitiva de capital. Se era esta a função daquele sistema, seu mecanismo era o pacto colonial, expresso no monopólio comercial. Para tanto, seria imprescindível a utilização de um tipo de exploração do trabalho que permitisse a concentração de renda em mãos de alguns poucos, impondo o uso de mão de obra não livre. Assim,

ao funcionar em forma plena, o sistema colonial mercantilista ia criando, pela sua própria dinâmica, as condições da sua crise e superação. Funcional na era do ‘capitalimocomercial’ contribuindo decisivamente para a criação dos pré-requisitos da revolução industrial, tornar-se-ia um anacronismo a ser superado sob o capitalismo industrial de fins do século XVIII”.⁵⁴

⁵² Segundo Cardoso, Palerm reconhecia uma dívida metodológica para com os trabalhos de Gunder Frank, Samir Amim, Phippe Rey e Wallerstein. *Ibidem*, p. 116 e 117.

⁵³ *Ibidem*, p. 117.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 118.

Para o leitor mais atento, as páginas produzidas por Cardoso tinham um objetivo: defender o uso do conceito de modo de produção escravista-colonial, rompendo com a aplicabilidade do conceito de Antigo Sistema Colonial operado por Fernando Novais. Para tanto, Cardoso iniciava suas críticas, argumentando que havia uma ausência de abordagem teórica no próprio uso do termo “capitalismo comercial”. Ele insistia ainda em afirmar que aquele autor não havia aprofundado na caracterização das formas de produzir nas colônias e seu texto tinha insuficiências de dados sobre as colonizações, que não a portuguesa. Cardoso era impiedoso, argumentava também que a obra de Novais teria deficiências bibliográficas marcantes.

Mas se aquelas críticas eram – do seu ponto de vista – gerais, quais seriam as de fundo que poderiam de fato sustentar sua hipótese central? Cardoso afirmava: seria equivocado afirmar que o trabalho escravo teria sido preponderante nas Américas. O uso do termo trabalho forçado também pouco nos ajudaria, já que ele não nos forneceria condições para compreender as marcantes diferenças entre as sociedades americanas nos dias de hoje. Novais teria exagerado no peso do comércio de escravos – o tráfico – para a própria história do capitalismo. Apoiando-se em Marx que desenvolvera a tese que distinguia três mecanismos da acumulação primitiva: a pilhagem colonial e a acumulação mercantil; a política dos Estados mercantilistas; e a expropriação dos pequenos proprietários de meios de produção, camponeses e artesãos, Cardoso argumentava que aqueles três mecanismos contrariavam os postulados de Novais e de outros autores, já que eles insistiam na importância fundamental do tráfico negro no processo de industrialização da Inglaterra.

Cardoso acusara Novais ainda de ter produzido um texto marcado por um caráter teleológico, pois o “sentido da história é sempre uma construção *a posteriori*”. Para ele, “dizer que o sentido do sistema colonial mercantilista foi preparar o advento do capitalismo industrial contemporâneo

não explica a racionalidade daquele sistema para os homens que o viveram”⁵⁵ O conceito de modo de produção seria capaz de explicar tal racionalidade?

Naquele texto, ele critica, o artigo de autoria de Immanuel Wallerstein. O autor havia desenvolvido a tese do sistema mundial, desde os fins do século XV e princípios do XVI. Neste sentido, seria possível que os outros modos de produção pudessem existir, conquanto estivessem subordinados ao que era dominante: o capitalismo.

Para Ciro Cardoso havia alguns elementos comuns nas análises de Palerm, Novais e Wallerstein. Os três estariam marcados pelas concepções de Rosa Luxemburgo acerca “da necessidade da existência de setores coloniais – internos e/ou externos – para que o capitalismo possa desenvolver-se, e do caráter pré-capitalista de tais setores”. Em segundo, eles também sofreram a influência das teorias sobre o excedente, da transferência de riqueza da periferia para o centro do capitalismo; teoria essa cara a Paul Baran e Paul Sweezy, “vulgarizada por A. Gunter Frank”. Por último, a relação entre centro e periferia havia sido objeto de investigação dos cepalinos. Posteriormente, havia se desenvolvido uma “tentativa de explicação marxista com “base nas teorias de ‘intercâmbio desigual’ e da ‘superexploração’ da força de trabalho nas regiões periféricas”.⁵⁶ Ao explorar os três fios condutores das análises – diria – Cardoso procurou comprovar a fragilidade dos argumentos daqueles autores.

É difícil compreender as razões pelas quais Ciro Cardoso somou esforços em questionar ou mesmo fragilizar os argumentos anteriormente defendidos por Novais. As críticas que ele nomina de gerais são no mínimo surpreendentes. Em primeiro lugar, Novais não parece preocupado em definir o conceito de capitalismo comercial, para além do que ele acreditava ser suficiente para a explicação de seu objeto. Em

⁵⁵ Idem, p. 122.

⁵⁶ Idem, p. 137.

segundo, Ciro cobrara de Novais aquilo que não fora o seu objetivo. O livro do autor paulista não se propunha a explicar todas as formas de colonização das Américas e o título de seu livro *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* não deixa dúvidas sobre quais eram as direções de sua pesquisa. Por último, a acusação de que a obra teria graves deficiências bibliográficas também não procede, pois toda a escrita é uma escolha. Novais havia dialogado com determinados autores, assim como Ciro havia optado dialogar com outros. Se um ou outro ignorou ou desconheceu determinado autor é difícil saber, principalmente se atentarmos para o fato de que os textos haviam sido escritos numa época em que a produção de outrem não era fácil de ser obtida. A questão de fundo não poderia mesmo ser esta, e isso para ambos os lados.

O que é possível afirmar: Novais era um discípulo de Caio Prado Junior e fez uma das interpretações possíveis sobre o conceito de capitalismo comercial de Marx. Quaisquer que tenha sido a incompletude de *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, ela havia de fato iluminado muitos aspectos ainda pouco esclarecidos pela obra de Caio Prado.

De todo modo, as contradições internas do *Antigo Sistema Colonial* são fundamentais para se pensar o passado colonial, mas não sei até que ponto é pertinente afirmar que Novais negligenciou ou não teve a intenção de analisar a questão. É mais prudente afirmar que este certamente não era o seu tema de pesquisa, pois o mesmo não discute, em nenhum momento, a dinâmica interna que explicaria, por exemplo, a relação entre senhores e seus cativos; entre fazendeiros e homens livres e pobres.

Cardoso, por sua vez, acreditava que o conceito do modo de produção escravista colonial poderia ser um aporte teórico para explicar, por exemplo, a existência da brecha camponesa e não é à toa que ele retorna ao tema em 1987, com *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*.⁵⁷

⁵⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

O livro era a rigor uma retomada de suas considerações anteriores. Ele também se defende da acusação anteriormente feita de que havia ignorado os historiadores nacionais. Em resposta, Cardoso argumentara que eram os historiadores brasileiros que desprezavam as contribuições externas. Reclamava também da falta de continuidades de pesquisas no país e creditava este aspecto a uma diferença marcante da vida acadêmica latino-americana em relação à estadunidense. A seu ver, era preciso a formação de grupos de pesquisadores “à volta de um intelectual de prestígio; uma densidade maior dos estudos e dos especialistas,”⁵⁸ além de presença em congressos nacionais e internacionais.

Mas o livro não era apenas uma defesa de uma determinada visão de carreira acadêmica. Cardoso retomava algumas de suas anteriores considerações sobre a brecha camponesa, procurando reavaliar e criticar aquelas anteriores reflexões. A seu ver, aqueles textos produzidos há mais de uma década continham algumas deficiências, como as ausências de uma discussão sobre luta de classes, a de um estudo orgânico das forças produtivas; a crítica (de Brignolli) de que a proposta do conceito de modo de produção não teria conseguido integrar “o elemento de subordinação à metrópole” e a de Gorender em relação à afirmativa de Cardoso de que o escravo fazia parte do capital fixo do meio de produção.

Para além de sua autocrítica (bastante rara no meio acadêmico), o que havia de novo naquele livro publicado em 1987? A verdade é que o texto se pretendia um resumo dos argumentos de Cardoso naqueles textos dos anos 1970, somado ao seu estudo, em coautoria com Héctor Brignoli, sobre a história econômica da América Latina, publicado originalmente em espanhol, em 1979 e traduzido para o português em 1983,⁵⁹ além de resumos de novos trabalhos

⁵⁸ Idem, p. 24.

⁵⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana ; BRIGNOLI, Hector. *História econômica*

sobre o tema. Estaria agora provada a existência da brecha camponesa e a pertinência do modelo de Archetti e colegas para se compreender a dinâmica do campesinato brasileiro?

Cardoso reafirma, em 1987, alguns princípios gerais que orientaram sua interpretação sobre o modo de produção escravista-colonial. Em primeiro lugar,

uma noção infra-estrutural do conceito de modo de produção (que, portanto, não inclui as superestruturas, insistindo, por outro lado, em que não o reduzamos só às relações de produção (e menos ainda às de exploração), mas que seja visto a partir da correspondência ou articulação historicamente dada entre forças produtivas (nível, formas de organização) e relações de produção.⁶⁰

O autor lembra ainda que na obra de Marx havia várias leituras possíveis sobre o conceito de modo de produção. De todo modo, aquele conceito era eminentemente infra-estrutural, o que significa afirmar que qualquer análise de base/superestrutura pertenceria à outra noção: formação econômica da sociedade. Cardoso afirma ainda que se apoiava na perspectiva de Sereni e Maurice Godelier, este último internacionalmente conhecido por defender a aproximação da antropologia ao marxismo.⁶¹

É interessante observar que o argumento de que ele estaria baseando-se naqueles dois autores estava ancorado na certeza de que ambos defendiam que as teorias só tinham sentido quando analisadas concretamente, em situações historicamente dadas. Não á toa, Cardoso reconhece que em seus textos anteriores “a importância primordial das forças

da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

⁶⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês*, op. cit. p. 39.

⁶¹ O texto citado por Cardoso é GODELIER, Maurice. *Horizon, trajets marxistes en Anthropologie*. Paris: François Maspero, 1973.

produtivas foi mais afirmada do que de fato demonstrada e desenvolvida na própria análise”.⁶² E neste texto?

O segundo princípio teórico afirmado era de que o capitalismo seria o primeiro modo de produção que se tornou universal, dissolvendo outros modos de produção. Neste sentido, o período entre os séculos XVI e XVIII não poderia se configurar ainda como capitalista, pois se constituía como transição, onde conviveram distintos modos de produção.

Em 1987, quando escrevera este livro, os debates sobre o fenômeno da transição já haviam produzido centenas de obras. Ciro Cardoso parece conhecer aqueles debates, pois afirma que o texto de Brenner era “o que há de melhor na defesa das idéias como estas”, ou seja, na caracterização e análise do mencionado período de transição. No entanto, para o leitor mais atento, os argumentos desenvolvidos por Brenner buscavam quebrar o dogmatismo das análises marxistas e se somavam aqueles que procuravam entender o chamado período de transição.⁶³ Como se sabe, este autor teve o mérito de relativizar o modelo de desenvolvimento capitalista que não conseguia explicar as diferenças de desenvolvimentos entre as nações. Segundo E. Wood, ele deteve-se em discutir as “variáveis das relações sociais de propriedade” que – a seu ver – determinaram “efeitos divergentes de outros fatores (cuja importância ele não descartou), tais como os ciclos demográficos ou a expansão do comércio”.⁶⁴

Um terceiro princípio que se mantinha naquele livro de 1987: a pertinência dos critérios que poderiam orientar as pesquisas sobre o tema, critérios estes já escritos em 1973, quando da edição, em espanhol, de seu artigo. A proposta

⁶² Cardoso, op. cit, p. 40.

⁶³ É interessante observar que apesar de conhecer e reconhecer a originalidade do texto de Brenner, Cardoso não explora as novas marcas interpretativas propostas pelo autor. Posição contrária é a de Antonio Barros de Castro no texto presente no mesmo livro. Eu discuto isso mais adiante.

⁶⁴ WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 51.

reatualizada supunha o estudo da história das Américas, em todas as suas dimensões. Seria preciso analisar seus elementos formadores, europeias, indígenas, africanas; os fatores ligados ao processo genético e sua evolução; as variáveis geográficas, técnicas de produção, tipos de colonização, etc.

A magnitude da proposta e sua inviabilidade prática explicam aquela afirmação anterior sobre o que significava a pesquisa para Ciro Cardoso. Em 1987, ele retomava uma ideia que está intimamente ligada à noção de que a pesquisa só se realiza – repetimos – à “volta de um intelectual de prestígio”.

Mas neste livro, Cardoso precisa ainda explicitar os dados concretos que confirmariam a existência ou não da brecha camponesa. Para tanto, ele repete as anteriores reflexões sobre o tema. Ademais, ressalta que as análises sobre o camponeses oscilavam entre duas posições: as que os definiam a partir de sua independência (autonomia estrutural, segundo o termo cunhado pelos holandeses) ou as que os definiam a partir da relação com outros grupos.

Como resposta, Cardoso apoia-se mais uma vez nos estudos dos holandeses e exemplifica sua posição, a partir de uma bibliografia secundária que havia analisado, tanto para os Estados Unidos como para o Caribe (britânico, francês e espanhol), de experiências de uso da terra por cativos que confirmariam sua hipótese central.

As evidências demonstradas pelo uso da bibliografia secundária internacional confirmavam a hipótese de autonomia estrutural do proto-campesinato nas Américas? Aliás, os autores partiam das mesmas reflexões, usando, portanto, os critérios definidos por Archetti, Fossum&Reiton? Algumas evidências apontadas pelos historiadores citados por Cardoso como exemplos da brecha camponesa de fato indicavam alguma permanência do campesinato negro nas terras concedidas pelos seus senhores. Mas o estudo proposto pelos autores holandeses tinha como objetivo sair da armadilha de identificar o acesso à terra pelos camponeses, ora como uma prova cabal

da sua independência em relação aos latifundiários, ora como expressão de uma dependência absoluta daqueles. Por isso, a construção da noção de autonomia estrutural. Para eles, era importante analisar a questão a partir de três dimensões: a) “security of tenancy”; b) “degree of direct relation to the vertical market”; c) “degree of peasant management over hislot”. O modelo proposto foi usado na análise de quatro casos concretos: Koleros, México, em 1910; Convención, Peru até os anos de 1963, Pernambuco, Brasil no início dos anos 1960 e Sierra Maestra, Cuba, até fins dos anos 1950.⁶⁵

Archetti, Fossum e Reiton estavam em busca de um modelo que pudesse ser aplicado em várias situações vividas pelos camponeses no século XX. A segurança da “posse” não estava ligada à ideia de propriedade *tu court*, uma vez não significar necessariamente ser proprietário do lote. Em alguns casos, o sistema de meação pode representar maior segurança aos camponeses, do que a propriedade da terra propriamente dita. A segunda dimensão é particularmente importante para entendermos que tipo de mercado eles estavam discutindo. O que chamam de mercado vertical não é a troca que se estabelece em escala local ou regional, entre iguais. Para eles, neste caso, o camponês é necessariamente o elo mais fraco, pois é introduzido no mercado pela demanda de alimentos em escala nacional e internacional. Neste sentido, é importante verificar o grau de autonomia que o mesmo possui na negociação mais ampla com o mercado. Por último, o grau de controle sobre sua parcela de terra está relacionado à capacidade de o camponês distribuir seus próprios recursos, na seleção de espécie de cultivo e de sementes e obviamente a relação entre a produção para a subsistência e o principal cultivo.⁶⁶

Para Cardoso, as situações elencadas pela bibliografia secundária com a qual ele se firmou serviriam para revelar

⁶⁵ ARCHETTI, et al. op. cit.

⁶⁶ Idem.

duas modalidades da brecha camponesa: ela podia ter “uma função meramente complementar à distribuição de rações aos escravos (...). Nestes casos, as parcelas “limitavam-se a quintais próximos às suas cabanas, e o tempo livre de que dispunham era menor”. Ou elas podiam ser uma “alternativa à distribuição de rações (...) Eles então receberiam “lotes situados fora do núcleo central da *plantation*.”⁶⁷ Cardoso assevera, com razão, que ambos os casos coexistiram e que também em ambos há uma vinculação com o mercado. No entanto, se nos apoiarmos precisamente nos argumentos de Archetti e colegas, havia inserções particulares em relação a cada tipo de mercado. Logo, como avaliar a autonomia estrutural do protocampesinato nas Américas? Era possível concretamente utilizar o modelo proposto pelos holandeses para o estudo do campesinato antes da Independência das Américas e da Abolição da escravidão? A reflexão dos holandeses estava focada nas experiências camponesas numa sociedade capitalista em escala internacional. Seria possível operar com o conceito de mercado definido pelos autores numa economia colonial ou – no âmbito de um modo de produção escravista colonial?

No último capítulo, Cardoso se propõe a refletir sobre a brecha camponesa no Brasil “à luz de fontes primárias e estudos recentes”. Em primeiro lugar, ele argumentava que os conhecimentos sobre o tema eram ainda muito pontuais no país. Por isso, ele preferia “passar em revista uma amostra significativa da documentação disponível e/ou dos comentários dos pesquisadores sobre a mesma”.⁶⁸

Apoiando-se em algumas referências de Gorender, em relatos de jesuítas e viajantes e principalmente no livro de Stuart Schwartz, aquela época somente disponível em inglês, Cardoso reitera sua hipótese do caráter estrutural do protocampesinato negro. Ainda com base no artigo de

⁶⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Escravo ou camponês? Op. cit. p. 88.

⁶⁸ Idem, p. 91.

Schwartz sobre a revolta escrava ocorrida na Bahia em 1790, Cardoso reafirma também o que consideraria a prova cabal “um alto grau de estabilidade do direito de posse”, algo semelhante ao que ele antes registrara sobre o Sul dos Estados Unidos e Caribe. Cardoso reconhece assim um “costume recorrente”, ainda que não tenha discutido o que isso viria a significar em sua relação com a noção de autonomia estrutural.

O mais interessante, porém, é que passados tantos anos da publicação deste livro, é sintomático perceber o otimismo manifesto de Ciro Cardoso na produção de uma nova geração de historiadores preocupados com o tema da brecha camponesa. Em uma de suas primeiras notas, ele agradece a Francisco Carlos Teixeira da Silva pela informação de que seria possível afirmar que o

empenho metropolitano em forçar os fazendeiros do Brasil a manterem roças de mantimentos excedesse, no fundo, a questão da alimentação dos escravos, e pelo menos no início, se destinasse a garantir o abastecimento das frotas que vinham à costa brasileira antes de se dirigir à Índia.⁶⁹

Na mesma nota, ele afirmara que Da Silva estava preparando uma tese de doutorado sobre o tema. No entanto, em nenhum momento ele discute aquela afirmação, extremamente emblemática para se rediscutir – em 1987 – a relação entre colônia e metrópole nos marcos do Antigo Sistema Colonial ou via noção do modo de produção escravista-colonial.

Cardoso também destaca a dissertação de mestrado de Euripedes Fontes que havia estudado a escravidão em Goiás em fins do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX, provando – segundo o autor – a autonomia da produção

⁶⁹ Ibidem, p. 93.

camponesa ou protocampesina.⁷⁰ Através da lista produzida pela cobrança dos dízimos de 1795, Fontes asseverava que fora possível verificar que dos 347 assentamentos daquele ano, 32 mencionaram pagamentos relativos às roças de escravos.

Um olhar mais atento, no entanto, não confirma a hipótese da autonomia estrutural, tal como defendera o modelo de Archetti. A mencionada cobrança de dízimos permite apenas flagrar que havia uma prática de pagamentos de produtos produzidos pelos escravos em suas roças, mas a durabilidade ou – como dissera Archetti – a segurança no acesso à parcela de terra – não está comprovada pela análise deste tipo de fonte e acho que nem era essa a intenção do autor!

Cardoso, apoiando-se ainda naquela dissertação, cita o viajante Saint Hilaire que ao passar pela região de Goiás registrara em uma fazenda que os domingos pertenciam aos escravos para cultivarem um pedaço de terra. Ainda segundo o viajante, o próprio fazendeiro “instalara em sua própria casa uma venda, onde os negros podiam comprar as coisas que são geralmente do agrado dos africanos. Nas suas transações, o algodão fazia o papel do dinheiro”.⁷¹

Para o autor de *Escravo ou Camponês*, a citação seria a prova cabal da hipótese que norteava seu estudo: “Vê-se aí clara vinculação da brecha camponesa a atividades mercantis: o próprio fazendeiro disto se aproveitou, como o texto esclarece”.⁷²

Mas a citação poderia ser lida na contraluz. Os escravos podiam cultivar parcelas de terras, mas estariam profundamente dependentes dos desejos de seu senhor.

⁷⁰ FUNES, Euripedes. *Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária*. 1983. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

⁷¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás* apud CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, p. 103.

⁷² Cardoso, op.cit.p. 103. Logo adiante, ele cita o naturalista Charles Darwin que em sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1832 também visitara uma fazenda onde os escravos trabalhavam nos sábados e domingos para si próprios.

O grau de vinculação ao mercado (se seguíssemos o modelo de Archetti) não existe diretamente, o que se tem é uma forma de negociação direta entre produção dos cativos e vendas dos produtos no estabelecimento. Uma dinâmica de negociação entre desiguais (camponeses e fazendeiro), que mais tarde será conhecida com o nome de “barracão”, no Nordeste. Ainda pelo modelo, o grau de autonomia é muito baixo, se não inexistente.

A meu ver, a confusão na própria noção de mercado discutida por Archetti obscurece a análise. Cardoso tem razão ao mencionar que as posturas municipais de várias regiões faziam claras referências às operações mercantis de cativos. No entanto, a relação com mercado local não acompanha o fio condutor da análise dos holandeses.

Se Cardoso desejava unir o conceito de brecha camponesa ao de autonomia estrutural proposto por Archetti, isso não fora feito por nenhum dos seus interlocutores. Uma prova decisiva da chamada brecha camponesa era, sem dúvida, o conjunto de argumentos apresentados por Eduardo Silva, em *Barões e Escravidão*, onde o autor analisa o opúsculo produzido pelo fazendeiro Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.⁷³ Há que se considerar, porém, que o texto produzido pelo fazendeiro e analisado por Eduardo Silva, bem com os documentos escrito pelos fazendeiros de Vassouras, em 1854, ambos citados por Cardoso, asseguram existência do que se convencionou chamar de brecha camponesa, mas decisivamente não permite que se fale em autonomia estrutural. E isso por uma série de razões.

Em primeiro lugar, porque a noção de autonomia estrutural não era para os holandeses, “a question of intellectual preference, they are a simple prerequisite to account for the evidence”.⁷⁴ Neste sentido, o conceito de autonomia estrutural

⁷³ SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁷⁴ Archetti, op. cit, p. 4.

era uma proposta de análise de experiências concretas dos movimentos camponeses latinoamericanos; não era apenas uma abstração teórica. Para eles, a questão da autonomia estava obviamente relacionada ao proprietário. O foco central, portanto, era a relação ou, melhor, o grau de dependência dos camponeses para com os fazendeiros.

Os holandeses haviam estudado a enorme bibliografia sobre o campesinato nas Américas para focalizar as dimensões sugeridas na análise de autonomia. Por conta disso, a segurança no acesso à parcela de terra não se resumia à posse de um pedaço de terra, mas – fundamentalmente – em que medida o camponês poderia prever a estabilidade de seu direito ao uso do lote. As evidências apontadas pelos textos e fontes citados por Cardoso não poderiam responder esta questão, pela simples razão de que eles flagravam uma evidência, mas não se propunham a estudar sua dinâmica no tempo. Ou seja, discutir segurança no acesso à parcela de terras significa acompanhar a transmissão do patrimônio. Em outras palavras: como aquela parcela poderia ser repassada como herança para os descendentes daqueles cativos.

Em segundo lugar, a mencionada discussão sobre o mercado vertical. Archetti e colegas estavam seguros de que a relação com o mercado é uma questão primordial para se verificar o grau de autonomia dos camponeses. Os argumentos apresentados por Cardoso não permitiam apostar em nenhum grau de autonomia dos cativos, ao contrário. As indicações apontavam para uma significativa dependência em relação ao fazendeiro, ao menos é o que se poderia concluir lendo com mais vagar o texto produzido por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

É possível sugerir que Cardoso estivesse ciente dos limites de seu argumento, pois logo em seguida apoia-se em dois outros estudos que se utilizaram de fontes cartoriais passíveis de serem analisadas para acompanhar a transmissão do patrimônio e a segurança no acesso à parcela de terra.

O primeiro, sem dúvida, um dos iniciais trabalhos de João Fragoso que na análise da documentação cartorial em uma das fazendas do já mencionado Werneck encontrara “a indicação de limites com a roça dos escravos é feita como se esta fosse da propriedade dos cativos”.⁷⁵ O outro estudo era a dissertação de mestrado de Maria Regina Mattos sobre a região de Sertão de Seridó, na segunda metade do século XIX.⁷⁶ Ela havia identificado que inúmeras pessoas na região tinham dívidas para com os cativos, por conta da aquisição de gêneros alimentícios e gado. A autora asseverava ainda que os escravos tinham quantidades consideráveis de cabeças de gado, o que para Cardoso representava uma “forma peculiar de brecha camponesa”.⁷⁷

A obra *Escravo ou camponês* tinha ainda um importante objetivo: responder às críticas de Gorender sobre o papel da brecha camponesa no contexto mais geral do modo de produção escravista-colonial. Tal aspecto não era uma questão menor, era decisiva, pois reconhecer a dinâmica de autonomia dos cativos era uma porta de entrada muito importante – para não dizer fundamental – para a crítica mais geral que perseguira o uso do conceito de modo de produção, a excessiva ênfase nos condicionantes internos, o reverso da crítica que Cardoso fizera ao Fernando Novais.

A especificidade da análise de Gorender, ou melhor, sua opção por uma história que se produzia a partir de leis fundamentais para a existência do modo de produção, não podia se adequar a uma lógica que incorporasse o lugar do protocampesinato, ou se quisermos, do camponês propriamente dito. Para Cardoso, Gorender havia realizado

⁷⁵ Apud Cardoso, op. cit, p. 106.

⁷⁶ MATTOS, Maria Regina. *Vila do Príncipe - 1850-1990: Sertão do Seridó. Um estudo de caso da pobreza. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.*

⁷⁷ Cardoso, op. cit. Ele também se apoia em outro estudo, o de GALILIZA, Diana Soares. *O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888.* Joao Pessoa: Editora Universitária, 1979.

ao menos quatro conclusões equivocadas a respeito do tema. A primeira era considerar que o uso dos lotes pelos escravos representava tão somente um “dos componentes da economia natural” no interior da *plantation*.⁷⁸ De fato, o próprio termo economia natural já era questionado há muito tempo, já que todos os grupos humanos participam de alguma maneira do mercado. Logo, a questão é precisamente discutir o seu perfil.⁷⁹ O segundo era o argumento sem provas de que a experiência de concessão de lotes aos cativos teria sido mais comum em regiões de produção algodoeira e cafeeira, sendo muito mais raras nas regiões canavieiras, em razão das exigências maiores de trabalhos dos cativos. Em terceiro lugar, Gorender insistira que a brecha camponesa era um evento sem grande importância, acessório e determinado pelos interesses dos fazendeiros. Por conseguinte e em último lugar, ela era antes de qualquer coisa uma vantagem para os senhores, antes de ser para os escravos.

Cardoso tem razão ao afirmar que a percepção de Gorender é unilateral e de que a prática de concessão de lotes aos cativos havia se tornado um costume. Os documentos por ele apresentados e os trabalhos por ele resumidos vão exatamente nesta direção. Mais o que propriamente o costume poderia nos indicar acerca da autonomia estrutural dos protocamponeses?

As críticas feitas por Cardoso revelam clareza em relação à interpretação mais ortodoxa de Gorender e uma dificuldade deste último de analisar a experiência dos cativos enquanto sujeitos históricos, algo que persegue o esforço teórico de Cardoso. A certeza de que este tema tornava-se fulcral para se compreender a sociedade colonial se somava à percepção

⁷⁸ Idem, p. 107.

⁷⁹ É interessante observar como a pioneira discussão sobre o mercado de Polanyi não é incorporada por nenhum autor, a despeito do livro ter sido escrito em 1949. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

de que a brecha camponesa tornar-se-ia um tema de crescente interesse por parte dos historiadores. Assim, mais uma vez, ao basear-se nos estudos feitos por Stuart Schwartz e em seu artigo publicado em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Cardoso rebate as críticas de Antonio Barros de Castro que havia escrito um texto sobre o tema no livro organizado por Lapa.⁸⁰ Castro apoiava-se em Brenner para defender que as experiências que se combinam para explicar a transição do feudalismo para o capitalismo haviam sido “determinadas ou profundamente marcadas pelos conflitos entre camponeses e senhores”.⁸¹ Apoiando-se nas leituras de Marx, mas também nos argumentos desenvolvidos por Caio Prado Junior e principalmente Novais, Castro advogaria que a escravidão nas Américas teria traços comuns ao capitalismo. Ao reorientar o debate em torno da similitude, e não da diferença, ele afirmaria por fim que a superação da escravidão só poderia ser compreendida pela análise da luta de classes.

Em suas palavras:

[...] as mudanças trazidas por um surto de produção escravista como o ocorrido na transição do século XVIII para o XIX dependerão – não apenas para a condição do escravo, como para a sociedade em geral – da intensidade, direção e êxito da resistência, e/ou luta aberta dos escravos, bem como das respostas encontradas pelos proprietários e homens livres em geral, para assimilar, acomodar e abafar a presença hostil e o potencial de rebeldia da população escrava.⁸²

Para Cardoso, a despeito de a ideia ser atraente, a mesma não era comprovada pela documentação. Em outras palavras,

⁸⁰ Antônio Barros de Castro. *A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão*. In LAPA, José Roberto do Amaral, op. cit, p. 67-108.

⁸¹ Idem, p. 81.

⁸² Ibidem, p. 105.

ele poderia considerar que a experiência da brecha teria sido um exemplo da luta de classes, mas não havia nenhuma documentação confirmando aquela hipótese. Contudo, se para um marxista aquela experiência não poderia ser considerada uma dinâmica de luta, o que representaria?

Sem avançar na discussão central proposta por Castro, Cardoso apresenta os argumentos de Yedda e Silva acerca da raridade de pesquisas voltadas para as diversas formas de agricultura e o mercado interno no Brasil.⁸³ Para o autor, se era verdade que os historiadores brasileiros raramente se interessavam pelo tema, havia, ao contrário, os brasilianistas que “há muito se ocupam do campesinato colonial”.⁸⁴

Por fim, Cardoso precisa retomar a crítica produzida em seu próprio campo teórico: o modo de produção, dialogando com Jacob Gorender a respeito do caráter da brecha camponesa, no âmbito do mencionado modo de produção. Gorender havia escrito, em 1983, um artigo intitulado: “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, onde expusera suas críticas em relação à brecha.⁸⁵ O ponto central da discórdia entre ambos os autores marxistas era precisamente o conceito de brecha. Se para Gorender inexistia um setor camponês diverso do da *plantation*, sequer era possível ressaltar a importância da economia própria dos escravos no cultivo de seus lotes.

Ciro Cardoso tem razão ao afirmar que as fontes utilizadas por Gorender de fato inviabilizavam um estudo sobre a estrutura agrária da região e dos cativos em particular. Ele estava correto também em apostar nas possibilidades de

⁸³ Já fizemos referência a isso, pois tal aspecto é, sem dúvida, um dos objetivos centrais do livro dos autores: a defesa de uma história social da agricultura.

⁸⁴ O leitor mais atento, porém, teria dificuldades de conhecer a produção dos brasilianistas, pois Giro Cardoso apenas cita novamente Stuart Schwartz. Retorno mais adiante à produção dos brasilianistas.

⁸⁵ GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 1983, p. 7-39. Infelizmente, eu não localizei o artigo. Tenho que me apoiar-me no que nos informa Giro Cardoso.

análise das fontes cartoriais, assim como estava certo em negar o caráter atípico da rebelião do Engenho de Santana estudado por Schwartz e questionado por Gorender.

Havia assim um método possível de análise da brecha camponesa, que implicava o uso de fontes como inventários *post mortem* e em outros documentos de origem cartorial. Em várias passagens de seu texto, ele parece convicto de que a discussão sobre brecha camponesa “por nós iniciada no Brasil”⁸⁶ iria se desdobrar em várias pesquisas sobre o tema, alimentando uma discussão sobre a experiência escrava e sobre o protocampesinato nas Américas.

Logo, é preciso se perguntar se a repercussão dos livros ligados àquela temática tornar-se-ia a prova decisiva para a consolidação dos estudos voltados para a questão agrária, como partes importantes dos estudos históricos no país, a partir dos anos 1980. Se positivo, o aporte teórico defendido por Ciro Cardoso tornou-se o norte para a valorização do tema – tal como desejava Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva? É o que veremos a seguir.

⁸⁶ Cardoso, op. cit, p. 125.

CAPÍTULO 3

Linhares e Cardoso: as recepções de suas obras

Não é possível realizar aqui o mesmo procedimento em relação às recepções das obras explanadas na primeira parte desta tese. Os livros de Maria Yedda Leite Linhares e os de Ciro Cardoso não tiveram outras edições e “desapareceram” do mercado editorial brasileiro. Isso talvez nos permita concluir que, a despeito do esforço dos autores em consolidar uma linha em história agrária no Brasil, suas obras jamais conseguiram uma projeção nacional, capaz de aliar a linha com suas obras fundadoras. Mas é preciso ter cuidado com o tom taxativo desta informação.

Em primeiro lugar, o contexto em que se inserem os livros também é diverso do das obras dos anos 1960. Nos anos 1980, inaugura-se todo um processo de consolidação de programas de pós-graduação em história do país e assiste-se a um crescente regionalismo nas pesquisas sobre o passado. O caráter ensaístico dos clássicos dá lugar aos estudos mais alentados com o emprego sistemático de fontes primárias. Já não é mais possível falar de uma história do Brasil, no sentido em que este termo tinha nos projetos editoriais dos autores que escreveram no limiar dos anos 1960. Tampouco é possível falar de um rural no singular, pois as experiências históricas num país de dimensões continentais tornaram-se cada vez mais evidentes e marcadamente diversas. Talvez também não fosse mais possível defender a ideia de que uma teoria seria a fonte da verdade, único caminho para se deslindar a história do rural no país e o passado marcado por um modo de produção específico e subordinado.

Além disso, é possível que a opção de Ciro Cardoso em abandonar a linha de pesquisa, dedicando-se a partir do início dos anos 1990 à história antiga, particularmente o Egito, tenha se tornado um elemento a mais para se explicar o crescente esquecimento de *Agricultura, Escravidão e Capitalismo* e aos outros seus livros dedicados ao rural.

O mesmo pode ser afirmado em relação a Francisco Carlos Teixeira da Silva, coautor de *História da Agricultura Brasileira*, que também nos anos 1990 passa crescentemente a se dedicar aos estudos da chamada História do Tempo Presente, integrando-se ao Departamento de História da UFRJ e renunciando a linha que o havia consagrado como um dos mais importantes historiadores sobre o rural.

Não se pode negar ainda o impacto da aposentadoria da Maria Yedda Leite Linhares no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Sua saída, em 1989, representaria o culminar de uma trajetória de consolidação de uma linha de pesquisa voltada para estudos rurais. Em 1999, Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva lançaram pela Editora Campos, *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*¹ que se constitui um livro de síntese sobre o tema e um renovado apelo à pesquisas sobre o universo rural brasileiro.

Mas se não é possível perseguir o impacto dos livros de Linhares e Cardoso a partir das edições, é possível identificar a repercussão que o tema da questão agrária teve no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e, a partir daí, discutir se as propostas daqueles autores tiveram ressonância no programa em que estavam inseridos e o eventual impacto de suas considerações no conjunto da produção do país nos anos 1980. É o que veremos a seguir

¹ LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

A HISTÓRIA AGRÁRIA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFF E O PAPEL DOS BRASILIANISTAS

Criado em 1971, o Mestrado em História da UFF foi um dos primeiros implantados no país e já nos anos 1970 sofreu a influência dos brasilianistas, em particular Richard Graham e Stanley Hilton que auxiliaram na formação de duas linhas de pesquisas: História da América e História do Brasil. Segundo Maria Amélia Corrêa, a produção por linha de pesquisa entre os anos de 1975 a 1979 registra um equilíbrio numérico, com 24 dissertações de mestrado defendidas no período.²

Em fins dos anos 1970, uma reformulação do programa introduziu três linhas de pesquisa: História Agrária ou História Social da Agricultura, sob a responsabilidade de Maria Yedda Leite Linhares e Robert Slenes; História da Industrialização e da Urbanização, sob a coordenação de Eulália Lobo, Ismenia Martins e, Maria Bárbara Levy e História das Idéias, sob a responsabilidade de Francisco Falcon.

O nome do historiador norte-americano Robert Slenes raramente é lembrado como copartícipe da constituição da linha de pesquisa em história agrária na UFF, quando era professor visitante do programa de pós-graduação. Sua transferência para a Universidade Estadual de Campinas, em 1983, o consagrou como um dos mais importantes historiadores da história da escravidão, consolidando este tema de pesquisa na UNICAMP, com a parceria de um de seus primeiros orientandos: Sidney Chalhoub. Mas nos anos 1980, a escravidão era um tema intrinsecamente ligado à história agrária, como se pode perceber pela relação de dissertações ligadas à linha. Mais

² CORRÊA, Maria Amélia. *De que lugares fala essa história? As matrizes teóricas-metodológicas na produção discente do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em História da UFF (1989-1996)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.p. 37. Nos três próximo parágrafos, sigo de perto os argumentos de Corrêa.

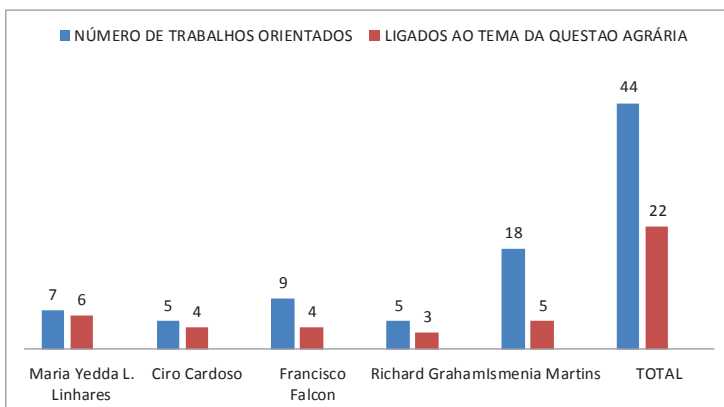
adiante discutiremos com mais vagar este ponto.

Correia destaca ainda de que não há consenso entre os primeiros historiadores do programa acerca da influência do financiamento da FINEP na consolidação do PPGH. De qualquer forma, segundo Vania Fróes, havia clara correspondência entre as linhas de pesquisa e os subprojetos financiados por aquele órgão de fomento.

Na pesquisa realizada por Corrêa, têm-se a produção por linha, entre 1980 e 1987: foram 13 dissertações em História Agrária, 21 em História da Industrialização e 34 em História Social das Idéias. Apesar de ter um número significativo menor do que dos de outras linhas, a influência dos livros de Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Cardoso não pode ser desprezada, pois eles haviam sido publicados respectivamente em 1981 e 1979. Em outras palavras: é possível afixar que 13 dissertações sofreram influência direta daquelas obras.

Um olhar mais atento à produção do período, no intervalo entre 1974 (defesa da primeira dissertação) até a introdução do doutorado, a partir de 1985 e a implantação dos setores temáticos (História Moderna e Contemporânea e História Antiga e Medieval) após 1988, revela, no entanto, que a questão agrária era um tema importante nas orientações de vários professores, alguns deles raramente lembrados como orientadores desta linha de pesquisa.

Pela lista de dissertações defendidas entre 1974 e 1987 destacam-se os seguintes professores:

Gráfico 1. Dissertações defendidas entre 1974 a 1987.

Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados colhidos no *site* do programa de teses e dissertações da UFF. O recorte cronológico refere-se à criação do Programa até a implantação dos setores temáticos (História Moderna e Contemporânea e História Antiga e Medieval), a partir de 1988. Ver Anexo I

É sintomático perceber que as cinco dissertações orientadas por Ismenia Martins foram defendidas entre 1974 e 1977 e têm como temáticas as discussões que norteariam a criação das áreas de concentração pela reforma de 1982. Também não deixa de ser interessante atentar para o fato de que Francisco Falcon foi o orientador de Francisco Carlos Teixeira da Silva, ambos os nomes intimamente ligados à trajetória de Maria Yedda Leite Linhares, orientadora do doutorado de Silva e coautora de vários trabalhos. Em suma, apesar da inscrição na linha em história agrária corresponder a um número menor de dissertações, pelos dados colhidos, Maria Amélia Correa para o período de 1980/1987, os temas apresentados pelos discentes eram sem dúvida ligados àquela discussão mais geral.

Quando da publicação do livro *História da Agricultura Brasileira*, publicado em 1981, o prefácio redigido por Francisco Iglésias afirmara:

É incrível como um país cuja base foi até ontem quase só a agricultura não tenha aprofundado conhecimento desse aspecto, infra-estrutura de tudo mais. Sem o seu domínio todo o processo peca pela falta do fundamental. O que é a historiografia referente à agricultura, no entanto? Relativamente pequena, é reduzida a poucos títulos, cuidando do conjunto ou de algum produto, certa técnica, mão-de-obra e outros temas. Tudo de maneira incompleta, às vezes nada além de sugestões. E assuntos básicos são ignorados, como o caso da terra, à espera de pesquisas.³

As palavras de Iglésias revelavam o que era um fato inquestionável: a ainda pouca presença de trabalhos históricos sobre o rural, no conjunto dos programas de pós-graduação no país. Ou melhor, os trabalhos sobre o rural estavam concentrados na USP e/ou em São Paulo, onde uma determinada visão sobre o rural havia se consolidado, desde a consagração da obra de Caio Prado Junior. O inquestionável protagonismo da USP é tão avassalador que não é exagero falar-se de uma Escola Uspiana de História. Neste sentido, a proposta de se estudar o rural de Maria Yedda Linhares também se confunde com o esforço da UFF em criar um programa de pós-graduação, diverso do paulista. Isso talvez nos ajude a explicar a repercussão das obras de Caio Prado Junior no país e o enorme silêncio produzido acerca da obra de Alberto Passos Guimarães.

Entre os anos de 1980 e 1989, das 167 teses produzidas no Brasil, apenas sete não foram defendidas na USP e destas sete, apenas duas foram defendidas fora do estado de São Paulo: “Algumas características das migrações internas no Paraná – 1900/1984”, defendida na Universidade Federal do Paraná” e “A Coluna Prestes”, defendida precisamente na UFF, em 1989.

³ IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio In: Linhares, op. cit, p. 8.

Divisão por instituições da produção de teses

	Total
USP	160
UNESP	4
UNICAMP	1
UFPR	1
UFF	1

Fonte: Elaborado a partir dos dados colhidos por Fico; Polito 1994.

De todo modo, apoiados naquelas duas obras (*História da Agricultura e Agricultura, Escravidão e Capitalismo*) jovens historiadores atenderam à provocação de Yedda Linhares e Teixeira da Silva, produzindo várias pesquisas, contemplando diversas regiões do país. Ao longo daquela década e da seguinte, diversas dissertações e teses de doutorado nasceram na esteira daquela abordagem. Ainda em 1981, Teixeira da Silva defendeu a dissertação: “Camponeses e criadores na formação social da miséria”. Orientado por Yedda Linhares, o trabalho é o primeiro estudo – baseado em fontes primárias – sobre a constituição da pobreza do Porto da Folha, no Sertão de São Francisco, entre os anos de 1820 e 1920. A escolha da região adquiria um sentido naqueles anos, um pequeno município do semi-árido, marcado por uma história de pobreza e exclusão social.

Pouco tempo depois foi a vez da apresentação da dissertação de mestrado de Hebe Mattos “À margem da história: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo”, publicada em livro com o título: *Ao sul da história*.⁴ O livro, resultado de uma intensa pesquisa em cartórios locais sobre a economia de lavradores pobres no pequeno município de Capivary, Rio de Janeiro, tornou-se o

⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

primeiro de uma série de estudos voltados para análise do funcionamento e reprodução da lavoura comercial e escravista para o mercado interno. Em ambos os trabalhos – de Silva e o de Mattos – o foco central era escapar da visão dualista que tendia a minimizar a importância de lavradores pobres, livres ou libertos. Para além daquela sociedade dual, os autores e tantos outros procuravam redefinir o papel do homem livre e pobre no Brasil, relativizando o caráter monocultor do país, salientando a importância do mercado interno, discutindo as estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores e a utilização de cativos.⁵

Não há como negar o impacto da dissertação de mestrado de João Fragoso, que a despeito de ter sido defendida na UFRJ era considerada um desdobramento daquela linha de pesquisa. O texto “Sistemas Agrários em Paraíba do Sul 1850-1920” inauguraria uma trajetória de discussão sobre o caráter endógeno da acumulação e sua relação com os sistemas agrários. Influenciado por W. Kula e Esther Boserup, Fragoso talvez tenha sido o pesquisador que mais se aproximou do aporte teórico de Ciro Cardoso.⁶

Além disso, e ao menos na UFF, o impacto do livro de Alcir Lenharo, *As Tropas da Moderação*, foi decisivo. Caminhando numa linha historiográfica paralela, tributária das contribuições de Maria Odila Dias, a obra foi – sem

⁵ Como exemplos, destaco ainda: GRANER, Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama: (1850-1920)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e Trabalho em Campos do Goitacazes*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986;

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas bandas d'além: Fronteira Fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura (1808-1888)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989

⁶ É difícil discutir a relação entre a obra de João Fragoso e a de Ciro Cardoso, em sua relação com os estudos protagonizados por Novais. De qualquer forma, a visibilidade desse embate, particularmente entre Fragoso e a chamada escola paulista, é datada em período posterior aos recortes cronológicos desta pesquisa.

dúvida – um argumento de autoridade indiscutível para a consolidação da importância do tema do abastecimento no mercado brasileiro do século XIX, aspecto reiteradamente destacado nas explicações de Yedda Linhares.⁷

Mais interessante ainda é que o livro de Alcir Lenharo tornou-se também um norte das pesquisas sobre o rural na UFF daqueles anos, contrariando o afastamento do autor em relação ao rural e sua aproximação aos temas relativos à história da cultura dos primeiros anos da república, como o seu marcante trabalho *A sacralização da política*, publicado em 1986.⁸

É preciso considerar ainda que nos anos 1970 e 1980 os estudiosos do rural eram beneficiados pela tradução de alguns livros de historiadores americanos sobre o passado rural do Brasil, com a tradução para o português de teses de doutorado defendidas nos Estados Unidos; algumas escritas no início ou meados dos anos 1970. A importância dos chamados brasilianistas é, sem dúvida, indiscutível na consagração dos estudos sobre o tema.

Dois autores, mais voltados para o estudo do rural no século XIX, deram contribuição decisiva para as reflexões sobre o tema: Warren Dean e Peter Eisenberg. O primeiro se destacaria pelo estudo inaugural sobre a Lei de Terras, de 1850, no artigo: “Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil” de 1971,⁹ mas seria mais conhecido no Brasil a partir do livro *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*,¹⁰ onde analisou a expansão da cafeicultura na referida região, sem esquecer os infelizes resultados da expropriação da terra. Ressaltou ainda – com base nos Registros Paroquiais

⁷ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁸ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

⁹ DEAN, Warren. Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, v. 51, n. 4, nov. 1971, p. 606-625.

¹⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

– a especulação com a terra na região. Ciente das formas de apropriação no país, concluiu:

O sistema das grandes lavouras em Rio Claro teve origem com a usurpação da terra e a eliminação ou marginalização dos lavradores existentes, por um grupo de pessoas que tinham acumulado capital nos negócios de exportação agrícola à época da colônia.¹¹

Alguns anos mais tarde, este mesmo autor seria o responsável pela consolidação da chamada história ambiental no Brasil, com a publicação do livro: *A Ferro e Fogo*, sobre a história da devastação da mata atlântica no país.¹²

Peter Eisenberg, por sua vez, se tornou nacionalmente conhecido após a publicação de um livro fundamental para a compreensão da transição do trabalho escravo para o livre: *Modernização sem mudança*.¹³ Ao investigar a atuação dos fazendeiros canavieiros de Pernambuco, o autor demonstrou como a substituição de trabalhadores, de cativos para homens livres, não implicou em transformações sociais de peso, redefinindo-se o poder dos terratenentes da região. Sua preocupação com os homens pobres também se expressaria anos mais tarde com a publicação do livro, *Homens esquecidos*.¹⁴ Nesta obra, o autor clamaria por novas pesquisas sobre os homens pobres e sobre o trabalhador livre nacional, particularmente em São Paulo. Acreditava o autor ser “possível que mesmo na área de café a transição se iniciava gradativamente durante o século XIX e que o elemento-chave para compreender esse processo é o trabalhador livre nacional”.¹⁵

11 Idem. p. 183.

12 DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

13 EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

14 EISEMBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

15 Idem, p.

Destaca-se a obra já mencionada de Stuart Schwartz, *Sugar Plantation in the Formation of Brazilian Society, Bahia, 1530-1835*, publicada em 1985, traduzida e publicada em português três anos depois.¹⁶ No livro, Schwartz sinalizara que “a terra era o núcleo da existência do lavrador de cana e determinante de sua relação com o engenho e de sua posição social”.¹⁷ Reconheceu ainda que os tipos de posse da terra encontrados no Brasil tinham raízes em tradições agrárias de Portugal. Por conseguinte, procurou demonstrar toda uma dinâmica de arrendamento de terras dos engenhos. Ainda que tenha centrado seus estudos numa análise de longa duração, destacando – com mais vagar – a relação entre senhores e escravos, a obra do autor se somaria aos estudos sobre o rural.¹⁸

Não há como negar ainda o impacto da obra de Eugene Genovese para os estudos mais voltados à economia dos cativos. Traduzido e publicado parcialmente em 1988, pela Editora Paz e Terra, o livro *Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram* não era um estudo sobre o Brasil, mas sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos, e sem sombra de dúvida influenciou as obras dos autores que se tornariam conhecidos especialistas em história da escravidão, como Silvia Lara, Sidney Chaloub e Hebe Mattos.¹⁹ Talvez se possa mesmo afirmar que as discussões inauguradas pela tradução do livro de Genovese tenham sido um elemento fundamental para a consolidação da linha de pesquisa em história da escravidão.

16 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo; [Brasília]: Companhia das Letras: CNPq, 1988.

17 Idem.

18 Em seu livro, *Escravos, roceiros e rebeldes*, ele novamente não aprofunda sua análise sobre o tema, pois a discussão sobre os roceiros está basicamente assentada na análise sobre as unidades produtivas dos cativos. No capítulo dedicado à economia de subsistência, Schwartz ressalta o papel dos roceiros como provedores de alimentos, mas não discute as complexas formas de acesso à terra. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, EDUSC, 2001.

19 Neste sentido, Cf. LIBY, Douglas. Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas. In: *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo; Vitória da Conquista, BA: Annablume: Edições UESB, 2008. p.

Mas apesar de jamais ter sido publicada, a tese de doutorado de Francisco Carlos Teixeira da Silva, defendida na UFF, em 1990, foi o ponto culminante da trajetória de consolidação (ou da tentativa de) da linha de pesquisa em história agrária. Em *Morfologia da escassez*, Silva desvendou originalmente a complexa rede da política econômica metropolitana, tendo por base fontes hoje facilmente acessíveis, como os documentos avulsos do Conselho Ultramarino. Ao centrar sua pesquisa na questão da produção de alimentos no período colonial, o autor destacou o processo de ocupação das regiões, o seu perfil fundiário e a formação de grandes domínios ali localizados. Por conseguinte, utilizando como exemplos os dois mais importantes morgadios da América Portuguesa, – a Casa da Torre e a Casa da Ponte –, demonstrou a generalização de arrendamentos e defendeu de que eles “significava[m] colocar as terras em cultivo, evitando assim demandas de vizinhos e ameaças de retomada, e, mais importante de tudo, significava um fluxo de recursos monetários – a renda paga em moeda – numa economia estruturalmente descapitalizada”.²⁰ Pode se afirmar, em suma, que a tese de Francisco Carlos Teixeira da Silva, a segunda tese defendida no doutorado da UFF, foi aquela que mais se aproximou à proposta da linha de história agrária criada por Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Cardoso. O mais interessante, contudo, é que a riqueza de dados empíricos (encontrados no outro lado do Atlântico) representou um esforço decisivo para consolidar a reflexão sobre a história do rural no Brasil – suas continuidades e rupturas –, tendo por base a investigação de seu passado colonial.

Além das teses de Silva e Hebe Mattos, várias outras foram defendidas, no âmbito de uma reflexão calcada nas preocupações sobre a história (ou melhor, as histórias)

20 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). 1990. Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 343 e 344.

do universo rural *dos brasis*. De qualquer forma, resta a pergunta: a proliferação de estudos sobre o universo rural era tributária das reflexões teóricas de Ciro Cardoso ou era mais o resultado de um quadro favorável às discussões sobre o passado rural brasileiro? Em outras palavras, as discussões teóricas do modo de produção escravista-colonial e do chamado protocampesinato negro foram incorporadas pelo conjunto de historiadores que estudaram a partir dos anos 1980 o universo rural brasileiro? Conceitos como brecha camponesa, campesinato se firmaram no campo da história? O panorama era particularmente rico para isso, em razão da democratização do país e pelas perspectivas otimistas suscitadas pela campanha pelas *Diretas Já* e posteriormente pela eleição indireta de Ulisses Guimarães. A parte final deste livro analisa os anos 1980 e avalia a consolidação ou não do campo científico no Brasil em história agrária.



PARTE IV
OS ANOS 1980 E OS ESFORÇOS
DE CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO
CIENTÍFICO



CAPÍTULO IV

A REDEMOCRATIZAÇÃO E A QUESTÃO AGRÁRIA

“Há quem diga que a história é a mestra da vida. A história não é mestra de coisa alguma, porque se fosse, o mundo não seria tão ruim como é”
(LINHARES, 1992, p. 226).

Ainda que sejam marcadamente recentes os estudos rurais voltados para o período da ditadura, mais uma vez inaugurados pela antropologia rural, já se sabe hoje que aqueles anos foram particularmente trágicos para os camponeses, produzindo uma amnésia social intimamente relacionada à luta pela sobrevivência física de muitos daqueles homens. Em poucas palavras, muitos morreram duas vezes: nas torturas na ditadura e no esquecimento de sua trajetória de embates, consagrando – mais uma vez – um apagamento sobre o rural.

O projeto coordenado por Moacir Palmeira no Museu Nacional do Rio de Janeiro e intitulado *Memórias Camponesas* tem procurado resgatar, através da história oral, a luta camponesa dos anos 1950. Segundo os informes divulgados sobre a proposta:

Foi em meados da década de 1950 que os trabalhadores rurais começaram a ganhar reconhecimento político e social, com a criação dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. O reforço veio com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Esse período, que precedeu a ditadura militar, é o ponto

de partida para resgatar a memória da resistência e luta camponesa.¹

A ênfase nos anos 1950, como marco inaugural do combate, tem a ver obviamente com a emergência e consolidação das ligas camponesas e seu importante papel na visibilidade do tema da reforma agrária, no conjunto das demandas sociais daqueles anos. A pouca presença dos historiadores no tema consagrou um fosso entre as raras pesquisas sobre o universo rural do século XIX e primeiras décadas do século XX e às discussões mais de cunho sociológico e antropológico sobre os movimentos rurais, através principalmente dos estudos e orientações de José de Souza Martins, na USP, e de Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, no Museu Nacional.² Assim, para além do desconhecimento mais geral sobre a história dessas lutas e suas complexas vinculações com o passado havia alguns estudos que – como vimos – nasceram ainda na ditadura e nos primeiros anos da redemocratização.

Em fins dos anos 1980, a questão agrária certamente ganhou uma visibilidade pouco frequente, principalmente em razão das polêmicas envolvendo o tema reforma agrária na Constituinte de 1987 e a Constituição no ano seguinte. Nos anos da abertura, movimentos sociais no campo e na cidade, MST, PT, CUT, passaram a representar segmentos gestados (e sufocados) durante a ditadura. A reforma agrária retornou à cena política nacional, com novos atores sociais surgidos durante as transformações econômicas iniciadas nos anos 1960. Com a modernização tecnológica consolidada nos anos de chumbo, vieram à luz os chamados empresários agroindustriais e – na outra face da moeda – os bóias-frias.

¹ ESTÁ no ar o portal Memória Camponesa e Cultura Popular. NEAD. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4989615>. Acesso em: 17 fev. 2011.

² O livro de Sigaud, por exemplo, teve papel decisivo nas discussões sobre as experiências dos trabalhadores de engenho. SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

Desde 1884, quando se tem início à campanha de Tancredo Neves à Presidência da República, a questão da reforma agrária tornou-se um dos temas mais discutidos para a elaboração da proposta de ação do futuro governo. A intenção última era avançar alguns dos dispositivos presentes no Estatuto da Terra de 1964, diretamente ligados à reformulação da estrutura fundiária. Segundo José Gomes da Silva, no Simpósio Nacional do PMDB sobre Agricultura e Meio Ambiente, realizado em Curitiba, de 15 a 17 de outubro de 1984, entre as cinco propostas apresentadas para o debate, a da reforma agrária aparecia em primeiro lugar.

Após a morte de Tancredo, José Sarney herdou a bandeira da reforma agrária como um de seus principais compromissos políticos. No entanto, segundo os estudiosos, a composição da aliança do governo inviabilizou qualquer projeto mais radical sobre o tema. De todo modo, em 1985, foi escrita a primeira versão do Plano Nacional de Reforma Agrária, não à toa apresentado ao IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em Brasília, no dia 26 de maio daquele ano. Anunciada durante o IV Congresso da CONTAG,³ a “proposta” de reforma agrária provocou uma imediata reação dos proprietários rurais e setores empresariais.⁴

O propósito de alterar a estrutura fundiária do país apareceu claramente naquele texto, com a previsão de assentar três milhões de famílias em dez anos e na intenção de utilizar o dispositivo da desapropriação para garantir a função social da terra. Havia ainda o objetivo de criar mecanismos para consagrar as propriedades comunitárias e associativas, rompendo com o padrão da propriedade individual e absoluta. Havia ainda a assertiva de que a execução da reforma agrária

³ A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura foi criada em dezembro de 1963, poucos meses antes do Golpe de 1964.

⁴ SILVA, Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

em terras particulares seria realizada prioritariamente em regiões de conflito social.

Entre a proposta apresentada e aquela aprovada com o nome de Plano Nacional de Reforma Agrária havia marcantes diferenças que inviabilizaram na prática qualquer alteração da estrutura fundiária. Além disso, sem a delimitação das áreas prioritárias, o Plano passa a ser simples “carta de intenções” e a substituição da desapropriação pela “negociação” significou também um grande recuo político. Exemplo disso: a exclusão do chamado “latifúndio produtivo” para fins de desapropriação, significou que a função econômica de grandes latifúndios se sobrepôs ao princípio da função social da propriedade, anteriormente expresso no Estatuto da Terra, de 1964.⁵

Dois anos depois, já na Constituinte, foi o tema da Reforma Agrária que apresentou o maior número de assinaturas na fase de Emenda Popular, um milhão e duzentas mil. Em pesquisa realizada pelo Ibope e publicada no *Jornal do Brasil*, em 13 de setembro de 1987, a respeito dos 15 temas que deveriam merecer maior importância na Constituição, caso o entrevistado pudesse ajudá-la a prepará-la, a Reforma Agrária figurou em terceiro lugar, com 38% das preferências, logo depois do ensino gratuito (46%) e da distribuição de renda (40%).⁶

De todo modo, os posicionamentos contrários à Reforma Agrária e, a formação da União Democrática Ruralista, obstaculizaram as tentativas de vários setores da sociedade – CONTAG, Igreja, Partido dos Trabalhadores – de efetivar a alteração desejada. A Constituição de 1988, consagrada pelo nome de Constituição Cidadã, na verdade “aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo que a questão agrária pudesse ser resolvida pacificamente”.⁷ Ela retrocedeu aos idos de 1946 e às conquistas registradas no Estatuto da Terra de 1964.

⁵ SILVA, José Gomes da Silva. *Buraco negro: a reforma agrária a constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁶ Idem, p. 15.

⁷ Idem, p. 199.

A Carta Magna, reafirmou o poder dos grandes proprietários de terra, ao introduzir o conceito de propriedade produtiva, reduzindo assim as possibilidades da reforma, já que aquelas não podem ser objeto de desapropriação.

De qualquer forma, em fins dos anos 1980 havia ao menos duas questões que se somavam para o adensamento das discussões sobre o rural. Em primeiro lugar, como já sinalizamos, a repercussão dos livros dos brasilianistas, traduzidos para o português e a produção dos próprios brasileiros, no âmbito da pós-graduação em História, em particular na UFF. Em segundo, o contexto político que trazia para o centro do debate a história da luta pela terra no Brasil, principalmente com a crescente visibilidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado no Paraná, em 1984. Em suma: era sem dúvida um período em que se desnudava a importância do tema. Vários e distintos trabalhos históricos acionavam o passado para explicar as raízes da desigualdade no campo. Exemplo máximo foi, ao menos a meu ver, a tese de doutorado de Francisco de Carlos Teixeira da Silva, *Morfologia da Escassez*, anteriormente mencionada.⁸

Mas qual o impacto dessa emblemática produção no conjunto da produção do país? Em estigante artigo sobre a Antropologia Rural, escrito em 1992, Lygia Sigaud apançou que os temas ligados ao rural foram sempre de inquietação na sociedade brasileira. Para a autora, a partir dos anos 1950 e 1960, o rural se tornou também uma questão política, mas perdeu aos poucos um lugar de preeminência, deixando de ser o “foco hegemônico de interesse intelectual” (..) ainda que este mesmo tema exarcebaria a “sensibilidade nacional” nos anos 1980, quando se colocou em pauta propostas de modificação da estrutura fundiária do país.⁹

⁸ Da Silva. *Morfologia da Escassez*, op. cit.

⁹ SIGAUD, Lygia. Para que serve o campo. In: Miceli, Sergio (Org.). *Temas e problemas de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1992, p. 30 e 42.

Naquele artigo, Sigaud estava particularmente interessada em discutir o lugar do rural na Antropologia. Há duas questões complementares no texto: “as condições sociais e materias em que se deu o crescimento de interesses sobre os “campo” e o lugar do tema na produção acadêmica em sua relação com a “expansão e consolidação da pós-graduação em diferentes áreas de conhecimento”. A consolidação de um nome – Antropologia Rural – como espaço de prestígio e de legitimidade acadêmicas ajuda também a explicar a ampliação de estudos sobre o tema em várias instituições e fóruns de discussão. No caso do Museu Nacional, lócus privilegiado, os estudos sobre o rural tiveram uma posição privilegiada e sua expansão caminhou lado a lado com o reconhecimento acadêmico da própria instituição.

Vale lembrar que o Museu Nacional foi responsável pelo primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Social do país, criado em 1968. Ali, em especial, foram aos poucos desnudadas as dinâmicas de constituição da categoria de bóias-frias. Foram também compreendidas as razões da lutas e busca de direitos dos camponeses e foi se percebendo a importância da categoria cativoiro “para a elaboração da percepção das formas de dominação a que estão submetidos os camponeses”.¹⁰

O mais interessante, no entanto, é que a preocupação de Sigaud em analisar a produção acadêmica sobre o tema não foi acompanhada de uma discussão sobre a dimensão propriamente histórica das questões que envolvem a proposta. Em outras palavras, num artigo que se intitula “Para que serve o campo”, a História não apareceu como peça importante ou minimamente necessária para se compreender a engrenagem. Assim, as reflexões de Sigaud parecem corroborar à afirmativa de Linhares: “A história não é mestra de coisa alguma...”

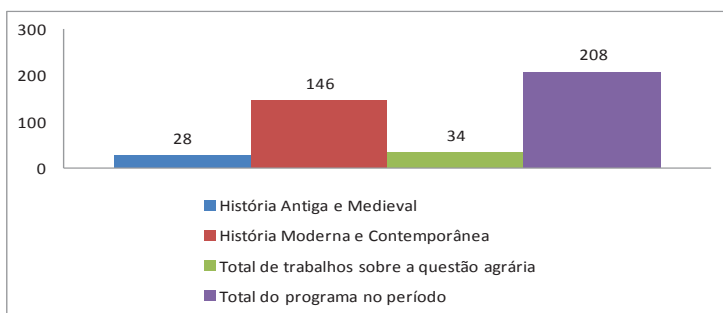
No entanto, a despeito da pouca presença de estudos feitos por historiadores nas reflexões sobre o rural, talvez

¹⁰ Idem, p. 31.

seja coerente afirmar que Linhares, Silva, Ciro Cardoso e o seu grupo criaram as bases para uma discussão sobre a linha, àquela época intitulada: História Agrária. Se isso é fato, duas questões centrais devem ser respondidas. Aqueles que assumiram a tarefa de estudar o rural, numa perspectiva histórica, lançaram mão do aporte teórico preconizado pelos marxistas, defensores do conceito de modo de produção escravista-colonial? Conceitos como os de brecha camponesa e campesinato se firmaram no campo da História. Em outras palavras, as reflexões de Ciro Cardoso deitaram raízes naquela linha de pesquisa? Ou ainda: havia de fato uma linha de pesquisa a ser consolidada no país?

A PRODUÇÃO DE FINS DOS ANOS 1980 E O CAMPO CIENTÍFICO

Entre 1988 e 1997 (quando são extintas as linhas de pesquisa História Agrária, História da Industrialização e História Social das Ideias, no Programa de Pós-Graduação da UFF, dando lugar às linhas História Cultural, Economia e Sociedade e Poder e Política) foram defendidas 208 dissertações e teses de história, sendo 28 no eixo temático de História Antiga e Medieval e 180 no eixo de História Moderna e Contemporânea. Do total de 180, 33 são precisamente sobre temas ligados à questão agrária, a despeito da saída de Maria Yedda Leite Linhares do Programa e da decisão de Ciro Cardoso de se dedicar à História Antiga. Em outras palavras: em plena década da consagração da História Cultural e a revitalização da chamada Nova História Política, a linha que havia sido instituída por Maria Yedda Leite Linhares, com auxílio de Ciro Cardoso se firmara como um campo de atuação relativamente importante no programa de pós-graduação que ajudaram a construir (Anexo II).

Gráfico 1. Dissertações defendidas de 1988 até 1997

Fonte: *Site do Programa de Pós-Graduação em História/UFF*. 10/32011

No entanto, para que se compreenda melhor os dados, são necessários alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, os temas da imigração e da escravidão eram itens umbilicalmente ligados à história agrária propriamente dita produzida na UFF, ou seja, aqueles temas se inseriam no âmbito da linha de pesquisa.

Pode-se afirmar, porém, que em fins dos anos 1980, as discussões sobre a escravidão vão aos poucos se firmando como campo científico autônomo, se estivermos atentos à publicação de vários trabalhos sobre o tema. Além disso, a efeméride acerca dos 100 anos de Abolição do cativo, em 1988, engrandeceu o debate sobre as questões que envolveram a escravidão no país, consolidando um crescente interesse pela matéria.

A vitalidade do tema da escravidão em fins dos anos 1980 pode ser evidenciada pela simples menção dos quatro trabalhos que vieram à luz no período: *Os leigos e o poder*, de Caio Boschi, em 1986;¹¹ *O feitor ausente*, de Leila Algranti, em 1988,¹² *Campos da violência*, de Silvia Lara, também em 1988¹³

¹¹ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

¹² ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹³ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

e *Ideologia e escravidão*,¹⁴ de Ronaldo Vainfas, que havia sido publicado dois anos antes. Estes estudos teriam marcante influência na produção dos anos seguintes, como demonstra o artigo de Laura de Mello e Souza: *O Escravismo Brasileiro nas Redes de Poder*, publicado em 1989.¹⁵ Segundo a autora, estes trabalhos corresponderiam a uma terceira fase da produção acadêmica sobre escravidão; sendo a primeira marcada pelos estudos de Gilberto Freyre. A segunda seria a produção da escola sociológica paulista, com destaque para Florestan Fernandes. Os trabalhos analisados por Mello de Souza partiram dos estudos de Ciro Cardoso e Novais, pela preocupação com a noção de escravismo colonial, mas enfocaram mais diretamente as relações entre escravidão e poder.

Não há como negar o protagonismo da USP na produção dos temas ligados à escravidão, bastando lembrar que o estudo de Caio Boschi é originalmente sua tese de doutorado, defendida em 1982. O livro de Algranti é o resultado de sua dissertação de mestrado produzida na USP, em 1983 e orientada por Novais. *Campos da violência*, de Lara, é originalmente sua tese de doutorado defendida na USP, também com a orientação de Novais. O mesmo pode ser afirmado em relação ao livro de Vainfas, que defendera este trabalho também pela USP, supervisionado por Eduardo França.

Mas se o tema da escravidão tornar-se-ia cada vez mais autônomo em detrimento de sua subordinação à linha de história agrária na UFF, como se manteve a produção da linha, após a saída de Maria Yedda Leite Linhares, em 1989, em decorrência de sua aposentadoria na UFF? Obviamente era previsível que orientadores não identificados com os estudos do rural se tornassem orientadores de temas ligados àquela temática mais geral, como é o caso de Helena Muller, Humberto

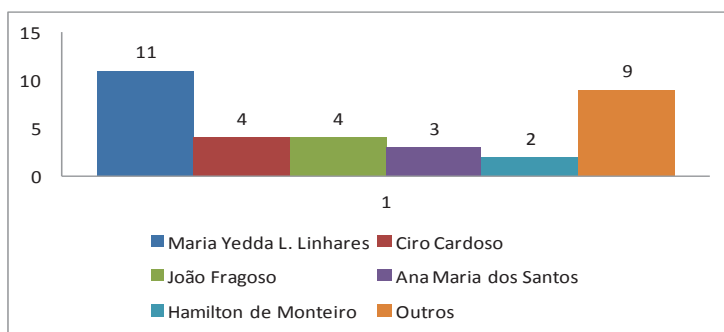
¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 133-152, 1989.

Machado e Fernando Antônio Faria. De todo modo, Linhares orienta – em curto espaço de tempo – 11 dissertações. Já, Ciro Cardoso – que aos poucos migrava para outra linha que ajudou a construir, história antiga –, orientou, no período, quatro trabalhos.

Também não seria exagero afirmar que a saída de João Fragoso da UFF, em 1996, e sua migração para a UFRJ, também ocasionou uma perda expressiva, já que ele já havia orientado quatro dissertações no período.

Gráfico 2. Produção da história agrária entre os anos 1988 e 1997, distribuída pelos principais professores da linha.



Fonte: Elaborado com base no site do Programa de Pós Graduação em História da UFF

De uma forma mais global, não há como negar, por fim, que apesar da maioria das dissertações terem sido trabalhos de pesquisa sobre o Rio de Janeiro, o período também sinaliza para o caráter exógeno do programa, numa época em que ainda não havia se consolidado a política de bolsas do CNPq e da CAPES, como podemos ver pelo gráfico a seguir.

DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS



Fonte: Elaborado com base no *site* do Programa de Pós-Graduação em História

É preciso atentar ainda para um fato de não menos importância: Maria Yedda Leite Linhares havia ajudado a criar o Programa de Pós-Graduação em Estudos Agrários que pertencera à Fundação Getúlio Vargas e que a partir de 1983 é transferido para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, funcionando em prédio próprio na Avenida Presidente Vargas. Lá, apenas nos anos de 1992 e 1993, defendeu-se 17 dissertações de mestrado sobre o rural, como se pode ver pelo quadro elaborado por Manuel Palacios da Cunha e Melo.

Em seu estudo sobre autores e obras de referência da Ciência Social do Brasil, indicadas nas dissertações dos anos de 1992 e 1993 (excluindo a história), a importância do CPDA, dedicada aos estudos agrários, é destacada pelo autor em sua análise sobre os temas da sociologia, ciência política, ciências sociais e antropologia. O CPDA contribuiu com 17 dissertações de mestrado sobre o universo rural, sem

levarmos em conta que tanto o Museu Nacional quando as ciências sociais da UNICAMP e da USP já tinham marcantes tradições nesta área. O que importa a considerar, portanto, é que a proposta de Maria Yedda de fato deitou raízes nas áreas de Ciências Humanas, consagrando o tema do rural um objeto de pesquisa importante, já que contava com um Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, exclusivamente dedicado aos temas de estudos agrários.

Dissertações segundo as instituições de Ensino, a Área e o Nível (1992/1993)

MESTRADO	SOCIOLOGIA	CIENCIA POLITICA	ANTROPOLOGIA	CIENCIAS SOCIAIS	ESTUDOS AGRÁRIOS	TOTAL	%
IUPERJ	5	10				15	6,1
IFCS/UFRJ	24					24	9,8
MUSEU/ UFRJ			42			42	17,2
CPDA/ UFRRJ					17	17	7,0
PUC/SP	9			10		10	4,1
USP	9	4	9			22	9,0
UNICAMP	3	5	9			17	7,0
UNESP	13					13	5,3
UFMG	9	9				18	7,4
UnB	4	9	12			25	10,2
UFRGS	11	5	11			27	11,1
UFPEE	7	7				14	5,7
Total	85	49	83	10	17	244	
%	34,8	20,1	34,0	4,1	7,0		

Fonte: Elaborado a partir dos dados recolhidos para os anos de 1992 e 1993 por Melo (1999, p. 58)

Assim, quaisquer que tenham sido os motivos pelos quais o CPDA foi transferido para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, não há como negar o papel fundador de Maria Yedda Leite Linhares na criação do Programa.¹⁶

Além disso, sem querer me aprofundar nas específicas questões levantadas por Cunha e Melo, não deixa de ser interessante também informar que o autor afirmara que entre os anos de 1970 e 1994, a distribuição temática das dissertações de mestrado defendidas em ciências sociais na USP, UNB, UNICAMP revelou que 17,6 % da produção esteve alocada na área temática antropologia do campesinato.

E na História? Para além da Universidade Federal Fluminense, os temas ligados ao rural tornaram-se importantes ou não nos anos 1980; período em que Maria Yedda Linhares e Ciro Cardoso escreveram seus principais trabalhos e criaram a linha em história agrária da UFF? É possível pensar que o tema em estudos históricos sobre o rural tornou-se visível naquela ocasião?

Para responder a esta questão, elaborei uma tabela com o número total de teses e dissertações defendidas entre 1980 e 1989 e listadas por Carlos Fico e Ronald Polito, em *A História do Brasil (1980-1989) Série de Dados*.¹⁷ A partir tão somente dos títulos destes trabalhos, agrupei o conjunto relativo à questão agrária, com base nas seguintes palavras presentes nos títulos: agricultura, agroindústria, algodão, arrendamento, camponês/campesinato, cangaço, colonização agrícola, economia cafeeira, economia de subsistência, engenho, estrutura fundiária, fazenda/fazendeiro, mercado interno, ocupação, pecuária, pobreza, terra/luta pela terra, trabalho livre. Assim sendo, dos

¹⁶ Para uma análise sobre a formação do CPDA e em particular sobre a questão da interdisciplinaridade, Cf. MOREIRA, Roberto José. A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA. Congresso Nacional de Sociólogos.12., 2002, Curitiba. Resumos...UFPR,2002. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/static/genese.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011

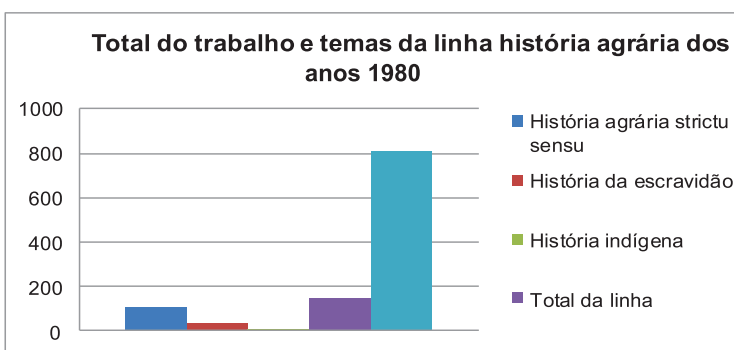
¹⁷ POLITO, Carlos Fico e Ronald. A história do Brasil (1980-1989) série de dados. v. 2. Ouro Preto: UFOP, 1994

804 estudos em História, no período, 104 são voltados para os temas mencionados na inscrição dos textos.

Se somarmos as palavras presentes nos títulos relativos à escravidão, teremos um panorama ainda mais significativo. Especificamente sobre este tema, temos: capitão do mato, comércio de escravos, discriminação racial, escravo/escravidão/escravismo, ideais escravistas, liberdade, resistência escrava, tráfico negreiro. Dos 804 estudos, 34 são relativos a este subtema que como já mencionei, nos anos 1980 estava inserido na discussão da linha de história agrária na UFF

Se ainda inserirmos os temas especificamente ligados à questão indígena (com as palavras: índios, indígena, catequese, resistência indígena e as etnias propriamente ditas) no total de oito trabalhos, teremos:

TOTAL DO TRABALHO E TEMAS DA LINHA HISTÓRIA AGRÁRIA DOS ANOS 1980



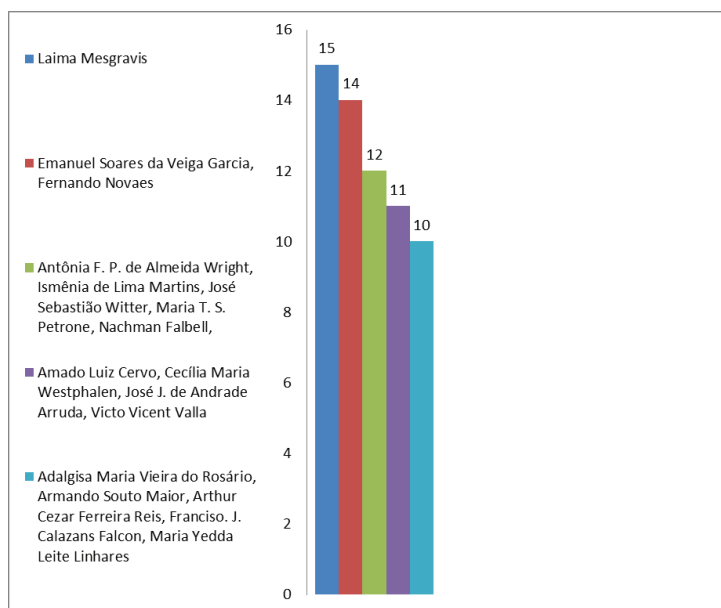
Fonte: Elaborado a partir dos dados de Fico (1994).

Em outras palavras, 146 trabalhos (ou 18,16%) são relativos aos objetos conclamados por Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Cardoso como partes constituintes da questão agrária no Brasil. Neste sentido, não há como negar que a redemocratização reacendeu o interesse pela chamada questão

agrária, inserida num conjunto de assuntos extremamente diversificados, com tradições historiográficas já consolidadas ou em vias de consolidação: história do movimento operário, história do gênero, história da saúde, industrialização, artes, e muito mais.

Contudo, afirmar que os temas conclamados por Maria Yedda Linhares são recorrentes nas indicações dos autores, não é suficiente, se não atentarmos para a importância da pesquisadora nos quadros dos orientadores do período. Ainda com base nos estudos de Fico, pude acompanhar o impacto dela na relação geral de orientadores durante o período de 1980 a 1989. Ao longo do período havia cerca de 168 orientadores no país. Linhares aparece no grupo com 10 orientações. (Ver Anexo VI)

ORIENTADORES DO PAÍS ENTRE OS ANOS DE 1980 A 1989



Fonte: Elaborado a partir dos dados de Fico (1994).

Saltam aos olhos as orientações de Laima Mesgravis, doutora em História Social pela USP, em 1973. Há que se destacar, no entanto e mais uma vez, a impactante presença de Fernando Novais nas orientações do período.

De todo modo, o mais importante é responder duas questões centrais e decisivas. Em primeiro lugar, o termo história agrária se consolidou como denominação dos estudos históricos sobre o universo rural, como defendera Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ciro Cardoso? Em segundo, os conceitos apresentados por Ciro Cardoso foram empregados pelos estudiosos do rural, o que confirmaria o enraizamento da perspectiva defendida por este autor, como os de brecha camponesa, modo de produção escravista colonial, ou protocampesinato? São estas as minhas duas questões finais.

Para responder as estas duas perguntas, esquadrimos o levantamento realizado pela ANPUH, publicado em 1996 e organizado por Holien Gonçalves Bezerra e Edison Gualderto dos Santos: *Quem é quem na História*.¹⁸ Num período anterior à generalização do acesso à informação, é digno de louvor o levantamento produzido por aqueles historiadores, interessados em trazer à luz um mínimo de informações sobre os pesquisadores em História do país naquele período. O livro tinha como objetivo “coletar informações básicas que servissem de indicadores para a explicitação dos pesquisadores e de suas respectivas pesquisas mais recentes no país”.¹⁹

A obra é contituida de três partes. Na primeira, “Pesquisadores e pesquisas em História no Brasil”, tem-se o nome do pesquisador, seguido de a) endereço; b) telefone e email; c) título, instituição e ano; d) instituição onde trabalhada, situação funcional e o curso que atua; e) linha de pesquisa; f) projetos de pesquisa em andamento, com as

¹⁸ BEZERRA, Holien; SANTOS, Edilson dos. *Quem é quem na história: pesquisadores e pesquisas no Brasil*. Goiânia: ANPUH-CNPq, 1996.

¹⁹ Idem. p. 7

palavras-chave e g) três publicações mais relevantes, com as palavras-chave. Na segunda parte, há o agrupamento de palavras-chave das pesquisas em andamento. A última parte contem o agrupamento da palavras-chave das publicações.

Linha de pesquisa do historiador

Total de pesquisadores	Os que responderam qual era a linha de pesquisa	Total que se inseriam em linha de pesquisa sobre o rural	Linha de pesquisa em História agrária
456	444	35	5
		7,8%	1,12%

Fonte: Elaborada a partir dos dados registrados por Bezerra; Santos (1996).

Dos 456 pesquisadores que responderam ao questionário, 444 informaram em qual linha de pesquisa se inseriam. Apesar da pluralidade de respostas e de que muitos pesquisadores não sabiam o que responder, colocando apenas uma palavra ou região, 35 se consideravam ligados aos temas do rural.

Denominação do pesquisador para as linhas de pesquisas dos estudos voltados para o universo rural

História agrária	5
História agrária-escravidão	1
História econômica com tema ligado à questão agrária	6
História regional com tema ligado à questão agrária	4
Questão agrária	3
História da relação cidade-campo	2
História do Trabalho com tema ligado à questão agrária	2
História dos movimentos e relações sociais com tema ligado ao rural	2
Outros	10
Total	35

Outros	
História Ambiental	1
Estrutura de poder e Oligarquias na Paraíba	1
Questão agrária na Paraíba	1
Estruturas sociais- Oligarquias	1
Política agrícola brasileira	1
Poder Local. Questão agrária	1
Estado e capitalismo no pensamento brasileiro	1
História Social com tema ligado à questão agrária	1
Geografia Humana	1
Geografia Rural	1

Fonte: Elaborada a partir dos dados registrados por Bezerra; Santos (1996).

Os cinco pesquisadores que afirmaram estarem ligados à linha em história agrária propriamente dita, tiveram sua formação acadêmica na UFF. São eles: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sheila de Castro, Monica de Oliveira, Valdir Gregory e Paulo Zarth. Apenas uma historiadora aponta a inserção história agrária/escravidão: Hebe Mattos, também com formação na UFF. Significa dizer que no início dos anos 1990, os pesquisadores, quando perguntados, raramente se identificaram com os temas de uma história rural e a denominação história agrária não se firmou como linha de pesquisa, para além da Universidade Federal Fluminense. Em outras palavras: apesar do todo esforço daquele grupo, é no mínimo temerário afirmar que o campo científico intitulado história agrária se consolidou no país naqueles anos 1990.

O que parece um detalhe é, na verdade, decisivo. Em várias historiografias internacionais, o termo história agrária é uma referência importante na auto identificação e na identificação do campo científico em que o autor trabalha. Entende-se assim como um autor holandês Bernard Slicher van Bath, teve notável inspiração na linha de história agrária da UFF e decisiva influência no trabalho de Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Fragoso. O livro *História agrária da*

Europa ocidental (500-1850) havia sido traduzido em português de Portugal no ano de 1960 e foi considerado um trabalho exemplar deste tipo de reflexão.²⁰

Na França, cuja influência em nossa historiografia é inquestionável, os temas do rural foram e são marcantes e se espriam para além dos recortes geográficos do país. Não seria exagero também sinalizar que os estudos rurais voltados para a história da revolução francesa tiveram significativa receptividade no Brasil, bastando lembrar que o livro-mestre dessa abordagem, o de Lefebvre, *Le grandpeur*, foi traduzido para o português em inúmeras edições.²¹ Além disso, seria demasiado reconhecer o impacto da obra de Labrousse naquele projeto de criação de uma história agrária na UFF? Certamente não. As pesquisas de dimensão regional, tão ao gosto da proposta de Yedda, estiveram alimentadas pelo método da história econômica labroussiana, cujo impacto na França é reiteradamente reconhecido pelos historiadores.²² Intitular-se um autor em História Agrária do período era identificar-se com estes intelectuais consagrados. Essa vinculação sempre foi ressaltada por Maria Yedda em suas entrevistas, mas – a despeito todo esforço – o termo história agrária ficou restrito a um grupo.

Mas se isso é inquestionável, é possível identificar uma continuidade nas pesquisas sobre o rural? Pelo agrupamento de palavras-chave das publicações, recolhi as que foram citadas mais de dez vezes para se ter uma ideia das discussões que se firmaram nos anos 1990. É claro que a imprecisão dos dados não deve ser desconsiderada, pois a ação de escolher as palavras-chave da pesquisa é muitas vezes feita de forma absolutamente descompromissada. Muitos responderam como palavra-chave a região de sua pesquisa, outros responderam o

²⁰ VAN BATH, Bernard Slicher. *História agrária da Europa ocidental (500-1850)*. Lisboa: Estampa, 1984.

²¹ LEFEBVRE, G. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

²² DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes historiográficas na França, séculos XIX e XX*. São Paulo: FGV Editora; Editora UNESP, 2012. Especialmente p. 215-220

corde cronológico, alguns citaram um autor, outros colocaram um termo que só tem sentido no contexto da obra. De todo modo, as discussões do início dos anos 1990 firmaram uma temática no rural, como podemos ver pelo quadro a seguir:

PALAVRAS-CHAVE CITADAS MAIS DE DEZ VEZES NO AGRUPAMENTO

INTELECTUAIS	10
MOVIMENTOS SOCIAIS	10
SEXUALIDADE	10
DOCUMENTAÇÃO/FONTE	11
ESTADO	11
IMPrensa	11
METODOLOGIA	11
MILITAR	11
SINDICALISMO/SINDICATOS	11
AGRICULTURA	12
ARTE	12
COLONIZAÇÃO	12
FAMILIA	12
IDENTIDADE	12
INDÚSTRIA/INDUSTRIALIZAÇÃO	12
CIDADE (s)	13
COTIDIANO	13
DEMOCRACIA	13
IMAGINARIO	13
URBANISMO/URBANIZAÇÃO	13
RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE	14
ECONOMIA	18
INDIGENA/ÍNDIO	19
IMIGRAÇÃO	20
MODERNIDADE	21
PODER	21
IGREJA	24
MEMÓRIA	24
REVOLUÇÃO	27
MULHER	29

TRABALHADOR/TRABALHO	30
POLÍTICA	31
ESCRavidAO	36
CULTURA	39
EDUCAÇÃO/ENSINO	45
HISTORIOGRAFIA	49

Fonte: quadro realizado a partir dos dados registrados por Bezerra; Santos (1996).

Excluídas as palavras ligadas à região (Goiás, Rio de Janeiro) e agrupando palavras-chaves com mesmo sentido (trabalho/trabalhador); Excluídas também os cortes cronológicos (Colônia, Império, República).

Mais do que a óbvia consagração de temas ligados ao que podemos denominar de história cultural, por mais indefinido que seja tal denominação, é sintomático também perceber como as palavras-chave ligadas à linha de pesquisa em história agrária são recorrentes, confirmando ao mesmo tempo a autonomia de dois subcampos nos anos 90: a história social da escravidão e em menor grau, a história indígena. No entanto, os conceitos centrais da discussão teórica proposta por Ciro Cardoso e obviamente pela própria Linhares não são registrados naquele levantamento. O conceito de camponato aparece apenas duas vezes e termos como brecha camponesa, protocamponato ou mesmo modo de produção não estão citados uma única vez.

O que os dados nos ajudam a desvelar? Eles certamente desnudam o pouco impacto dos conceitos teóricos defendidos por Ciro Cardoso nas duas décadas precedentes. Mesmo com um certo risco de generalização, talvez seja possível afirmar que nos anos 1990 o engessamento das propostas daquele autor a partir do conceito de modo de produção escravista-colonial tenha desestimulado o emprego dos termos como protocamponato e brecha camponesa. Também é possível aprofundar que a despeito da favorável circunstância dos anos 80 para o surgimento de temas relacionados à história agrária do país, os mesmos estavam quase sempre – atrelados à história

econômica que como defendera o próprio João Fragoso em capítulo de livro publicado em 1997 –, estava agonizando. Fragoso demonstra ainda a visibilidade do decréscimo de estudos com este perfil já no início dos anos 1990.²³

É também sintomático que a pouca receptividade dos historiadores aos temas do rural, a partir da linha de pesquisa em história agrária da UFF, tenha a ver com a associação entre história agrária e história quantitativista; algo que é recorrente na proposta de Yedda, de inspiração labroussiana; o que Fragoso denominou de “representatividade estatística”.²⁴

Ademais, como vimos no capítulo anterior, a proposta teórica de Ciro Cardoso exigiria um esforço coletivo de pesquisa que se desdobraria também numa investigação serial da documentação cartorial; algo que passa a ser inconcebível nos anos 1990; década do triunfo do neoliberalismo. Há também que considerar o hiato entre a proposta teórica preconizada por Ciro Cardoso e as possibilidades de comprovação empírica que sedimentassem os conceitos de protocampesinato e de brecha camponesa, além obviamente do conceito universal de campesinato.

Há, todavia, alguns elementos decisivos para a compreensão do relativo insucesso de estudos pautados na noção de brecha camponesa, tal como desejava o autor. Em primeiro lugar, hoje é mais visível perceber que o uso daquele conceito estava umbilicalmente atrelado à noção de modo de produção escravista-colonial, cujo debate não se desdobrou em uma nova geração de pesquisadores capazes de levar adiante a proposta. Em segundo lugar, o conceito de brecha camponesa tem, em sua formulação, um deformação conceitual que está atrelada a dois usos: a própria noção de “brecha” ou do prefixo proto para se referir ao campesinato negro nas Américas.

²³ VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²⁴ Idem p. 33.

Os historiadores desconfiam, com razão, de prefixos que quase sempre buscam formatar uma visão do passado, enquanto pré-história de um acontecimento mais contemporâneo. Ao fazer referência ao protocampesinato cativo, tendia-se atrelá-lo ao camponês de nossos dias, enquanto um período de pré-história camponesa. Além disso, o próprio conceito de campesinato não havia deitado raízes no país, o que apenas reforçou o pouco interesse no seu emprego. Por último, ao ancorar o conceito de brecha camponesa à noção de autonomia estrutural e baseando-se nas instigantes reflexões de Chayanov, Cardoso *via, mas não via* a possibilidade de um universo rural mais complexo, onde os escravos – ainda que submetidos às condições de mercadoria – poderiam ter acesso à terra como camponeses e que tal acesso poderia configurar-se como um costume, diverso daquele que conhecemos na perspectiva da propriedade privada capitalista.

O que quero afirmar é que Cardoso, absorto num marxismo pouco preocupado com o peso dos aspectos culturais no processo histórico, não pode avançar na perspectiva que ele inaugurou no Brasil. Para fazer isso, era preciso compreender que o costume da posse era muitas vezes uma práxis. Por isso, era possível reconhecer o direito à parcela de terras dos cativos e, ao mesmo tempo, criar obstáculos para o seu exercício pleno, como – por exemplo – nas dificuldades ligadas à ação de legar aos descendentes aquele direito reconhecido pelo seu senhor.²⁵ Exatamente por isso, a noção de autonomia estrutural não poderia ser considerada como um dado, mas apenas como um processo de luta dos cativos e ex-escravos para o reconhecimento de seu direito à posse, no interior ou nas fronteiras das fazendas de vários quinhões do Brasil.

Enquanto libertos, eles batalharam por consagrar aquele direito costumeiro, reconhecendo-se como detentores de

²⁵ THOMPSON, E. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

pequenas parcelas de terra, estabelecendo relações mercantis com as comunidade de seu entorno e atentos à necessidade de legar o patrimônio para seus descendentes. Os documentos de embargo, despejo e medição são instigantes janelas para reconhecer os esforços de lavradores cativos ou libertos na luta pelo seu quinhão. No entanto, para finalizar é importante discernir que os embates entre camponeses e fazendeiros foram certamente desiguais, no tempo e no espaço. De todo modo, aquelas múltiplas querelas foram fundamentais para a certificação de uma história social camponesa no país.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

As relações entre o que escrevemos e o todo social não são simples. Muitos pensadores se dedicaram a discutir de onde se parte para escrever sobre algo, qual é a possibilidade de autonomia de um autor em sua relação com o todo social. Talvez tenha sido Bourdieu a enfrentar melhor a questão, ao introduzir a noção de *habitus* para explicar a dependência/interdependência na produção do conhecimento. Assim sendo, se *habitus* é um princípio que medeia as práticas sociais e as condições de existência e é ainda uma subjetividade socializada, isso talvez nos permita pensar que as obras que foram analisadas aqui são respostas – escritas – estratégicas, ações práticas, alimentadas pelos estímulos de uma particular situação histórica.¹

Todos os autores analisados buscaram respostas para a questão agrária brasileira e procuraram produzir obras que pudessem explicar o passado para entender o seu presente. Suas respostas foram singulares, ainda que seja possível uni-las em “escolas”, em relação a um outro grupo, configurado no embate com aquele. Ou ainda, na produção de novas respostas que foram escritas a partir de, para superar algo.

Tanto no embate político/partidário dos anos 1950 e 1960, quanto nas querelas presentes na academia das décadas seguintes, há um fio condutor que uniu trajetórias aparentemente tão diversas: a defesa de uma história engajada. Não é aqui o lugar para as discussões mais acaloradas sobre o que afinal de contas entendemos como engajamento. Há intelectuais no país mais competentes do que eu para explicar a pertinência de um compromisso da História. Os que são contrários a essa história engajada poderão gastar o seu tempo (e muitos já gastaram) para desnudar as contradições e

¹ ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

lacunas daquelas abordagens. O campo científico certamente se alimenta das fendas presentes nos textos produzidos por outrem. Mas, quaisquer que tenham sido as falhas nas reflexões dos autores que discuti (e certamente aponteí muitas), elas não foram o resultado direto da defesa do engajamento. Aqueles autores, malgrado suas distinções, produziram reflexões sobre o rural e ajudaram a desnudar os caminhos e as mazelas da história rural do país.

REFERÊNCIAS ONLINE

ARCHETTI, Eduardo *et al.* Agrarian Structure and Peasant Autonomy. *Journal of Peace Research*, The Peace Research Institute Oslo, v. 7, n. 3, p. 185–195, 1970. Disponível em: <<http://www.prio.no/People/Person/?oid=69172>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

AS editoras de esquerda: civilização brasileira e paz e terra. Disponível em: <<http://quitandadochaves.blogspot.com/2008/07>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

BROEK, Jan. Leo Heinrich Waibel: na appreciation. In: *American Geographical Society. Geographical Review*. v. 42, n. 2, p. 287-292, 1952. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/211392>>. Acesso em: 17 out. 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Intelectual engajado: uma figura em extinção?* Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2010.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcos. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100011&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 set. 2010.

DISCURSO de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Instituto João Goulart. Disponível em: <<http://www.institutojoagoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>. Acesso em: 20 set. 2010.

ESTÁ no ar o portal Memória Camponesa e Cultura Popular. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4989615>. Acesso em: 17 fev. 2011.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100008&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 set. 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão

FIORIN; SAVIOLI Apud. MAIA, Maria Christina de Motta. *Intertextualidade*. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/~pead/tema02/intertextualidade2.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

IEDA, Lebensztayn. Graciliano Ramos e a revista *Novidade*: contra o lugar-comum. *Estudos avançados*. [online]. 2009, v. 23, n. 67, p. 251-268. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n67/a29v2367.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

INFORME de balanço do comitê central do PCB. In: Congresso do partido comunista do Brasil- PCB. Luiz Carlos Prestes, 4., 1954. *Marxistas*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm>. Acesso em: 1 abr. 2012.

LIMONGI, Fernando. *Marxismo, nacionalismo e cultura*: Caio Prado Junior e a Revista Brasiliense. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm>. Acesso em: 9 set. 2010.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pesquisas em História da Agricultura Brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1999, p. 104-112. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/yedda12.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

LOSADA, Vania. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n.35, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015. Acesso em: 24 set. 2010.

MAESTRI, Mario. O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 36, maio 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/036/36maestri.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

MEMORIAL do Candidato. Moacir Gracindo Soares Palmeira, 1994, 23 p. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/moacir_palmeira/Memorial Moacir Palmeira.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/moacir_palmeira/Memorial%20Moacir%20Palmeira.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2011.

MEMÓRIA: Fernando Gasparian, um editor que resistiu à ditadura. Como poucos. *Observatório da Imprensa*. [online]. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=401CID003>>. Acesso em: 18 out. 2010.

MOREIRA, Roberto José. A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA. *Congresso Nacional de Sociólogos*. 12., 2002, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/static/genese.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

MOTTA, Márcia. *Caindo por terra. (Historiografia e questão agrária no Brasil do século XIX)*. Disponível em: <http://www.historiarural.com.br/?page_id=12>. Acesso em: 26 jan. 2011.

NOVAIS, Fernando. Braudel e a “missão francesa”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 7 jan. 2014. (Depoimento)

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Depoimento*. 2009. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ/ ISCTR/IUL, 2010, 38 p. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/moacirpalmeira>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

Reforma Agrária: Pronunciamento de Goulart. In: *Revista Espaço Acadêmico*. ano 2, n. 23. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/023/23hist_goulart.htm>. Acesso em: 21 set. 2010.

SANSEVERINO, José. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/01-Rui_Cirne_Lima.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

SAUL, Vicente; MURILLO, Thatiana. Maria Yedda Linhares: sua trajetória, suas histórias e opiniões. *Humanas*. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0022.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. 50 anos de Fundação do ISEB. *Espaço acadêmico*, n. 50, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/050/50ctoledo.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

VALLS, Luiz. Brossard: 80 anos na história política do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. In: *O enigma Brossard*. Disponível em: <<http://brossard80anos.blogspot.com.br/2008/01/o-enigma-brossard.html>>. Acesso em: 9 set. 2010.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ARAUJO, Ricardo Benzaquem de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. 2005.

AUED, Bernardete W. *A vitória dos vencidos (partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-196)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAGÚ, Sergio. *Economía de La sociedad colonial*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

BEZERRA, Holien; SANTOS, Edilson dos. *Quem é quem na história: pesquisadores e pesquisas no Brasil*. Goiânia: ANPUH-CNPq, 1996.

BITTERN COURT, Cirne. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990

BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.

CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Hector. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro. Será a história uma ciência?. In: *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. O Modo de Produção Escravista-Colonial na América. In: SANTIAGO, Théo. (Org.). *América Colonial. Ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

_____. Sobre os Modos de Produção Coloniais da América. In: SANTIAGO, Théo (Org.). *América Colonial. Ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

_____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Escravo ou camponês: O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Ana Célia, et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília: Binagri, 1979.

CHAYANOV, A. V. On de Theory of Non-capitalist Economic System. In: THORNER, D., B. Kerblay; SMITH, R. E. F. *The Theory of Peasant Economy. The American Economica Association*. Homewood, 1966. p. 1-28.

_____. *The theory of peasant economy*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin Inc., 1966.

CORRÊA, Maria Amélia. *De que lugares fala essa história? As matrizes teóricas-metodológicas na produção discente do Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em História da UFF (1989-1996)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. p. 37. Nos três próximos parágrafos, sigo de perto os argumentos de Corrêa.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado. In: *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEAN, Warren. Latifundia and land policy. In: Nineteenth century Brazil. *The Hispanic American Historical Review*. v. 51, n. 4, p. 606-625, nov. 1971.

_____. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes Historiográficas na França, Séculos XIX e XX*. São Paulo: FGV Editora, Editora UNESP, 2012.

D'INCAIO, Maria da Conceição Melo. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DISCURSO de Jango na Central do Brasil em 1964: Reforma. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, caderno 1, 28 jan. 1964. (Fundação da Biblioteca Nacional, Setor de Periódico).

DOBB, Maurice. *Studies in the development of capitalism*. London: Routledge & Kegan Paul, 1946.

DUARTE, Regina Horta. Com açúcar, com afeto: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. In: *Revista Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF, n. 19, p. 125-147, jul. 2005.

EISEMBERG, Peter. *Homens esquecido: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

_____. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros & Fanáticos: gênese e lutas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos do Goitacazes*. 1986. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.

FERREIRA, Jorge & Reis, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, v. 2).

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história do Brasil (1980-1989)*. v. 2. Ouro Preto, UFOP, 1994. (*Série de Dados*) no entanto na BN encontrei a obra assim: FICO, Carlos. *A história do Brasil: (1980-1989)*. Ouro Preto, MG: Ed. UFOP, 1992-1994. 2v.

FOUCAUT, Michel

FRAGOSO. Domínios da História ??

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho - *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3.ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANK, AndreGunder. *Capitalismo y subdesarrollo em America Latina*. 2. ed. Buenos Aires:Ediciones Signo, 1970.

_____. *A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*. São Paulo, Revista Brasiliense, v. 51, jan./fev. 1964.

FREIRE, Felisbelo. *História territorial do Brasil*. Bahia, Sergipe, Espírito Santo: Ed. fac-símilar, 1998. (cinco volumes).

FREYRE, Gilberto. *O Nordeste*. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1937.

FUNES, Euripedes. *Goiás 1800-1850:Um período de transição da mineração à agropecuária*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

FURET, François. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa: A regra do Jogo Edições, 1978.

- GALILIZA, Diana Soares. *O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888*. Joao Pessoa: Editora Universitária, 1979.
- GALUCIO, Andréa. *Civilização Brasileira e Brasiliense: Trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- GENOVESE, Eugene D. *Économie politique de l'esclavage*. Paris: Pasper, 1968
- GODELIER, Maurice. *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*. Paris: François Maspero, 1973.
- GOENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. Do Pecado Original ao Desastre de 1964. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, UNESP, 1989.
- _____. Entrevista. *Revista Arrabalde*. Rio de Janeiro: ano 1, n. 2, 1988.
- _____. *O Escravismo Colonial*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 1983, p 7-39.
- _____. *O Escravismo Colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papirus, 1998.
- GRANER, Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise Agrária*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *As Classes Perigosas: Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1981.
- _____. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, Alberto Passos.. *Divisão do Distrito Federal em quadros urbanos, suburbano e rural, para fins censitários*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. 26f.

_____. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. 47f.

_____. *Base geográfica do recenseamento geral de 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento.

_____. *A data do recenseamento geral de 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. 22f.

_____. *O quesito religião no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952.

_____. *Base legal do recenseamento geral de 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. 43f.

_____. *Cadastros preliminares no recenseamento geral de 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1953. 18 [20]f.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo, Edusp, 2005.

HILTON, Rodney e outros. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêm a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Bandidos*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JOSEPH A. *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial 1980.
- KONDER, Leandro. *A derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KULA, Witold. *Teoria econômica do Sistema Feudal*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1962.
- _____. *Théorie économique du système féodal*. Paris: a Haye, 1970.
- LABROUSSE, Ernest. *Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. 2. ed. France: Presses Universitaires de France - PUF; 1990.
- LAMEGO, Alberto. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro, 1945.
- LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira)-USP, São Paulo, 2009.
- LEFEBVRE, George. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- _____. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LENHARO, Alcir. *Trabalho e colonização no Brasil: Nordeste, Amazônia e Centro Oeste*. Campinas: UNICAMP, 1984.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LENIN: *El desarrollo del Capitalismo em Rusia*.

LEPKOWSKI, Tadeusz. *Haiti*. Tomo I Havana: Casa de las Américas, 1968.

LIBY, Douglas. Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduarda França; IVO, Isnara (Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Anablume, 2008, p.

LIMA, Rui Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2.ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954. (1. ed. 1935)

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

_____. 40 anos da ANPUH: balanço de uma professora. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e outros. *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

_____. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918), História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.

_____. A pesquisa histórica no Rio de Janeiro: a história agrária como programa de trabalho: 1977-1994. Um Balanço. In: *Revista Brasileira de História. Historiografia. Propostas e Práticas*. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n. 30, p. 78, 1995.

LOUREIRO, Maria Rita. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*. v. 9, n. 4, 1989.

_____. *A economia política Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MARIATEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 5.ed. México: Editores Independientes, 1979.

MARTINS, José de Souza. Ciência e Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roça. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 246-247, 1979.

- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *Empresário e empresa na biografia do Conde de Matarazzo*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais - UFRJ, 1967.
- _____. *O camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *Le Capital*. Paris: Editions Sociales, 1984-1960.
- MATTOS, Maria Regina. *Vila do Príncipe – 1850-1990:sertão do Seridó, um estudo de caso da pobreza*. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MINTZ, Sidney. The Origins of Reconstituted Peasantries. In: *Caribbean Transformation*. Chicago: Aldine, 1974. p. 146-156.
- _____. *O poder amargo do açúcar*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Reflexões sobre as causas da miséria humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- MORAES, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Littermund, 1997.
- MOREIRA, Roberto. Do desenvolvimento agrícola ao mundo rural: 30 anos do CPDA. In: *Terra, Poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia e de pesquisa. In: *Revista Diálogo*, Maringá, 2008. p. 15-30.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione; ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2009, vol. 2, p. 161-173. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil)

_____. *Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura (1808-1888)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

MOURA, Margarida. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

NOVAIS, Fernando. Formação do Brasil contemporâneo. (Texto Introdutório). In:

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema: colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. Caio Prado Jr e a Historiografia Brasileira. In: *Inteligência Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

PALMEIRA, Moacir. *LATIFUNDIUM ET CAPITALISMO AU BRÉSIL: lecture critique d'un débat, faculté des lettres et sciences humaines de l'université de Paris*. Paris, 1971.

PINTO, João. *Os impasses da intelligentsia diante da revolução capitalista no Brasil (1930-1964): Historiografia e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: JOSÉ, Eli da Veiga (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 15-85

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História Econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 19.

_____. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense. [s.d], p. 16

_____. O Estatuto do Trabalhador Rural. In: PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p.142-162. (Publicado originalmente na Revista Brasiliense, n. 47, maio/jun. 1963).

_____. Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo. In: *Revista Geografia*. Ano 1, n. 1, 1935.

PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Paraná: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas. *Problema agrário, camponeses no Brasil*. [s.ed], 1968.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2000.

REGO, José Lins. *Fogo Morto*. São Paulo: Editora Klick, 1997.

ROLLEMBERG, Marcello Chami. Um circo de letras: a Editora Brasiliense no contexto sócio-cultural dos anos 80. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 31., Natal, RN: Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, set. 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/UFRJ, 2001.

SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 2000.

SANTIAGO, Théo (Org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

SANTOS, Luis Antonio. A radicalidade de os parceiros de Rio Bonito. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17, n. 49, 2002.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Junior na cultura política Brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Mauad, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. *Boletim Gaucho de Geografia*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2002. p. 25-41.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____. Para que serve o campo. In: MICELI, Sergio (Org.). *Temas e problemas de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1992. p. 30-42.

SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SILVA, Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

SILVA, José Gomes da Silva. *Buraco negro: a reforma agrária a constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia Brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 5. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1945.

SOUZA, Laura de Mello e. O Escravismo Brasileiro nas Redes do Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989. p. 133-152.

TOLEDO, Caio. *Iseb: fábrica de ideologia*. São Paulo: Ática, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VAN BATH, Bernard Slicher. *História agrária da Europa ocidental (500-1850)*. Lisboa: Estampa, 1984.

VASCONCELOS, J. M. *Livro das Terras ou Colleição da Lei, Regulamento e Ordens Expedidas a Respeito desta Materia até o Presente Seguido da Fórma de um Processo de Medição e das Reflexões do Dr José Augusto Gomes de Menezes, e de outros, que Esclarecem e Explicão as mesmas Leis e Regulamentos*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1860. (Primeira edição, 1856).

VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VENANCIO, Gisele. Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco Jose de Oliveira Vianna. In: DUTRA, Eliana; MOLLIER, Jean Yves. (Org.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 87-108.

VOVELLE, Michel. *Combates pela Revolução Francesa*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. Paris: Présence Africaine, 1986

WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

THOMPSON, Eduard. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

ANEXO I

Dissertações defendidas com temas ligados à linha em História Agrária

	ANO 19..	TITULO	AUTOR	ORIENTADOR
1	97	Os Euro-Brasileiros e o Espaço Colonial: A Dinâmica da Colonização no Oeste do Paraná nas Décadas de 1940 a 1970.	Valdir Gregory	Helena Muller
2	97	Proprietários Rurais e Estado Português em meio ao Avanço da Fronteira Agrária Escravista: A Capitania do Rio de Janeiro (1763 – 1808)	Edval de Souza Barros	Sheila de Castro Faria
3	97	Sistema Agrário, Demografia da Escravidão e Família Escrava em Itaguaí - Séc. XIX 1820 - 1872.	Ricardo Muniz de Ruiz	João Fragoso
4	97	André Rebouças: Da Abolição da Escravatura à Abolição da Miséria, Uma Proposta no Rio de Janeiro Oitocentista	Andréa Santos da Silva Pessanha	Humberto Machado
5	97	Herança e Ciclo de Vida: Um Estudo Sobre Família e População em Campinas, São Paulo, 1765 - 1850.	Dora Isabel Paiva da Costa	João Fragoso
6	97	Repensando a Campanha Abolicionista: Elite e Cultura Política (1881 - 1889).	Ana Maria de Almeida Santiago	Ana Maria dos Santos
7	96	Os Caminhos de Ferro da Província do Rio de Janeiro. Ferrovia e Café na 2ª Metade do Século XIX.	Andrea Campagnae Rabello	Fernando Faria
8	96	Entre Fazendas, Seccos e Molhados o Pequeno Comércio na Cidade do Rio de Janeiro (1850 - 1875).	Eduardo Antonio Lucas Parga	Geraldo de Beauclair
9	95	Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola (1860 - 1897).	Maria Fernanda Vieira Martins	João Fragoso
10	95	Reforma Agrária, Pequena Propriedade e Renda da Terra na América Latina: A Experiência da Bolívia (1952 - 1979)	Canrobert Penn Lopes Costa Neto	Hamilton de Monteiro

11	95	Hoje é Dia de Branco. O Trabalho Livre na Província Fluminense - Valença e Cantagalo (1870 - 1888).	GelsomRozentino de Almeida	Ana Maria dos Santos
12	95	Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)	Nara Saletto da Costa	Maria Yedda Linhares
13	94	Magé na Crise do Escravismo. Sistema Agrário e Evolução Econômica na Produção de Alimentos (1850 - 1888)	Antônio Carlos Jucá de Sampaio	João Fragoso
14	94	-Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana (1750 - 1850).	Carla Maria Carvalho De Almeida	Ciro Cardoso
15	94	A Companhia Matte Laranjeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880 - 1940).	Odaléa da Bianchini	Maria Yedda Linhares
16	94	Do Arcaico ao Moderno: As Transformações no Rio do Grande do Sul Rural do Século XIX.	Paulo Afonso Zarth	Luiz Carlos Soares
17	94	Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII).	Sheila de Castro Faria	Maria Yedda Linhares
18	94	Os Fios de Ariadne: Tipologias de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus (1840 - 1880).	Patrícia Maria Melo Sampaio	Maria Yedda Linhares
19	93	A Cor Inexistente: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista (Brasil, Século XIX).	Hebe Maria da Costa de Castro	Maria Yedda Linhares
20	93	A Zona da Mata Mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo (1839 - 1909).	Ângelo Alves Carrara	Hamilton de Monteiro
21	93	Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870 - 1929).	Anderson José Pires	Maria Yedda Linhares
22	93	Abastecimento e Instabilidade Política no Brasil (1952 - 1962)	Mário Cleber Martins LannaJúnior	Francisco s T. da Silva
23	93	Nos Confins do Império: Um Deserto de Homens Povoado por Bois (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830 - 1870)	João Antonio Botelho Lucídio	Maria Yedda Linhares
24	91	-Em Busca da Idade de Ouro: As Elites Políticas Fluminenses na Primeira República	Marieta de Moraes Ferreira	Ismênia Martins

25	91	Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico Atlântico de Escravos Para o Porto do Rio de Janeiro (1790 - 1830).	Manolo Garcia Florentino	Ciro Cardoso
26	90	Comerciantes, Fazendeiros e formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro (1790 - 1888).	João Luís Ribeiro Fragoso	Maria Yedda Linhares
27	90	A Morfologia da Escassez: Crise de Subsistência e Política Econômica no Brasil Colônia (Salvador - Rio de Janeiro, 1680 - 1790)	Francisco Carlos Teixeira da Silva	Maria Yedda Linhares
28	90	Vassalos D'el Rey nos Confins da Amazônia - A Colonização da Amazônia Ocidental (1750 - 1798).	Maria Regina Celestino de Almeida	Ciro Cardoso
29	90	Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul (1872 - 1920).	Ana Maria Lugão Rios	Maria Yedda Linhares
30	90	Terra e Povoamento na Implantação da Lavoura Cacaueira no Espírito Santo. Um Estudo de Caso (1900 – 1930)	Maria Cilda Soares da Costa	Sônia Bayão
31	89	Cidade Capital: Abastecimento e Manifestações Sociais no Rio de Janeiro (1890 - 1945).	Carlos Fico da Silva Júnior	Eulália Lobo
32	89	Crise e Resistência no Escravismo Colonial.	Théo LobarinhasPiñeiro	Ana Maria dos Santos
33	89	Pelas Bandas D' Além. Fronteira Fechada e Arrendatários - Escravistas Em Uma Região Policultora (1808 - 1888)	Márcia Maria Menendes Motta	Maria Yedda Linhares
34	88	História Agrária do Planalto Gaúcho (1850 - 1920).	Paulo Afonso Zarth	Ciro Cardoso



ANEXO II

Autor	Número de Teses Orientadas
1. Adalberto Marson	2
2. Adalgisa Maria Vieira do Rosário	10
3. Afoso Carlos Marques dos Santos	2
4. Alcir Lenharo	2
5. Almir Chaiban E-Kareh	1
6. Altiva Pilatti Balhana	6
7. Amado Luiz Cervo	11
8. Amaro Soares Quintana	1
9. Ana Lucia da Silva	1
10. Aníbal Abadie Aicardi	4
11. Anita Waingort Novinsky	8
12. Anna Maria Martinez Corrêa	1
13. Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright	12
14. Antonio Carlos Bernardo	2
15. Antonio Jorge Siqueira	6
16. Antonio Paulo de Moraes Rezende	5
17. Antonio Torres Montenegro	1
18. Ari Pedro Oro	2
19. Armando Souto Maior	10
20. Arnaldo Daraya Contier	4
21. Arno Alvarez Kern	6
22. Arno Wehling	4
23. Arthur Cezar Ferreira Reis	10
24. Augustin Wernet	5
25. Berenice de Oliveira Cavalcante	1
26. Boris Fausto	1

27. Brasil Pinheiro Machado	4
28. Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota	6
29. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa	3
30. Carlos Roberto Antunes dos Santos	7
31. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira	1
32. Cecília Maria Westphalen	11
33. Ciro Flamarion Santana Cardoso	9
34. Clodoaldo Bueno	2
35. Corcino Medeiros dos Santos	3
36. Dalisia Elizabeth Martins Dolles	7
37. David Gueiros Vieira	1
38. Déa Ribeiro Fenelon	9
39. Earle Diniz Macarthy Moreira	4
40. Edgar Salvadori de Decca	4
41. Edgard Carrone	5
42. Edson Lourenço Molinari	1
43. Eduardo d'Oliveira França	7
44. Elias Thomé Saliba	2
45. Elvo Clemente	1
46. Emanuel Soares da Veiga Garcia	14
47. Eremildo Luiz Vianna	3
48. Ernesto Aníbal Ruiz	5
49. Estefânia Knotz Canguçu Fraga	7
50. Estevão Chaves de Rezende Martins	5
51. Eulália Maria Lahmeyer Lobo	13
52. Fernando Antônio Novaes	14
53. Fernando Sgarbi Lima	2
54. Francisco Iglésias	1
55. Francisco José Calazans Falcon	10
56. Geralda Dias Aparecida	2
57. Gilka V. Ferreira de Salles	1

58.	Haideé Marquiafave Pugliesi	2
59.	Hamilton de Mattos Monteiro	3
60.	Héctor Hermán Bruit Cabrera	3
61.	Helena Franganiello	1
62.	Hebert Wetzel	1
63.	Holien Gonçalves Bezerra	4
64.	Icléa Maria Borsa Catanni	1
65.	Ines Garbuio Peralta	1
66.	Ismênia de Lima Martins	12
67.	Ítalo Arnaldo Tronca	5
68.	Janaína Passos Amado Batista de Figueiredo	5
69.	Janice Theodoro da Sila	2
70.	Jayme Antônio Cardoso	4
71.	João José Planella	7
72.	Jonatas Batista Neto	1
73.	Jorge Cesar Mota	5
74.	José Affonso de Moraes B. Passos	4
75.	José Bonifácio Xavier de Andrade	2
76.	José Carlos Sebe Bom Meihy	4
77.	José Claudio Barrigueli	1
78.	José Eduardo Marques Mauro	1
79.	José Hugo V. Castro Ramos	2
80.	José Jobson de Andrade Arruda	11
81.	José Luciano O. De Cerqueira	2
82.	José Luiz da Mota Menezes	1
83.	José Luiz Werneck da Silva	2
84.	José Ribeiro Junior	5
85.	José Roberto do Amaral Lapa	4
86.	José Sebastião Witter	12
87.	Kendall Walker Brown	2
88.	Laima Mesgravis	15

89. Lawrence James Nielsen	1
90. Leda Maria Pereira Rodrigues	13
91. Leon Pomerantz	1
92. Luciara Silveira de Aragão e Frota	1
93. Luíz Carlos	1
94. Luiz Palacin Gómez	3
95. Manoel Lelo Belloto	1
96. Manuel Nunes Dias	4
97. Marc Jay Hoffnagel	4
98. Márcia B. Manson D'Aléssio	1
99. Maria Eliza de Campos Graf	1
100. Marco Antônio de Oliveira Pais	4
101. Margarida de Souza Neves	5
102. Maria Amélia Mascarenhas Dantes	1
103. Maria Bárbara Levy	7
104. Maria Beatriz Nizza da Silva	9
105. Maria Lourdes Vianna Lyra	2
106. Maria do Socorro Ferraz Barbosa	2
107. Maria Gabriela Martins Ávila	6
108. Maria Ligia Coelho Prado	2
109. Maria Lúcia Bastos Kern	4
110. Maria Luiza Marcilio	7
111. Maria Odila Leite da Silva Dias	6
112. Maria Regina da Conha Rodrigues Simões de Paula	5
113. Maria Stella Martins Bresciani	7
114. Maria Thereza Schorer Petrone	12
115. Maria Yedda Leite Linhares	10
116. Marilda Correa Ciribelli	1
117. Mário Antonio Barata	1
118. Mário Márcio de Almeida Santos	8
119. Marly Anna Fortes Bustamante Mira	3

120. Maurício Tragtenberg	4
121. Michael McDonald Hall	7
122. Myriam Ellis	2
123. Nachman Falbell	12
124. Nanci Leonzo	2
125. Nancy Priscilla Smith Naro	1
126. Nereu do Vale Pereira	1
127. Nicolau Sevcenko	1
128. Niko Zuzek	1
129. Octavio Ianni	1
130. Odah Regina Gumaraes Costa	6
131. Oskana Olga Boruszenko	2
132. Ondemar Ferreira Dias Júnior	3
133. Paulo Edgard de Almeida Resende	2
134. Paulo Emilio Vanzolini	1
135. Paulo Henrique N. Martins de Albuquerque	2
136. Paulo Pereira de Castro	2
137. Pedrinho Guareschi	1
138. Paulo Brasil Bandecchi	3
139. Pedro Ignácio Schmitz	2
140. Peter Louis Eisenberg	5
141. Rachel Soihet	2
142. Rachel Glezler	2
143. Raul Federico Abadie-Aicardi	2
144. René Ernaini Getz	9
145. Ricardo Mário Gonçalves	7
146. Robert Wayne Andrew Slenes	5
147. Roberto de Amorim Almeida	3
148. Sandra Romano Machado	2
149. Sergio Odilon Nadalin	2
150. Shozo Motoyama	6

151. Simão Mathias	2
152. Sonia Aparecida de Siqueira	8
153. Steven Curtis Topik	2
154. Suely Machado Crespo	1
155. Suely Robles Reis de Queiroz	9
156. Tânia Navarro Swain	1
157. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes	1
158. Ulysses Telles Guariba Neto	6
159. Urbano Zilles	1
160. Vacury Ribeiro de Assis Bastos	1
161. Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento	2
162. Vicente Costa Santos Tapajós	5
163. Victor Antônio Peluso Júnior	1
164. Victor Deodato da Silva	5
165. Victor Vicent Valla	11
166. Walter Fernando Piazza	3
167. Yvone Dias Avelino	6
168. Zeno Hastenteufel	1



Este livro foi composto na fonte ITC Ckeltenham Std, corpo 10,
em papel Off-set 75g. (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa)
produzido em harmonia com o meio ambiente.

Esta edição foi impressa em 2014.